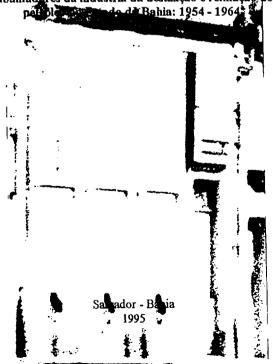
FRANKLIN OLIVEIRA JR.



Nascimento, ascensão e refluxo da organização sindia dos trabalhadores da indústria da destilação e refinação do



## FRANKLIN OLIVEIRA JR.

# A USINA DOS SONHOS

Nascimento, ascensão e refluxo da organização sindical dos trabalhadores da indústria da destilação e refinação do petróleo no Estado da Bahia: 1954 - 1964

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luis Bezerra Nóvoa

Salvador - Bahia 1995



À minha companheira Cybele, agradecendo as suas "dicas" e desculpando-me pelo tempo roubado ao seu lado enquanto tecia estas linhas.

Aos meus pais, Iranklin e Helena, por ainda poder manter com eles saudáveis conversas sobre aqueles tempos. A Ilorestan Iernandes, saudando sua contribuição teórica e prática e lembrando o que ainda podería ter realizado.

#### **AGRADECIMENTOS**

- Não podíamos ter-nos desincumbido desta tarefa sem o apoio e facilidades colocadas por dezenas de pessoas, amigos e instituições.
- Ao Professor Jorge Nóvoa, agradecemos os conselhos, que contribuíram para a escolha do tema e a prática indispensável da pesquisa, bem como o apoio para que o autor viesse a cursar o Mestrado em História, além da leitura deste trabalho.
- · Ao CNPq., agradecemos a bolsa que nos foi concedida durante o curso.
- À diretoria colegiada do SINDIPETRO, agradecemos o apoio financeiro para a contratação do estagiário durante grande parte do tempo de nossa pesquisa; financiamento do nosso deslocamento e hospedagem no Rio de Janeiro, o transporte para as nossas visitas à Refinaria, assim como o livre acesso a todos os materiais e arquivos necessários.
- À diretoria do STIEP, agradecemos o acesso aos livros de Atas do período abrangido pelo nosso trabalho.
- Aos alunos do curso de Graduação em História, Heire Lúcia, Laenio Clementino e Ewerson Salles, agradecemos a coleta de materiais da imprensa e a pesquisa de outros documentos da época.
- A Júlio César, Paulo Sérgio e Genice Batista, agradecemos o acesso às fitas das entrevistas, por eles gravadas, com lideranças da época, assim como pelo trabalho que realizaram, sob a orientação da Professora Nadya Castro.
- A Eunápio Costa, agradecemos a entrevista, fotos, relatórios iniciais da Refinaria, notas, outros documentos, e a elaboração e publicação do livro No rio dos papagaios.
- A Osvaldo Harques de Oliveira, agradecimento especial pela gentileza com que nos recebeu, pela longa entrevista concedida, pelos documentos e fotos pessoais, além de suas notas sobre a história das organizações sindicais dos petroleiros, consulta obrigatória para quem pretende se debruçar sobre a matéria.
- A Nemésio Salles, agradecemos a entrevista concedida e a sua memória apurada que nos ajudou a re-construir o clima existente entre os trabalhadores da Bahia nos anos 60.

- A Carlos Freitas, Maeckel Lins, Ivon Ferreira, José Marcelino e Emanoel Rego, agradecemos os documentos cedidos. Respectivamente, foram responsáveis pelo fichamento de matériais sobre os petroleiros que constam de edições de jornais da época, fotos, cartas, a foto da sede do SINDIPETRO na Piedade, na década de 60, o extrato do I.P.M. da VI Região Militar dos petroleiros da Bahia, e outros documentos.
- Ao SEDOT Setor de Documentação Técnica da Região de Produção da Bahia da PETROBRÁS, agradecemos fotos e material de imprensa da época.
- A Walmir Ferreira, Anderson Costa, Airton Pena e Sérgio Costa, agradecemos os esclarecimentos técnicos e, ainda, aos dois primeiros, por atuarem como nossos cicerores em visita à Refinaria.
- A Marta (SINDIPETRO-Cubatão) e Mob (SINDIPETRO-RJ), agradecemos as informações e, no caso do segundo, os documentos cedidos.
- Ainda a José Carlos Sodré, Ivan Dias, ao SINDIFAZ, ao STIEP, ao SINDIPETRO-Bahia, à CUT-Bahia, ao SITICCAN e ao SINDIMÚSICOS, agradecemos o apoio material e financeiro para a digitação deste trabalho.
- Um especial agradecimento cabe às "revisoras" Nazaré e Solange. Suas funções excederam à mera revisão. A primeira, ao trabalhar na Parte I, e a segunda, ao trabalhar todo o texto, contribuíram com valiosas sugestões sobre a organização desta dissertação, a moderação do estilo apaixonado do autor, a revisão ortográfica e a melhoria do próprio texto.
- A colega de Mestrado, Maria de Lourdes, agradecemos a digitação deste trabalho em primeira forma, e a Sonia Moreira e Rosemary Araújo, agradecemos a digitação e formatação atuais.
- Aos colegas da disciplina PESQUISA ORIENTADA, agradecemos as sugestões, e ao Professor João Reis, a quem tivemos a oportunidade de apresentar nossas idéias sobre o tema, pela primeira vez.
- Pela colaboração prestada durante a fase de elaboração e conclusão deste trabalho, registramos ainda agradecimentos a:
  - Manuel "B" e a Luiz Navarro de Brito, o primeiro do SDP, e o segundo, chefe de gabinete do deputado Waldir Pires, ambos na Cāmara dos Deputados, cm Brasília;
  - Wellington, pelas fotos da Reforma, e a Elis e Magda, pela transcrição das fitas de entrevistados.
- E, finalmente, pelas "dicas", informações, indicações e viabilização de acesso a material, agradecemos a: Luís Seara, Expedito, "Mangabeira", "gaiola", Astério Costa, Glória, José Carlos Sodré, Luís Aboim, Airton Pena (do SINDIPETRO-Bahia), aos professores João Reis e Ubiratan Castro, a Eduardo, Felício, César Mota, Dodôra (vereadora do PT de Volta Redonda), e aos meus familiares, Franklin Oliveira (pai), Helena Oliveira (mãe) e Cybele Bacellar.

O que importa aqui é em que medida elas podem se tornar conscientes das ações que devem executar e executam efetivamente para conquistar e para organizar a sua posição dominante. Portanto, o que importa é a questão seguinte: até que ponto a classe em questão realiza "conscientemente", até que ponto inconcientemente", até que ponto com uma consciência "correta", até que ponto com uma consciência "correta", até que ponto com uma consciência "falsa", as tarefas que lhe são impostas pela história?

(George Lukacs)1

Brasileiros. A grande virtude nacional neste momento histórico deve ser uma virtude militar — a disciplina. As circunstâncias impõem a nossa conduta, o atributo dos povos fortes — a tenacidade. A Nação, determinada e tenaz, há de realizar os reais altos objetivos do progresso, sob a proteção do pavilhão auriverde, símbolo da unidade e de grandeza do Brasil.

(Getúlio Vargas)<sup>2</sup>

## SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	12
RESUMO	16
APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	24
PARTE I - ALGUNS ELEMENTOS DO CONTEXTO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DA REFINAÇÃO	44
CAPÍTULO 1 - O "NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO" NA BAHIA	46
CAPÍTULO 2 - UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA INICIAL	52
CAPÍTULO 3 - AS ESTRATÉGIAS PETROLEIRAS	73
PARTE II - A CALDEIRA DO DIABO	87
CAPÍTULO 4 - "OS PRIMEIROS ANOS DE MATARIPE"	88
4.1 CASA DE FORÇA 4.2 O APARTHEID DE MATARIPE 4.3 A CALDEIRA DO DIABO	88 93 97
CAPÍTULO 5 - A ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO: UM CENTRO OPERÁRIO	106
5.1 UMA LUZ NO TÚNEL	106
5.2 A ORGANIZAÇÃO DO "LABORÉ"	114

5.3	A RENÚNCIA DE CARNAÚBA E A ACELERAÇÃO	
	DA ORGANIZAÇÃO	117
CAPÍTUL	O 6 - A CRIAÇÃO DO SINDICATO DA EXTRAÇÃO	127
6.1	A GRANDE AMPLIAÇÃO	127
6.2	ÓLEO DERRAMADO	130
6.3	UM PRESIDENTE SEM CONSENSO	133
6.4	A POSSE DA PRIMEIRA DIRETORIA E A RELAÇÃO	
	DOS PIONEIROS COM OS POLÍTICOS REGIONAIS	136
6.5	O INÍCIO DA AÇÃO REINVINDICATÓRIA: A BASE	
	EMPURRA PARA O AVANÇO DA ESTRATÉGIA SINDICAL	138
PARTE I	II - INCÊNDIO EM MATARIPE	151
CAPÍTUI	0 7 - SURGE O SINDIPETRO	153
7.1	VIDA CURTA PARA UMA ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL	153
7.2	OS PRIMEIROS TEMPOS: DE NOVO A	
	ESTRATÉGIA ASSISTENCIALISTA	155
7.3	UMA DIRETORIA ASSUME NO MEIO DA LUTA	157
7.4	"OU EQUIPARA OU AQUI PARA": A OPERAÇÃO	
	DE EQUIPARAÇÃO SALARIAL À CUBATÃO	164
CAPÍTUI	O 8 - A ASCENSÃO DOS TRABALHADORES DA	
	REFINAÇÃO NUM CONTEXTO REGIONALISTA	
	E DE CRISE INSTITUCIONAL	189
8.1	AS ELITES BAIANAS E A PETROBRÁS	190
8.2		196
8.3	EM BUSCA DE INFLUÊNCIA POLÍTICA NA	
	DIREÇÃO DA EMPRESA	198
8.4	ROQUE PERRONE E O SISTEMA DE PODER	
	VIGENTE EM MATARIPE	202
8.5	A CPI DE MATARIPE E A PRIMEIRA DISPUTA	
	DOS TRABALHADORES PELO PODER NA REFINARIA	206

8	.6	A CRISE PRESIDENCIAL E SUAS REPERCUSSÕES	
		NOS PETROLEIROS DA BAHIA	212
8	.7	REGIONALISMO: DA PALAVRA AOS ATOS	221
CAPÍ	TULC	9 - O FIM DO "PACTO REGIONAL"E A CONSOLIDAÇÃO	
		DA NOVA ESTRATÉGIA DOS PETROLEIROS	233
9	.1	APARECEM AS PRIMEIRAS DIVERGÊNCIAS NO SINDIPETRO	233
9	.2	A GREVE "POR GEONÍSIO"	238
9	.3	O FIM DO SISTEMA DE PODER VIGENTE EM MATARIPE	253
9	.4	ELEIÇÕES NO SINDIPETRO	254
9	.5	A "CRISE DOS TÉCNICOS"	261
9	9.6	OS PETROLEIROS E AS GREVES POLÍTICAS	
		NO PARLAMENTARISMO	265
9	9.7	OS PETROLEIROS NA POLÍTICA: AS ELEIÇÕES DE 1962	273
CAPÍ	TULO	0 10 - O REDIRECIONAMENTO DA POLÍTICA DO	
		GOVERNO JANGO	285
1	10.1	O PLANO TRIENAL DO GOVERNO E O SEU	
		AFASTAMENTO DOS TRABALHADORES	285
:	10.2	O "ENQUADRAMENTO POLÍTICO" DO SINDIPETRO	
		E A ELIMINAÇÃO DO CAMPO À DIREITA NA DIRETORIA	292
:	10.3	O "ORIENTADOR" DO SINDIPETRO	301
:	10.4	A CRIAÇÃO DA ASPETRO	305
:	10.5	A CAMPANHA PELAS REFORMAS DE BASE E O SINDIPETRO	309
:	10.6	A NOVA SEDE	312
CAPI	ÍTUL	O 11 - MUDANÇAS NO GOVERNO E NA PETROBRÁS:	
		OS DOIS DIRETORES BAIANOS	320
:	11.1	A SAÍDA DE MANGABEIRA	320
:	11.2	A CRISE SETEMBRO-OUTUBRO E SUAS	
		REPERCUSSÕES EM MATARIPE	323
	11 2	IIM ECMPANICO DOCIMENTO	330

÷

CAPÍTULO	12 - OS ÚĻTIMOS TEMPOS	337
12.1	A REAPROXIMAÇÃO DE JANGO COM OS TRABALHADORES	337
12.2	A QUEDA DOS DIRETORES DA EMPRESA	
	INDICADOS PELO SINDIPETRO	339
12.3	AS ELEIÇÕES NO SINDICATO DA EXTRAÇÃO	347
12.4	CONTAGEM REGRESSIVA	353
12.5	NOS DIAS DO GOLPE	360
12.6	A INVASÃO DA SEDE DO SINDIPETRO	370
PARTE IV	- APAGAM-SE AS LUZES DE MATARIPE	384
CAPÍTULO	13 - VIOLÊNCIAS E ANOS DIFÍCEIS	386
13.1	OS "PRIVILÉGIOS" DOS PETROLEIROS	
	E DA AÇÃO SINDICAL	386
13.2	REPRESSÃO E VERSÃO	390
13.3	A "NOITE DE SÃO BARTOLOMEU"	402
13.4	DIAS DIFÍCEIS	411
CONCLUSÃ	0	421
REFERÊNC	IAS BIBLIOGRÁFICAS	429

•

### LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABC Região de Santo André, São Bernardo e Campinas
- ABES Associação Baiana de Estudantes Secundaristas
- ACCAP Ação Cooperativa Comunitária das Áreas Problemas da Cidade do Salvador
- AEPE Associação dos Empregados da Petrobrás
- AP Ação Popular
- ASPES Assessoria de Pessoal
- ASPETRO Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica do Estado da Bahia
- BCE Biblioteca Central do Estado
- BID Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BNDE Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
- CEDPEN Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional
- CEEB Companhia de Energia Elétrica da Bahia
- CENTRAL Ginásio Estadual da Bahia
- CES Comissão de Enquadramento Sindical
- CGT Central Geral dos Trabalhadores
- CGT Comando Geral dos Trabalhadores
- CHESF Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
- CIOSL Confederação Operária Internacional dos Sindicatos Livres
- CLT Consolidação das Leis do Trabalho
- CNP Conselho Nacional do Petróleo
- CNPQ Conselho Nacional de Pesquisas
- CNTI Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
- COELBA Companhia de Energia Elétrica da Bahia
- CONTEC Confederação dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito
- COPEB Companhia Petroquímica do Estado da Bahia

CPC - Centro Popular de Cultura

CPD - Comissão Paritária de Disciplina

CPE - Comissão de Planejamento Econômico

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CPOR - Centro de Preparação de Oficiais da Reserva

CPOS - Comissão Permanente das Organizações Sindicais

CPOSB - Comissão Permanente das Organizações Sindicais da Bahia

CREBA - Conselho Regional de Engenharia da Bahia

CRH - Centro de Recursos Humanos

CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DCE - Diretório Central dos Estudantes

19° BC - Décimo Nono Batalhão de Caçadores

DMS - Departamento Militar de Salvador

DNPS - Departamento Nacional de Previdência Social

DNT - Departamento Nacional do Trabalho

DOPS - Departamento da Ordem Política e Social

DRT - Delegacia Regional do Trabalho

ESCOM - Escritório Central de Compras da PETROBRÁS

ESSAL - Escritório de Salvador da PETROBRÁS

FAB - Força Aérea Brasileira

FCC - Fluid Craking Catalitic

FFCH - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

FFLCH - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FMI - Fundo Monetário Internacional

FNM - Fábrica Nacional de Motores

FPN - Frente Parlamentar Nacionalista

FRONAPE - Frota Nacional de Petroleiros

FSD - Forum Santista de Debates

FTI - Federação dos Trabalhadores na Indústria

GIFAN - Fábrica de Asfalto do Nordeste

IBP - Instituto Brasileiro do Petróleo

ICEIA - Instituto Central de Educação Isaías Alves

IGHB - Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INL - Instituto Nacional do Livro

IPM - Inquérito Policial Militar

JANGO - João Goulart

JK - Juscelino Kubistchek

MATARPLIA - Empresa de ampliação de Mataripe

MCS - Mestrado de Ciencias Sociais

MIC - Ministério da Indústria e Comércio

MOMSP - Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo

MUNOP - Movimento de Unidade Operária

NMO - Núcleo de Movimento Operário

NPOR - Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

PAC - Pacto de Ação Conjunta

PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo

PANAIR - Panamerican Airlines

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PDC - Partido Democrata Cristão

PEA - População Economicamente Ativa

PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S/A

PO - Organização Revolucionária Marxista Política Operária

PR - Partido Republicano

PS - Partido Socialista

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSD - Partido Social Democrático

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PUA - Pacto de Unidade e Ação

PUI - Pacto de Unidade Intersindical

REDUC - Refinaria de Duque de Caxias

RLAM - Refinaria Landulpho Alves de Mataripe

RPBA - Região de Produção da Bahia

SEMED - Serviço Médico da Refinaria de Mataripe

SINDICATO DA EXTRAÇÃO, SINDICATO DE EXTRAÇÃO OU SINDIPETRO DA

EXTRAÇÃO - Como era também chamado o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Extração do Petróleo no Estado

da Bahia

SINDIPETRO-BA - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Destilação e Refinação no Estado da Bahia SINDIQUÍMICA - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Química e Petroquímica do Estado da Bahia

STIEP - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Petróleo no Estado da Bahia

STM - Supremo Tribunal Militar

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUMOC - Superintendência da Moeda e Crédito

TEBASA - Companhia Telefônica da Bahia

TEMADRE - Terminal Marítimo de Madre Deus- Bahia

UDN - União Democrática Nacional

UEB - União dos Estudantes da Bahia

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UNE - União Nacional dos Estudantes

UST - União Sindical dos Trabalhadores

### RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de contribuir para o resqute da história dos petroleiros da Bahia, mais particularmente os que trabalharam na Refinaria de Mataripe no período entre 1954 a 1964 e que construíram sua organização sindical. A escolha desta experiência se deve a vários fatores, entre os quais o fato de que a refinaria se constituiu num marco para a industrialização em bases modernas na Bahia e no Nordeste, acelerando o seu desenvolvimento econômico e social. Analisa-se um processo no qual trabalhadores foram capazes de pôr em prática estratégias de ascensão social que os colocam como exemplo a ser seguido por outros na Bahia e a nível nacional. Busca-se desvelar o nível de consciência que eles tiveram das chamadas determinações estruturais e como se inseriram nas lutas de classe e frações de classes num período que merece uma revisão crítica dos cientistas sociais. Apesar de os sindicatos, ao longo do período, estarem limitados pela estrutura sindical atrelada ao Estado, exercendo o papel de correia de transmissão do partido e do Estado, pode-se verificar a autonomia relativa desses trabalhadores que, por fora e por dentro do pacto populista, chegaram a trabalhar nos limites desse projeto, rompendo, em certos momentos, com sua lógica, embora não tendo chegado a se constituir num projeto próprio e mais abrangente dos trabalhadores. O pacto social em curso só se tornou possível com o seu progressivo "enquadramento político" e a articulação das bandeiras gerais com as estruturais da categoria. No tratamento do tema, é utilizado um método dialético para reconstruir a totalidade através da articulação das diferentes dimensões dos fenômenos, apreendendo as relações que estabelecem entre si. Busca-se assim, na práxis, uma relação de diálogo fazendo com que as hipóteses, seu tratamento e as conclusões surjam não só da vida concreta mas também de um novo patamar de generalizações que se busca abstrair no estudo de outras realidades e contribuições de caráter universal. Nos anos posteriores, os novos caminhos seguidos pela economia e pela política nacional se encarregaram de ir reduzindo o peso específico desses trabalhadores na indústria do petróleo nacional, tornando necessárias outras formas de ação e luta. O resgate desse período se propõe, porém, a incorporar os elementos da tradição de organização desenvolvida em uma área do Nordeste do país à história geral da luta dos trabalhadores.

### **APRESENTAÇÃO**

É toda essa, em termos gerais, uma região de economia rural há séculos inalterada quanto aos seus gêneros de produção, a não ser alguns trechos em que a pecuária, atividade ali também muito antiga, substituiu a carne e as usinas como Pojuca e adjacências; região de baixos índices de vida, de concentração demográfica média e população decrescente em relação ao Estado, com déficit de indivíduos do sexo masculino em idade de trabalha, 6 um foco imigratório dependente de trabalhadores de outras zonas do Estado para as suas colheitas.

(Thales de Azevedo)

:

Muito antes de pensarmos em elaborar uma dissertação sobre a história dos trabalhadores da refinação do petróleo na Bahia já entrávamos em contato com esta categoria. Mais precisamente, desde 1981 quando coordenávamos a Unidade Sindical criada naquele ano no Estado.

Pouco tempo depois, a diretoria classista eleita em 82 enfrentaria uma cerrada oposição dos "velhos" que, por sua vez, recebiam dos "novos" tratamento equivalente ao destinado por estes aos "pelegos".

Acompanhando de perto a atuação desta diretoria, cassada em 83, e voltando a fazê-lo na condição de assessor voluntário do Departamento de Formação, com a posse de nova diretoria classista em 1990, não seria surpresa que, em função das mudanças políticas e práticas ocorridas no movimento sindical particularmente vindo à tona no IV Congresso Nacional da CUT, chegássemos a este tema.

Ao abraçarmos o tema da história do SINDIPETRO no período de 1954/64, tivemos problemas de diversas ordens. O primeiro foi a dificuldade de fontes primárias, obrigando-nos a um verdadeiro trabalho de detetive. Os "arquivos" da entidade não fugiam à regra da maioria das entidades sindicais, entando em condições precárias, seja pela destruição que sofreram em 64 e pelas várias intervenções, seja pela pouca atenção dada pelos

trabalhadores à construção da sua história, cedendo espaço ao discurso da história oficial das classes dominantes para legitimar o discurso da história oficial.

O segundo problema ocorreu pela necessidade de reavaliar o instrumental teórico e conceitual com que trabalharam diversos cientistas sociais que se debruçaram sobre realidades semelhantes, de forma a nos capacitar melhor para investigar o tipo de inserção nordestina — mais particularmente da Bahia — na divisão nacional do trabalho, as especificidades das formas de dominação de classe, o nível de consciência operária destas "determinações" e o seu papel na construção da história. Tratava-se, ainda, de analisar o pano de fundo desse período de lutas de classes e frações de classes de forma a apreender a influência do contexto geral sobre o processo em estudo, assim como os fenômenos, que ora nos dispusemos a analisar, puderam se projetar além das nossas fronteiras estaduais.

O nosso trabalho tem como objetivo essencial tratar do "modelo" de sindicalismo que se desenvolvia naquele período. Secundariamente, tratamos de suas conexões sociais, políticas, ideológicas, econômicas e culturais, buscando reconstruir a realidade onde se inseria.

Ao recuperar esta história, buscamos reconstruir situações onde homens agiram em circunstâncias concretas e a partir de suas limitações. Buscamos, também avaliar a contribuição espeçífica dos petroleiros, particularmente dos trabalhadores da refinação, ao sindicalismo baiano e brasileiro, na formação de uma cultura de organização, apreender os projetos que foram capazes de gerar esses trabalhadores à luz de um período dos mais importantes da nossa história, onde as contradições das classes dominantes e seus modelos de desenvolvimento levaram ao rompimento institucional.

As constantes e às vezes longas transcrições de depoimentos dos atores deste período devem-se a uma questão de fidelidade as suas opiniões e à real consciência que tiveram dos momentos vividos.

história, procuramos Nessa estar atentos à influência, na empresa, das mudanças de conjunturas e de correlação de forças entre as classes sociais; à posição dos diversos grupos sociais е políticos em função acontecimentos e como tomaram parte neles: à evolução da consciência experimentada por seus líderes, pela influência de fatores internos e externos; ao mesmo tempo avançando na história do sindicalismo brasileiro e na conquista de novas qeneralizações que contribuam para a teoria política das transformações sociais.

Ao longo deste trabalho, evoluímos de uma visão intuitiva, que tínhamos pela convivência com estes trabalhadores, para o entendimento do seu significado para a história do Estado e do movimento sindical.

que construíram se coloca como ponto usina essencial da passagem do Estado de uma economia agrária para economia industrial. As características de uma contínua deste tipo de indústria, sob um regime estatal, levaram à fixação de trabalhadores em condição não existentes região. A especialização de suas tarefas, num país dependente desta forma de energia, no período de arrancada para sua industrialização em grande escala e nas condições políticas dos anos sessenta, levou à ascensão social destes trabalhadores cujo sindicato e lideranças tiveram um papel essencial, fazendo parte, os petroleiros, ainda hoje, do imaginário político da sociedade.

Observando mais de perto o núcleo das divergências entre gerações, percebemos que os problemas situam-se entre o grupo de trabalhadores que entrou na PETROBRÁS antes dos anos sessenta e os que assim o fizeram a partir dos anos setenta. Mas só podem ser entendidas se articuladas com o contexto social, político, econômico e cultural que marcou a criação e o desenvolvimento da empresa que tem sua história confundida com os grandes acontecimentos do Brasil moderno e contemporâneo.

A repressão que se estabeleceu sobre os petroleiros diz bem sobre o papel que tiveram naqueles anos. Originou o maior IPM — Inquerito Policial Militar — no Norte e Nordeste, um processo de mil e oitocentas páginas, das quais tivemos acesso a pouco mais de dez por cento. Foram dezenas de presos

com, pelo menos cinquenta processados na Bahia. A nível nacional, foram mais de 1000 interrogados e 500 demitidos. A cada 20 petroleiros do país, na época, pelo menos um passou por investigação militar. Não é mais possível ignorar sua presença na história brasileira, particularmente nos anos cinquenta e sessenta.

### NOTAS À APRESENTAÇÃO

- 1 Placa comemorativa da descoberta do petróleo, em Lobato-Bahia.
- 2 Georg Luckács. História e consciência de classe; estudos de dialética marxista. Porto: Ed. Elfos, 1989.
- 3 Thales de Azevedo. Problemas sociais na exploração do petróleo na Bahia. Artigo constante do Suplemento especial do Jornal A Tarde, 20 jan. 1959, por motivo da conferência do Petróleo, promovida pelo vespertino.

### INTRODUÇÃO

J,

;

A época em que a Refinaria foi implantada em Mataripe, coicindiu com a decadência da economia. (Jairo Farias)

Eu... fui pra Empresa... vindo de uma área... a área onde eu comecei a ganhar consciência política, uma área naquele tempo... era uma área de atrito trabalhista, a área da cana-de-açúcar, da usina de açúcar aqui na Bahia... Minha consciência política começou dali... devido ao sofrimento que eu vi passar o cortador de cana, os homens que trabalharam, os operários que trabalharam ali, escravizados naquela época, verdadeira escravidão. Naquela época... trabalhava o ano todo, não pegava em dinheiro..., era aquele tempo de colonialismo mesmo brabo, daquele... senhor de engenho.

(Flordivaldo Dultra)'

O início das atividades do Conselho Nacional do Petróleo — CNP, na Bahia, data de 1939. Entretanto, apenas em 1954 seria criada a organização sindical dos trabalhadores na indústria do petróleo.

Para o reconhecimento do Sindicato pelo Estado, a Legislação da época — a CLT corporativista — exigia a passagem da entidade por estágio associativo que somente se completaria em novembro de 1957. Mas esta concessão viria apenas para os trabalhadores da extração, o que prolonga a luta pela Carta Sindical dos trabalhadores da refinação por mais dois anos. Esse processo coloca os petroleiros da Bahia perante duas organizações — caso único existente no país até hoje.

A necessidade de organização contra a exploração já era sentida desde a década de 40. No entanto, funcionários públicos eram proibidos de ter sua própria organização. Este problema só ficou resolvido com a criação da PETROBRAS.

Havia porém, desde o início, outros obstáculos a enfrentar: o regime militarizado de gestão do trabalho; as dificuldades de deslocamento entre os campos; o nível de instrução dos petroleiros à época; a ideologia nacional-desenvolvimentista vigente, entre outros.

Isto, porém, não impediu que se verificassem protestos, particularmente aproveitando os espaços surgidos por

:

ocasião do clima de abertura do fim da Segunda Guerra Mundial e as lutas pelo monopólio estatal do petróleo. Os jornais da época contêm denúncias sobre as condições de vida e trabalho dos operários e a arbitrariedade dos chefes e dirigentes. Registram, inclusive, em novembro de 1945, o aparecimento de uma forma embrionária de organização.

A criação da Refinaria Nacional de Petróleo S.A. permitiu concentrar, em Mataripe, centenas de trabalhadores vindos de vários lugares, em processo semelhante ao início da construção da indústria de base do país, na década anterior. Esta parte dos trabalhadores do petróleo vivencia, conjuntamente, as duras condições de trabalho, os atrasos no pagamento, o trabalho perigoso e insalubre, as contradições entre operários e engenheiros, a separação entre os diversos grupos sociais. E isto acontece durante todas as horas do dia, da semana, e até por meses seguidos.

Da decisão da constituição de Mataripe até a sua entrada em funcionamento, decorreram cinco anos de pressões, de acordos, de problemas de falta de estrutura do Estado e de dificuldades em adquirir tecnologia nacional. Levaram a opções que nem sempre evitaram prejuízos à operação da refinaria que conta com grande número de trabalhadores, parte deles recrutados num Estado com pouca tradição industrial.

Por outro lado, a política da construção do CNP (Conselho Nacional do Petróleo), na Refinaria, reforçou certos

elementos de dominação sobre os trabalhadores da refinação. O recrutamento de operários vindos de várias partes do país dificultava a organização sindical. As duras condições de vida e trabalho de Mataripe tenderam à fixação de contingentes não especializados, vários provenientes das usinas de açúcar do Recôncavo em decadência. Reforçariam esta situação os baixos salários, insuficientes para atrair outros profissionais.

A Bahia vivia a condição de estado de economia agrária, com a existência de poucos estabelecimentos industriais. A chegada, no Estado, de uma indústria de operação contínua, nas condições técnicas da época, exigia a fixação dos trabalhadores necessários a seu funcionamento.

Os direitos assegurados aos trabalhadores do CNP eram uma raridade na época. Carteira assinada, refeitório, posto médico e odontológico, moradia, cantina e outros benefícios, tudo isso colocava os petroleiros à frente das condições dos trabalhadores do Estado, no início da década de 50.

Essa situação também colocou novas condições para a evolução da classe operária no Estado. Uma das tarefas cumpridas pela indústria do petróleo na Bahia foi o desenvolvimento deste novo tipo de operariado industrial.

O trabalho próximo ao local de moradia, a gestão militarizada, as condições rudimentares de trabalho foram

instrumentos essenciais para extrair o excedente necessário ao indústria desenvolvimento da nascente е à política de substituição de importações, face à precariedade de investimentos existente. Além disso, a política de pessoal do CNP era combinada com a exploração de excedentes através da utilização dos métodos capitalistas de aumento da jornada de trabalho e a redução, ao mínimo, dos gastos com a reprodução da força de trabalho.

Outro elemento deste contexto era a ideologia nacional-desenvolvimentista, utilizada como mecanismo de legitimação e integração dos trabalhadores no projeto das elites. Mais tarde, o seu discurso foi utilizado pelos próprios trabalhadores enquanto estratégia de ascensão social.

A ideologia nacional-desenvolvimentista se tornava eficiente à medida que vinculava seu discurso a uma situação prática. Já nos referimos à composição social daqueles trabalhadores. Importa acrescentar que estavam construindo a empresa onde trabalhavam. Seu empreendimento contava com ampla repercussão social demonstrada pela presença de presidentes, governadores e outras autoridades, cobertura jornalística, etc. E isto se fez em meio à mais permanente campanha de opinião pública já vista no país.

Os petroleiros só despertariam dessa condição passiva no exercício da hegemonia das classes dominantes, ao final da década de 60, quando, a partir das necessidades da

grande ampliação com suas unidades mais complexas, a empresa viu-se obrigada a recrutar trabalhadores de nível médio em larga, escala passando a fazê-lo em escolas como o Ginásio da Bahia e a Escola Técnica que já tinham tradição de movimento estudantil.

Neste trabalho, abordamos a condição de pioneiros, mais de uma vez, desses trabalhadores. Mostramos como as reduzidas expectativas sociais retardaram a luta pela melhoria de suas condições de vida. Mostramos, além disso: a reação de um setor mais avançado a partir de 1953; a criação da PETROBRÁS e o nascimento da Associação dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo na Bahia; o aceleramento da organização sindical, verificado com a substituição do seu presidente a partir de julho de 1956; a alegria e a decepção com a criação de um Sindicato que não abrangia toda a categoria; a entrada em cena da base, colocando as primeiras reivindicações e forçando a mudança de estratégia dos pioneiros; a partida para a nova luta pela organização dos trabalhadores da refinação e a conquista da nova Carta Sindical.

Discutimos os momentos essenciais desta fase que permitiu acumular forças para as grandes lutas da década de 60, quando os trabalhadores do petróleo precisaram enfrentar o sistema de poder e gestão de trabalho militarizada, imperante em Mataripe.

Sua inserção na conjuntura do período é marcada, no início, pela influência do regionalismo, e, mais tarde, pelo populismo. Esses fatores ideológicos se refletem em suas opções, estratégias ou organização sindical. Porém, apesar de ser parte integrante do pacto populista, a experiência desses trabalhadores guarda particularidades pouco discutidas. Houve momentos em que romperam com os limites da legislação sindical, seja na greve de 60, ou no caráter político do sindicalismo que imprimiram a partir de 62, e desenvolveram certos instrumentos de participação das bases no sindicato.

A dinâmica e os interesses dos movimentos dos trabalhadores não permitiram uma adesão automática a momentos expressivos do pacto populista, particularmente até o fim de 1962. As próprias reformas de base só contam com a participação dos petroleiros da Bahia quando são articuladas com bandeiras que colocam em questão a estrutura da produção e refinação do petróleo.

Os anos 60 assistem ao surgimento de uma nova organização, saída do tronco comum do petróleo — a ASPETRO, futura SINDIQUÍMICA, que teria um papel central no final da década de 70 e nos anos 80, na gestação de um "novo sindicalismo" na Bahia. Mas também, assistem a uma nova aproximação do SINDIPETRO com a política desenvolvida pelo movimento sindical ativo da época.

A evolução política do SINDIPETRO consiste num processo contraditório. A construção de organizações políticas com projetos estratégicos, junto a esses trabalhadores, se, de um lado, "enquadrou-os politicamente" nas linhas do pacto, por outro lado, traziam pela primeira vez a possibilidade de gestação de uma estratégia global — de cunho socialista — capaz de levar à política de ascensão dos petroleiros é a buscar atrair, para o seu bloco social, amplos setores sociais explorados, marginalizados, e que tivessem a ganhar com as reformas estruturais do país.

Esse projeto, porém, foi abortado logo no início. Podemos acompanhar um tempo de "ilusões heróicas", de indecisões, de covardia, e a compreensão que as classes dominantes tiveram desse processo.

De 1á para cá, muita coisa aconteceu. O Estado, que até 1965 detinha a exclusividade na produção de petróleo, chega ao fim dos anos 80 na condição de produtor de apenas 14% do 61eo nacional. A terceirização, o avanço tecnológico, a política de privatização, o estímulo à aposentadoria contribuíram para o decréscimo de trabalhadores diretamente contratados.

Os anos 70 começam a gestar uma nova realidade que iria trazer alterações profundas no perfil político da categoria. O golpe militar retirou conquistas da classe, desorganizou as organizações sindicais (com um curto hiato em

1968, logo sufocado) e agravou o autoritarismo nas relações de trabalho. Benefícios extra-econômicos retrocedem ou são eliminados.

Com o fim do pacto populista, quebra-se a aliança política que, a nível nacional, reservava aos trabalhadores a condição de co-participantes do poder mesmo que em caráter secundário. A Refinaria de Mataripe passa a ser dirigida por militares como Oriosvaldo e o Coronel Futuro, mantendo o enrijecimento nas relações de trabalho sob Normélio.

greve de 1983, em plena ditadura militar, apresenta características semelhantes à de 1960. Pouco antes, em 1982, os trabalhadores haviam eleito uma diretoria que se inspirava nas concepções e práticas do "novo sindicalismo" que nascia no ABC e outros centros. Era uma atuação que tratava os dirigentes da empresa de forma equivalente aos patrões e métodos combativos utilizava de luta: preservava independência do movimento em relação ao Estado; condenava o assistencialismo como instrumento de melhoria de condições de vida dos trabalhadores. O fim do pacto, a alteração do regime de gestão do trabalho e o agravamento das suas condições de vida e salário levaram os petroleiros a aderirem a sindicalismo classista.

A campanha de 83, desenrolada a nível nacional, só se concretizou em Paulínia e Mataripe. São tempos difíceis, com a terceira intervenção federal no SINDIPETRO, mas a revolta surda contida durante anos foi extravasada a exemplo de 1960, e, mesmo com o recuo dos anos posteriores, voltaria com força nos anos 90.

O "novo" e o "velho" sindicalismo entram em conflito no SINDIPETRO nos anos 84-90. O Sindicato voltaria para as mãos da concepção que norteava a prática sindical nos anos 60 que, face ao recuo da categoria, à repressão e ao reforço do assistencialismo, conseque prolongar o seu fim. Enquanto isto, as novas condições políticas não permitiam eliminar o "novo" sindicalismo que germinava junto às bases. Sua vitória verifica-se em 1990 e se repete em 1993. O que a categoria sentia que estava em disputa? "Novos" e "Velhos"? Combativos e reacionários? Ativos versus aposentados? A disputa ideológica entre essas estratégias não foi feita. As eleições não tiveram como tema projetos políticos. Deste modo, o acerto de contas com o passado está ainda longe de se efetivar.

Definido o tema — o "modelo" de sindicalismo que concebiam e praticavam os petroleiros da refinação, no período 1954-64, e como se subsumia no contexto local e nacional, cabe agora expor os objetivos e as hipóteses com que trabalhamos, que estão seguidas do aparato teórico-conceitual e do desenvolvimento interpretativo.

Nosso objetivo é iniciar uma revisão crítica, da ação sindical durante o período do pacto populista, mais precisamente a desenvolvida neste período na Bahia.

objeto é o movimento sindical petroleiro baiano e transborda até a origem do SINDIQUÍMICA, que surge inicialmente como uma delegacia sindical do SINDIPETRO. Nossas hipóteses são as sequintes: a) apesar do caráter central dos sindicatos da época ser o de correia de transmissão do projeto de segmentos das classes dominantes, havia autonomia relativa entre os atores sociais que chegaram, em determinados momentos, a trabalhar nos limites desse projeto ou mesmo rompendo-o, não chegando, entretanto, a globalizar um projeto próprio; b) o Sindicato estudado tomou formas diversas conforme o papel concretizado nele pelos trabalhadores da Refinaria em busca de ascensão social, chegando a elaborar estratégias políticosindicais; c) a aliança política de segmentos das classes dominantes com os trabalhadores, através de suas organizações sindicais, só foi possível com articulação das bandeiras gerais com as suas questões específicas.

3

Durante o desenvolvimento do tema, mais tarde, entramos em sua série de variáveis desta discussão.

Nossa preocupação com a pesquisa empírica, além de investigar o fato de forma objetiva, se estende a uma compreensão do fato enquanto fenômeno, o que significa uma tentativa de avaliar um acontecimento na multiplicidade de suas "determinações" e relações. O "conhecimento sobre o fato", portanto, pressupõe que o pesquisador necessariamente reconstrua o "fato" em conjunto com a situação.

Desta forma, o discurso, para evitar cair numa forma descritiva vazia e fragmentadora, por conseguinte alienadora da totalidade concreta, deve fazer parte de uma universalidade, que inclua o momento da sistematização teórico-científica. O papel do pesquisador é, evitando o unilateralismo entre esses dois pólos, reconstruir o fenômeno com toda a sua riqueza, redescobrindo seus aspectos factuais objetivos e extraindo deles novas sistematizações que vão se influenciar mutuamente.

3

O trabalho assim concebido dá forma toda própria à "necessidade tornada sujeito". A relação que consegue estabelecer entre o passado e o futuro de forma mais ou menos orgânica expressa, em última análise, uma classe social, seu projeto, seus anseios e visão do mundo.

Dessa maneira, também a reconstituição do fenômeno, elaborada na mente do pesquisador, não deve se dar de forma abstrata, através apenas de uma construção intelectual. Um castelo de cartas só é bonito para os que correm logo a vê-lo antes do próximo vento. Aqui, a via transcendental, como a das estruturas preconcebidas como valores objetivos dados, age do mesmo modo, não permite a reconstrução do nosso objeto.

Não basta, porém, o diálogo fenomenológico com o objeto. Trata-se de conceber o fenômeno como uma totalidade concreta e abstrata. É este sentido que damos às "múltiplas determinações". Entendemos o fenômeno como processo, o estar-

sendo. Que tem passado, presente e futuro. Que representa formas e conteúdos com suas relações de conflito, que tem base, em última instância, nas relações de produção capitalista.

A reconstrução da totalidade passa por articular as dimensões regional, nacional e internacional dos fenômenos, e apreender a relação dialética que estabelecem entre si. Reconhecemos, assim, a noção de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo mundial, do qual nosso país é um exemplo sofrido com suas particularidades, no que se trata de referenciação clássica das "etapas" históricas. Reconhecemos, também, a industrialização já tardia em nosso pais e na Bahia, mais particularmente em Mataripe, na década de 50, formando até a década de 70 uma nova classe operária.

Isso se concretiza nas categorias utilizadas, assim como na forma de construir o nosso trabalho. Ao buscarmos a elaboração de marcos teóricos e categorias, à medida que vamos nos debruçando sobre o objeto desta dissertação, visamos permitir que se estabeleça uma relação de diálogo entre a teorização científica e a pesquisa, onde uma influencia a outra, fazendo com que, quando se cheque ao resultado final, resultem irreconhecíveis. Uma não é a mesma de quando partiu, e outra vai mudando a direção. Assim, busca-se vencer preconceitos e empirismo. É um caminho difícil, contudo, Marx já escrevia na introdução de O Capital que não são fáceis os caminhos dos operários para escalarem as escarpas do conhecimento.

.

Ao longo deste trabalho, procuramos uma primeira demarcação de campo das sistematizações existentes sobre a matéria. Iniciamos mostrando os limites temporais e as ilusões presentes naqueles autores, expressas teoricamente, no que se refere à periodização, às afirmações unilaterais, no apagamento das expressões minoritárias fora da "ordem teórica", justificadoras do "modelo" de ação e concepção sindical daquela época, apresentado de forma impotente como um sujeito sem gênese. Não deixamos também de assinalar uma bibliografia que vem servindo como base para uma alteração de qualidade na formulação sobre este período.

Nesse sentido, a metodologia da construção teóricoprática utilizada (e que se operacionaliza na "reconstrução do
real") pretende dar conta de uma realidade de uma região com
nova industrialização, mais tardia que no Sul e Sudeste do
país, num período de agudos conflitos sociais entre dois
projetos de frações das classes dominantes, que se "resolveram"
logo após, pela via da inserção subordinada e associada ao
grande capital internacional e da repressão política.

Julgamos ter colocado elementos que podem nos ajudar a perceber a autonomia relativa dos atores político-sindicais e que, inclusive, esse movimento explica, mais tarde, a corporificação política do impasse estrutural e sua resolução por um dos caminhos colocados. Aqui, pretendemos superar a visão oriunda do determinismo politicista e economicista que estão,

conscientemente ou não, a serviço de uma visão justificadora da história.

Para isso, enumeramos alguns elementos que formam o contexto conjuntural do fim da década de 50 na Bahia. Mais precisamente, tentando estabelecer as ligações político-oportunistas e fisiológicas seguidas no Estado em relação à política auto-sustentada de alianças; as articulações entre elementos do projeto de desenvolvimento auto-sustentado e as obras de infra-estrutura estaduais; o impacto sociopolítico da implantação regional desta estrutura que produz a identificação de interesses entre segmentos diferenciados dos trabalhadores e os da burocracia estatal com o projeto populista; a "passagem desta tarefa" para diferentes frações da burquesia.

Buscamos exemplificar, numa série de situaçõeslimites, um momento de "funcionamento normal" do pacto, assim como sob a pressão de interesses conflitantes, principalmente com a entrada das massas em cena. Se, de um lado, confirmam a condição de correia de transmissão entre estado-partido e sindicato, por outro lado, permitem aportes dialéticos a uma concepção de movimento pacto.

Contudo, essa política se estabelece numa relação permanente de pressões e contrapressões que tem seu ponto de equilíbrio diferenciado conforme os espaços em disputa. É assim que se inscreve o papel do SINDIPETRO/diretoria no período político em foco, na disputa de espaços no governo e nas

instituições como lógica da ação sindical, de conquista de instrumentos auxiliares para a ascensão social da categoria.

Uma radiografia de partes das breve greves realizadas em 1960-61 permite revisar a caracterização de que o sindicalismo daquele período se resumiria a uma cupulista, politicista e hostil às organizações de base. Estabelece diferenciadores na organização dos trabalhadores das empresas privadas. Para isso, remetemos a caracterizações da ação sindical hoje. Mostramos que o chamado politicismo tratouse de uma "estratégia" sindical que tinha espaço mais amplo naquelas condições de transição, e que foram ao mesmo tempo, produto de uma "consciência-de-participação" como auxiliar dos interesses de uma das frações das dominantes.

A questão do Estado concentra as posições de praticamente todas as correntes da época. A solução que davam a esta questão não fugia dos limites populistas.

Para facilitar a leitura, subdividimos o texto em 4 partes. A primeira é de caráter teórico-conceitual, revisando certa bibliografia e o contexto histórico da região. A segunda trata da experiência dos anos difíceis 1954-1960 quando os trabalhadores constroem sua organização sindical após erguerem a Refinaria. A terceira parte discute os "anos heróicos" 1960-1964, quando é derrubado o sistema de poder vigente em Mataripe e realizada a ascensão social daqueles trabalhadores. A quarta

e última parte trata do înicio do refluxo da categoria após a brutal repressão sofrida, pela insuficiência da abrangência de sua estratégia, num quadro de derrota do projeto nacional-desenvolvimentista.

:

## NOTAS À INTRODUÇÃO

- Jairo Farias, Superintendente da Refinaria de Mataripe no período de junho de 1962 a junho de 1963, em entrevista concedida a Júlio Cesar S. de Andrade, Paulo Sérgio da C. Neves e Genice Batista de Araújo, em 2.11.89.
- Flordivaldo Dultra, diretor do SINDIPETRO, no período 1962/64, em entrevista concedida a Júlio César S. de Andrade, em 28.10.89.
- O título V da CLT regulava a organização sindical. Ao tratar 3 da instituição sindical, criava uma distinção entre Associação Profissional e Sindicato. A este, seria concedido, exclusivamente, o direito de impor contribuições aos associados, representar coletivamente os trabalhadores e a designação de representante junto à Justiça do Trabalho. Quanto à Associação Profissional, tratava-se de um estágio precário, de poderes equivalentes às associações civis, onde, ao final de um período, receberia a carta sindical, caso cumprisse uma série de exigências. O que caracteriza esse longo período que vai da promulgação da lei de sindicaliação, no início dos 30, à Constituição de 1988, é a organização sindical como concessão do Estado, não sendo reconhecido aos trabalhadores o direito de constituírem suas próprias e autônomas organizações. A carta sindical do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Petróleo no Estado da Bahia, seria concedida pelo Ministro Percival Barroso em 26/11/57.
- O Projeto 1516, criando a Petróleo Brasileiro S.A. PETRÓBRAS, foi votado na Câmara em 15/09/53, sendo sancionado pelo presidente Getúlio Vargas em 03/10/53. A Lei 2004 também estabelecia o monopólio estatal do petróleo. O Decreto 35.308, de 02/04/54 constituiu efetivamente a empresa e nomeou sua primeira comíssão diretora, presidida pelo líder udenista Juracy Magalhães. Esta é formada ainda pelo General Arthur Levy e pelos engenheiros João Neiva de Figueredo e Irnack Carvalho do Amaral. No dia 10/05, a diretoria toma posse no refeitório dos técnicos em Mataripe, e no dia 01/08 tem início o seu funcionamento operacional, com a conclusão da transferência dos bens e serviços do CNP.
- Durante muito tempo, o interesse dos jornais locais era ressaltar o desenvolvimento trazido pela PETROBRÁS. Destacavam o aumento da produção, as descobertas de óleo, a visita de dirigentes. No entanto, uma pesquisa atenta pode encontrar algum momento em que a luta dos petroleiros chegou até a imprensa. Particularmente, através do Jornal O Momento. Durante um largo período, este jornal do PCB foi o único veículo

que registrou o sofrimento daqueles trabalhadores. Já em 1949, em plena, construção da refinaria, este último anunciava (02/09); "brutalmente explorados os trabalhadores do CNP", para no dia 15/09 voltar à carga: "Exploração e perseguição em Mataripe". De outubro a novembro desse ano (19/10 a 09/11), acusa a existência de uma negociata em Mataripe. Até o período da Associação, a Refinaria de Mataripe aparecia outras vezes na imprensa como local de ocorrência de irregularidades, mesmo que a preocupação da imprensa se voltasse centralmente para o que isto representava para a Bahia; pelo menos até os anos 60, quando sofre mudanças a política das classes dominantes em relação à PETROBRÁS na Bahia.

- Em novembro de 1945, foi constituída uma comissão de 12 pessoas, representando os 342 servidores do CNP na Bahia, para reivindicar direitos como: horas certas de trabalho, melhoria de salário e garantia de serviços. Da atuação da referida comissão, só conhecemos a matéria "Alegam demissão injusta e arbitrária", do Diário do Notícias de 12/01/46. Esta registra que, após enviarem telegramas reivindicando melhorias ao presidente da República, 3 de seus membros foram transferidos. Como pleiteassem, ao diretor Pedro Moura, licença para irem dois membros ao Rio de Janeiro, tratar pessoalmente das reivindicações junto ao presidente da República, são todos demitidos sumariamente. A comunicação dizia que "por ordem do Coronel Carlos Barreto, diretor do CNP, haviam sido demitidos como perturbadores da ordem".
- 7 Em 1950, a indústria de transformação do Estado contava com 34.987 empregados para um total de 3.875 estabelecimentos. Uma média de 9 trabalhadores por estabelecimento. O maior número de empregados estava nas indústrias de produtos alimentares (31.45%) e fumo (7.52%). Dados da publicação: 105 anos de Economia Baiana; Estatística Básica 1872-1976 Aspectos Econômicos 1945-1976, publicado pela Fundação de Pesquisa CPE. Salvador, 1979, P. 115, v.2, t.2.
- 8 Nesta contribuição, preferimos trabalhar com o termo "nacional desenvolvimentismo" ao invés de conceitos tradicionais como "nacionalismo" ou "desenvolvimentismo". O motivo é a nossa consideração de que o complexo ideológico dessa época ultrapassa o período da nossa história de construção do Estado Nacional. Já o conceito "desenvolvimentismo", isolado, pouco permite esclarecer sobre a real posição de seus protagonistas na disputa entre os dois principais projetos políticos do período.
- O Ginásio da Bahia, atualmente Colégio Central da Bahia, é um tradicional estabelecimento educacional de Salvador. Abrigou, no passado, inúmeros filhos de famílias de classe média do Estado. Temos notícia da participação dos estudantes do "Central" como é chamado hoje, em vários momentos da nossa história, a exemplo das lutas democráticas da década de 40 no pós-guerra. Alguns dos entrevistados, que entraram na PETRÓBRAS ao final da década de 50, dizem ter passado por lá. Outros Colégios citados também são o Colégio Brasil, localizado antigamente na rua que viria a ter a sede do SINDIPETRO à Piedade, e a Escola Técnica Federal da Bahia, esta última

criada em função da formação de mão-de-obra de cursos técnicos de nível médib para a indústria local. Alguns dos entrevistados já traziam experiência política, foram dirigentes estudantis, participaram de outros movimentos sindicais.

O Coronel Futuro foi o interventor na RLAM durante os primeiros meses após o Golpe. Na realidade, o superintendente era João Batista Skinner que, formalmente, ficou entre abril e setembro de 1966. Foi substituído pelo militar Oriosvaldo. Pereira Bispo que comandou a Refinaria até novembro de 1971. Já Normélio Roma da Costa sucedeu a Percy Lousada de Abreu e, mesmo sendo civil, dirigiu com mão de ferro a Usina, entre maio de 1974 e novembro de 1982, constituindo-se no segundo superintendente que mais tempo permaneceu no cargo.

# PARTE I

# ALGUNS ELEMENTOS DO CONTEXTO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DA REFINAÇÃO NO PERÍODO

3,

Naquela época, a atuação sindical era um tabu. Era completamente estranho à Bahia.

(Ernesto Cláudio Drehmer)

#### CAPÍTULO 01

#### O "NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO" NA BAHIA

Em 1947, depois de quase 20 anos de intervenções (o último governador eleito havia sido Vital Farias em 1928), retomou-se o processo institucional na Bahia. Foram eleitos, sucessivamente, Otávio Mangabeira, Régis Pacheco, Antônio Balbino e Juracy Magalhães. Com exceção do último, todos articulavam-se no campo de alianças políticas do pacto populista no qual o PCB era a ala esquerda. A eleição do udenista e ex-interventor Juracy Magalhães não representou necessariamente um quadro de endurecimento político depois de 3 (três) governos que se articulavam no campo do pacto populista. Ressalte-se que Juracy Magalhães foi o primeiro interventor da Revolução de 30 no Estado.

A partir de Régis Pacheco (1951), a opção nacionaldesenvolvimentista ganha corpo nos trabalhos de implantação da hidroelétrica do Funil, na área de saneamento e energia. O governo Antônio Balbino, com Rômulo Almeida na Secretaria da Fazenda, aprofundou essa base no Estado criando a CPE, a Fazenda, aprofundou essa base no Estado criando a CPE, a COELBA, a TEBASA (Cia Telefônica da Bahia), e convênios com a PETROBRÁS para a pavimentação das rodovias do Recôncavo. O próprio governo de Juracy Magalhães obteve uma nova linha de financiamento do BNDE para a retomada da construção da Central do Funil, além da extensão das linhas de transmissão para a Zona do Cacau e de outras pequenas centrais hidroelétricas no interior, implantando definitivamente a COELBA. A obra de Joanes (adutora e estação de tratamento) teve financiamento do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, sendo concluída pelo governo seguinte.

Sobre este período e a criação da PETROBRÁS, Francisco Oliveira nos dá dados significativos sobre os investimentos efetuados pela empresa no Estado e a massa de salários pagos a seus trabalhadores entre 1955 e 1969 em relação à renda industrial do Estado'.

Essas informações permitem avaliar não só o impacto dos investimentos necessários para viabilizar a estrutura energética vital para a sustentação de uma fase superior da industrialização — uma das deficiências da industrialização do Centro-Sul, segundo o mesmo autor — como podem deduzir a luta política que foi necessária para operacionalizá-la.

Entre 1940 e 1970, ocorrerão profundas modificações na PEA. Na agricultura retrocede de 23,1% para 5,7%. A atividade indústrial cresce de 15,5% para 26,1%. O setor terciário

cresce de 59,9% para 68,2%. O Recôncavo passava a fornecer um quarto das necessidades nacionais do petróleo. Porém, a industrialização de novo tipo, nas condições políticas, sociais e culturais baianas, no período, leva à concentração de renda.

É neste quadro que surgiria o Sindicato da Extração, logo após o SINDIPETRO - Ba, e depois a ASPETRO, no processo de ascensão do Estado, nas décadas de 50 e 60 a uma melhor posição na divisão nacional do trabalho industrial.

Não é o objetivo desta dissertação examinar porque a Bahia foi escolhida para tal empreendimento além de ser fonte de matéria-prima, ou ainda uma análise das transformações estruturais existentes no período. Basta afirmar que, apesar de pesquisas petrolíferas desde a 1ª metade do século passado, e a descoberta do óleo no Recôncavo baiano em 1938, somente quase duas décadas depois foi encaminhado o projeto. Jorge Nóvoa chama a atenção para a falta de capitais e tecnologia, assim como as pressões externas e internas como fatores obstacularizadores e para o impasse estrutural como elemento impulsionador<sup>4</sup>.

Caberia discutir os dois projetos que se propuseram a solução do impasse do ponto de vista de diferentes frações do capital e que encaminharam, de uma determinada forma, o projeto de investimento em infra-estrutura na intrincada trama de relações de ruptura-continuidade que permite, por exemplo, a

:

figuras diversas, como Rômulo Almeida e Juracy Magalhães, implementarem essas mudanças na base econômica.

A fundação do SINDIPETRO se dá em pleno exercício do "Plano de Metas" dos "50 anos em cinco", entre 1955 e 1961. Basta ver os investimentos de capital (31,3 milhões de dólares em 1955 e 411,7 milhões de dólares em 1960) para ver a aceleração da presença estrangeira possibilitada através da Instrução 113 da SUMOC associada à Lei 2145/54. A primeira proporcionava facilidades ao capital estrangeiro, como a não exigência de cobertura cambial para a importação de máquinas e equipamentos".

Pode-se dizer que a organização dos petroleiros baianos ocorre em meio à luta entre dois projetos de desenvolvimento de diferentes frações do capital (substituição de importações ou associações de capitais) que se resolve através da supressão pela violência e corte institucional, pondo fim ao pacto populista. A aliança do sindicalismo populista petroleiro com estas frações tem também um aspecto material já que esse projeto respondia às necessidades da burocracia técnica em função de sua situação diferenciada em relação ao conjunto da população. Essa situação não pode ser medida apenas em função dos salários, basta ver as vantagens corporativas que as estatais, no período anterior ao atual, foram levadas a negociar com os funcionários. Para se ter uma idéia, basta comparar esses rendimentos dos petroleiros com os dos comerciários, eletricistas, bancários (excetuando-se o

Banco do Brasil), motoristas, metalúrgicos, entre algumas das categorias que tiveram destaque nas lutas do período.

#### NOTAS AO CAPÍTULO 1

3

- Ernesto Claúdio Drehmer, superintendente da Refinaria de Mataripe, no período de junho de 1963 a abril de 1964, em entrevista concedida a Júlio Cesar S.de Andrade e Paulo Sérgio da C. Neves, em 01/08/89.
- 2 Francisco de Oliveira. O elo perdido; classe e identidade de classe. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 43-44.
- Jucilia de Almeida Neves Delgado. O Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil: 1961-1964. Rio de Janeiro: Vozes, 1986. Esta autora promove um interessante debate entre as idéias de Francisco Weffort (O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; e Otávio Ianni (O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978) em relação ao caráter da crise nos anos 60, além de Francisco Oliveira (A Economia Brasileira: crítica à razão dualista. Estudos CEBRAP, n. 2, out.1972).
- Jorge Luís Bezerra Nóvoa. Sindicato, partido e estado na formação de classe dos trabalhadores no Brasil. Sitientibus; revista da Universidade de Feira de Santana, ano 6, n. 9, jun./jul.1992.
- 5 Otávio Ianni. O colapso do populismo..., op. cit., p. 28-35.

3

## UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA INICIAL

O período que delimitamos em nosso estudo, já foi abordado por inúmeros autores, sem que necessariamente chegassem às mesmas conclusões<sup>1</sup>.

Os envolvidos direta ou indiretamente, naqueles acontecimentos ou mediados por organizações políticas da época, estão no campo de posições que tendem a uma abordagem descritiva dos fatos, da sua experiência, das lutas e da estrutura sindical do período, por vezes apresentadas como se fossem as únicas possíveis. Geralmente têm fundamentações pouco desenvolvidas, embora com lições mais ricas de experiência. Alguns (a exemplo da Revista Princípios) partem, na difícil tarefa de crítica, de aspectos superficiais desta prática, sem uma caracterização mais global do fenômeno do populismo e da articulação Estado, Sindicato e Partido<sup>3</sup>.

Recentemente, o assunto voltou à baila com a adoção, pelo movimento sindical organizado em torno da CUT, de elementos constitutivos da estrutura sindical daquele período, a

saber: a opção pela reorganização de federações, abandonando a proposta dos departamentos; o crescimento na central de concepções sindicais que se assemelham a um "Sindicalismo de Estado"; o estreitamento do contato com muitos sindicatos que têm ação marcada pela despreocupação com as organizações de base ou que são correias de transmissão de interesses das classes dominantes e o seu Estado, e ligados a uma estrutura burocrático-sindical internacional: a CIOSL - Confederação Internacional Operária de Sindicatos Livres.

Desta maneira, começam a surgir elementos que levam à revisão daquelas experiências e que poderão fazer com que posições transitem de um campo à outro. Nossa contribuição visa contribuir para esta discussão, tanto quanto possível.

Num campo, situam-se teóricos e correntes sindicais com maior elaboração, portadores de uma série de nuances nas suas posições; tendem a ver os atores daquele período de forma vinculada a um "modelo" de sindicalismo. A maior parte destas elaborações foi feita entre o período da fundação da CUT até o seu III Congresso, quando se dava a disputa e se atingiu a consolidação da hegemonia das posições cutistas iniciais sobre os herdeiros do pacto populista, onde há diversos graus de superestimação do caráter classista que se havia formado.

O entendimento mais ou menos comum deste campo é que a prática sindical de conjunto, no período que marca o pacto populista (30-64), era caracterizada por um sindicalismo de

cúpula, que ignora o trabalho de base e sua organização, atrelado ao aparelho estatal e submetido a alianças pluriclassistas, deixando depreender que apenas com a desagregação desse modelo seria possível construir um "novo sindicalismo", classista, de massas, independente e democrático, quase por fora e de encontro ao mesmo.

No diagnóstico desses segmentos, é comum relacionarem, dando peso diferenciado, os fatores que contribuíram para esta desagregação, a saber: o ascenso do movimento de massas em 1960-64, as críticas à estratégia pecebista e a resistência das oposições sindicais à ditadura militar, notadamente a partir dos movimentos de 1967-68, de Contagem e Osasco.

O interesse despertado pelo resgate da história do movimento operário a partir da fase final da ditadura militar, o debate internacional das novas tecnologias e seu impacto sobre os trabalhadores e suas organizações, e, por fim, a presença da CUT na mesa do "entendimento nacional", no 2º semestre de 1990, levaram a que se produzissem algumas contribuições para a elucidação do nosso tema".

No momento, algumas dessas contribuições ainda se ressentem da necessidade da "perda das ilusões", de forma a que possam ter o distanciamento crítico necessário para um mergulho mais fundo na ação político-sindical durante o pacto populista.

:

Podemos citar algumas, como: aqueles que enxergam uma maior ou menor periodização no interior do pacto populista; os que chegam a ressaltar alguns atos-limites como a greve dos 300.000 em 1953 e momentos da luta durante 60-64; os que buscam uma melhor análise do "sindicalismo paralelo", desenvolvido pelo PCB entre o final da década de 40 até 53; os que admitem ter havido alguma representação do sindicato na base, especialmente as comisões de empresa no movimento de 53 e os delegados sindicais dos metalúrgicos do São Paulo, por exemplo; os que chegam a anotar contradições entre as ações de determinados sindicatos e a política nacional-desenvolvimentista.

Alguns, porém, não chegam a re-construir a totalidade dos atores sociais na época. Fruto deste raciocínio, são apagadas às expressões minoritárias existentes no meio sindical e político. Desta forma, o surgimento do "novo sindicalismo" mais parece um "raio em céu azul" surgido sem história e como um sujeito fragmentado.

É Weffort que, ao se referir à política do sindicalismo populista, afirma:

;

No plano da orientação, se subordina à ideologia nacionalista e apóia uma política de reformas e colaboração de classes. No plano da organização se caracteriza por uma estrutura dualista na qual as chamadas "organizações paralelas", formadas por iniciativas da esquerda passam a servir de complemento à estrutura oficial de corte corporativista e perpendicular ao estado. E, finalmente, a nível político, se subordina às vicissitudes da aliança formada pela esquerda, por Goulart e outros populistas fiéis à tradição de Vargas'.

Weffort descreve, de forma mais ou mesmo clara, o caráter de sindicato como correia de transmissão e articulação da ideologia e por interesses materiais majoritários nas classes dominantes. Instrumento para isso eram as máquinas sindicais, fruto da concessão do Ministério do Trabalho, mas também o bloco político e ideológico na sociedade e no movimento operário, e a "opressão sobre o cérebro dos vivos" de tais mecanismos e sua lógica.

3

O primeiro presidente da ASPETRO, Jair de Brito, confirma essas indicações:

As vantagens que o SINDIPETRO tinha, a gente tinha, gabinete dentário... tínhamos uma sala... funcionários também do SINDIPETRO à nossa disposição... mas o serviço burocrático... fazíamos lá em Camaçari... porque a PETROBRÁS construiu para nós um barracão que funcionava no terreno da unidade...

A COPEB, através do Superintendente, cedeu um terreno para a sede provisória e um veículo com funcionário para atender às necessidades da Associação.

Dispensa comentários a comparação entre esta ação sindical e a de luta pelos interesses dos trabalhadores de forma independente. Esta lógica não poderia deixar de causar implicações na identidade de classe na formação dos petroleiros baianos.

:

Vindo à Bahia com o propósito aparente de criar a organização sindical dos petroguímicos, Jair de Brito. militante do PCB, expressava sua acão pragmática em imediatista uma política sindical norteada por concepções estratégicas e por uma realidade de acumulação de forças desfavorável no movimento operário. Em relação ao PCB, por exemplo, na medida das suas posições e dos erros do passado, quando deixou às demais correntes dos sindicatos, puxando organizações "paralelas" e assimilando a linha ultra-esquerdista do Kominform na querra fria, que se articulou no Brasil com o "golpe nas ilusões da legalidade" do partido, em 1947.

Contudo, as limitações de análise como a de Weffort estão no não destaque da autonomia relativa dos sujeitos dentro do pacto populista. Quais eram estes "atores sociais" e como se movimentam? Jorge Nóvoa comenta:

Na verdade, não se poderia explicar a relativa estabilidade do governo JK sem a aliança que evitou crise revolucionário aberta, que deveria ter morte Getúlio. Pode-se falar sucedido à de perfeitamente no varguismo sem Vargas, na "únion sacrée" selada entre a coligação PTB-PSD (ambos construídos pelo bonaparte moreno) e o Ministério da Guerra na figura do General Lott. A este bloco juntar-se-ão o PR e o PCB... É essa a perspectiva adotada também por outros partidos, como o PDC e o PSB, que assumem claramente seu "programa" como de socorro à crise, dirigindo-se indistintamente a todos os "partidos e homens amantes do progresso, da libertação econômica e do bem estar do nosso povo".

O pacto populista, que merece esse nome da sua fase de política de massas, aglutinou os mais amplos segmentos políticos da esquerda à centro-direita, incluindo os sindicatos corporativistas. Dadas as condições de desorganização da

sociedade civil brasileira, estes últimos se constituíram no canal de participação das massas no pacto, pelas próprias funções que cumpriam na sua legitimação. No caso das estatais, a ideologia nacional-desenvolvimentista ganhou base de massas pois, além do controle da instituição, havia as posições das direções sindicais, o que se complementava com um projeto de desenvolvimento que contemplava aparentemente o conjunto da categoria petroleira.

As diversas fases — o período "pós-revolucionário" (30-33), o constitucional (34-37), o ditatorial (37-43), o da abertura (43-46), o autoritário (47-51), do populismo "institucional" (51-54), da vertente desenvolvimentista pela direita (55-61), do nacional-populismo (61-64) — mostram que não falamos de um unívoco objeto. Não está nos marcos deste trabalho analisarmos os momentos concretos em que se expressam esse objeto e suas variantes de desenvolvimento autônomo do país.

Em todos esses momentos, surgem situações limites por dentro ou por fora do pacto. A greve dos 300.000 em São Paulo é um exemplo desta situação-limite por fora. Basta se ver a construção momentânea de uma estrutura de base do movimento que questiona o controle "por cima" das cúpulas sindicais, a autonomia, com a conseqüente perda do referencial nos limites do estado burguês. Outro momento surge em 1954 com a revolta popular pela morte de Getúlio.

Porém, o principal questionamento surge mesmo por dentro dos limites do pacto. Se esta tática pode ter sido eficiente em alguns momentos para a abertura de espaços políticos para o movimento, de outro lado, influenciou e limitou os diversos atores. Basta ver os documentos, assim como vários movimentos da época, para se ter uma idéia do não rompimento com a lógica populista responsável por vários erros e ilusões do período.

À medida que a lógica era o controle "por cima", inclusive dentro das instituições dos trabalhadores, ocorre a proliferação dos grupos de interesse no movimento operário, estabelecidos na disputa que se dava dentro do pacto. Desta forma, é a ação disciplinadora contra o "regionalismo" de Mário Lima e Wilson Valença (respectivamente presidentes do SINDIPETRO E STIEP-Ba) que vai determinar a vinda de Jair de Brito para fundar um sindicato na Bahia, no que depois viria a ser o SINDIQUÍMICA. A ação daqueles dirigentes havia sido responsável pela substituição de ministro do governo Jango recentemente.

O questionamento vinha também pela direita; pense-se nas ações militares em 1955 e 1961 contra as posses de JK e Jango, respectivamente.

Entretanto, é quando as massas entram em cena que se instala uma etapa superior de questionamento pela esquerda e pela direita, polarizando os seus limites e levando ao fim do pacto. Poderíamos aqui desenvolver questões como: qual era mesmo o projeto populista e a noção de seus "limites"; se os percalços para a criação da PETROBRAS, por exemplo, se mantinham nos limites, etc. Porém, são questões para um outro trabalho.

A entrada das massas em cena no período 60-64 foi preparada por um sem número de movimentos e a criação de organizações. É o caso da CPOS - Comissão Permanente das Organizações Sindicais do Rio de Janeiro que, junto com o PUA, (Pacto de Unidade e Ação), o PUI (Pacto de Unidade Intersindical) e o FSD (Forum Santista de Debates), prepararam caminho para o surgimento do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores). O SINDIPETRO e o STIEP-Ba fazem parte deste processo.

Falta aqui, como alertamos, toda uma investigação empírica para sabermos como se articulava esta "correia de transmissão", e se houve tentativas locais de transpor esses limites.

Aqui cabe, também, investigar em que consistia realmente o "sindicalismo de cúpula sem participação das bases". É comum a afirmação de vários autores sobre o período, dizendo ser as greves decididas pelas diretorias, e seu caráter politicista.

No livro de Lucília de Almeida Neves Delgado não ficaram comprovadas essas afirmações. Demos-nos ao trabalho de

tabular estatisticamente as greves no período de 1960-1961 ali citadas e encontramos resultados que apontam em direções diferentes, embora com amostragem pequena.

São 18 greves de segmentos diversos como funcionários públicos e operários; greves nacionais e locais; por categoria ou geral, chegando aos seguintes resultados:

- 12 delas foram decididas por assembléias "da classe", sendo 01 de decisão ignorada, e 05 por decisão "da CGT e intersindicais", "da diretoria de 78 federações, sindicatos, do PAC, da CNTI e do CGT", "da CONTEC, CGT e sindicatos", "pela diretoria das principais federações sindicais, da CNTI, CONTEC e diversas intersindicais", "por decisões isoladas em cada categoria profissional";
- apenas 05 greves tiveram motivos que podem ser classificados claramente de "inspiração política";
- pelo menos metade das greves foram feitas por trabalhadores de empresas privadas.

Mesmo que as decisões de diretorias pareçam expressivas no primeiro item (1/3), deve-se notar que, das 05 que conhecemos, pelo menos 04 foram decididas em fóruns mais amplos, sendo que uma das informações não nos dá pistas sobre quem decidiu pelas categorias profissionais. Dessas 04, tratase de greve nacional (no caso dos bancários), uma é estadual (o caso dos 700.000 em São Paulo) e duas são greves gerais.

:

Basta ver os itens acima para se perceber que, se de um lado havia o problema da consulta às bases, de outro eram amplamente consultadas as lideranças sindicais. A diferença em relação a hoje é que as greves gerais são marcadas em Congresso, com delegados eleitos em assembléia convocada por decisão de reuniões de fóruns da CUT, pouco superiores à diretoria e até por decisão da executiva, consulta aos estados ou a certas lideranças, e acerto com as outras centrais sindicais.

Mesmo hoje, os movimentos dos petroleiros mantêm características como a da "diretoria fazer a greve", mesmo com a decisão de assembléia. Esta, funciona mais como respaldo para a paralisação. A categoria dá um apoio passivo, limitando-se a parar por proposta da direção. Aqui, trata-se de desenvolver um comparativo entre esses elementos "característicos" do populismo sindical e a prática atual dos sindicatos.

A questão da greve "política" também merece algumas considerações; com exceção de duas (exigência de um baiano na direção da PETROBRAS, e reagir contra a demissão do presidente da federação dos aeroviários), todas as demais greves de categoria foram por motivações econômicas. Já sobre as greves gerais, constam apenas reinvindicações políticas, tradição que continua até hoje, embora minorada.

Não vale aqui argumentar sobre a inclusão de pontos como a reforma de base em certas greves, pois não temos condições de avaliar o papel realmente mobilizador que tiveram na pauta de reivindicações, desta forma, não as consideramos como "greves políticas". Há também o inverso, questões econômicas nos movimentos gerais.

Não estamos subestimando as reinvindicações políticas e seu instrumento de massas — "a greve política" — no período. Queremos assinalar que esse não foi um processo construído inicialmente com greves economicistas e ao acumular forças na representação sindical e consolidar mais à esquerda as alianças, por cima (num quadro de falências do interesse da burguesia brasileira de sustentar o projeto nacional-desenvolvimentista), passa, posteriormente, à ação aberta dos sindicatos na política.

Um exemplo desta fase mais politizada deu-se depois da criação da ASPETRO, em 1963. Ao invés de luta salarial ou por condições de trabalho, ocorreu pela opção de produção industrial, no caso a uréia, pelo seu caráter fertilizante, e que seria preterida em relação à amônia. Diz-nos de forma esclarecedora, Jair de Brito, seu primeiro presidente:

Os trabalhadores debatiam esses problemas, todos, eram de interesse da categoria como era de interesse da empresa que era uma estatal; então de interesse da categoria.

Por último, a participação dos trabalhadores das empresas privadas, na metade dos movimentos, remete a uma pesquisa da ideologia populista no interior destes trabalhadores e suas organizações. Em que medida podemos

afirmá-la? Os canais não poderiam ser os mesmos dos funcionários das estatais. Então, qual o nível de fluidez destas relações já que dificilmente apareciam nos locais de trabalho pois sabemos que o populismo, mesmo agindo por 3 décadas, não atingiu o problema da ditadura do capital nas fábricas.

O contexto de que Jair de Brito fala, é o de uma crescente politização do movimento sindical entre 61-64, a partir, principalmente, da greve geral em defesa da legalidade, no 2º semestre de 1961.

Os movimentos nacionais (do qual participaram inclusive outros segmentos da vida nacional, como os estudantes), como a greve contra a posse do 1º ministro conservador Auro Andrade (julho de 62), ou a greve geral de setembro do mesmo ano pelo plebiscito, eram acompanhados de discurso político cada vez mais acentuado:

É necessário levar à completa derrota os preconceitos em relação à participação direta da classe operária na solução dos graves problemas nacionais, desmascarando os democratas de fachada, que só têm louvores para a intensa atividade política das entidades de empregadores e vivem, ao mesmo tempo, a clamar pelo encurralmento da vida dos sindicatos dos trabalhadores nos estritos limites da luta salarial. A participação consciente do país é irreversível, ninguém pode mais impedi-la."

Em fevereiro, por ocasião do Plano Trienal, mais um manifesto da CGT, entregue pessoalmente ao Presidente, cobra "a realização imediata das reformas de base, pela constituição de

um governo nacionalista e democrático, livre de homens comprometidos com os trustes, e os grupos reacionários"".

Em outubro de 1963, aparece outro manifesto, desta de "lutas fundamentais do programa brasileiro"12. A importância do mesmo é que, pela primeira vez, será um documento constituído apenas de propostas políticas. Um documento-plataforma de um governo de transição rumo a uma democracia popular, onde constam: defesa das liberdades democráticas, anistia ampla e irrestrita nas forças armadas, eleição para sargentos e cabos, reforma agrária, regulamentação imediata da Lei da Remessa de Lucros, ampliação do Monopólio Estatal do Petróleo, rigorosa seletividade de crédito em benefício do povo, e a realização das reformas progressistas bancária, tributária, urbana, monetária, universitária, eleitoral e administrativa.

São dois os últimos manifestos da CGT, ainda reivindicando as reformas de base como se fossem uma concessão do poder. Ambos já com o golpe em andamento;

Aos golpistas civis e militares advertimos que a classe trabalhadora brasileira não permitirá nenhum entrave na caminhada que já iniciamos pela conquista das reformas sugeridas na mensagem presidencial e pela imediata constituição de um governo nacionalista e democrático. Nesta luta contamos com a maioria do povo brasileiro integrada de civis e militares patriotas. Preparados e unidos os trabalhadores barrarão o golpe e exigirão as reformas de base...

Ou ainda:

...De acordo com a resolução da CGT alerta aos trabalhadores para permanecer vigilantes e mobilizados em condições de atender a qualquer momento a palavra de ordem de seus respectivos sindicatos, caso seja necessária a deflagração da greve geral..."

As frações hegemônicas das classes dominantes, aproveitando a brecha ocidental da guerra fria, aprofundam mais uma vez a dependência do nosso país e entram, através do golpe militar, em um patamar ainda mais alto de centralização e concentração do capital através da internacionalização dependente e associada da economia brasileira.

Aqui na Bahia, o golpe adiou o projeto de organização do SINDIQUÍMICA para 14 anos depois. Até o dia 16 de abril, 28 sindicatos se achavam sob intervenção. E o ensaio de greve geral terminou quando "Lomanto Júnior, que parecia estar do nosso lado, apareceu na televisão com uma falação totalmente diferente..."

Falando da diretoria do SINDIPETRO nesta época, o expresidente Mário Lima diz:

... A maior parte era o PTB. Também tinha muita gente no PSD. Agora, no PS, por incrível que pareça, só tinha eu... apesar de ser o presidente, eu não influía na filiação partidária dos outros... acho que a política deve servir ao sindicato... Toda vez que a política partidára se sobrepõe à política sindical o sindicato se enfraquece. Tanto que o pessoal me tinha muito respeito por isso, porque eu nunca fiz nenhuma gestão visando ajudar o PS, de nenhuma maneira. Com isso nós chegamos a ser um sindicato fortíssimo."

Por que, esta convivência pacífica no interior do SINDIPETRO, numa diretoria integrada aparentemente por quatro partidos, já que Jair de Brito do PCB era delegado sindical? não esqueçamos. Parece-nos razoável afirmar que seja porque todos esses partidos faziam parte, a nível nacional, do campo de alianças do pacto populista integrado pelo PCB.

Como dissemos anteriormente, as divergências, quando as massas não entravam com mais radicalidade em cena, se davam pela ocupação de espaços no interior do bloco histórico. É o caso da greve dos Petroleiros na Bahia que exigia um baiano na direção da PETROBRÁS, em 1961.

Por conseguinte, as lutas, para serem amplas, necessariamente teriam que unificar todo o imenso bloco de alianças que constituiu as grandes greves gerais de 61 e 62, que permitiram unificar os socialistas e trabalhistas, os democratas e liberais e progressistas, assim como os legalistas, em torno da crise da sucessão, tema em torno do qual se deram as três únicas greves gerais do período.

Aqui teríamos de desenvolver a questão dos grupos que trabalhavam nos limites ou fora da ordem, como a PO, a AP, o PRT de Francisco Julião, o PCdoB, a ALN, entre outros, cuja atuação tem significado, seja na elaboração ou na ação concreta, o transbordamento dos limites do pacto populista pelas massas. Não é, porém, o alcance deste texto, mesmo considerando seu significado, pouco resgatado pela historio-

grafia tradicional, pois todos foram criados posteriormente, ao fim da década de 50, de que estamos tratando<sup>15</sup>.

O Estado era o grande fetiche de todas as correntes que se propunham a intervir na conjuntura. Os projetos de cunho nacional-desenvolvimentista pela direita e pela esquerda tinham lugar essencial para o Estado. A associação dependente reservava para eles o papel de operacionalizador das mudanças e catalisador da disciplina da mão-de-obra e da sociedade para viabilizá-las.

A discussão neoliberal de hoje seria impossível naquele período. Vicejavam ainda, na esquerda, concepções economicistas que tendiam a confundir socialismo com estatização, distribuição de renda com supressão do mercado através de métodos administrativos. Desta forma, o objetivo inclusive do PCB se dava em "implantar as reformas de base através do Estado", usando para isso uma política de massas para ocupá-lo, ganhando progressivamente espaço institucional.

Esta política está consubstanciada na afirmação de Prestes: "O PCB ainda não era governo, mas já estava no governo".

Na disputa pela hegemonia sindical, tinha peso fundamental a aliança PCB e "esquerda trabalhista". No aparelho de Estado, a disputa era congestionada, sendo razoável supor o peso pessoal de Jango e dos segmentos nacionalistas,

populistas/trabalhistas e fisiológicos dos mais variados. Nos demais movimentos — estudantil, popular, camponês, oposições sindicais —, não era pouca a presença de organizações que criticavam a política do PCB. Por último, a entrada do PSD — com a concordância do próprio PCB — tornou ainda mais eclético o Governo de Jango.

#### NOTAS AO CAPÍTULO 2

- A abordagem de diversas publicações que tratam do assunto se dá, basicamente, em dois componentes: o da legitimação ou recuperação das concepcões sindicais que confirmavam na prática sindical de meados dos anos 30 até o final dos anos 70 (com os envolvidos, entre outros) e o de um corte ideológico e aprimorístico das manifestações sindicais naquele período, que deixam de lado aspectos importantes para apreender aquela totalidade, reconstruindo-a.
- Ver, sobre a questão, Jorge L. B. Nóvoa, Sindicato, partido e Estado..., op. cit.
- 3 Merecem ser destacadas as obras do historiador Eric Hobsbawn, já traduzidas (v. referência), assim como a de Edward Thompson (A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.3v); Ricardo Antunes (Classe operária, sindicalismo e partido no Brasil: da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Cortez, 1988); além de artigos e organizados ou escritos por Armando Brito (notadamente, O Sindicalismo de Estado no Brasil; uma análise crítica da estrutura sindical. São Paulo: UNICAMP/HUCITEC, 1991); oslivros de Leôncio Martins Rodriques (Retrato da CUT: as tendências políticas na formação das centrais sindicais no Brasil. São Paulo: CUT, 1991; e a A CUT, seus militantes e sua ideologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990)
- 4 Francisco Weffort. Os sindicatos na política do Brasil 55-64, citado por Lucília A. N. Delgado, op. cit., p. 27-28.
- Jair Pereira de Brito, entrevistas concedidas ao CRH/UFBa., em 25.05.87, e à ACCA, Mestrado em Ciências Sociais da UFBA., citado por Jorge L. B. Nóvoa. Nasce o Sindiquímica; a fundação da ASPETRO e a sua inserção na conjuntura 1963-1964. Salvador, 1989 mimeo.
- 6 Jorge L. B. Nóvoa, Nasce o Sindiquímica..., op. cit. p. 21.
- Jorge L. B. Nóvoa. Sindicato, partido e Estado..., op.cit., p.86. A última citação é de Edgar Carone. Movimento operário no Brasil (1945-64). São Paulo: DIFEL, 1981. p. 26-30.

8 Lucília de A. N. Delgado (op. cit.) cita também a organização do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André em 1961, através da atuação da diretoria, ligada ao PCB. A autora afirma, que: "Segundo a proposta da diretoria e de associados reunidos em assembléia os trabalhadores das empresas deveriam realizar amplas reuniões com o propósito de a) eleger os Conselhos de discutir e formular b) suas reivindicações; c)planificar a forma de fazer vitoriosa a campanha de sindicalização fazendo constar de seus planos o número dos que deverão ser sindicalizados por semana, a propaganda onde que deve ser levada a efeito e a hora e dia de comando às empresas..." (p.46). É ainda a mesma autora que cita o artigo de Clary Martins (O sindicato na empresa), Revista Novos Rumos, n. 110, de 14 a 20 abr. 1961, que mostra a existência de preocupações com a organização dos trabalhadores na base.

"Os sindicatos não poderão dirigir eficientemente as lutas da classe operária por suas reivindicações se, antes tudo, não estiverem profundamente enraizados nas empresas, se não estivessem fundidos com as massas, nos locais de trabalho, se não levarem o centro da gravidade dos sindicatos para ali onde a luta de classe é mais aguda, as empresas".

Criar e fortalecer as organizações sindicais nas empresas e nos bairros é o meio seguro de superar os tipos de relações ocasionais entre os sindicatos e a classe operária, como nas lutas por aumentos de salários. É a maneira de conseguir que, em face de qualquer medida reacionária dos patrões ou do sindicatos condições responder Estado, OS tenham de prontamente e a altura. Através desta, os sindicatos poderão apoiar-se na massa das empresas e melhor cumprir o seu papel no fortalecimento da unidade da classe operária é o grande motor da frente única nacionalista e democrática". (citado por Delgado, op.cit., p. 145 ).

- Jorge L. B. Nóvoa.Nasce o Sindiquímica e a fundação de ASPETRO e sua inserção na conjuntura 1963-1964. 2ª Parte. Caderno do CEAS, Salvador, CRH/DFBa, n.125, jan./fev.1990, p. 64.
- "Manifesto ao povo brasileiro e ao presidente da República", do CGT, após a aprovação da volta ao presidencialismo, em janeiro de 1963 (citado por Lucila de A. N. Delgado, op.cit, p. 166-167).
- Última Hora, Belo Horizonte, 6 fev.1963. Pala também que as greves gerais "tiveram o apoio vigoroso de milhares de patriotas civis e militares contra as manobras reacionárias da maioria parlamentar". Diz ainda que "o Ministério organizado pelo Presidente João Goulart não pode inspirar confiança aos trabalhadores e ao povo. Embora nele fiquem personalidades dignas de respeito por sua atuação nacionalista e democrática, expressa ainda uma política de conciliação com as cúpulas partidárias ligadas a interesses antinacionais e antipopulares (...) é necessário novo Governo com uma política voltada para

- os interesses pacionais e populares" (citado por Lucília de A. N. Delgado, opicit., p. 168-190).
- 12 Última Hora, Belo Horizonte, 03 out. 1963, p. 2, citado por Lucília de A. N. Delgado, op. cit. p. 172-173).
- 13 Citado por Lucília de A. N. Delgado, op. cit. p. 176-177.
- 14 Mário Lima, entrevista ao ACCAP/UFBA (citado por Jorge W. B. Nóvoa, op. cit., nota 19, p. 25).
- Nos últimos anos, têm surgido alguns livros que tratam dessa matéria, partindo não apenas do interior dessas organizações. São exemplos: Jacob Gorender (Combate nas trevas); Jair Pereira de Sá e Daniel Asrão Reis (Imagens da Revolução); e João Quartim de Moraes (A esquerda militar no Brasil), entre outros.

:

### CAPÍTULO 3

3

### AS ESTRATÉGIAS PETROLEIRAS

Apesar do descobrimento de óleo, em Lobato na Bahia, ter se dado em 1931, somente às vésperas da conflagração mundial é que se renova o interesse na energia petrolífera a partir do enfoque estratégico-militar de segurança nacional. Já em 1939 é criado o CNP — Conselho Nacional do Petróleo, e na década de 40 são construídas pequenas usinas de destilação em Aratu e Candeias, acompanhando a descoberta do óleo em Itaparica, Candeias e outros municípios do Recôncavo, abrindo possibilidades de comercialização.

Até os anos 50, era comum o recrutamento de operários nas antigas usinas de açúcar. As chefias e cargos técnicos eram entregues aos egressos do sul do país da Escola Politécnica da Bahia. Um 3º grupo era constituído de técnicos americanos presentes desde a construção da Refinaria pela M.W.Kellogs.

Quando surge a Refinaria de Mataripe, as condições políticas e financeiras do país forçam a opção por um processo

mais simples de refinação, onde boa parte das funções não exigia especialização.

Os operários do Recôncavo tinham baixas expectativas sócio-culturais. Apesar de serem provenientes de uma categoria que na década de 40 promoveu grandes lutas contra os proprietários das usinas de açúcar, as novas condições de trabalho garantiam direitos e facilidades no CNP, e posteriormente na PETROBRAS, como não encontraram com os usineiros.

Os salários eram baixos mas havia vantagens extra econômicas. Trabalhava-se com carteira assinada e assistência médica; com a possibilidade de comprar na cantina para descontar nos salários. A empresa dispunha de instrumentos ideológicos convincentes: aqueles trabalhadores estavam erguendo a empresa em que trabalhavam, enfrentando juntos as dificuldades técnicas e operacionais. Seu pioneirismo era sustentado por uma poderosa corrente de opinião pública e eram constantemente prestigiados em seu esforço por autoridades que visitavam regularmente os campos e a refinaria.

Até os anos 60, porém, aqueles trabalhadores não obtêm conquistas econômicas significativas, mesmo tendo colaborado com o esforço de guerra nos anos 40 e tendo ação decisiva na construção da moderna industrialização do Nordeste, particularmente da Bahia. As condições citadas, não permitiram

que a exploração de que eram vítimas explodisse durante todos esses anos.

Os primeiros anos da década de 60 viriam a ocasionar mudanças sensíveis na situação daqueles trabalhadores e trazem conquistas expressivas que os colocam na linha de frente dos trabalhadores do Estado, seja em termos econômicos ou políticosindicais. São dessa época os mitos sobre os petroleiros, as histórias de seu poder aquisitivo e ascensão social em relação aos setores populares.

A contrução de unidades mais complexas com a grande ampliação (57-61), possibilitou mudanças estruturais na categoria. Novos trabalhadores especializados foram recrutados em colégios de nível médio em Salvador (A exemplo do Ginásio da Bahia e da Escola Técnica), que já tinham tradição de movimentos populares, ou através da freqüência aos primeiros cursos mais estruturados da PETROBRÁS.

Os petroleiros da Bahia já haviam, desde 1954, criado a sua organização sindical: a Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Petróleo transformada, posteriormente, em 1957, no Sindicato da Extração. Em 1959, é criado o SINDIPETRO. Já no Rio de Janeiro, em Caxias e em Cubatão, os petroleiros haviam construído seus sindicatos quando se dá a primeira grande greve na Bahia pela equiparação dos salários aos do sul e sudeste, em novembro de 1960.

;

Os anos 60 exigem dos petroleiros novas estratégias. A associação, com caráter de centro operário com papel semelhante às criadas no século anterior, passa a ganhar papel de instrumento de ascensão social. Essa nova situação só pode ser entendida no contexto de embate entre duas linhas de desenvolvimento que vinha marcando a sociedade brasileira desde os anos trinta e que, ao se agudizar, abriu substancial espaço político para os trabalhadores, particularmente entre 61 e 64.

Essas circunstâncias projetaram e, ao mesmo tempo, delimitaram o avanço dos petroleiros baianos. A ascensão do seu movimento se dava em meio a uma sociedade recém-industria-lizada, mas já submetida às leis capitalistas, sob a hegemonia de um discurso nacional-desenvolvimentista. A estratégia que adotaram no contexto que viviam como parceiros minoritários, reforçou seu apreço pela empresa e pela "nação", que seria sempre manipulado pelos burocratas e políticos a serviço das classes dominantes.

Os dez primeiros anos da história da organização sindical dos petroleiros da Bahia (1954-64) questionam as noções simplistas de sua prática.

A historiografia e a sociologia, elaboradas sob as luzes dos anos 70, classificaram este período como de prática de um sindicalismo populista, atrelado aos governos do período, cupulista, sem organizações de base. Seus sindicatos, como instrumentos de controle do pacto populista. Daí para a

caracterização de pelego, feita pelas novas gerações, foi um pulo. Primeiro, em função das diferentes condições e regime de trabalho, com as influências ideológicas e práticas já citadas nas duas gerações. Segundo, na medida em que a condição de aposentados, afastados, anistiados dos antigos interferia no seu nível de interesse pela exploração sofrida pelos novos trabalhadores que adentravam a refinaria. Por último, as lideranças maiores do "novo" sindicalismo, ao conformar um novo projeto político-sindical, tendiam a confundir o peleguismo dos agentes da ditadura militar com a prática sindical levada a efeito nos anos 60, ainda mais quando os elementos básicos de sua concepção sindical foi elaborada no combate aos setores reformistas e populistas que tinham naquele momento os pelegos como aliados preferenciais, e criavam dificuldades para a sua derrubada dos sindicatos.

Nos anos 50, a ação "sindical" dos petroleiros foi bastante sofrida. Não é que faltassem motivos para a luta dos trabalhadores. Basta lembrar os alojamentos e os transportes precários, a discriminação e o autoritarismo sobre os operários, as demissões sumárias, a ausência de direitos trabalhistas, o prolongamento da jornada de trabalho, etc. Porém, outros fatores funcionavam como amortecedores das tensões sociais; uma base social diversificada recrutada em diversos cantos do país; as condições de trabalho e moradia que separavam os segmentos sociais; grande parte dos operários eram provenientes do Recôncavo baiano. Como se não bastasse, a influência militar nas relações de trabalho foi sempre uma constante na refinaria,

característica herdada da implantação da indústria de base no país nos anos 40.

A Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo da Bahia e a de Cubatão foram criadas no ano de 1954, quando a criação da PETROBRÁS acabou com o impedimento para a organização sindical dos funcionários públicos. É de supor que na época não havia espaço nem para uma organização pelega tradicional, nem para uma ação combativa que enfrentasse os graves problemas daqueles trabalhadores.

Enquanto a Associação de Cubatão foi desativada, a da Bahia acabou ganhando um caráter de centro operário, a exemplo de suas congêneres do fim do século XIX no país. Realizando funções educativas e de saúde (apoio mútuo), agindo em caráter doutrinário (tais como as entidades confessionais) explicando as leis vigentes, comemorando o dia do trabalho, permitiu uma identidade àqueles operários, que passaram a ter um canal de expressão das suas aflições, ao mesmo tempo em que acumulavam forças para as grandes batalhas da década de 60. Reunia a base social do Recôncavo e outros operários que moravam nos alojamentos, sofrendo com as discriminações numa indústria onde imperava uma das mais altas taxas de exploração da história do país e onde a folha de pagamento dos trabalhadores representava entre 3 e 5% do faturamento da produção.

O caráter inicial da Associação só vem a ser superado após a conquista da carta sindical (em novembro de 57), quando

a base empurra, em 1958-59, para a primeira campanha reinvindicatória que alcança dois aumentos no ano. Isso depois de terem ficado muito tempo sem reajustes salarias. A passagem para outras formas de ação não foi automática. A diretoria presidida por Simpliciano negaceia, manobra, mas acaba sendo empurrada para a frente pela base.

O Sindicato recupera-se parcialmente do desgaste sofrido. As pautas reivindicatórias tornam-se cada vez mais frequentes nas reuniões e assembléias do Sindicato dos Trabalhadores da Extração, contudo, para preparar o caminho das grandes lutas, passos importantes seriam dados em 1960 com a publicação do ato reconhecendo o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Refinação e a posse conturbada de sua primeira diretoria.

Uma nova base social veio impulsionar o trabalho dos pioneiros a partir de 1958, com a entrada dos operários de nível médio e superior, egressos da Escola Técnica, do Ginásio da Bahia, da Universidade da Bahia, ou dos cursos já promovidos pela PETROBRÁS. A segunda ampliação (1957-61) exigiu a criação de uma empresa para executá-la, tal sua complexidade: na MATAMPLIA, 6.000 operários chegaram a trabalhar em sua construção e montagem. Contudo, os novos operários esbarravam na cultura autoritária vigente, nos baixos salários e nas péssimas condições de trabalho da Refinaria.

Entre os ativistas alguns vinham de colégios com tradição de movimento estudantil. Outros de categorias com experiência sindical tais como bancários e portuários. Nesta época, a PETROBRÁS perdia alguns dos formandos em seus cursos para empresas do sul em função dos salários, ou da não adaptação às duras condições de trabalho nos campos do Recôncavo e na Refinaria de Mataripe. A indústria da Bahia, à época, remunerava de forma precária os operários. Houve necessidade de mudanças na correlação de forças internas na PETROBRÁS da Bahia e de mudanças políticas de fundo na conjuntura nacional para que se alterasse o regime de gestão do trabalho vigente.

Expressa-se uma nova situação que se corporifica nos movimentos: o do alojamento "88", ocorrido contra a discriminação da circulação de operários na "Rua dos Gringos" da Vila Residencial de Mataripe (1957 ou 1958); o 1º momento reivindicatório do Sindicato da Extração que assegurou dois aumentos no mesmo ano (1959); e a luta pela readmissão do presidente e secretário do SINDIPETRO, em junho de 1960.

Os trabalhadores do petróleo da Bahia já estavam organizados em Sindicatos. Cumpridos os limites legais vigentes, para dar um salto de qualidade na sua luta, só faltava a oportunidade, que apareceu com a informação, na Bahia, dos salários dos trabalhadores de Cubatão, maiores entre 50 e 300% do que os dos trabalhadores locais. O fato acabou provocando a grande greve do início de novembro de 1960 que

ficou conhecida como: "OU EQUIPARA OU AQUI PÁRA". O saldo desse movimento foi a conquista de 80% da equiparação e a realização do Primeiro Acordo Coletivo dos petroleiros, que conseguiram equiparar integralmente os salários no ano seguinte.

Pouco dias depois da greve, ocorreriam as eleições para Presidência da República, com a vitória da dupla Jânio Quadros - João Goulart. O primeiro havia feito o compromisso, em campanha, de garantir a presidência da empresa para um baiano. E, segundo Wilton Valença, chamou os dirigentes dos petroleiros para ratificar a escolha, o que abriu maiores espaços para os sindicatos no interior da empresa.

As classes dominantes locais vinham desenvolvendo um movimento regionalista que visava trazer para a Bahia maiores frutos com a industrialização. Reinvindicavam a sede da PETROBRÁS na Bahia, a retenção pelo Estado de outras formas de impostos sobre o petróleo extraído e refinado em seu território, a instalação da indústria petroquímica.

O segundo momento da "estratégia petroleira" consiste em fortalecer o SINDIPETRO e o Sindicato da Extração como instrumentos políticos de ascensão social. Através da brecha existente na conjuntura política nacional, a categoria, que acumulou forças molecularmente durante a década de 50, entra nos anos 60 fortalecida com a renovação que robustece seus quadros e uma demonstração de força às vesperas das eleições presidenciais.

As duas primeiras diretorias do SINDIPETRO, a de Osvaldo Marques (1960-62) e a de Mário Lima (1962-64), aumentam o quadro de associados, ampliam o assistencialismo e se tornam interlocutoras obrigatórias para a empresa. O ascenso das organizações sindicais coincidia com a pressão dos novos quadros técnicos por melhores condições de salário e trabalho cuja não evasão interessava à empresa.

A crise de agosto de 1961, aberta com a renúncia de Jânio Quadros, intensificou as possibilidades desta estratégia. Minoritário no Congresso e submetido a uma lógica de conflito entre as classes dominantes, que se arrastava desde o anos trinta, Jânio renuncia como tentativa de superar o impasse e voltar fortalecido. Seu fracasso faria ressurgir os medos nas classes dominantes.

As dificuldades de João Goulart começaram desde a sua volta ao país para assumir o cargo (que tornou necessário um movimento militar de base para garantir a sua segurança) e a manobra parlamentarista para lhe tirar os poderes.

O período parlamentarista (setembro de 1961 a janeiro de 1963) intensificou o conflito entre as classes dominantes. Uma crise político-institucional instalava-se. A maioria no Congresso não conseguia ver maiores interesses presidenciais para encaminhamento de suas decisões e vice-versa.

Em 16 meses foram eleitos indiretamente três primeiros ministros e elaboraram-se vários planos econômicos até o fim deste regime, em 1963, antecipando o plebiscito previsto no Ato Institucional que o constituiu. Os interesses de Jango pela derrubada de esquemas que visavam enfraquecer sua autoridade, contribuiu para sua aproximação do movimento sindical e popular. É um período de avanço do CGT, criado em 1960. Há duas greves gerais e inúmeras greves locais e setoriais, obtendo-se várias conquistas.

À medida que se agravaram as divergências das elites, os sindicatos passaram a ter maior poder no interior da empresa. Não se verificavam nomeações de diretores sem o seu consentimento.

Combinando a pressão dos trabalhadores com a influência política na nomeação dos novos dirigentes, mudaram o regime de gestão do trabalho na refinaria de Mataripe. Marco, neste momento, foi a conquista das CPDs — Comissões Paritárias de Disciplina, onde o SINDIPETRO era figura obrigatória em todas as decisões que envolvessem a punição ou julgamento de trabalhadores. O mesmo foi instituído na Região de Produção.

O exame da história sindical dos petroleiros deve levar em conta a variedade de opiniões existentes. O affair Carnaúba X Simpliciano, em 1956, e as divergências na condução do Sindicato da Extração, a partir do 2º semestre de 1958, já consistiam em diferenças políticas. Mas é a partir dos anos 60

que estas ganham expressão com a presença ativa de militares do PCB — Partido Comunista brasileiro, AP — Ação Popular, PO — Política Operária, entre outras, na Região de Produção e na Refinaria.

Estas organizações recrutam os trabalhadores a partir de projetos políticos de classe e buscam construir alternativas para as lideranças pessoais de Mário Lima e Wilton Valença. Esse processo se dava sem enfrentamento aberto, particularmente após a derrota das organizações nas eleições de 1962 no SINDIPETRO, quando as chapas de oposição tiveram uma votação irrisória.

O final deste período, que marca a decadência relativa dos petroleiros em relação à economia baiana, tem lances dramáticos: a entrega formal do SINDIPETRO ao presidente do Sindicato da Extração; a tentativa de Mário Lima de viajar a Brasília pela FAB — Força Aérea Brasileira, e buscar ser recebido pelo governador, quando Lomanto já tinha se definido pelos golpistas.

A economia do petróleo viveu todo este tempo uma situação ambígua. De um lado, o monopólio do petróleo era estatal, e sua produção permanece até 1965 unicamente na Bahia. Por outro lado, a distribuição do óleo e seus derivados era entregue às companhias estrangeiras, assim como as compras do excedente de consumo para tratamento nas refinarias que foram sendo criadas.

Na década de 60, a internacionalização da economia poria em cheque o projeto de substituição de importações. Faltam dólares, diversifica-se o perfil do consumo, e, mais do que isso, a guerra fria e a agudização do quadro político-institucional brasileiro desequilibram a balança para o lado de um projeto de desenvolvimento de associação dependente do capital estrangeiro.

# PARTE II

#### A CALDEIRA DO DIABO

Quem são? Algumas dezenas, algumas centenas de proletários que tinham 20 anos por volta de 1830, e que nessa época decidiam, cada um a seu modo, não mais suportar o insuportável. Não exatamente a miséria, os baixos salários, os alojamentos desconfortáveis ou a fome sempre rondando, mas, fundamentalmente, a dor pelo tempo roubado a cada dia trabalhado a modelar o ferro, costurando roupas ou fazendo sapatos, sem outro objetivo, senão o de manter indefinidamente, as forças da servidão e da dominação. O humilhante absurdo de ter de mendigar, dia após dia, esse trabalho em que se perde a vida. (Jacques Rancière)

## CAPÍTULO 4

3

#### OS PRIMEIROS ANOS DE MATARIPE

Esse pessoal vinha praticamente... eles se comunicavam como formigas. Onde é que tem a construção? Na Amazônia? Vamos prá Amazônia! É no Pará? Vamos pro Pará! É no Rio Grande do Sul? Vamos para o Rio Grande do Sul! É na Bolívia? Vamos para a Bolívia! O brasileiro sempre teve essa iniciativa, que a própria família exige dele, não pode ficar dentro de casa esperando tudo do pai, da mãe, principalmente nós nordestinos, somos um povo, nós somos uns imigrantes, não deu certo aqui, sai pra outro lugar. Não pode é ficar parado. Mas não podemos ficar presos a uma região, e na verdade pela minha pequena história, eu sou um valente, eu não me sinto bem em permanecer muito tempo numa região...

(Ivon Ferreira)

### 4.1 CASA DE FORÇA

Naquela Época Era Regime de Capataz de Fazenda. (Emanoel Rêgo)'

Quando, em 1954, houve necessidade de dar um valor ao patrimônio do CNP, que estava então sendo transferido para a PETROBRÁS, os Cr\$ 241.000.000,00, calculados pela Refinaria de Mataripe, haviam há muito tempo sido pagos com o faturamento

bruto verificado em pouco mais de três anos de funcionamento.

Esta informação permite-nos uma idéia dos lucros do empreendimento.

. Não é nada fácil encontrar dados financeiros sobre a Refinaria nessa época. Estes se encontram escondidos através de uma série de operações contábeis. São difíceis de ser percebidos nos próprios relatórios de atividades do CNP e da PETROBRÁS.

Em 1949, o Centro de Defesa do Petróleo e da Economia Nacional — Seção Bahia, tentou esta façanha. Fazendo uma estimativa do faturamento de uma Refinaria de 2.500 barris/dia, calculando a venda de seus produtos pelo preço de mercado, deduzindo o recebido das dotações orçamentárias provenientes do Imposto sobre Combustíveis da época e 45 dias de paradas, em média, até então obrigatórias em função do coqueamento, chegou a uma soma de 22 milhões de cruzeiros ao ano. No caso de uma Refinaria de 5.000 barris/dia — produção da Refinaria de Mataripe em 1954 ao fim da 1ª ampliação chega à soma de 45 milhões de cruzeiros ao ano.

As dificuldades, porém, se avolumam na hora de calcular a taxa de mais-valia e a influência da remuneração nas condições de vida existentes. Obstáculo intransponível é a discriminação do faturamento no que se refere a salários e gratificações recebidos naqueles anos. O orçamento previa, a título de despesas de operação e manutenção, as quantias de

Cr\$ 14.395.000,00, em 51; Cr\$ 19.180.000,00, em 52 e
Cr\$ 24.000.000,00, em 53, representando aproximadamente 19%,
20% e 18% do faturamento bruto do exercício, respectivamente.

Os itens Operação e Manutenção, entretanto, abrangiam despesas de outra natureza, a exemplo de custeio e manutenção da Refinaria. Apenas parte dela se destinava ao pagamento de salários e gratificações aos antigos trabalhadores do CNP. Deste total, ainda deveriam ser deduzidos os valores pagos ao pessoal dos campos e da administração em Salvador, bem como os lotados nos Estados do Maranhão, Piauí e Sergipe que no início eram abrangidos pelo Serviço Regional da Bahia à época do CNP.

Os dados abaixo dão uma idéia do crescimento da exploração dos trabalhadores da Refinação ano a ano. O crescimento do faturamento bruto da Refinaria é bem maior do que as despesas totais do CNP com operação e manutenção entre 52 e 53.

ANO	FATURAMENTO BRUTO	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO
1951	75.963.280,00	14.395.000,00
1952	95.976.398,00	19.160.000,00
1953	128.113.192,00	24.000.000,00°

Cabe destacar que, nesses cálculos, não estão incluídos as perdas inflacionárias, os atrasos de salários, os

ágios provenientes dos produtos vendidos pela cantina aos trabalhadores, etc'. Durante certo período, nos anos 50 a burocracia na liberação do pagamento levava a constantes atrasos dos salários, alimentando a prática da agiotagem na PETROBRÁS, na Bahia. Isso é constatado através do depoimento de vários entrevistados.

Em 31/12/53, o CNP tinha 2.048 servidores lotados no Serviço Regional da Bahia. Há, porém, que fazer algum abatimento deste número. Segundo Ivon Ferreira', por esta época, somente no Maranhão existiam por volta de 50 funcionários. Naquele número estavam incluídos 15 contratados, 1.550 operários e 483 "extranumerários". No final de 1952 só havia no órgão 509 funcionários, sendo 360 mensalistas administrativos e 149 diaristas. Os demais estavam incluídos sob a denominação "pessoal para obras".

É razoável se supor que a passagem para a PETROBRÁS é a responsável pela efetivação do pessoal à condição de "empregado", que, porém, depõe contra o salário recebido por boa parte desses trabalhadores.

Se tomarmos, por exemplo, o salário de carteira recebido por Osvaldo Marques de Oliveira em 1953 (1.900,) e multiplicarmos por 2.000, encontraremos o valor total de Cr\$ 3.800.000,00, a título de valores pagos com salários na Refinaria naquele ano. É claro que é uma estimativa bastante

falha. Um engenheiro da CEEB, em 1949, ganhava mais de 5 vezes o que recebia um motorista de Mataripe<sup>10</sup>.

Contudo, se lembrarmos que menos da metade dos servidores era da Refinaria, e que deste total bem poucos eram engenheiros, supervisores ou técnicos — alguns de origem norte americana, — e que a função de Osvaldo à época era de torrista (área de operação), não estaremos tão longe da noção de que os trabalhadores auferiam alguma coisa perto de 3% do que produziam. Isso significa, certamente, uma das maiores taxas de exploração da história da industrialização do país. Esta situação se agrava se levarmos em consideração as oscilações do salário mínimo e da inflação da época.

Aliás, a entrevista com os trabalhadores deixa claro que os comentários sobre os altos salários dos petroleiros não começaram nessa época. O próprio Osvaldo, que entra em fins de 1951 como auxiliar de segurança, conta que o salário era apenas superior ao mínimo".

Era comum a existência de apenas um reajuste por ano, o que pode ser confirmado pelo exame das carteiras de trabalho de alguns dos entrevistados. Em 1952, para agravar a situação, o Presidente da República, Getúlio Vargas, edita decreto, deixando o Presidente do CNP de "mãos livres" para efetivar a mobilidade da mão-de-obra e a regionalização dos salários. Isso traria graves problemas e discriminações a esses trabalhadores

e, mais tarde, seria o grande móvel da greve pela equiparação salarial dos trabalhadores da Bahia aos do sul e sudeste ".

#### 4.2 O APARTHEID DE MATARIPE

As condições da refinaria eram um prolongamento das dos campos do CNP. Durante a maior parte da década de 50, o sofrimento começava ao se deslocar para Mataripe. A maior parte dos operários morava em Salvador e Candeias, havendo ainda uma parcela em Madre de Deus e outras localidades. Os que moravam em Salvador tinham que fazer uma viagem de trem a Candeias e, daí, embarca nos "paus-de-arara" para a refinaria". Quando o trem quebrava ou em clima frio, a travessia levava horas, tornando necessária a permanência durante dias e até semanas em Mataripe.

Em função do tipo de estrutura industrial da refinaria assim como do disciplinamento da força de trabalho, a empresa construiu uma vila residencial para técnicos, chefes e engenheiros. Sendo casas individuais para os casados e moradias coletivas (as "repúblicas") para os solteiros. Os alojamentos eram utilizados pelos empregados que não ocupavam funções essenciais.

O Relatório de Atividades de 1951 nos dá uma idéia dessas instalações:

Embora lutando contra notórias condições adversas de escassez de matérias de origem local; de transportes caros e insalubres; ou um regime pluviométrico típico de clima tropical úmido, restringindo de modo impressionante o tempo disponível para os serviços de construção, póde a Refinaria de Mataripe contar, em 1951, com o seguinte conjunto de habitações para o seu pessoal, ainda alojado em casas, cujo padrão contrutivo e de acabamento deve ser progressivamente melhorado: 50 casas pré-fabricadas, de madeira, das quais 10 de 3 quartos e 1 sala e 40 de 2 quartos e 1 sala; 12 casas de alvenaria, com 2 quartos e 1 sala; para operários especializados, em que residem, no momento, os engenheiros, químicos e técnicos; 1 barracão adaptado para cínema e outro adaptado para a cantina; e posto médico, em construção provisória; 3 barracões diversos de alojamento do pessoal.

No exercício relatado, foi aprovado o programa de ampliar-se esse conjunto com 10 casas de alvenaria, de 2 quartos e 1 sala para operários especializados; 10 casas com 3 quartos e 1 sala, para técnicos; 6, para os chefes de setores, com 3 quartos e 2 salas; e um ambulatório.

O relatório mostra o caráter utilitarista com que foi concebida a Vila Residencial à sua página 14:

Precisamos, quanto antes, localizar em Mataripe todo o pessoal operário da Refinaria; dar-lhe um ambiente saudável e interessante; proporcionar-lhe recreação e todas as comodidades que a vida social da época exige; assegurar aos filhos de técnicos e trabalhadores, facilidades escolares, dentro de um sistema educacional à altura das necessidades de formação metódica do mão-de-obra para os serviços que alí se desenvolverão continuamente. (grifos do autor)

A Vila foi construída dentro da área operacional da refinaria para utilização apenas dos engenheiros, supervisores e técnicos que ali residiam com suas famílias. Os mais altos funcionários, em casas de alvenaria, e os operários técnicos,

em casas pré-fabricadas de madeira. Quanto aos demais operários, esses residiam em alojamentos chamados "barracões" que, no interior, possuíam separações internas para a vigilância, a administração, etc.

Com o passar do tempo, os "alojamentos" de madeira foram transformados em focos de insetos. Um dos entrevistados denuncia, inclusive, que alí se pegava doença de Chagas". As casas de madeira sofriam rápido desgaste. Além disso, perto de onde moravam os operários, mais tarde foram construídas a cantina, o açougue, etc., tornando ainda mais conturbada a moradia. Com a ampliação da refinaria, foi ampliada também a Vila Residencial. Mas, ainda assim, até a década de 60 ainda era um privilégio morar na Vila com a família. Entre os benefícios, incluía-se o não pagamento de aluguel".

O horário "normal" de trabalho ia das 8:00 às 12:00h e das 13:00 às 17:00h. O intervalo era de uma hora. Porém, havia filas e problemas no atendimento do refeitório, de modo que, muitas vezes, se chegava atrasado na volta ao trabalho, sofrendo-se descontos nos salários. Muitos trabalhadores comiam mesmo era junto da máquina, sendo que, durante muito tempo, se copiou a prática existente nos campos de comer no próprio capacete.

Nossos entrevistados falam de 4 refeitórios: o dos americanos, o dos técnicos, o dos operários e o dos "peões" das

empreiteiras. Um deles descreve as condições de um desses refeitórios, o dos operários:

Ia crescendo e precisando daquela área... o objetivo era ficar mais próximo da área de trabalho... Os dois primeiros refeitórios ficavam na baixada. A saída do refeitório para a área era lama mesmo. Depois pegaram uma areia da praia com cascalho. Quando fazia sol, fazia a maior poeira... As bandejas eram de inox e de alumínio, tinha canecões e talheres. O povo usava os utensílios e enterrava no chão... Depois a gente tinha que lavar os talheres e pratos. Na administração chegou-se a comprar seu próprio prato e talheres, mas quando chegou ao conhecimento da direção teve problemas... Havia um mesão... uma bancada onde se almoçava... o segundo restaurante foi na Matamplia, em madeira...

A alimentação dos dois era péssima... Não entendia, porque matavam de 6 a 8 bois por dia...".

O relacionamento dos técnicos com os operários, foi descrito por Anderson Costa:

Quando eu entrei aqui, também eu era muito menino, eu estava com 18 anos. Notava até que o pessoal do comando exercia uma certa influência, até de respeito, sei lá, até de pai para filho. Eles sem exigir respeito conseguiam ter. Era austero, pouca conversa. Eram tratados com respeito. E há pessoas com os mesmos cargos que ocupam hoje e a relação é completamente diferente com o pessoal. Agora eu não sei explicar como é que eles tinham tanto respeito. Essa figura de pai ensinando determinadas coisas: a maneira de proceder, nem sempre às vezes com nível alto, se evitava essas conversas. Nós fomos criados, desde o treinamento, a saber quem era o operador chefe, o encarregado, a (inaudível) da unidade. Isso não foi ruim para a empresa...

No início de 61, todo engenheiro era chamado de doutor e praticamente alguns até exigiam, outros não, e hoje eles são tratados como pessoas... pelo engenheiro fulano, a figura do doutor praticamente, num processo natural, desapareceu... Isso foi mudando com a saída do pessoal mais antigo, o pessoal mais novo é que conseguiu transformar isso ... 1970 em diante..."

;

Logo no, início da operação da Refinaria, foram fundados dois clubes: o dos operários e o dos engenheiros, existindo até hoje.

#### 4.3 A CALDEIRA DO DIABO

Nós vimos uma espécie de tratamento quase escravo. (Osvaldo Marques de Oliveira)"

As dificuldades de transporte e a moradia ao alcance do apito da empresa tornavam o horário de trabalho muitas vezes simples ficção. Veja o que diz um de nossos entrevistados, sobre a Casa de Força:

Aquilo quase toda noite tinha emergência. Toda noite você já se deitava com aquela tensão de daqui a um pouco tocar aquele diabo daquele apito e você ter de sair correndo... E era com chuva ou sem chuva; você tinha que se mandar prá lá...

Era difícil escapar do trabalho compulsório, pois pesava nos próprios critérios de avaliação dos empregados:

À noite, quando havia uma emergência na refinaria, tocava o apito de emergência, então se algum engenheiro não se levantasse... fosse o mais rápido possível estivesse na refinaria, aquilo era considerado uma avaliação de comportamento, uma avaliação de desempenho deles, sabe? Pesava!

A falta de segurança no trabalho é sentida apenas por alguns operários. Parece ter havido, na época, uma certa consciência de que o trabalho "era pra homem". Nas conversas mantidas com alguns dos entrevistados, só se considera como acidente os grandes sinistros, o resto parece "coisa pouca"". A situação se revela, porém, no Relatório da Refinaria de 1951. Aí aparecem mais de 10% dos trabalhadores, naquele ano, sofrendo acidentes no trabalho, registrando-se vários acidentes graves. Na página 16, fala-se dos cuidados necessários e das doenças surgidas na operação da Refinaria: anemia, necessidade de um regime de alimentação adaptado às condições locais de trabalho, a exemplo da ingestão de 500 gramas de leite ao dia. O documento prevê, inclusive, uma ambulância com assistência especializada, forno crematório, entre outros. No relatório de 1952, aumenta o registro dos acidentes graves.

Esses fatos não aparecem nos relatórios do CNP nem da PETROBRÁS. Aquele, pelo menos, registrava os "atendimentos" realizados embora não informando os motivos. Todavia, com a criação da PETROBRÁS, a informação sobre atendimentos médicos desaparece completamente dos Relatórios Anuais<sup>11</sup>.

Entre 1948 e 1954, aparecem dezenas de queixas nos jornais do Estado com reclamações sobre o CNP. Denuncia-se a agiotagem de chefes do órgão — aproveitando-se do atraso dos salários —, a sonegação do direito de férias, do descanso semanal remunerado, etc. Num boletim da PETROBRÁS, registra-se o ocorrido com um dos mais antigos trabalhadores da refinaria:

Certa feita, ficou trabalhando seguidamente durante 32 horas, por necessidade do serviço, o qual não podia parar, visto que a ordem da administração era para acelerar os serviços ao máximo, a fim de iniciar a produção".

Onde existe unanimidade dos entrevistados é na reclamação das frequentes demissões injustas que ocorriam "por não ir com a cara do operário", e até com despacho em carteira de cigarro.

Os direitos desses trabalhadores só foram assegurados com a criação da PETROBRÁS. Ressalvando o papel dos extranumerários do CNP, Ivon Ferreira diz:

O CNP, que nunca tinha dado férias a seu pessoal, passou a dar férias através da PETROBRÁS. E eu tenho documento de trabalho que prova isso. Trabalhei de 49 a 53, nada vezes nada, nem folga tínhamos direito, era uma questão de decisão do chefe; se o chefe é gente boa, tudo bem. — Nós vamos consertar os carros, tá muito estragado, você pode viajar e visitar sua família... — Era assim, quem quisesse, botava sua família a tiracolo e fosse lá acampar junto com você'.

As condições de trabalho agravavam-se, especialmente por ocasião do coqueamento. Veja-se o que diz Osvaldo Marques de Oliveira, explicando esse problema técnico:

÷

Foi o seguinte: nés junto com eles (os americanos) colocava a refinarla em funcionamento, mas inicialmente, nós começamos com óleo de Candeias. O óleo de Candeias é um óleo de parafina e não comporta a temperatura muito alta... E esses homens começaram a trabalhar com o "craking" e a viscorredução" com a temperatura muito alta, e os técnicos brasileiros... que tinha um alemão, um descendente de alemão, inteligente como desgraçado, acompanhava eles né?... E teve uma certa época que eles nem botava a unidade pra funcionar com 5, 6

dias. Tá tudo copiado, quer dizer, entupido tudo... temperatura muito alta, virava quase uma pedra... Dava um trabalho prá fazer limpeza disso, rapaz! Só você vendo! Parava tudo pra fazer limpeza... 52, até 53, teve muito em 52, teve muita parada por semana e era um trabalho horroroso. Você saía da limpeza parecia um carvoeiro, um mineiro... Naquela época todo mundo fazia limpeza, hoje não, hoje tem uma turma técnica, quando eles chegam para limpar os operários ficam sentados.

Osvaldo fala quando acabou esse sofrimento:

Acabou da seguinte maneira: os técnicos foram observando que... Notaram que era uma sabotagem do gringos... — Botar esses gringos pra fora...— Reunimos com o superintendente, na época era Paes Barreto, Eduardo Paes Barreto... e o superintendente adjunto era o Roque Consani Perrone. Reunimos com eles tudo, tomamos a decisão, e botamos essa unidade em operação...— Vamos botar essa unidade em operação...

— 52... a partir de 52... por aí. Daí, dispensaram os homens, fizeram algumas modificações tecnicamente. Eles observaram que era pra trabalhar com uma temperatura mais baixa, porque era insuportável 1500ºC no 'craking', mais de 900, quase 1000 no instrumento de medição. Aí vendo estas temperaturas que começamos a trabalhar com temperaturas mais baixas, 800ºC a 900º no 'craking'e 700 a 800, e daí se foi.

E aí, onde se trabalhou 15 dias, foi uma festa, rapaz, tremenda, 15 dias sem parar! Foi uma festa para novas modificações.

Na base tinha uma torre de expansão, quando terminava o produto... que saía da retorta... entrava na torre de expansão. A gente coqueava tudo, aí botava uma injeçãozinha, era o 'crack', o 'crack, colocava numa linha, uma válvula e, de hora em hora, dava uma nova injeçãozinha a fim de evitar o coqueamento, é quando o produto do petróleo... é o que fica. Então conseguiu, então daí foi pra um mês, dois, quatro, cinco anos, produzir sem parar, nunca mais..."

Outro problema complicado era o da água. Todas as soluções tentadas naquela época para resolver o problema do abastecimento da quantidade de água necessária para fazer funcionar: a refinaria se mostraram provisórias. Em 1954, a

insuficiência de água fez a refinaria parar durante todo o mês de janeiro e a 1ª semana de fevereiro. Só por volta de 1960 é que ficou resolvido mais esse problema "técnico", cuja solução, no entanto, se fazia às custas das condições de vida e trabalho dos operários.

O Relatório de Atividades de Mataripe de 1951 já mostra uma primeira avaliação do tipo de refinaria instalado na Bahia. Considerando relativamente grande o número de pessoal empregado, pois há falta de oficinas mecânicas bem equipadas nas proximidades da Usina, para paradas para inspeção e limpeza, com eficiência e rapidez, afirma:

Em países como os Estados Unidos, as refinarias não mantêm, no seu quadro permanente, senão uma diminuta força de manutenção, uma vez que existem companheiros especializados nesse serviço e que o executam por contrato, durante as paradas das unidades.

Ressalta o problema de corrosão salina que sofre a Refinaria em função de sua localização, que leva a refrigeração da usina a ser efetuada com água salgada, e que deve ser rigorosamente controlado por causa dos cristais ferrosos.

Quanto aos operários "especializados", estes eram poucos, particularmente americanos ou do sul do país, problema que levava à necessidade de trabalhadores locais, principalmente quando da 1º ampliação realizada em 53-54. Consistiu esta da ampliação da unidade 2 combinada, a exemplo da unidade 1, da ampliação da Casa de Força e da construção da unidade 3. A

unidade 3 assim çomo a 3º construída mais tarde, cessaria depois suas atividades quando o fabricante de seu insumo básico deixou de produzí-lo".

O funcionário Evandro Mota, em 1984, lembrando a vida daqueles operários e a sua capacidade de construírem uma cultura fabril, escreveu:

Rimueno o passado eu me alembro, Qui no dia dezessete de setembro, Presenciei um fato novo acuntecê, encheno todos nóis de isperança, taguarmente cuma fazê uma criança, no izato momento de nascê!

A Refinaria nasceu naquele dia E o povo brasileiro, cum alegria, sem sê vidente antivia a vitória! Cum suó, cum trabáio e vontade, cumeçô, cum a primera unidade, O princípio de toda nossa istóra!

Os "petrolero" começava a trabaiá, Buscano munto longe o norrá, pois era fraca nossa tecnolugia! Tinha praça im ingrês pra "não fumá", alem de ôtros, que nóis pudia oiá sem intendê, pois ingrês nóis não sabia!

Era "deficit", "psiquei" e "record", "Katipole", "paipechepe" e até "job", botano todos, numa grande confusão! Mais in tempo a gente tomô tento, e cada quá usano seu talento, nus libertamo de tamanha situação...

2

#### NOTAS AO CAPÍTULO 4

3

- Jacques Rancière. A noite dos proletários; arquivos do sonho operários. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- 2 Ivon Ferreira, militante do Sindicato de Extração o candidato nas eleições de 1964 por uma das chapas de oposição à diretoria da entidade, em entrevista concedida ao autor, em 3 e 17/10/1993.
- 3 Entrevista com Emanuel Rego, diretor do sindicato dos trabalhadores de Refinação, entre 1962 e 1964, concedida ao autor, no Rio de Janeiro, em 13/09/1993.
- O coqueamento era a solidificação do óleo no interior dos tubos e vasos. Diz Eunápio Costa: "...era um problema de suma gravidade. Para que você tenha uma idéia, imagine uma tubulação embutida de sua casa, de repente entupida com massa endurecida de cimento. Era preciso uma trabalheira dos diabos para fazer aquela limpeza, em tempos os mais curtos possíveis, o que só era conseguido devido ao empenho de cada um, que queria ver, o quanto antes, o produto caindo nos tanques. Naqueles momentos de dureza, todos eram tudo. Qualquer um fazia qualquer coisa. Até o pesssoal do laboratório retirava seu branco avental e caía na gandaia, na dura tarefa de limpeza da unidade". Depoimento retirado do seu livro No rio dos papagaios: história, casos e causos mataripenses. Salvador: Arembepe, 1990.
- Ver Maria Augusta Tibiriçá Miranda. O Petróleo é nosso; a luta contra o entreguismo pelo monopólio estatal. Petrópolis: Vozes, 1983. Capítulo: Mataripe: Refinando para os trustes, p.289.
- 6 Dados do Relatório de Atividades do CNP dos anos 1951, 1952 e 1953.
- 7 Informações do jornal O Momento, Salvador.
- 8 Entrevista com Ivon Ferreira, realizada pelo autor em 3 e 17/10/1993.

- A passagem dos funcionários do CNP para a PETROBRÁS, no entanto, não foi tranquila. Anos depois, ainda encontramos reclamações dos que preferiram ficar em outros órgãos. Em 1956, repercute na Câmara dos Deputados a falta de pagamento da PETROBRÁS aos ex-funcionários do CNP lotados no Ministério da Agricultura. O discurso é do deputado baiano Hermógenes Príncipe e consta do Diário do Congresso Nacional do dia 14 de abril de 1956, p. 5693.
- Informações de Franklin Oliveira (pai) e do Jornal O Momento. Na verdade, Cr\$ 3.500 para o engenheiro, em 1949 e Cr\$ 700,00 para o motorista, em 1950.
- 11 A entrevista com Osvaldo Marques de Oliveira foi realizada em 09 e 10/09/93, no Rio de Janeiro, pelo autor.
- 12 Ver decreto no Relatório de Atividades do CNP, do ano de 1952.
- Em meados da década de 50, o trajeto pela Baía de Todos os Santos passou também a ser uma opção para alguns, embora não evitasse a "estrada" Candeias-Mataripe.
- 14 Entrevista realizada pelo autor, com Haeckel Lins de Souza, em 04/09/93.
- Mário Lima dizia que, na greve da equiparação salarial aos trabalhadores de Cubatão, havia o receio de que esses trabalhadores não participassem em virtude de privilégio que significava morar na Vila Residencial, ainda àquela altura. A entrevista foi realizada em 27/10/89 por Júlio César Souza Andrade e Paulo Sérgio da Costa Neves.
- Há divergências entre as entrevistas sobre quem realmente tinha esta prática e até quando teria vigorado. Enquanto alguns a restringem ao "peão-de-obra", outros são peremptórios em afirmar que era feita pelos operários da Refinaria. Isso, inclusive, é admitido em depoimento de ex-superintendente da empresa. Fala-se que teria vigorado, até fins da década de 60, a prática dos trabalhadores de se alimentarem junto às próprias máquinas.
- Entrevista concedida por Haeckel Lins de Souza ao autor, em . 04/09/93.
- 18 Entrevista concedida por Anderson Luís Costa ao autor em 23/9/95.

- 19 Entrevista concedida ao autor por Osvaldo Marques de Oliveira, diretor das organizações sindicais dos petroleiros, entre (1955-1964), e do Sindicato da Extração entre 1958 e 1960, Rio de Janeiro, 09 e 10 set. 1993.
- 20 Entrevista com Ernesto Cláudio Drehmer realizada em 01/08/1989, por Júlio César Souza e Paulo Sérgio C. Neves.
- 21 Ver as críticas que constam do livro de Gabriel Gohn (Petróleo e Nacionalismo. São Paulo: Difel, 1968), contra o excessivo detalhamento dos Relatórios do CNP. Os Relatórios de Atividades da PETROBRÁS pecam pela excessiva generalidade e falta de importantes dados específicos, como o citado.
- 22 Entrevista de João Antônio da Silva no informe RLAM, comemorativo dos 25 anos da PETROBRÁS, em setembro de 1975, p. 10. 0 contexto da publicação elogia o "Esforço dos Trabalhadores".
- 23 Ivon Ferreira, entrevista citada.
- O cracking era o processo de quebra de partículas de hidrocarbonetos através de um catalisador, para transformação de produtos.
- 25 A Viscorredução era o processo com que se reduzia a viscosidade de alguns produtos. Tratava-se da preparação da carga para craqueamento térmico. Foi substituída pela destilação a vácuo.
- 26 Entrevista de Osvaldo Marques de Oliveira, já citada.
- 27 Eunápio Costa, op. cit., p. 145-147.

#### CAPÍTULO 5

# A ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO: UM CENTRO OPERÁRIO

Tornar realidade um ideal por si, e por seus companheiros há muito acalentado e só agora concretizado. (Anibal Carnaúba)

#### 5.1 UMA LUZ NO TÚNEL

Essa necessidade, quem primeiro pressentiu foi Osvaldo, essa necessidade de organizar uma coisa que já estava latente. (Luciano Campos)

A construção da organização sindical dos trabalhadores na indústria do petróleo na Bahia foi um movimento único. Embora tenha resultado em dois sindicatos, — caso singular na história da categoria no país — a intenção desses trabalhadores permaneceu clara durante muito tempo: criar uma organização sindical da categoria.

desses trabalhadores permaneceu clara durante muito tempo: criar uma organização sindical da categoria.

Na época, a organização sindical era uma concessão do Estado e a legislação sobre a matéria — a CLT — previa, no seu Título V, a existência de uma Comissão de Enquadramento Sindical, assim como um quadro de atividades, sendo que neste constavam, no grupo 4, as atividades extrativas e, no grupo 10, as atividades do refino.

Criada em duas sessões, em 17 e 26 de outubro de 1954, a Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo no Estado da Bahia teve mais de três anos de vida. Se não foi desativada como as dos trabalhadores de Cubatão, as funções que executou no período se reduziram a "doutrinação", a ação associativa, a prestar assistência, e a promover o seu próprio reconhecimento.

A existência da Associação permitiu acumular forças para as lutas do futuro e para o seu reconhecimento como Sindicato pelo Estado. Possibilitou a construção da identidade de uma parcela dos trabalhadores. Estes passaram a ter seu espaço, sua organização, para sonhar com a solução de seus problemas. É fácil pensar o que deve ter representado e qual era a sua base social na medida da existência de um grande número de operários submetidos a um verdadeiro apartheid social, sem direitos, humilhados constantemente no local de trabalho e de vida.

É possível supor que seus associados tenham sido os solteiros, os moradores dos barracões, e o pessoal da área de operação da refinaria, aliados a alguns contingentes dos principais campos da região de produção.

O depoimento do fundador do sindicato não informa, porém, o peso importante da criação da PETROBRÁS na origem da associação, quando esses trabalhadores sairam da condição de funcionários de uma autarquia: o CNP.

A idéia de criar um sindicato surgiu com o fito de reprimir as injustiças e humilhações existentes naquela época, em que o chefe da segurança, através de uma simples comunicação à superintendência, o peão era sumariamente demitido e até mesmo o engenheiro.

Com um grupo de companheiros, reunimos no clube de Mataripe; eu, Carnaúba, Pinheiro, Deoclécio Araújo dos Santos da segurança, Severino e outros mais, discutimos como deveria nos organizarmos para a criação do órgão em defesa dos nossos direitos. Em outra reunião com a presença dos companheiros do campo de extração do petróleo, como Simpliciano, Arnaldo, Anísio, Manuel Bomfim, iniciamos assim, a campanha da criação da Associação dos Trabalhadores na Indústria de Petróleo no Estado da Bahia, que foi a primeira fase para formação do sindicato.

O depoimento de Osvaldo confirma que a iniciativa do sindicato partiu dos trabalhadores da Refinaria que se colocaram como vanguarda no processo de construção da organização sindical dos petroleiros.

A primeira diretoria ficou sendo: Anibal Vital Carnaúba (Presidente), Simpliciano Joaquim dos Santos (Vice-

presidente), Olival de Santana (1º Secretário), Anísio Araújo Lima (2º Secretário) e João Oliveira Martins (Tesoureiro).

Contudo, reinava muita inexperiência entre os pioneiros e, assim, apesar da presença de convidados (inclusive de dirigentes sindicais, a exemplo do Presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria, Luiz Sérgio Barbosa), foram cometidas incongruências. A instalação da associação foi feita em duas sessões na sede do Esporte Clube Ideal, em Candeias. A Ata da la sessão cita a presença de "37 trabalhadores da PETROBRÁS", todavia não há assinaturas, à exceção da do secretário da assembléia. Os trabalhadores aprovam ainda a jóia e mensalidade, o nome, a constituição de uma sede própria, e a realização de uma sessão extraordinária para a eleição de uma diretoria definitiva pois é eleita uma Comissão Provisória.

Não obstante, é na assembléia do dia 26/10/54 que serão realizados os aspectos formais característicos da formação de uma organização sindical daquela época. Há a presença de vários convidados, Luis Sérgio Barbosa preside a sessão, que teve a presença de vários convidados, e empossa os cinco membros eleitos da primeira diretoria dos petroleiros. São aprovados os estatutos e são realizados os discursos de congratulações de praxe, inclusive o do presidente.

O processo ainda não se completa na 2ª sessão. Foram eleitos apenas 5 diretores enquanto a CLT exigia, pelo menos, a organização de um Conselho Fiscal, sendo que cada instância

tinha suplentes. Q estatuto não é aprovado na integra, sendo retirada uma comissão de 6 membros para proceder a adaptação dos mesmos à Portaria nº 11 de 11/02/54. Esses requisitos somente seriam atendidos na 3º assembléia de 06/02/55, já na própria sede da Associação em Candeias, quando são aprovados os artigos modificados do estatuto padrão e constituído o Conselho Fiscal, sendo ainda eleitos outros pioneiros, possivelmente na condição de suplentes.

A influência externa na categoria estava presente desde o início, destacando-se Luiz Sérgio Barbosa que, durante muitos anos, foi o presidente da FTI — Federação dos Trabalhadores na Indústria e que orientou o nascimento da organização. Nesta, fez-se presente, um dos advogados da Federação indicado para trabalhar na nova entidade, e que ajudou a acentuar o legalismo<sup>3</sup>.

A entidade estava criada apenas de direito, sua criação de fato, como desejo consciente de parcela expressiva dos trabalhadores do petróleo, ainda demoraria. Passou por reuniões de esclarecimento, combinada com a eleição de representantes sindicais nos campos. Osvaldo lembra esses tempos:

Nesta fase de fundação, havia no seio da classe um temor, um receio em se associar pois o desconhecimento era total. Coube se fazer nos campos, assembléias de esclarecimento. Palestras foram feitas nos diversos campos, como: Candeias, São Francisco do Conde, São Sebastião, Mata de São João, Catu.

Nas assembléias se conseguia um número reduzido, apesar da campanha de esclarecimento..., multas vezes alegavam lutar contra o governo. E ainda, para se ter uma idéia, naquela época, o grau de escolaridade dos companheiros de Mataripe: 80% não tinham o curso primário, os do campo de extração, 90%'.

A entidade só seria reconhecida pela DRT — Delegacia Regional do Trabalho, em 04/04/57, sendo vários os fatores que pesaram para atrasar a sua construção. Osvaldo lembra alguns de ordem estrutural:

Vários fatores contribuíram para dificultar o nosso avanço: os mais importantes: o financeiro, o cultural e o de locomoção, as vias de acesso precárias. Pegava alguns companheiros do campo, alguns que eu conhecia, então, começava a explicar, conseguia uma sala, algum deles oferecia sala de sua residência, ou então levava para um coleginho daquele ali... Era uma verdadeira dificuldade para fazer as assembléias... naquela época pra você pegar o pessoal da extração, principalmente o pessoal do campo...!

Da entrevista e dos escritos inacabados de Osvaldo, podemos deduzir as dificuldades de afirmar esse ato de vontade dos setores mais avançados:

A minha dedicação, sobre a fundação destes dois órgãos de classe, tornou-se uma obsessão, pois o meu lazer era em torno desta organização. Imagina vocês, que eu saía de zero hora, após o trabalho do turno das 16 às 24 horas e ia direto para os campos ou fazer cobrança de mensalidade, ou preparar, ou melhor providenciar, local para realizar assembléia, que podia ser num colégio da localidade ou mesmo na Portanto, Prefeitura. teria que solicitar com antecedência do Sr. Prefeito o salão por empréstimo para realização da assembléia, quando impossível, solicitava à diretoria do colégio. Daí se programava muitas vezes pequenos seminários, cujo tema versava sobre criação e organização, sua estrutura, seu funcionamento, mostrando os direitos e deveres da classe para com o órgão. Com isto levamos vários anos nesta luta de orientação e conscientização.

A gestão, de trabalho militarizada tornava o quadro da nova Associação próximo ao de Cubatão. Veja o que dizem militantes que entraram mais tarde, entre 1955-1957:

E quando você la falar (sobre o sindicato) junto dum companheiro vinha aquele clima de terror... porque um tal de um administrador Carlos Martins... Eu vi Carlos Martins botar gente dentro da sala dele para dar porrada, com o vigilante na porta e dando porrada... ele era chefe de serviço médico e de divisão...

Havia uma coisa entre os técnicos, uma corporação dos técnicos... havia como uma elite dominante, um feudo...'

Luciano Campos conta que:

Eram demitidos em uma determinada época, por volta de 59, 60 na refinaria, uma média de, um pelo outro, eram demitidos cerca de 10 operários... havia demissões que se fazia pelo fichário.

Diz ainda do comportamento da segurança que revistava os alojamentos de forma acintosa procurando roubos e armas:

Conduzia operários inclusive à delegacia... e sob qualquer alegação, indisciplina... a verdade é que levavam para São Francisco do Conde".

Sobre o esforço de Osvaldo, nos diz Flordivaldo Dultra: "Conversar com Osvaldo era perigoso".

Completa Luciano Campos: "Alguns poucos chamavam Osvaldo até de nêgo maluco na época... nós tinhamos problema até de percepção do que era o Sindicato... a maioria era de formação rude e analfabeta."

Dificulţava ainda a adesão, a política utilizada pela direção da empresa em relação às casas da Vila Residencial. Em 1960, houve dúvidas se o pessoal que morava 1á faria a greve de equiparação em função dos privilégios que tinham de não pagar casa, etc., pois foram os mais pressionados.

Mas não bastaria só o esforço dos pioneiros para consolidar a nova organização sindical. Outros fatores concorreriam para acelerar e tornar irreversível a construção de uma entidade que, até ali, era um embrião.

Com a 1ª ampliação, passa a funcionar, na refinaria, uma unidade mais completa, a de Craqueamento Catalítico, que antes era térmica, aumentando o pessoal e a capacidade da produção para 5.000 barris/dia". O ano de 54 é marcado por uma série de acontecimentos: a criação efetiva da PETROBRÁS, a entrada em funcionamento da 1ª ampliação e a morte de Getúlio. Esta última cria um clima de instabilidade política que duraria até o início de 1956, quando toma posse o governo provisório de modificações na conjuntura Café Filho. Aв mostram influência não mais apenas sobre a política da empresa como também no surgimento da própria Associação dos Trabalhadores.

#### 5.2 A ORGANIZAÇÃO DO "LABORÉ"

Agora, a morte dele foi um negócio... um ano que ele se matou! Outros diz que suicidou-se, mas para mim ele se viu pressionado e suicidou-se em virtude de algum de seus assessores, o homem de confiança que ele tinha, e quando ele mais precisava. De forma que isso tudo lhe prejudicou".

Osvaldo Marques de Oliveira

A fundação da Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo no Estado da Bahia deu-se no mesmo ano da criação da Associação da Refinaria de Cubatão, projetada ainda para iniciar o seu funcionamento em maio de 1955. Todavia, se o estímulo legal, proveniente da criação da PETROBRÁS, funcionou nos 2 casos, a Associação dos Trabalhadores de Cubatão não resistiu, só voltando a ser reativada em 1958, constituindo o SINDIPETRO - Cubatão. Um pouco mais tarde, é reconhecida a carta do SINDIPETRO-R2 na época, representando os trabalhadores da Refinaria de Manguinhos<sup>13</sup> e se completaria a organização sindical dos petroleiros na Bahia.

A posição dos dirigentes e chefes da empresa pouco se diferenciava da patronal. Basta acompanhar a ação da empresa em diversos momentos até 1962, para confirmar esta assertiva.

São vários os relatos dos nossos entrevistados, onde transparecem as dificuldades da construção da Associação, vão desde a tentativa de controle dos dirigentes sindicais" a criar dificuldades para a sindicalização. Desde não proceder o

desconto para a entidade do valor da contribuição dos seus associados a pressionar diretamente os trabalhadores a dela não participarem, culminando, em 1960, com a demissão de Osvaldo Marques e Mário Lima, respectivamente, Presidente e Secretário do novo Sindicato — o SINDIPETRO - Ba.

Um de nossos entrevistados fala que, ainda nos fins da década de 50, a sindicalização na Refinaria era feita atrás das máquinas. Outros nos dizem que "a cobrança era feita à noite, nos alojamentos".

Até o segundo semestre de 1958, durante quatro anos portanto, não aparece qualquer reivindicação econômica nas atas de assembléias da entidade. Os pioneiros mostraram uma notável capacidade para se concentrar em um único objetivo: o de construir o sindicato.

Na pré-história do sindicalismo brasileiro, há exemplos de numerosas formas embrionárias de organização dos trabalhadores. São irmandades, confrarias, sociedades de auxílio mútuo, centros operários, etc. Têm, como fase intermediária, as sociedades de resistência, que já possuem objetivos propriamente econômicos além de formas de luta como a greve.

As características da Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo, que existiu entre 1954-1957, lembram mais as primeiras sociedades. Particularmente, se

deixarmos de lado seu estatuto e objetivos e nos determos na sua prática.

As condições políticas dominantes em Mataripe fizeram com que os operários pusessem em prática uma linha de ação onde predominava a doutrinação e a busca de adeptos. Desta forma, a Associação retomava elementos das antigas organizações mutualistas e/ou confessionais.

Pode-se imaginar as dificuldades de ganhar apoio dos trabalhadores se esta estratégia tiver sido executada rigidamente. É possível supor que a entidade tenha levado vários anos com apenas algumas centenas de associados<sup>14</sup>.

Mas os trabalhadores não esperaram que o Sindicato se fortalecesse e se legalizasse para poder reivindicar. Tomamos conhecimento, por exemplo, da mobilização de 200 operários do setor de carpintaria de Mataripe, em julho de 1957<sup>17</sup>, e da revolta dos operários do alojamento "88", ocorrida entre 57 e 58<sup>18</sup>. Todavia, Wilson Valença garante que o primeiro movimento teria ocorrido na região da produção:

:

O primeiro movimento fomos nós que fizemos em Candelas através deste Guimarães que era o candidato... candidato de Valença ao lugar de Simpliciano, presidente do Sindicato da Extração, nas próximas eleições, foi lá em Candelas contra o chefe do posto médico, um tal de Lauro. Este cidadão, que isso aconteceu comigo, um dia eu sofri um acidente aqui, a alavanca me deu uma porrada aqui, isso aqui partiu, e o "puxa" me levou prá lá todo cheio de sangue. Quando eu cheguei lá ele virou-se pra mim e me disse:

<sup>-</sup> O senhor vai para...(inaudível) tomar um banho, depois volta aqui pois o senhor está em trajes

indevidos e eu não costumo atender ninquém em trajes indévidos.

Guimarães estava lá na área viu essa coisa e começou a dizer como foi a coisa. Companheiro estava trabalhando a candidatura dele e espalhou essa coisa aí, o pessoal ficou revoltado e aí..., ele é apontador, tinha mais três apontadores, juntou depois uns quatro. No dia sequinte, ninguém foi trabalhar. Quer dizer, houve a lª pára em Candeias, foi contra esse médico. Até que o chefe médico daqui, que era Lapa, foi prá lá e tirou ele de lá... trouxe prá cá mas tirou esse médico de lá... No dia seguinte, enquanto ele não chegou lá, tava todo mundo parado".

## 5.3 A "RENÚNCIA" DE CARNAÚBA E A ACELERAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

Internamente, o fator que contribuiu para acelerar os trabalhos de criação da Associação foi a sua primeira disputa interna: a substituição de Carnaúba na presidência.

A diretoria agia a "passos de cágado". As assembléias gerais demoravam meses. Em 1955, só lemos informes da instalação de duas delegacias: a de D. João e a de Mata de São João, sendo apenas, quase um ano depois, realizada nova assembléia para alteração do estatuto visando a transformação da Associação em Sindicato.

Entre abril e julho de 1956, desenvolve-se um movimento para resolver a situação de paralisia por que passa a Associação e que iria acelerar a sua construção. Os temas principais das discussões das assembléias do período passam a

ser insatisfações, sobre o Relatório Anual das Atividades, a falta de assistência às delegacias, e, particularmente, a demora no reconhecimento do Sindicato.

Em poucos lances, a pendência está resolvida. São 4 assembléias onde aparece esta disputa. Na primeira, destaca-se o pronunciamento de Luiz Sérgio Barbosa, criticando a situação: "o nosso sindicato já devia estar registrado".

Todavia, vaza a realização de uma reunião de críticas ao Presidente Carnaúba e este reage afirmando que "seriam eliminados os autores da referida reunião... (e diz que) tem trabalhado, porém, sem encontrar apoio dos demais. Atacar, todos atacam."

Na assembléia comemorativa do lº de maio, Carnaúba volta à carqa:

O sr. Presidente Carnaúba, o qual na sua brilhante oração, teceu comentários a respeito de elementos de idéias comunistas que possa vir a nos perturbar, chamando atenção contra estes elementos maléficos, e que devemos estar prevenidos para estas espécies de indivíduos. Ao terminar um apelo a todos colegas que trabalham na PETROBRÁS para se associarem, só assim poderemos requerer a nossa carta sindical".

A assembléia seguinte realizou-se em função da chegada do presidente Juscelino Kubitschek à Refinaria. A ausência de Carnaúba contribuiu para agravar o clima existente contra a sua atuação. Pinheiro comenta que "sua política era de trabalho".

.

Já Simpliciano, o vice à época, é mais claro: "Se algum dia couber a responsabilidade de dirigir esta associação, faria tudo a fim de conseguir o objetivo desejado."

O desenlace deu-se na assembléia de 23 de julho. A assembléia transcorria tratando de assuntos formais quando Pinheiro criticou o presidente que "abandonou a associação sem dar uma satisfação", achando conveniente que entregasse a direção a outro. Carnaúba afirmou que não tinha interesse em permanecer na direção e apelou para uma nova convocação de assembléia para o dia 30 de julho, com esse objetivo.

Sua proposta, entretanto, não foi aceita. Alguns associados pediram a renúncia do presidente, destacando-se João Umbelino — delegado de Mata de São João — que no futuro tentaria disputar a presidência do sindicato, que afirma segundo registro em ata:

mesmo não dava assistência Às delegacias regionais, por estes motivos acarretando e responsabilidades sobre ele perante Sells companheiros os quais o incumbiram da espinhosa missão de pedir a renúncia do Sr. Presidente, ou se assim não o fizesse, se demitisse do cargo daqui mesmo, pois regressando a sua Delegacia sem a solução do problema, não o queriam vê-lo.

A assembléia aprovou por unanimidade a "renúncia" de Carnaúba que passa a presidência para Simpliciano e retira-se da sede "causando confusão". O vice e o primeiro secretário

fazem afirmações em sentido contrário a sua renúncia "apenas por ombridade e companheirismo embora reconhecendo seus erros".

O episódio da passagem de Carnaúba pela presidência traz versões diferenciadas dos entrevistados. Informações de Osvaldo dão conta de que o nome de Anibal Carnaúba não constava da Ata da Associação Profissional enviada à DRT, e sim o nome de Simpliciano.

Todas as Atas do período confirmam a sua situação de presidente". O mistério poderia ser esclarecido pelas declarações dos entrevistados sobre as posições de Carnaúba: "Eu posso ajudar, mas não posso assumir compromisso"?. Ou ainda no depoimento de Flordivaldo Dutra: "Era um cara que tinha projeção dentro da empresa, não podia aparecer muito, mas ficava nos dando ajuda muito boa..." Se esta linha de raciocínio é correta e se seu nome não foi enviado à DRT porque "não poderia se expor", qual seria o papel de todas aquelas atas mostrando o confronto interno?

Osvaldo, porém, nada diz sobre o episódio da "renúncia", trata o afastamento de Carnaúba como se partisse dele próprio. Com a insistência do entrevistador, acaba afirmando:

Ele tinha boas idéias também, mas o chefe, ..., houve orientação do engenheiro-chefe do laboratório, que ele não devia se meter naquilo... ele caiu fora cedo.

E ainda:

"Era um rapaz muito chegado a chefia"".

Wilton Valença e Haeckel são mais duros no julgamento de Carnaúba. O primeiro diz, sem rodeios, que Carnaúba era um homem de confiança da administração. O segundo acusa-o de ser "a menina dos olhos de Perrone", sendo que este superintendente "não queria saber de sindicato".

A questão que se coloca é saber se Carnaúba tinha uma ligação orgânica com os propósitos da administração ou se sua origem e posição na empresa o tornavam mais suscetível às pressões daquela.

É provável que a indicação de Carnaúba para presidente tenha sido uma política utilizada por Osvaldo no início da Associação de forma a construí-la, até porque "ainda não era o sindicato" (como nos afirmaria mais tarde) e onde diz que seu nome sequer "foi para a Delegacia do Trabalho".

Não parece ter havido afastamento de setores da Associação neste episódio, que deve ter sido administrado politicamente, basta ver a posição do vice e do 1º secretário na assembléia que consumou o afastamento, dito "renúncia". Se, porém, a presença de Carnaúba na presidência permitiu qualquer ampliação política à associação nascente, não temos subsídios para comprovar.

Por um lado, mostrou que a organização sindical só poderia apoiar-se com firmeza nos operários da área industrial, mesmo de pouca instrução, como é percebida nas atas do período. Se, de um lado, a indicação de Carnaúba para presidente mostrou-se um erro de fato, de outro, as vícissitudes de sua renúncia acabaram contribuindo para a aceleração da construção da organização sindical nascente.

Quanto à acusação de peleguismo a Carnaúba, há depoimentos contraditórios entre Osvaldo e Flordivaldo, Valença e Haeckel. Para Osvaldo, havia influência do chefe do laboratório sobre Carnaúba, via chefe do laboratório. As afirmações de Osvaldo e Flordivaldo deixam claros os limites de participação de Carnaúba, incompatíveis com o nível da opressão e exploração sentida pelo operário da área industrial.

E quanto a Simpliciano? Estaria resolvida a questão de um presidente atuante como reclamavam os operários? Este seria um dos principais atores do processo que levaria às primeiras diferenciações em têrmos de concepção sindical entre aqueles trabalhadores, protagonizando uma fase de transição para a nova estratégia sindical.

Em finais de 1956, seria criada a Associação Lítero-Desportiva dos especialistas em petróleo que já prenunciava futuras mudanças na base da entidade. A iniciativa foi do pessoal da Região de Produção. Um dos nossos entrevistados, Wilton Valença, que viría a ser a principal liderança dos trabalhadores da extração nos anos sessenta, nos conta que essa sociedade teve papel de integrar setores técnicos no movimento que desembocaria no sindicato.

O processo, contudo, ainda se arrastaria. Apenas em abril de 57 é concedido o registro da Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo no Estado da Bahia. Em 2 de setembro, uma assembléia aprova uma comissão para acompanhar o processo de reconhecimento do sindicato, que se dá em 26 de novembro de 1957, pouco mais de 3 anos da criação da Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo.

3

#### NOTAS AO CAPÍTULO 5

- 01 Livro de Atas do STIEP. A declaração de Carnaúba consta do seu discurso de posse como presidente, na assembléia de 26/10/54.
- 02 Entrevista com Luciano Campos, realizada em 28/10/89 por Júlio Cesar S. Andrade.
- 03 Entrevista com Osvaldo Marques de Oliveira, citada, realizada pelo autor.
- Osvaldo Marques foi um dos eleitos, e diz que o nome de Aníbal Carnaúba não foi enviado para a DRT como presidente.
- 05 Trata-se do Dr. José Teixeira Filho que trabalhou na entidade até 1960.
- Notas de Osvaldo Marques de Oliveira. Na verdade, há 5 esboços com redações diferenciadas. São documentos importantes para consulta para a reconstrução da organização sindical dos trabalhadores do petróleo na Bahia.
- 07 O analfabetismo só foi eliminado entre os funcionários da PETROBRÁS na Bahia em 1963, devido às novas exigências na contratação e a um trabalho educacional levado a efeito pela empresa e sindicatos.
- 08 Entrevista com Osvaldo Marques de Oliveira, concedida ao autor, já citada.
- 09 Entrevista com Luciano Campos, já citada.
- 10 Idem.
- 11 Na verdade a refinaria de Mataripe chegava a produzir 6.300 barris por dia na época da 1ª ampliação.
- 12 Entrevista com Osvaldo Marques de Oliveira, concedida ao autor, já citada.

.

- Os trabalhadores da refinaria Duque de Caxias que, entre 1960 e 1961, criaram sua associação e sindicato, não passaram pela experiência longa dos trabalhadores da Bahia e Cubatão. Porém, teriam até 1964, menos tempo para desfrutar de sua organização sindical.
- Dirigentes da empresa são acusados, por entrevistados, de tentarem manobrar Carnaúba e Simpliciano, respectivamente, o primeiro e segundo presidente da organização sindical.
- 15 Depoimentos concedidos ao autor por Walmir Ferreira e Haeckel Líns de Souza.
- Wilson Valença da Silva, que entrou na Região de Produção da Bahia em 1956, conta que filiou cerca de 400 dos primeiros 1000 associados. Há, realmente, um número reduzido de associados, nessa época, nos arquivos do SINDIPETRO, assim como pelas informações da revista Revista de Mataripe, n. 2.
- 17 Ver otrabalho de Franklin Oliveira Jr. (org.) Elementos para cronologia dos trabalhadores do refino na Bahia 1948/1964. Salvador, 1993, p. 25 e 59-60. (Os operários apresentaram reivindicações de aumento de salário no próximo pagamento. Não temos notícia se os mesmos foram vitoríosos", cf. matéria". "Operários das obras de ampliação de Mataripe reivindicam aumento". O Momento, Salvador, 30 jul. 1457, p. 2).
- 18 A revolta dos operários do alojamento "88" ocorreu entre 1957 e 1958, segundo Eunápio Costa Flordivaldo Dultra - ver livro e entrevista citados — e teve como liderança o operário Wilson Maranhão que viria a ser dirigente do Sindicato na 1º Diretoria (1960-1962), embora não tenha conseguido completar o eletrocutado pois morreu tragicamente, acidente. A revolta dos operários foi motivada espancamento de um rabalhador, por parte da segurança, simplesmente pelo motivo de ter passado na "Rua dos Gringos".
- 19 Ao afirmar que Guimarães já estava trabalhando a sua candidatura, Valença pode estar datando o movimento. A eleição do Sindicato da Extração a que Francisco Guimarães concorria, deu-se em março de 60. Sendo assim, se não há engano, movimento teria ocorrido entre 58 e 60, passando a condição de ser um dos primeiros, embora não o primeiro.
- 20 Livro de atas de assembléias do Sindicato da Extração.

- Durante o período da Associação, não estão registradas em ata informações sobre ocupação de cargos. essa situação pode ser debitada também à fragilidade da entidade em seus primórdios. A polêmica em relação ao nome do presidente enviado à DRT também se verifica com o nome de Manoel Pinheiro como presidente da Associação dos Trabalhadores da Refinação. O Conselho Fiscal eleito da Associação era constituído de Arnaldo Santana Araújo, Manoel Inocêncio Pinheiro Junior, e João de Araújo Neves. Foram eleitos também, possivelmente na condição de suplentes do Conselho Fiscal e diretoria (a ata não discrimina), Osvaldo Marques de Oliveira, Gilberto Bulcão Ponseca, Djalma Conceição dos Santos, Melquíades Andrade de Jesus, Gantídio Neves do Nascimento, Waldemar Bispo Maia e André Apóstolo da Silva.
- A demora no reconhecimento do sindicato não se devia apenas ao imobilismo de Carnaúba. Mesmo com a sua substituição, levou mais de um ano para se conseguir a carta Sindical. Esta acusação volta-se contra Simpliciano, constituindo um diferenciador na disputa interna no período da Associação, ao lado da defesa desta, contra os "elementos comunistas" ou de "interesses inconfessáveis".
- 23 Entrevista de Osvaldo Marques de Oliveira, concedida ao autor, e já citada.
- 24 Entrevista com Haeckel Líns, concedida ao autor, e já citada.
- 25 Posteriormente substituição à de Carnaúba mobilização dos primeiros para a concretização da organização sindical. Além da reconstrução das delegacias é realizada a assembléia de transformação da associação em sindicato. Nesta, realizada em 07/09/56, Osvaldo conta: "um fato surpreendente nesta assembléia, quando nós precisávamos da presença de 2/3 dos companheiros, no plenário apenas quatro do campo de Candeias e Mataripe se fez presente, e a mesa com os componentes que dirigiam os trabalhos, estando na ocasião presidindo os trabalhos Luís Sérgio Barbosa, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias, Simpliciano Joaquim dos Santos, Manoel Inocêncio Pinheiro Junior, Osvaldo Marques de Oliveira, Severino Alexandre da Silva e outros: para cumprir esta determinação fui obrigado a levar o livro de presença para Mataripe e os campos a fim de colher assinatura e obter o quorum desejado."
- 26 Entrevista de Osvaldo Marques de Oliveira, concedida ao autor, e já citada.

#### CAPÍTULO 6

### A CRIAÇÃO DO SINDICATO DA EXTRAÇÃO

#### 6.1 A GRANDE AMPLIAÇÃO

J,

O ano de 1957 marca o início propriamente dito da 2ª ampliação da Refinaria de Mataripe, conhecida também como a grande ampliação, que durou 4 anos (1957-1961) mudando a estrutura industrial do refino e causando grande impacto econômico e social no Estado.

O processo de expansão das atividades do refino era acompanhado por um aumento expressivo de investimentos na produção do petróleo do Recôncavo e tinha como base o surto industrial que se verificou nos primeiros anos do governo JK (1956-1958) com a construção do parque automobilístico, e a conseqüente necessidade de energia e infra-estrutura viária. No caso da indústria do petróleo, o seu desenvolvimento era necessário para evitar o rápido crescimento do seu peso nas

importações, indispensáveis para sustentar o consumo inerente à expansão econômica.

O enorme projeto que significou a 2ª ampliação, tornou necessária a criação de uma empresa — A Matamplia — para viabilizá-la. Este projeto rompe com o modelo de estrutura industrial que demandava uma mão-de-obra especializada apenas em pequena escala.

As unidades de lubrificantes e parafinas e a FCC, entre outras, exigiam uma quantidade apreciável de técnicos de nível médio e superior. Nos campos, tratava-se não só de aumentar o número de poços, mas também de intensificar a produção, com a adoção de métodos cada vez mais modernos. Os novos métodos e a diversificação da produção de Mataripe vão aproveitar ao máximo o óleo tratado pela usina que, ao contrário de outras refinarias, já então existentes, se constituía de petróleo baiano.

Já desde a época do CNP se desenvolvia uma política de nacionalização de mão-de-obra, sendo instalados os primeiros cursos para operadores na Bahia no início da década de cinquenta.

Em 1959, é invertida a relação entre os geólogos brasileiros e americanos existentes no país. Esta situação iria levar a uma crise no modelo de gestão vigente até então na refinaria e nos campos. Os novos trabalhadores (vindos da

Escola Técnica e do Ginásio Bahia) que fazem os cursos da PETROBRÁS, não se dispõem a vir para este "fim de mundo", nas condições de trabalho existentes. Num período de expansão industrial, a empresa perdia técnicos para o sul do país.

Ela (a mão-de-obra) tinha que ser regulada pela área mais industrial do país, que era São Paulo. Jairo Farias'

Várias formas foram tentadas para suprir essa carência de mão-de-obra. Luciano Campos afirma que:

A mão-de-obra chegou a um ponto de exaustão... que determinados setores da empresa todos foram recrutados em outros estados... A refinaria se deu ao trabalho de botar um alto-falante em cima de um jeep, mandar pessoas, por exemplo, pra Sergipe, e causou um fenômeno interessante, em determinada época, o Laboratório de Análises Clínicas de produtos foi constítuido de 90% de pessoas de Sergipe, né?

Havia na época, inclusive, propagandas enganosas tentando atrair trabalhadores para a empresa. Alguns entrevistados comentam que pediam aos empregados para indicarem outros profissionais para irem trabalhar em Mataripe.

Mas as mudanças sociais a serem experimentadas por Mataripe não derivariam mecanicamente das alterações conjunturais ou estruturais. Tratava-se de uma nova estrutura industrial em montagem, à qual necessitaria corresponder novas condições de trabalho e salário. Há uma mudança profunda nas relações de trabalho entre chefias e empregados. É uma época de modificações que se articulam com o contexto nacional. Precisaram de uma conjuntura favorável, um instrumento político-

sindical, e da entrada de uma nova geração de trabalhadores que deram um enorme impulso à luta dos pioneiros e contribuíram para a luta por um novo padrão de exigências operárias na Bahia. O período entre 1957-1958 marca a entrada, na RLAM, de várias turmas desses novos operários.

#### 6.2 O ÓLEO DERRAMADO

O ano de 1957 é marcado pela intensificação da luta pelo reconhecimento do sindicato. Nessa época, porém, já há indícios de vacilação no projeto sindical de sindicato único, ao se aproximar o limite legalista que o orientava. Por este registro de Ata, pode-se observar a influência do advogado da Federação dos Trabalhadores das Indústrias e da Associação:

Esclareceu que o projeto de pedido de transformação em Sindicato demorou um pouco aqui no Ministério do Trabalho em virtude de ter alterado a denominação, conforme opinião sua combinada com os membros da Diretoria. Porém, este estado de coisa já tinha se resolvido e que o processo já estava a caminho do Rio desde 14 de janeiro. Assim, até ali estava cumprida a tarefa'.

À medida que demorava o processo, aumentava a pressão junto à imprensa da época. Testemunham isto os jornais A Tarde e O Momente, particularmente o segundo, do Partido Comunista Brasileiro - PCB, que já vinha há muito tempo denunciando a

situação destes trabalhadores e se posicionando em prol da criação do sindicato dos petroleiros.

Já na assembléia de 21 de junho, é proposta a instalação de uma comissão para acompanhamento do processo no Ministério do Trabalho. A idéia, de Humbelino de Souza, só foi aprovada em 20 de setembro, quando é eleita em assembléia a comissão que iria ao Rio de Janeiro. É constituída de Osvaldo Marques de Oliveira, Manoel Bonfim e João Humbelino. A proposta da comissão foi defendida pelo representante do STR — Sindicato dos Trabalhadores Rurais, de Ilhéus, ali presente, quando ainda se ventilava a idéia da escolha de um só representante.

Em função dos conhecidos problemas de caixa do sindicato, é aprovado um rateio entre os associados, quando vários operários se comprometeram a passar listas nos setores. Mas a viabilização da ida da comissão acabou acontecendo por intermédio do senador Lima Teixeira, do Partido Trabalhista Brasileiro.

#### Sobre esse episódio, Osvaldo comenta:

Nós nos seguramos em alguns políticos conhecidos... era do Partido Trabalhista, era o Lima Teixeira, o Senador Lima Teixeira que ajudou até a comprar a passagem na época... eu me lembro quando eu fui... as 3 passagens pela PANAIR, parece PANAIR na época... uma semana aguardando, no 3º ou 5º dia um funcionário disse: o sindicato de vocês vai ficar assim...

Era um golpe em Osvaldo e seus companheiros. A Comissão de Enquadramento Sindical do Ministério do Trabalho, órgão que na época decidia sobre o ramo e a abrangência das organizações sindicais, alegando que a atividade da refinação estava no 10º grupo, e a da extração no 4º grupo do Quadro de Atividades, só reconheceu a organização para os trabalhadores na extração.

Aqui é preciso abrir um parentêses. Essa questão suscita várias versões até hoje. Uma delas é a exploração da divisão dos sindicatos do petróleo da Bahia em função dos limites da estrutura sindical vigente. Outra é a de que a mesma ocorreu em virtude das divergências entre os dirigentes dos dois sindicatos. A ascensão dos dirigentes sindicais Mário Lima e Wilton Valença no entanto, só aparecerá mais tarde.

Outras versões, porém, podem ser suscitadas. A Bahia é o único caso de existência de uma organização para os trabalhadores da refinação e outra de extração. Nos anos posteriores, a CES — Comissão de Enquadramento Sindical concederia cartas sindicais únicas em outros casos'.

#### Valença afirma que:

:

O que eu sei é que Ari Campista, que tinha interesse em fazer uma Federação Nacional dos Químicos, ele deu uma ajuda na área do Ministério do Trabalho. O que se, pode concluir do projeto de sindicato único desta categoria, até hoje não viabilizado? É razoável se supor que este existiu e se desencadeou uma luta com este objetivo — a criação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo do Estado da Bahia; desta maneira, a Associação foi reconhecida pela DRT, em abril de 1957.

Contudo, o reconhecimento da Associação com esta abrangência foi posterior à ida do processo para o Rio de Janeiro. O advogado Freitas Paim, na assembléia citada, afirma, sem contestação, que foi alterada a denominação da entidade conforme sua opinião, "combinada com os membros da diretoria".

Após a decisão da CES, os encaminhamentos da organização sindical se dão por dentro dos limites da ordem vigente. O sindicato da extração entra com um pedido de extensão de base para a refinação. Até 1959, por desfecho negativo da CES, insiste nesse projeto, tendo em vista absorver os trabalhadores da refinaria. Essas esperanças vão por terra em outubro de 1959, por despacho negativo da CES, poucos dias antes do reconhecimento do SINDIPETRO - Bahia.

#### 6.3 UM PRESIDENTE SEM CONSENSO

O reconhecimento do sindicato exigia eleições para a nova diretoria, mas essa questão não se fez por consenso.

4

Dias depois da concessão da carta sindical, começa uma articulação envolvendo as delegacias de Mata de São João e de Catu. O objetivo é a presidência do sindicato para João Humbelino, delegado sindical em Mata de São João. O motivo aparente foi o fechamento de uma chapa em reunião de diretoria que não teria contemplado as expectativas de alguns diretores.

Esse processo de disputa é rápido e se encerra em poucos dias no mês de dezembro de 1957. Tem como ápice e, ao mesmo tempo, como único testemunho escrito da intenção de seus autores, a assembléia de 19 de dezembro daquele ano.

A assembléia começa com um longo discurso de Simpliciano que se diz triste com os que querem "ferir seu amor próprio". Que não é de "boa ética" afirmar que "essas pessoas retardaram a assinatura de nossa carta sindical..." E que "a sua candidatura nasceu de um entendimento mútuo entre todos os dirigentes da antiga associação".

Ainda desabafando, afirma que foi lançado no dia 15, em Mata de São João, o nome de João Humbelino para presidente do sindicato.

<sup>...</sup>usando de frases não condizentes com o sentido puro e simples do amor próprio do orador para com isto lograr êxito no seu intento de dividir a unidade, que sempre foi o alicerce em que se sustentou a Associação até o reconhecimento, ou melhor, assinatura da carta sindical. Sentia-se triste e acabrunhado de ser mal entendido, pela maneira cautelosa com que se conduziu frente aos destinos da antiga associação, hoje sindicato'.

.

Falam em seguida, vários oradores, a maioria para confirmar ou apoiar o acordo estabelecido na reunião da diretoria em 8 de dezembro. Há quem defenda a existência de duas chapas, entretanto, a minoria (Manoel Alves Bonfim e João Humbelino) abandona a disputa. O primeiro diz apoiar o acordo e o segundo retira a candidatura.

Na assembléia, soma-se um novo fator político. Pela primeira vez ocorre de forma explícita relações político-partidárias entre aqueles trabalhadores: a "candidatura de João Humbelino nasceu de entendimento político local, em reunião preparatória antes do dia 15, onde ficou acatado que se impugnava a chapa única, porque a mesma foi imposta pelo Sr. Presidente." O que é reforçado pela presença do Presidente do Diretório do PTB — Partido Trabalhista Brasileiro de Mata de São João na reunião de lançamento da candidatura de Humbelino.

A assembléia termina com um apelo do presidente "pela unidade de todos os trabalhadores do petróleo". A nova diretoria conta com a presença de Manoel Bonfim, porém, não com Humbelino. Simpliciano se mantém na presidência, Pinheiro fica na vice, Osvaldo na tesouraria, e ainda há dois dos pioneiros na articulação da entidade que estão nos principais cargos".

# 6.4 A POȘSE DA 1ª DIRETORIA E A RELAÇÃO DOS PIONEIROS COM OS POLÍTICOS REGIONAIS

A relação dos trabalhadores do petróleo, com os políticos ligados às elites regionais, ainda era desarticulada. Temos informação de uma visita dos trabalhadores de Candeias a Luiz Viana em 1950<sup>12</sup>. Há também o comparecimento de alguns políticos de menor expressão a certas atividades da associação.

Os primeiros episódios que denotam relações políticas da categoria são o da candidatura de João Umbelino e o da reta final da conquista da carta sindical. O de Mata de São João, embora sem conseqüências, mostrou a intenção do PTB daquela cidade de constituir uma base política na categoria, tendo em vista as próximas eleições.

Por falta de condições financeiras e pela necessidade de enviar uma comissão ao Rio, os dirigentes tiveram de pedir apoio a políticos tradicionais, sendo acionado o senador Lima Teixeira do PTB, parlamentar pela Bahia na época.

O estilo da posse da 1ª diretoria do sindicato marca outro momento na relação da organização dos petroleiros com políticos tradicionais e, pela primeira vez, com a empresa, quando os trabalhadores neles se apóiam para legitimar a própria organização. Começa uma tradição de eventos com essas características na história do sindicato.

3

A posse da diretoria traduziu-se no acontecimento de maior repercussão até então. Denotando a importância que as classes dominantes regionais davam à questão do petróleo, comparecem o representante da Delegacia Regional do Trabalho, o Governador Antônio Balbino (que seria o presidente dos trabalhos) acompanhado pelos deputados Waldir Pires, Rômulo Almeida e Croacy de Almeida. Estavam presentes o Presidente da Petrobrás, Cel. Janary Nunes, e seus respectivos superintendentes na Bahia, da RPBA e RLAM<sup>11</sup>, o Prefeito de São Francisco do Conde, o representante do Prefeito de Mata de São João, além de inúmeros dirigentes sindicais, professores, autoridades policiais, civis e eclesiásticas.

Várias pessoas usaram a palavra durante o ato. Antonio Balbino falou "salientando a grande responsabilidade do sindicato, até de uma necessidade dos trabalhadores. PETROBRÁS". imensamente útil à 0 deputado Waldir Pires registrou na Assembléia Legislativa a magnitude do evento através de moção.

Na assembléia de 20 de abril, Simpliciano explica as razões de ter pedido ajuda à PETROBRÁS para a posse:

2

Justificou também os motivos que o levaram a fazer a posse no dia 28-03-58. Achando que os esforços e sacrifícios não foram vãs, porque tudo quanto tinha programado realizou-se a contento. Não tinha outro meio para dar almoço a mil pessoas, nem tão pouco conduzir o número de convidados que nos honraram com suas presenças. Não tinha outra alternativa senão recorrer, neste partícular, à própria PETROBRÁS".

Ainda ocorreria, no futuro, a presença de Governadores do Estado, Presidente da PETROBRÁS e até do Presidente da República em eventos organizados pelos trabalhadores do petróleo, todavia, não mais financiados, com esta extensão, pela empresa até 64.

6.5 O INÍCIO DA AÇÃO REIVINDICATÓRIA: A BASE

EMPURRA PARA O AVANÇO DA ESTRATÉGIA

SINDICAL

Lembra os lucros fabulosos da PETROBRÁS que o patriotismo do trabalhador do petróleo permitia ela acumular, porém, este trabalhador nada tem, mendiga o pão de sua família".

Francisco Guimarães

Mais uma vez, o contexto nacional repercute na empresa. A imprensa torna públicas as divergências entre o CNP e a PETROBRÁS. Em junho, ocorre a renúncia do Ministro da Fazenda, José Maria Alkimim. Em outubro, após as eleições, o Governo JK apresenta um programa de "estabilização econômica". Encerrava-se o auge da expansão iniciada em 1956 e o seu namoro com as elites. O ano de 1959 veria a retomada da inflação e das reivindicações salariais, de créditos industriais e o aumento nos gastos públicos.

Em janeiço, o governo anuncia a redução do orçamento federal em itens essenciais. Abre-se a campanha presidencial para as eleições que se realizariam no próximo ano, iluminadas pelos resultados das eleições de 1958. Em São Paulo, ganha o candidato de Jânio Quadros: Carvalho Pinto.

A retomada da mobilização coloca, na arena política, a disputa entre projetos de desenvolvimento que marcam o país desde a década de 40. Há um clima de hostilidade à interferência estrangeira, que leva o governo a romper com o FMI, em meados do ano".

A partir da posse da diretoria do Sindicato da Extração, a história dos petroleiros da Bahia apresenta uma bifurcação que é essencial acompanhar para resgatar a memória desses trabalhadores.

De um lado, em meio ao mandato de Simpliciano, a organização sindical dos petroleiros entrava em nova fase, de assunção do caráter reivindicatório, com os trabalhadores da refinação mantendo-se na organização. De outro, os esforços de alguns de seus principais líderes orientavam-se para a criação de uma nova organização: o SINDIPETRO - Bahia.

Até o início do 2º semestre de 1959 não há menção, nas Atas, de reivindicações econômicas da categoria. Todo o esforço dos que se reúnem na Associação está voltado apenas para a conquista da Carta Sindical.

Os primeiros meses são dedicados à estruturação do sindicato e sua legitimação. O sindicato se filia à Federação dos Trabalhadores na Indústria e participa do *II Congresso Sindical Baiano*''. É autorizado pela Assembléia o desconto das mensalidades em folha. Simpliciano é liberado para a entidade às expensas dos trabalhadores.

A assembléia de 20 de setembro registra uma nova fase. Fala-se pela primeira vez das reivindicações da categoria<sup>10</sup>, o que tomou forma numa plataforma de 59 itens, aprovada em nova assembléia, em 11 de novembro.

O governo demorava a fixar o novo valor do salário mínimo e os trabalhadores aprovam uma tabela de abonos diferenciados segundo os salários.

60% para os que ganhavam até Cr\$ 6.000,00 50% para os que ganhavam até Cr\$ 10.000,00 40% para os que ganhavam ate Cr\$ 15.000,00

À medida que é colocada a pauta reivindicatória, vão ficando evidentes os marcos legalistas em que se movia a organização sindical dos pioneiros. Há reclamação de que a PETROBRÁS não aumentava o salário dos trabalhadores há anos, enquanto os engenheiros "já tiveram três aumentos". Aumenta expressivamente o número de associados presentes às

assembléias. As de 11 e 14 de novembro contam com mais de 200 trabalhadores.

A diretoria custa a entrar na luta. Nota-se a falta de sintonia de certos dirigentes em relação à base. Sobrevêm as primeiras críticas: "o que é estranho é que a nossa diretoria está deixando ser levada e com medo" (Francisco Guimarães)".

Simpliciano se defende e assim expõe, de forma clara, a linha seguida pelo Sindicato no período:

O nosso sindicato não é sindicato de marítimos, nem dos açucareiros, que, como por exemplo, o Exército pode pegar um soldado e pôr para trabalhar em período de greve. Has o nosso não é assim que o exército não pode, em hipótese nenhuma fazer, pegar general e pôr no lugar de um sondador, que tem a sua profissão liberal, só podendo substituí-lo um sondador e não um soldado. Eu encaro as conseqüências que poderá acontecer, tendo o meu único receio, de fazer um pai de família ao abismo. O nosso sindicato está sendo fiscalizado — assunto muito sério e de controle para o nosso bem-estar.

O presidente consegue esvaziar a pressão dos trabalhadores. Entretanto, logo após o aumento irrisório pago pela empresa em fevereiro, a categoria volta ao assunto. Simpliciano manobra, fala da sua folha de serviço:

Desde o tempo da antiga associação. No tempo em que era proibitivo falar-se de sindicato no selo do operário do petréleo, que para se conseguir o número possível para a decisão legal de uma reunião, precisava que o campanheiro Manoel Inocêncio Pinheiro Jr. fosse buscar os associados nas esquinas e nos bares, para não ser maior a decepção que era de costume passarmos muitas vezes em presenças de convidados que aqui vinham nos ajudar".

;

Na Assembléia, Francisco Araújo Guimarães lembra "os lucros fabulosos da PETROBRÁS, que o patriotismo do trabalhador do petróleo permitia acumular. Porém, este trabalhador nada tem, mendiga o pão para a família".

O Dr. José Teixeira Filho contra-ataca e adverte para

...perigo de se fazer um dissídio coletivo no momento, pois íamos incorrer num grave erro, pois, ao invés de sermos beneficiados, seríamos prejudicados, pois a justiça tomaria como base para o cálculo o salário de ano atrás, e que vem a ser menos que o salário mínimo já decretado.

O associado Edson Rodrigues reclama que "no campo, o descontentamento era grande e que muitos companheiros queriam pedir demissão do sindicato, e ele achava um erro pois isto era uma espécie de greve branca contra o sindicato com prejuízo para o mesmo, para os demais companheiros".

Ainda há a defesa de Simpliciano por Juvenal Santana, que diz:

Os sucessivos boatos e calúnias feitas à pessoa do companheiro presidente eram naturalmente espalhados por elementos irresponsáveis e desagregadores, que talvez até a mando da própria empresa para generalizar o descontentamento nos associados do sindicato.

A protelação da diretoria em entrar na luta salarial leva ao desgaste do sindicato. Vários associados pedem baixa e Simpliciano sofre críticas. O presidente ganha algum tempo com a saída dos novos níveis do salário mínimo do governo, maiores

do que a tabela proposta pela assembléia, o que faz pensar que poderia ter sido um erro não esperar.

Além disto, a empresa cede 15 a 20% de aumento em fevereiro de 1959. Os trabalhadores, no entanto, não estão satisfeitos. As assembléias do período passam cada vez mais a tratar de temas econômicos e, mesmo limitados à ação legalista, fala-se, pela primeira vez, em dissídio coletivo". Esse processo coloca em questão a estratégia com que se moviam os pioneiros desde 1954, iniciando sua diferenciação política.

É Guimarães quem expressa a insatisfação da base. Seria militante do PCB e, em 1960, teria sua candidatura à diretoria do Sindicato da Extração abortada por demissão da empresa".

As críticas levam a diretoria a um passo à frente, fazendo contatos com a empresa, quando circulavam boatos de que esta pretendia dar um aumento de 30%. Em 28 de agosto, numa assembléia concorrida, Simpliciano relata sua viagem ao Rio para discutir as reivindicações com a empresa "aonde for necessário". Os trabalhadores, todavia, mostram-se impacientes. Diz-se que o Sindicato já devia ter dado entrada nos documentos na Justiça do Trabalho com o fim do dissídio coletivo, no que são contrariados pela mesa.

ì

A reunião acaba constituindo uma comissão de 12 pessoas, entre elas Osvaldo, para discutir com uma comissão da empresa que viria do Rio para tratar do aumento.

. As preocupações dos operários giram em torno da reclassificação. Os trabalhadores dão prazo à empresa e ameaçam entrar com o dissídio coletivo.

O aumento viria em setembro e, apesar do sindicato "pegar uma certa carona", aparentava-se a uma conquista, tendo a assembléia aprovado, no dia 21, a proposta da empresa de 25% para os que ganhavam Cr\$ 10.000,00 e 20% para os que ganhavam até Cr\$ 25.000,00.

Mesmo sendo bem inferior à proposta dos trabalhadores de 49%, o clima da assembléia foi de vitória. Nesse ano, aliás, ocorrem dois aumentos de salários, de um lado como reflexo do quadro político, de outro funcionando como a primeira sensação de vitória daqueles trabalhadores, inclusive conseguindo empurrar a diretoria para negociar seus salários com a empresa.

A diretoria, por sua vez; recupera-se parcialmente do desgaste sofrido, anima-se com o fato de ser reconhecida pela empresa como interlocutora e já passa a pensar em dissídio coletivo. Passo maior do que este, o de confronto com a empresa, só viria, entretanto, com a criação do SINDIPETRO, a partir da posse de sua primeira diretoria.

Quanto a Simpliciano, a insatisfação com a sua diretoria aumenta, o que, poucos meses depois de março de 1960 ocasiona a sua substituição por Wilson Valença na presidência. Este, mais tarde, junto com Mário Lima, seria o líder mais importante dos petroleiros da nova fase que se desenhava.

Simpliciano, diferentemente de Carnaúba, não era um dirigente sindical que pretendesse não ficar "à frente". Aliás, a estratégia da Associação só poderia ser praticada nos tempos iniciais com o caráter de que era revestida a entidade e o nível baixo de demanda reinvindicatória dos associados. Num sindicato já reconhecido, com o concurso de centenas de associados e passando aos poucos a sofrer as exigências dos trabalhadores pela melhoria das suas condições de vida e trabalho, e atraindo, além disso, a atenção da empresa, estes dirigentes não podiam "passar despercebidos".

Vale destacar como alguns dos principais nomes da época consideravam Simpliciano. Osvaldo afirma que dizia para ele: "Poxa, Simpliciano, é um direito...". Contudo, este achava que "a gente tinha que ir maneirando".

Valença é mais definitivo no julgamento. Diz que "era um homem que não tinha coragem de reivindicar nada, então não podia ser presidente de sindicato". Diz ainda que Geonísio Barroso, o superintendente da RPBA na Bahia, "tinha interesse na reeleição do Simpliciano para tudo ficar como estava".

Na campanha salarial apareciam os interesses dos trabalhadores da refinação, porém, os aumentos vêm para todos. Na assembléia de 8 de março de 1959, ainda se percebe a expectativa de extensão de base do Sindicato da Extração. Todavia, já o projeto de um outro sindicato é expresso por Simpliciano:

:

No caso de não ter a resolução da extração, que se enviasse uma comissão ao Rio. E que, se não fosse possível a extensão, que teríamos outro sindicato".

## NOTAS AO CAPÍTULO 6

- 01 Entrevista com Jairo Farias, concedida, em, 2/11/89, a Júlio Cesar Andrade, Genice Barreto de Araújo e Paulo Sérgio da Costa Neves.
- 02 Entrevista com Luciano Campos, já citada.
- 03 Assembléia de 26/02/57. O grifo é do autor.
- 04 Ver a matéria: "Arrasta-se injustificadamente no Ministério do Trabalho, o processo de reconhecimento como Sindicato da Associação dos Trabalhadores do Petróleo" (O Momento 12 dez. 1956).
- 05 O Senador Lima Teixeira financiou as três passagens para o Rio de Janeiro, através da Panair-Brasil. Este político é ainda referenciado ao SINDIPETRO por ocasião de equiparação em novembro de 1960, quando registra o movimento no Senado, defendendo justica.
- 06 Entrevista com Osvaldo Marques de Oliveira, já citada.
- O7 Assim, era a composição da Comissão de Enquadramento Sindical (CES): O7 representantes no Estado (Diretor Geral do Departamento Nacional do Petróleo DNT, do Ministério da Indústria e Comércio (presidente); O2 representantes do DNT, O1 da Secretaria de Emprego e Salário, O1 do Instituto Nacional de Tecnologia do MIC, O1 do INCRA e O1 do Ministério do Transportes; O2 representantes dos empregadores e apenas O2 das "categorias profissionais". Na verdade, esses dois pertenciam às Confederações, sendo sua indicação disputada em função do poder que teriam essas funções, no reconhecimento de novas entidades para a futura sucessão das "entidades de grau superior", assim como pelas gratificações que auferiam.
- 08 Entrevista com Wilson Valença da Silva, já citada.
- 09 Livro de Atas de Assembléias do Sindicato da Extração

- 10 Osvaldo Marques não se refere a essa disputa, assim como a ocorrida com Carnaúba.
- 11 A la.Diretoria do Sindicato da Exração ficou assim constituída:

## Diretoria

Simpliciano Joaquim dos Santos Manoel Inocêncio Pinheiro Jr. Ruivaldo Rodrigues de Souza Manoel Alves Bonfim Osvaldo Marques de Oliveira

## Conselho Fiscal

Arnaldo de Santana Araújo Severino Alexandre da Silva Alfredo de Oliveira Cerqueira

#### Conselho da Federação

Simpliciano Joaquim dos Santos Manoel Inocêncio Pinheiro Jr. Manoel Alves Bonfim

## Suplentes

Anísio Araújo Lima Gervásio P. de Carvalho Milton Pinheiro Costa Gilberto B.Fonseca André Apóstolo da Silva

# Conselho Fiscal

Juracy F. dos Santos Manoel Jurandy Costa Deocleciano A. dos Santos

# Conselho da Federação

Anísio Araújo Lima Gervásio P.de Carvalho Milton Pinho Costa

Fonte: Livro de Atas do Sindicato de Extração. Não achamos ato formal, constando em Ata de eleição destes Diretores, com excessão da posse, que se verificou em 28 de março de 1958.

- O jornal O Momento, de 13 de julho de 1950 (p. 5), noticia que os trabalhadores de Candeias "não compreendendo a necessidade de lutar por seus direitos, principalmente pelo pagamento do descanso semanal, há tempos atrás, procuraram o deputado Luiz Viana o qual se comprometeu a tratar do assunto na Câmara. O referido deputado indicou também aos trabalhadores os nomes de alguns advogados, aos quais passaram procuração, de nada valendo, entretanto, pois o descanso semanal não foi pago como não podia ser, pois nada podem esperar os trabalhadores dos homens e da justiça das classes dominantes".
- Em dezembro de 1957, a Refinaria Nacional do Petróleo S/A passou a denominar-se Refinaria Landulpho Alves, em homenagem ao deputado e ex-interventor do Estado.
- 14 Livro de Atas de Assembléias do Sindicato da Extração.
- 15 Assembléia do Sindicato da Extração de 8/3/59, idem, paq. 63.
- 16 Thomas Skidmore. Brasil: de Getúlio a Castelo 1930-1964. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra 1982. p. 221-225.

- 17 O II Congresso Sindical Baiano correu nos dias 28, 29 e 30 de abril e 1º de maio de 1959. Mais tarde, a abertura pública da sucessão governamental traria polêmicas e repercutiria no meio sindical. Ver Franklin Oliveira Jr (org.). Elementos para uma cronologia dos trabalhadores do refino no Estado da Bahia 1948-1964. Salvador, 1993. p. 28. mimeo.
- O discurso na assembléia de 02/07 é do advogado Antônio de Almeida Leite: mostrou a todos os presentes a maneira desonesta como alguns dirigentes da PETROBRÁS, anulando anotações já feitas nas carteiras profissionais de vários servidores, tomando contra isso, medida enérgica para que isto não mais se registre" (p. 53 do Livro de Atas de Assembléias do Sindicato da Extração). Das reivindicações, 57 são extraídas do Memorial dos Trabalhadores dos campos e 2 são acrescentadas na assembléia.
- 19 Assembléia de 14/11/58. Constante do Livro de Atas de Assembléias do Sindicato da Extração.
- 20 Livro de Atas de Assembléias do Sindicato da Extração.
- 21 Assembléia de 08.03.59, (Livro de Atas de Assembléias do Sindicato da Extração, p. 61).
- 22 Idem. p. 63
- 23 O dissídio coletivo era uma prerrogativa exclusiva das entidades de 2° e 3° graus. Constava do título VI, CLT. Ao trazer o conflito de classes para dentro do Estado, a Legislação criou uma justiça específica do trabalho: um corpo funcionários para administrar as normas sindicais (Ministério do Trabalho) e a designação de dirigentes sindicais como funcinários "provisórios" do Estado (vogais, juízes "classistas"). A função dos Juízes e Tribunais do fazer seria а "mediação" na relação entre empregadores através do dissídio coletivo — caso não chegassem a um acordo.
- Ver entrevista de Wilton Valença da Silva, concedida em 06/10/89 a Paulo Sérgio da Costa Neves. Valença diz que Francisco Barroso, à época superintendente da RPBA, mandou pedir a ficha de Guimarães no DOPS e o demitiu. Depois, tentou fazer a mesma coisa com ele, mas ele se "segurou" com o General Lott.
- 25 Entrevista com Osvaldo Marques de Oliveira, concedida ao autor, já citada.

26 Apesar de Simpliciano quase capitular, somente em 21 de outubro, com a resolução da CES em indeferir o processo de extensão de base do Sindicato da Extração é que se dá a pá de cal na pretensão de Sindicato único.

;

# PARTE III

# INCÊNDIO EM MATARIPE

3.

Se nós do petróleo estamos unidos ninguém poderá nos vencer...

Emanuel Rêgo'

# CAPÍTULO 7

# SURGE O SINDIPETRO

Eu não tinha nenhum. Comecei e fiquei sem nenhum, comecei pros outros e fiquei sem nenhum. (Osvaldo Harques de Oliveira)

# 7.1 VIDA CURTA PARA UMA ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL

O Sindicato da Extração passou a funcionar perto das instalações da PETROBRÁS na Avenida Jequitaia. Sem sindicato, os trabalhadores da refinação ficaram no da extração, o que se constituiu numa estratégia para viabilizar a organização de sua entidade. A concepção está explícita nas palavras de Osvaldo:

Bom, eu fiquei na diretoria do Sindicato porque não tinha outro jeito, né? A Delegacia do Trabalho tinha dividido a categoria. Eu figuei lá preparando o material para registrar a nossa Associação na DRT. Feito isso, levei quase um ano... organizamos o nosso...'

Foi um pacto que eu fiz com Simpliciano. - Não rapaz! Você fica aqui mesmo! Vamos organizar a sua associação, vamos ajudar... ficar tudo unido ali trabalhando. A associação permaneceu lá.

Figuei trabalhando com Simpliciano e organizando o nosso.

A fundação da Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação do Estado da Bahia só ocorreu em 08 de junho de 1959, após a retomada do funcionamento da Associação dos trabalhadores de Cubatão. Os trabalhadores haviam perdido alguns anos e tinham que recuperálos rapidamente<sup>4</sup>.

Assim como na antiga Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo, há desencontro sobre quem foi o seu primeiro presidente. Enquanto na Ata consta o nome de Osvaldo no cargo, este afirma que o presidente da Associação ficou sendo Pinheiro, "pois ele não poderia ficar na presidência de uma entidade e na tesouraria de outra".

Manoel Inocêncio Pinheiro Junior foi um dos pioneiros daquele movimento. Sobre ele assinala Osvaldo:

Era um bom rapaz, mas ele era muito receoso, né? Ele tinha receio de se projetar assim... contra a chefia, tanto assim que depois ele se afastou... nunca mais eu soube dele... depois da revolução eu nunca mais soube dele...

A assembléia foi na sede da delegacia do Sindicato da Extração em Candeias, convocada pela Comissão Organizadora, cujo presidente era Osvaldo. Além dele, estavam presentes, Luiz Sérgio Barbosa, da Federação dos Trabalhadores da Indústria, como presidente da mesa', Simpliciano e outros diretores do Sindicato da Extração, presidentes de outros sindicatos de trabalhadores, jornalistas e advogados. Estiveram presentes na fundação da Associação 89 trabalhadores'.

Usando a palavra na ocasião, Simpliciano explica que não foi possível a extensão do Sindicato da Extração aos trabalhadores da refinação do petróleo e se coloca à disposição para o rápido reconhecimento do seu sindicato.

7.2 OS PRIMEIROS TEMPOS: DE NOVO A ESTRATÉGIA

ASSISTENCIALISTA.

A carta sindical da nova Associação foi conseguida de forma relâmpago", a exemplo do que se verificou em Cubatão. A assembléia de transformação da Associação em sindicato realizou-se no mês de julho, no mesmo local".

Nas atas das reuniões de diretoria da associação", realizadas na sede do Sindicato da Extração, em Candeias, onde passou a funcionar, podem ser comprovadas as dificuldades que continuavam sendo impostas pela direção da empresa para a organização dos trabalhadores.

Até o início de janeiro de 1960, ainda havia problemas com a empresa para o recolhimento das mensalidades. dos associados. Esta, inclusive, exigiu novas autorizações dos associados em favor da Associação, senão continuariam a ser revertidas ao Sindicato da Extração. Mesmo assim, diretores da entidade reclamam que o setor de pessoal descontava de uns associados e de outros, não.

Durante um bom tempo, a sindicalização era feita em sigilo, longe das chefias, como pode se observar pelo depoimento de Anderson Costa:

Me levaram atrás do painel de controle com uma proposta pra eu preencher... porque aquilo era feito cheio de sigilo...".

Enquanto isso, a Associação já discutia a incorporação de serviços assistenciais, a exemplo de médico, dentista e professores. Estes últimos, através de contatos com o Governador Juracy Magalhães.

Posteriormente, houve o mesmo recurso de acompanhamento, feito no Rio de Janeiro, para o reconhecimento da carta sindical. Só mudaram os que viajaram e o parlamentar que financiou a ida<sup>14</sup>. O Ministro do Trabalho que concede a carta sindical das primeiras organizações dos petroleiros (inclusive no Rio e São Paulo) é o mesmo: Percival Barroso.

A liberação da Carta Sindical do SINDIPETRO - Bahia, todavia, não veio acompanhada da respectiva publicação no

Diário Oficial da União, o que somente se daria em 4 de abril de 1960.

## 7.3 UMA DIRETORIA ASSUME NO MEIO DA LUTA

O nascimento do SINDIPETRO - Bahia contou com a experiência e a máquina sindical já criada pelos trabalhadores do petróleo. O núcleo inicial da antiga Associação dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo era praticamente o mesmo, com Osvaldo à cabeça. Estes foram elementos importantes para aceleração do processo de reconhecimento da entidade.

A nova Associação instalou-se na sede daquele sindicato, utilizada também para assembléias e serviços assistenciais. Osvaldo, inclusive, ficou como tesoureiro do Sindicato de Extração. Esse foi outro fator importante em função do boicote movido pela empresa contra as finanças da nova associação.

A Associação foi imaginada para abranger os trabalhadores da indústria de derivados do petróleo. Durante muito tempo se insistiria nesse objetivo, mesmo quando a carta sindical veio sem atender a essa pretensão. A situação só foi resolvida em 1963, com a criação da terceira organização

sindical do ramo: a Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria Química e Petroquímica da Bahia.

Contribuiu para a agilização da carta sindical, além do dinamismo e maior experiência da direção da Associação, o aparelho sindical preexistente, a realização das eleições na Federação, e o momento em que vivia o país que se articulava com as tímidas mobilizações dos petroleiros baianos.

Com o SINDIPETRO, será feita a primeira eleição direta dos trabalhadores da refinação. Entretanto, não antes de serem consultados os associados sobre os nomes indicados para dirigi-lo. Na assembléia de 12 de abril, seriam discutidos esses nomes e escolhida uma chapa única por unanimidade com Osvaldo na presidência.

Diz Osvaldo que foi difícil fazer a chapa, pois "muitos não sabiam escrever". Maranhão, o dirigente da revolta dos trabalhadores do alojamento "88", indica Mário Lima, tendo este ocupado o cargo de secretário.

As eleições do SINDIPETRO aconteceram nos dias 3 e 4 de maio, sendo as votos apurados no dia 5, registrando o comparecimento de 213 associados. Naquele tempo, havia diferenças em relação às eleições sindicais de hoje. O mandato da diretoria era de dois anos e o voto era separado para diretores, conselheiros fiscais e representantes junto à Federação.

Contudo, antes mesmo da diretoria tomar posse, quando ainda buscava entendimento com a empresa para a liberação de diretores, são demitidos Osvaldo e Mário Lima, batizando com o fogo da luta a posse de sua la diretoria que completava a organização sindical dos petroleiros da Bahia, após 6 anos de embate. É Osvaldo quem comenta esses acontecimentos: "Depois que a coisa foi começando a se avolumar, eles começaram a engrossar..."

#### E mais detalhadamente:

:

A empresa tá... retardando... a liberação da 1ª diretoria. Aí que foi que houve um dia, nós estávamos trabalhando ... ia pro sindicato, etc, nas folgas, etc, faltava alguns dias, etc, usava amanhā não vem, trocava o serviço com algum colega - você vai ficar no meu lugar, amanhã eu troco de serviço com você ... - pra ir pro sindicato... Foi uma luta, eu me esqueci de minha casa ...

Isso foi em maio, quando foi em junho, ... foi feito um ofício pra empresa, pedindo a liberação dos... pelo menos a direção executiva toda ... Até que um dia quando eu fui trabalhar, eu e Mário, eles tiraram o cartão de ponto.

- O cartão não tá no ponto, mas por quê? Por que motivo?

Nós tínhamos um advogado muito bom, Dr. Walter da Silveira. E ai entramos com uma ação na Delegacia do Trabalho... pra empresa explicar porque motivo foi retirado o cartão de ponto, nosso cartão de ponto, e que eles dessem. Aí eles ficaram apertados.

Nós tinhamos imunidade. Você sabe que a diretoria da sindicato é imune durante aquele período [que] está dirigindo. Você não pode ser dispensado, só com uma causa maior ... e tem que ser justificado.

Então, com isso, eles ficaram de cara apertada. Tinha ... advogados conosco. Levaram uns 20 ou 30 dias pra explicar. Conclusão: teve que nos retornar ... Com esse retorno foi um reforço tremendo. Todo mundo ... - o sindicato está aí, tá falando. - É o nosso sindicato ... - Qualquer coisinha ... - É o

nosso sindicato... Deu uma força tremenda ao sindicato esse retorno, o meu e o de Mário".

A demissão dos dois dirigentes ocorreu entre 12 e 31 de maio, período de realização de duas reuniões da diretoria do SINDIPETRO. Nesta última, é feita a comunicação à diretoria com a presença do advogado Walter da Silveira. A orientação deste é para que não fizessem alarde e tomassem posse, em seguida, entrassem com as reclamações na Justiça do Trabalho, pois "era questão ganha e depois, com representação de classe, não podia ser despedido".

A julgar pelos desdobramentos que o caso teve, o conselho não foi seguido. Pode até ter havido intenção, contudo, foi impossível manter o fato em sigilo. Já no dia anterior à posse, chegaria ao conhecimento público".

circunstâncias das demissões. segundo depoimentos, não parecem evidenciar uma estratégia da empresa. Mário Lima foi demitido pelo chefe Guilherme Boudjean". Já no caso de Osvaldo, a demissão foi em função do mesmo ter sido solidário а Mário. Por causa da hierarquia militarizada existente na época, os chefes não conviviam com atitudes reivindicatórias, criando, no caso, uma situação em que o superintendente Roque Perrone não quis desautorizar seu homem de confiança. Dessa forma, possibilitou aos trabalhadores a maior vitória obtida em seis anos de construção de sua organização sindical.

Foi muito grande a repercussão da readmissão dos operários na época. Numa empresa como a PETROBRÁS onde vigorava um modelo de gestão autoritário onde sua direção havia sido obrigada a voltar atrás em um ato tomado contra os trabalhadores.

Observe-se o que diz, por exemplo, o próprio Mário Lima:

Aquele pessoal... que achava que a PETROBRÁS podia tudo, eu e Osvaldo fomos os primeiros operários da PETROBRÁS a ser demitidos e voltar<sup>22</sup>.

Osvaldo acrescenta que "companheiros espontaneamente começavam a sindicalizar."

Na entrevista com Osvaldo não ficam claras as circunstâncias da readmissão. A empresa tentara, num primeiro momento, a volta apenas de Osvaldo, em condições que "lhe tiraria a autoridade como dirigente sindical"". Nesse processo, já apontariam as características diferentes das duas lideranças.

Mário Lima afirma que: "Aí eles me readmitiram, mas me deram uma punição, me impediram de ir à área".

Osvaldo e Mário foram comunicar a demissão e convidar para a posse a diretoria do Sindicato da Extração, durante reunião da mesma".

No registro em ata da reúnião é referido que a demissão do 1º secretário teria se dado "apenas por questões particulares com o chefe de processamento". Já a demissão do presidente é debitada a um boletim em que denuncia a influência perniciosa do fenol sobre os operários e no qual se solidariza com Mário Lima, tendo a chefia o achado "subversivo".

#### De acordo com Osvaldo:

Quando se dirigiu para o trabalho não encontrando o seu cartão de ponto, foi informado que o mesmo se encontrava em mãos do chefe do processamento. Dirigiu-se ao mesmo para saber o motivo que tinha sido retirado o referido cartão. O mesmo respondeu que tinha sido retirado pela superintendência, dizendo que o mesmo estava dispensado da empresa, incurso no artigo 482, justa causa".

As providências da nova diretoria do sindicato não se limitaram às medidas judiciais. Foi deflagrado um amplo movimento junto à opinião pública, que isolou a direção da Refinaria. Inicialmente, Osvaldo recorre à Federação dos Trabalhadores na Indústria e aos Sindicatos. O movimento ressoa junto à imprensa da época e na Assembléia Legislativa. Sindicalistas compareceram à Refinaria para discutir com o superintendente Roque Perrone. Até a DRT aconselha a "necessidade legal da readmissão".

As pressões continuam por ocasião da posse da nova diretoria. O ato, realizado em Candeias no dia 5 de junho, foi extremamente concorrido, quando os sindicalistas conseguem o

compromisso das autoridades participantes de intercederem para resolver o problema".

O presidente da mesa de sessão de posse foi o Governador Juracy Magalhães, que se fez acompanhar pelo Prefeito de Salvador Heitor Dias, do Secretário de Estado, Rui Santos, e do Deputado Federal Luiz Viana. A posse foi dada pelo próprio Delegado Regional do Trabalho em exercício, Antônio Oliveira. Fizeram-se presentes, também, o vice-governador Rômulo Almeida, dirigentes sindicais e jornalistas. A ausência de qualquer dirigente da empresa é significativa.

A questão da demissão dos dirigentes ocupou o centro dos pronunciamentos. As palavras do vice-presidente Pinheiro foram aplaudidas:

Excelência, general Juracy Magalhães, temos plena certeza que se fosse V. Exa. o presidente da PETROBRÁS, estes lamentáveis fatos não estariam acontecendo".

Walter da Silveira, em seu discurso, pede a intervenção do governador e reclama um "comportamento democrático" da parte dos dirigentes da PETROBRÁS. O próprio Juracy Magalhães, em seu discurso:

:

Discordou da demissão dos dirigentes do sindicato, em palavras ponderadas. Aconselhou prudência aos trabalhadores, e garantiu que logo que chegasse ao palácio faria chegar ao General Idálio Sardenberg, presidente da Petrobrás, palavras de ponderação, "no sentido de que seja encontrada uma fórmula que garanta o inalienável direito sindical", digo de

"liberdade sindical". Concluindo o governador do Estado afirma: "tudo farei no sentido de devolver aos baianos, quando terminar meu mandato, uma Bahia mais próspera e feliz". Sob vibrantes aplausos das pessoas presentes".

A ampla e enérgica ação da nova diretoria, a superestimação, por dirigentes da empresa, de sua força, e o novo contexto político-econômico surgido na época iriam possibilitar a primeira expressão social da necessidade de mudanças estruturais que estavam colocadas. Faltava apenas o móvel para que isso se verificasse. Esse móvel foi a luta pela equiparação aos trabalhadores de Cubatão, movimento encampado pelos trabalhadores da RLAM, que mudou a política salarial de cunho regional da PETROBRÁS.

# 7.4 "OU EQUIPARA OU AQUI PÁRA": A OPERAÇÃO DE EQUIPARAÇÃO SALARIAL A CUBATÃO

Eu cansei de viajar com indivíduos que veio de Cubatão na caçamba, em cima, e ... dizia: — Mas rapaz como é que vocês estão, vocês estão viajando mesmo que bicho, isso lá não existe! Nós temos 6nibus para nos levar, nós temos transporte... - Essa coisa falando em meio a um grupo grande assim..!

(Flordivaldo Dultra)"

Em 1952, foi regionalizada a política de pessoal do antigo CNP - Conselho Nacional do Petróleo, incluindo o

salário. Com isso, foi ocorrendo uma enorme defasagem entre a remuneração dos trabalhadores das refinarias do norte, e do sul-sudeste do país, em praticamente todas as funções.

Com a criação do SINDIPETRO reproduziu-se, em certa medida, a concentração da preocupação dos seus dirigentes com a organização sindical. Mesmo facilitada pela existência do Sindicato da Extração, em que Osvaldo era o tesoureiro, os primeiros tempos foram difíceis e voltados exclusivamente para a sua estruturação. A publicação no Diário Oficial da União, ato indispensável para a legalização da entidade, só sairia no dia 04/04/60. Após isto, seriam convocadas as eleições para a primeira diretoria do sindicato e realizada a posse.

Conforme relatamos, a luta marcou, desde o início, a entidade que teve seu presidente e o 1º secretário readimitidos imediatamente após а eleicão diretoria, da porém divergências quanto ao primeiro movimento ocorrido na nova organização". A vitória conseguida tornou Sindicato respeitado, dando base para os acontecimentos de novembro de 1960. Lembremos ainda que, durante o ano anterior, já havia ocorrido certa mobilização face à campanha salarial encetada pelo Sindicato da Extração.

Outro fator que deve ser acrescentado é a presença, em Mataripe, de trabalhadores egressos do "sul" do país, particularmente de Cubatão. Flordivaldo Dultra afirma que:

...de vez em quando vinham equipes do sul, lá de Cubatão mesmo, e eles diziam da maneira com que eram tratados. Isso influiu muito".

Desde 9 de fevereiro, a diretoria do sindicato havia recebido um telegrama informando as conquistas dos operários de Cubatão. Porém, a entidade estava numa fase de estruturação e apenas em 10 de junho é que começaram suas primeiras reivindicações". A preocupação de Osvaldo na entrevista era a de relacionar as duas demissões, ainda não resolvidas, com as reivindicações dos trabalhadores:

Mesmo muito antes de empossado o presidente do SINDIPETRO e seu 1º secretário estudaram e fizeram uma relação das reivindicações pelas quais iriam lutar junto à empresa. Assim, estabelecem como ponto de partida, reclamar o pagamento aos seus associados da taxa de insalubridade e ambiente de trabalho que assegure o bom estado físico dos operários que prestam serviço no setor de fenol, onde estão expostos a acidentes diários, alguns fatais, por intoxicação.

Em agosto, a entidade voltava às páginas do tradicional vespertino A Tarde, em função da participação no III Congresso Nacional dos Trabalhadores", para divulgar a viagem ao Rio de Janeiro da delegação do SINDIPETRO, que era composta por Osvaldo Marques de Oliveira, Mário Soares de Lima e Wilson Maranhão. A notícia dizia que a "maior reivindicação foi a criação do Instituto que acolherá os trabalhadores do petróleo". As passagens foram financiadas pelo Deputado Gastão Pedreira e pela Comissão do Imposto Sindical.

O III Congresso foi realizado no Teatro São Caetano, entre os dias 11 e 14 de agosto de 1960, sendo encerrado no

Ginásio do Maracapāzinho, com as presenças do Presidente e vice-presidente da República. Do temário constavam: a situação econômica dos trabalhadores e a luta por melhores condições de vida; a reforma da previdência; o direito de greve; a reforma da estrutura sindical, as relações internacionais, a criação de um organismo nacional de coordenação; a situação dos trabalhadores no campo; e os problemas nacionais.

O Congresso decidiu lutar por uma revisão imediata do salário mínimo, a criação imediata da nova lei da previdência, a reforma agrária, a extensão dos benefícios aos trabalhadores rurais e a criação de uma Comissão Executiva Nacional para preparar o IV Congresso e representar Confederações, Federações e Sindicatos perante o poder público e o patronato. Esta última resolução acarretou a retirada das Confederações dos Trabalhadores do Comércio e dos Trabalhadores na Indústria.

No III Congresso Sindical Nacional, os petroleiros organizaram um "grupo de trabalho" de petróleo, sob a presidência de Wilton Valença do Sindicato da Extração e reunindo os Sindicatos da Refinação de Santos, da Guanabara, de Manguinhos, e o de Capuava em São Paulo". Tinham como objetivo realizar um encontro nacional em janeiro para conquistar uma legislação trabalhista para os trabalhadores do petróleo. Alguns destes estiveram na Bahia durante o movimento de novembro. Quanto ao encontro nacional, só veio a se realizar no início de 1962. Foi adiado sucessivas vezes, embora tenham sido

realizadas reuniões nacionais com outro caráter e em função de questões imediatas.

Mário Lima informa a participação dos petroleiros da Bahia, na la reunião dos sindicatos do petróleo no Congresso:

Nesta reunião, traçamos as diretrizes do "I Encontro Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo e Derivados" para ser realizado em Salvador, de acordo com o compromisso firmado entre os dirigentes sindicais das refinarias de Cubatão, Manguinhos, Capuava, Mataripe e Região de Produção da Bahia".

Nesta assembléia, o Sindicato se filia à Federação e são tratadas, pela primeira vez, reivindicações da base da Refinação na nova entidade. Tendo em vista as diversas irregularidades denunciadas em relação ao Posto Médico da Refinaria, é aprovada uma reunião da diretoria da entidade com o Superintendente Roque Perrone e o Sr. Antonio Firmino, chefe do setor administrativo, para tratar da questão.

As providências em relação ao Posto Médico levam a entidade nascente a uma pequena vitória. Na audiência com o Superintendente, são informados do afastamento do chefe daquele serviço para apurar as denúncias. E, em nova reunião entre as testemunhas e o superintendente, anuncia-se que o chefe do setor médico havia se demitido do cargo, sendo substituído pelo Dr. Fernando Andrade.

Na mesma assembléia, em que é dado conhecimento do afastamento do chefe do SENED, deflagra-se o processo que iria

levar à grande greve de novembro de 1960. É que em outubro terminaria o prazo do contrato de aumento do governo e era pensamento de Osvaldo "pedir aumento em conjunto com a diretoria do Sindicato da extração a fim de obtermos maior éxito nas pretensões." Já é comentado na assembléia o mau tratamento que um grupo de processadores sofrera por pedir aumento ao seu chefe do serviço. Mário Lima fez uma exposição na mesma quando "de modo claro mostrou aos presentes o atual desnível salarial existente entre Mataripe e Cubatão".

É, porém, o associado Giovanni Figueiredo que propõe, e o plenário aprova, a "operação de equiparação salarial a Cubatão", sendo a primeira medida da campanha o "envio de um membro da diretoria a Cubatão a fim de fazer a devida observação das vantagens e normas vigentes com relação aos servidores dos setores industrial e administrativo".

No mês de setembro, ocorre reunião na casa de Mário Lima, no bairro da Liberdade, em Salvador. São discutidas outras providências em relação à verificação dos níveis salariais dos trabalhadores, só que relacionados à Bahia.

:

Luciano Campos, participante da reunião conta que:

Os salários eram pagos de forma sigilosa... combinou-se que ele iria subtrair o Plano de Cargos da PETROBRÁS. Eu levei para casa de Mário Lima... nós procedemos uma mesa redonda com oito, não me lembro quantas pessoas, em torno de oito pessoas pra copiar durante toda a madrugada salários que estavam em cada cargo, ao tempo em que o companheiro Maranhão foi a Cubatão..." Ele foi pra porta da área da Refinaria Presidente Bernardes em Cubatão

amealhar com os companheiros, se identificando como sindícalista, e pegando por função".

Segundo Luciano Maranhão, ao chegar, veio com enorme número de contracheques que deu para fazer o cotejamento. "E assim a gente ficou com uma prova material de que aquela coisa que a gente reclamava existia de fato".

No retorno, Maranhão reúne-se com a diretoria, em 30 de setembro. Nesta, já se toma conhecimento das pressões que começavam a aparecer. O sindicato havia recebido uma carta considerada ameaçadora e decide levá-la ao conhecimento do Sindicato da Extração para que "unidos fizessem veemente protesto à direção da empresa". Sendo na mesma referido o recebimento pela Diretoria de um documento de associados pedindo a realização urgente de assembléia.

No dia 1º de outubro é realizada a assembléia, presidida por Eugênio Antonelli, o funcionário número 0001 de Mataripe. Maranhão apresenta o relatório da viagem a Cubatão e 6 aprovada a decretação de Assembléia Permanente.

Informa ainda, que a direção da Refinaria de Cubatão impôs dificuldades para que colhesse os dados no setor administrativo, e apresenta ao plenário inúmeros envelopes de pagamentos de diversas funções e classificações fornecidos pela empresa àqueles trabalhadores, verificando assim os operários o disparate entre os salários dos trabalhadores daquela unidade e de Mataripe.

Foram dados exemplos como o de um operador B que na Refinaria de Mataripe tinha um salário de Cr\$ 9.700,00, enquanto em Cubatão ganhava Cr\$ 16.500,00. "Depois de ser lido e comparados vários outros envelopes de pagamento, causando total descontentamento de toda a assembléia".

É Osvaldo quem propõe um ultimato à direção da empresa: "dando um prazo de setenta e duas horas a partir do dia 4 do corrente para se pronunciar a respeito, sendo calorosamente aplaudido pela Assembléia."

Uma Comissão foi indicada para redigir o ultimato enquanto havia uma suspensão da Assembléia, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, após ser lido por Verdi Plesch. Eis o texto:

Salvador, 1 de outubro de 1960. Ilmo. Sr. Superintendente da Refinaria Landulpho Alves Nesta

Esteve reunida, no dia 1º, a assembléia geral deste sindicato, com o fito de considerar o injusto desnível salarial entre os trabalhadores dessa Refinaria e os da Refinaria Presidente Artur Bernardes, embora ambas pertencendo à PETROBRÁS.

Também esteve apreciando a Assembléia a rejeição aposta pelos operários paulistas de Cubatão, através de seu órgão sindical, à resolução 27-60, que aprovou e baixou normas concernentes à concessão de melhorias, promoções e acessos.

Em resultado dos exames feitos, deliberou a assembléia: a) reivindicar a plena equiparação dos cargos e salários dos trabalhadores que servem na Refinaria Landulpho Alves aos dagueles que operam na Refinaria Presidente Artur Bernardes; b) pleitear a revogação da Resolução 27-60, que vem regulando as promoções, melhorias e acessos dos servidores de Mataripe. Encontrando-se a assembléia deste Sindicato em sessão permanente até ser obtido um pronunciamento dessa Superintendência. Careceríamos uma resposta dentro do prazo de três dias, a fim de que pudéssemos adotar, em definitivo, a atitude mais compatível com o problema, inclusive evitando-se qualquer medida de caráter extremo que deseje, acaso, tome a Assembléia, conforme, aliás, já assentaram os associados deste órgão sindical.

Na convicção de um breve e favorável pronunciamento, que propicie a manutenção de um ótimo clima de relação de trabalho, apresentamos atenciosas saudações.

Osvaldo Marques de Oliveira".

É Osvaldo quem afirma que "fizemos uma campanha de conscientização e a assembléia cresceu." "Isso já tinha mais de 6 meses, prometendo, prometendo e nada".

No dia 4 de outubro, foi encaminhado o ofício do Sindicato à empresa, com os três dias de prazo para o atendimento das reivindicações. Em 5 de outubro, houve reunião com Roque Perrone — superintendente — e Pinto de Aguiar — diretor de operações, que durou três horas mas sem solução. Em 6 de outubro, houve nova assembléia, esta, "a céu aberto", em Candeias, com aproximadamente 1.500 presentes".

Na assembléia, Pinto de Aguiar compareceu pessoalmente prometendo solução no prazo de 10 dias, havendo discussão
entre este e o advogado Walter da Silveira quando aquele
afirmou que a PETROBRÁS não tinha condição de promover a
equiparação com o pessoal de São Paulo, no que foi contestado
pelo advogado do sindicato.

Para se ţer uma idéia do clima da Assembléia, quando o chefe da divisão de Lubrificantes - DILUB se dirigiu aos trabalhadores, pedindo para evitarem as vaias e tratarem melhor o diretor Pinto de Aguiar, um operário de nome Zé Amazonas afirmou: "Dr. Maurício, a gente aqui está comendo galo de briga, quanto mais Pinto". Os participantes da assembléia explodiram em gargalhadas, "causando um tremendo mal-estar ao superintendente Roque Perrone".

Em 7 de outubro, saía na imprensa local que teria sido evitada a "parede" dos operários de Mataripe". Trata-se do resultado da assembléia de Candeias onde os operários teriam dado um "voto de confiança" ao Sr. Pinto Aguiar para que fosse negociar com a direção da PETROBRÁS o problema.

Em 11 de outubro, a diretoria do SINDIPETRO envia Mário Lima e Luciano Campos para o Rio de Janeiro para entendimentos com a direção da empresa". Há uma discussão sobre que táticas usar para trabalhar o movimento junto à opinião pública, buscando solidariedade. Na reunião, aprova-se um Memorial de reivindicação, que seria escrito por Walter Silveira, e define-se um Boletim Informativo para a categoria. A reunião seguinte da diretoria da entidade denota nervosismo". O presidente em exercício, Manoel Pinheiro, ameaça renunciar se não houver informações da comissão que foi ao Rio de Janeiro. Há queixas de falta de dinheiro para despesas.

Em 24 de outubro, o jornal A Tarde insiste em divulgar que havia sido afastada a ameaça de greve em Mataripe, por intervenção de autoridades e dirigentes da empresa que se colocaram como mediadores. O Vespertino afirma que "diminuiu a tensão sendo de pronto atendidas algumas reivindicações operárias, ficando outras para serem solucionadas posteriormente, após estudos de uma comissão especialmente designada para este fim".

Uma das autoridades foi o Senador Lima Teixeira, do PTB - Ba, que levou a questão para discussão no Senado, lendo naquela casa um telegrama de Osvaldo:

O representante baiano atendeu à solicitação que lhe foi feita, no sentido de interferir junto ao Ministro do Trabalho para que vá verificar "in loco" as fundadas razões do movimento grevista, julgando justas as suas pretensões de paridade de vencimentos com os da Refinaria de Cubatão, de vez que as condições de vida, na Bahia, são iguais às de São Paulo, em seu alto custo<sup>51</sup>.

Houve ainda telegrama do Ministério do Trabalho, entre outras medidas, nada se resolvendo.

A nova reunião da diretoria, realizada no dia 28, traçaria a estratégia da greve. Já havia o entendimento de que esta não envolveria a região de produção<sup>11</sup>, sendo também instituída uma comissão mista com elementos considerados chaves na refinaria. Ernesto Cláudio Drehmer, que viria a ser mais tarde superintendente da refinaria, conta que chegou a manter contatos para evitar a greve: "Eu fui em Candeias na sede do

sindicato para ver, se havia uma maneira de evitar a greve, não havia jeito..."22

A última tentativa de evitar a deflagração do movimento seria no dia 31 com uma reunião na DRT - Delegacia Regional do Trabalho. À reunião compareceram Mário Lima, Osvaldo, Roque Perrone, Walter Silveira e o delegado substituto, Amadiz Barreto. A empresa ofereceu 20% de aumento e os representantes do sindicato ficaram de levar a proposta para a assembléia".

Os dirigentes, então, se dirigiram para a refinaria onde realizaram, à noite, uma assembléia que rejeitou a proposta da empresa e decidiu pela greve a partir de zero hora do dia 1º de novembro, com a não rendição do turno. Osvaldo conta como foi a comunicação da decisão ao Superintendente Roque Perrone:

;

Nesse mesmo dia, eu desci de jipe, já era quase madrugada e fui transmitir a decisão da Assembléia para Perrone e eu fui sozinho... Ele estava lá aguardando a resposta porque já tinha falado a semana inteira com ele. — Eu estou aqui para transmitir a decisão da assembléia que terminou nesse instante e me autorizou a lhe dizer o seguinte: que a unidade vai parar porque não tinha mais prazos que foram dados. Há 6 meses vem nos dizendo amanhã, hoje, amanhã, agora não tem mais jeito, eu não posso mais segurar e de madrugada começamos, e ele dizia: — O Sr. não poderia evitar isso? — Dr. eu não posso segurar aquela assembléia e vocês serão todos beneficiados... e como foram todos beneficiados! Conclusão: a paralisação... Comuniquei aos encarregados que será uma parada técnica sem destruição de nosso patrimônio e assim foi feito, não levou uma semana".

 $\label{eq:main_main} \mbox{M\'ario Lima fornece alguns dados reveladores sobre}$  aqueles momentos:

Quando nós chegamos à meia noite... tava o exército já lá... A turma que pegou às 16 horas de 31 de outubro não seria substituída a zero hora, não foi ninguém. Às 8 horas também não veio ninguém e aí a empresa começou a se mobilizar para pegar o pessoal. Quando deu 24 horas, a chefia dá ordem para baixar a temperatura e parar a unidade... enquanto isso a empresa mandou esse diretor negociar com a gente... eles aí botaram a nota do jornal para ver se intimidava".

## E ainda:

Todo mundo achava que ela iria fracassar porque primeiro as esquerdas ficaram reticentes... porque achavam que nós iriamos enfraquecer a PETROBRÁS. A PETROBRÁS estava nascendo naquela época... havia o temor que o pessoal que morava na Vila iria furar a greve... Nós fizemos um bom trabalho e estávamos certos que faríamos... não houve necessidade de piquete... o pessoal nem foi lá... veio exército, veio polícia".

Na entrevista, Mário Lima fala alternadamente que a nota foi colocada pela refinaria e pela DRT. Na verdade, a nota foi da refinaria, embora citasse uma declaração do Delegado do Trabalho. Eis a nota:

#### "GREVE ILEGAL"

O Exército e a Polícia protegem a Refinaria e os seus trabalhadores, que, em grande número, não aderiram ao movimento.

A Superintendência da Refinaria Landulfo Alves, informa aos seus funcionários, às autoridades e ao público em geral que o "SINDIPETRO" resolveu, a zero hora de hoje, declarar-se em greve.

Fracassaram, assim, todos os esforços suasórios da PETROBRÁS, por seu Presidente, diretores e por esta Superintendência, que jamais se furtaram, como não se furtarão a acolher as reivindicações, que forem justas, do seu pessoal. Conforme declarou o próprio Delegado Regional do Ministério do Trabalho, de quem esta refinaria solicitou interferência conciliatória, a greve é ilegal.

Em 1º lugar, porque a PETROBRÁS não se negou a discutir o assunto, que já se acha em estudos vigentes, pelo órgão competente da empresa, a sua assessoria geral de pessoal, objetivando uma revisão dos níveis salariais, devendo o Conselho de Administração reunir-se no próximo dia 8 para deliberação do assunto.

Em 2º lugar, porque, repelidas pelo Sindicato as sugestões conciliatórias do Delegado Regional do Trabalho, deveria ter sido promovido dissídio coletivo perante a Justiça do Trabalho, antes dos grevistas recorrerem à medida extrema.

Tratando-se de uma Sociedade de Economia Mista, cujo maior acionista é a União Federal, e de uma empresa industrial executora de um monopólio estatal que interessa, inclusive, à segurança nacional, imediatamente entraram em ação preventiva forças do Exército da 6ª Região Militar e da P.M., para garantir, não somente o patrimônio como também aqueles funcionários, que cônscios de suas responsabilidades, queiram continuar trabalhando, confiantes na PETROBRÁS e no espírito de Justiça de seus dirigentes...

Superintendência da RLAM (matéria paga)"

O argumento principal da nota era a ilegalidade da greve, discurso nada estranho aos nossos ouvidos ainda hoje. A alegação era de que deveria ter sido promovido um dissídio coletivo perante a Justiça do Trabalho, antes de se recorrer à greve. No mais, era o habitual terrorismo que os empregadores movem contra os movimentos dos trabalhadores no Brasil.

É Osvaldo quem diz que: "os jornais malharam e diziam que eram marajá". Na mesma edição em que saiu a nota da Refinaria, o jornal A Tarde colocava, à p. 3, matéria de sua responsabilidade. Afirmava que a greve teria começado, mas que a refinaria "não parou", mostrando ignorância ou má fé sobre o

processo de operação contínua de uma refinaria. Divulga ainda argumentos de Roque Perrone entre os quais o da ilegalidade, mostrando que poderia perfeitamente ser desprezada a matéria paga. Admite, no entanto, que há uma unidade parada: a de lubrificantes, embora afirme que esta estava em experiência.

Durante o movimento, os petroleiros visitam o Comandante da 6º Região Militar, mostrando fatos que "horrorizam o comandante". Este teria dito que "eles estão dizendo que os Srs. estão ameaçando o equipamento da empresa".

Mário Lima revela a existência de um "plano para acabar com a greve, que era prender Osvaldo e a mim... Quadros", foi designado para me prender, mas aí os motoristas souberam e nos avisaram enguiçando o jipe, aí nós passamos a andar separados, eu e Osvaldo".

É o dirigente quem afirma que "se fracassassem o sindicato acabava". Apesar da força e do significado do movimento, há divergências sobre a sua extensão e profundidade. A informação do jornal A Tarde, é contestada por Emanuel Rego no que se refere à situação das unidades na greve:

:

Parou as unidades, só não as 4, 5 e 6. A 4 diminuiu a carga, mas a 6 tinha um problema muito grave de se parar totalmente e solidificar o catalisador. Já pensou o festival de marreta depois? Foi uma parada programada. Eles não queriam parar a divisão de combustíveis que era o grande faturamento. Na divisão de lubrificantes houve ordem de parar depois de 36 horas de greve... Também ela não produzia em escala comercial".

Mário Lima, porém, em depoimento numa CPI em maio de 1961, denuncia que a direção teria "marcado" os operários que fizeram greve, o que coloca a questão de que uma parte não teria aderido.

O depoimento de Ernesto Cláudio Drehmer fornece elementos para uma avaliação do comportamento dos técnicos e dirigentes da empresa durante a greve:

Houve pressão sobre os trabalhadores da Vila Operária na greve de 60... Eu era na época engenheiro, os engenheiros novos e supervisores colaboraram, a gente manteve em operação a Casa de Força, a unidade de craqueamento catalítico, levou cama..., manter o essencial, não tinha jeito de manter tudo. Mas tinha gente pra operar. Aquilo ali representava mais de 50% da capacidade. Foi fácil retornar depois, quando você mantém a Casa de Força funcionando...

A greve durou 3 dias e suas principais reivindicações foram atendidas quase que integralmente. Foi concedida equiparação num índice de 80% do que ganhavam os trabalhadores de Cubatão, e suspensa a aplicação da Resolução 27/60. Seus efeitos beneficiaram, inclusive, os operários da Região de Produção — que não haviam participado do movimento, com exceção dos de Candeias — e de Alagoas. Nenhum trabalhador de Mataripe poderia ganhar menos do que 80% do que ganhasse um trabalhador em função idêntica em Cubatão. Os dias parados foram pagos.

Numa assembléia na sede da Avenida Frederico Pontes, em 2 de novembro, com a presença, citada em ata, de 1.500

trabalhadores, foi, submetida a proposta do acordo citado "nos termos da lei":

Lidos os Termos do Acordo, o presidente o submeteu à consideração da assembléia. Falaram diversos companheiros, todos apoiando o Acordo. Em seguida, o presidente o submeteu à votação na forma prevista pelo artigo 524, alínea "e" da Consolidação das Leis de Trabalho, resultando que a totalidade dos presentes havia votado no sentido da notificação".

Com o fim da greve, foi feita uma campanha de produtividade para recuperar a produção da Refinaria".

A greve dos petroleiros baianos, em 1960, é um momento de rompimento do SINDIPETRO COM OS marcos institucionais e de submissão à legislação vigente caracterizaram toda a política anterior do Sindicado. O movimento não seguiu os trâmites previstos na CLT, apostando na força da luta e organização dos trabalhadores. Era derrotado o sistema de poder, vigente desde a construção da Refinaria, que continuaria porém, por certo antes de ser extinto.

# NOTAS AO CAPÍTULO 7

3

- Emanuel da Silva Rego. Assembléia em Madre de Deus, no dia 13 de novembro de 1961.
- 2 Entrevista de Osvaldo de Oliveira ao autor, já citada.
- 3 Idem.
- A Refinaria de Duque de Caxias que, entre 60 e 61, criou sua associação e sindicato, não passou pela experiência longa, pelo caráter associativo de Bahia e Cubatão. Porém, teria até 64, menos tempo para desfrutar a sua organização sindical.
- 5 A ata foi feita pelo próprio Osvaldo que diz que o nome enviado para a DRT como presidente não coincidia com o da ata, que era o de Manoel Pinheiro.
- 6 Entrevista de Osvaldo Valença de Oliveira, ao autor, já citada.
- Luiz Sérgio Barbosa era o mesmo que esteve presente nas reuniões de fundação da Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo, assim como em momentos posteriores na história dos petroleiros até então. Osvaldo teria tido um papel importante na orientação legal sobre como proceder para providenciar a legalização da antiga entidade. Nemésio Salles, que iniciou sua atuação no movimento sindical em 1961 como advogado trabalhista, tem opinião diferente sobre Luiz Sérgio Barbosa, e que externa na entrevista concedida ao autor: "Luiz Sérgio Barbosa... pelego... Ele ia a todas... ele era o presidente perpétuo da Federação dos Trabalhadores da Indústria".
- 8 Segundo o livro de Atas de Assembléias do SINDIPETRO, a sede do sindicato era na Praça Pio XI, nº 28, em Candeias que, em breve, passaria a ser município independente de Salvador.
- 9 No dia 21.10.59, 19 dias antes do reconhecimento da Carta Sindical do SINDIPETRO, o ministro do Trabalho, Percival Barroso, comunica o indeferimento do pedido de extensão de base do Sindicato da Extração. O processo levou o nº 194.453 e

a atitude foi tomada pela Comissão de Enquadramento Sindical, por unaminidade. Há informações de que foram até ao vice-presidente João Goulart que teria prometido "resolver o problema em 48 horas". A Revista de Mataripe, n° 2, de julho/agosto de 1963, informa que, quando conseguiu a Carta Sindical, o SINDIPETRO tinha 457 associados e que, 1 ano após, tinha 3.000. Já o SINDIPETRO Jornal, de setembro de 1962, fala em 614 associados até aquele momento.

- 10 A Associação Profissional dos Trabalhadores do Refino teve curta existência. Dela sobraram apenas duas Atas de assembléias realizadas em 08.06 e 20.07.59 e 4 reuniões de diretoria respectivamente, 11.06, 18.07, 12.08 e 18.09.59.
- 11 Foi realizada no mesmo local da assembléia de constiuição do sindicato, em 20.07.59, com a presenca de 61 associados e convidados. O edital de convocação foi publicado no Diário de Notícias no dia 05.07.59 de acordo com as páginas 2 e 3 do Livro de Atas de Assembléias do SINDIPETRO. A votação da transformação da Associação em sindicato foi secretamente, interpretando os trabalhadores de legalista os dispositivos da CLT. A assembléia também aprovou os novos Estatutos do sindicato, sem discussão.
- 12 A diretoria da Associação ficou sendo, conforme a ata, a seguinte:

#### Diretoria Executiva

Presidente: Osvaldo Marques de Oliveira Vice-Presidente: Manoel Inocêncio Pinheiro Júnior 1º Secretário: Gutemberg da Rocha Nepomuceno Tesoureiro: João Inácio Filho Tesoureiro: José Xavier

#### Conselho Fiscal

Deoclécio Araújo dos Santos Severino Alexandre da Silva Herval Cidreira dos Santos

Não consta os nomes dos suplentes na Ata da Fundação. A entidade foi reconhecida pela DRT sob o nº 83, no mês seguinte. O Jornal da Bahia, de 29 de julho de 1959, fala de seu registro citando que a mesma "congrega trabalhadores da Refinaria Landulpho Alves, desmembrados do Sindicato da Extração por constiuírem uma categoria profissional distinta". As informações são da cronologia do autor citado.

13 Entrevista ao autor, já citada.

Segundo Mário Lima, na entrevista de 17.07 de 1982 ao CRH-UFBA, já citadå. "o pessoal para pagar a mensalidade, dobrava assim, botava no papel e dava como se fosse uma encomenda: olha entreque isso a fulano, lá. A chefia não via".

Mário Lima foi indicado para a viagem. A indicação ficou por conta de uma suspensão que o mesmo estava cumprindo no período, pois a associação não contava com qualquer direito liberado. Osvaldo também teve que viajar mais tarde para acelerar a publicação do prazo oficial do ato de reconhecimento.

A assembléia teve a presença de 39 associados, sendo que antes houve uma reunião, no dia 30.03.60, com a presença dos convidados para fazer parte da chapa. Foi realizada na 1ª sede do SINDIPETRO, cita à Praça da Independência, em Candeias. Nesta assembléia é dado conhecimento aos associados do "reconhecimento oficial do nosso sindicato" (publicado no D.O.U. em 04 de abril de 1960). No final da sessão, Mário Lima faz uma exposição sobre os lucros do petróleo "que deixa no entanto nós trabalhadores desta indústria termos um salário de fome". A Assembléia está registrada na p. 7 do Livro de Atas de assembléias do SINDIPETRO. A primeira diretoria do SINDIPETRO ficou sendo a seguinte:

### Diretoria Executiva

Presidente: Osvaldo Marques de Oliveira Vice-Presidente: Manoel Inocêncio Pinheiro Junior 1º Secretário: Mário Soares Lima 2º Secretário: Wilson França Albuquerque Maranhão

#### Suplentes

Geraldo Alves Coque Julimá Gomes da Silva Flordivaldo Maciel Dultra Gutemberg Soares de Oliveira

### Conselho Fiscal

Deoclécio Araújo dos Santos Severino Alexandre da Silva Guilherme Zacarias Jorge

# Suplentes do Conselho Fiscal

Milton da Costa Oliveira Dorgon Rodrigues de Souza Jaime Garcia de Araújo

### Conselho da Federação

Osvaldo Marques de Oliveira Manoel Inocêncio Pinheiro Júnior Mário Soares Lima

# Suplentes do Conselho da Federação

Crispim Hipólito dos Santos Djalma de Oliveira Matos Carlos Freitas Melo

- 16 Notas de Osvaldo Marques de Oliveira, já citadas.
- 17 Idem.
- 18 Idem.
- 19 O pronunciamento de Walter da Silveira deu-se na reunião da diretoria, em 31 de maio de 1960, na sede do SINDIPETRO.
- No dia 04 de junho de 1960, o jornal A Tarde traria a notícia: "A demissão dos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores da PETRÓBRAS". Ver Franklin Oliveira Jr. Elementos para uma cronologia..., op. cit., p. 64-65.
- 21 Boudjean, na época, era chefe do setor de processamento. Emanoel Rego, em entrevista concedida ao autor, mais de 30 anos após aqueles acontecimentos, e mais compreensivo em relação ao seu caráter, porém, assinala as suas posições reacionárias.
- 22 2ª entrevista de Mário Lima, em 27/10/89, já citada.
- 23 Osvaldo Marques de Oliveira. Notas e entrevistas já citadas.
- 24 Mário Lima, entrevista citada na nota 22.
- 25 A reunião da diretoria do Sindicato da Extração foi em 04 de junho de 1960, véspera da posse da diretoria do SINDIPETRO. Está registrada no livro de Atas das reuniões de diretoria do Sindicato da Extração.
- Osvaldo Marques de Oliveira, entrevista concedida ao autor, já citada.
- 27 O calendário da luta contra as demissões é o seguinte no ano de 1960:

31.05 - comunicadas à diretoria as demissões de Osvaldo e Mário. 04.06 - chega a público, através do jornal A Tarde, o anúncio das demissões. São ainda expedidos ofícios aos sindicatos e à Federação, solicitando apoio. Encaminhamento, na Justiça do Trabalho, 5º junta, da reclamação (processo J.C. 5-22260), para reintegração no emprego e pagamento de salários retidos, com audiência marcada para o dia 07.06, às 13:00 h.

Repercussão na Assembléia Legislativa. Falam Gastão Pedreira, Henrique Lima Santos (considerando tal atitude uma inominável arbitrariedade), José Cândido e Luís Athayde. Este último requereu à mesa para que se dirigisse ao presidente da PETROBRÁS, Idálio Sardenberg, no sentido de que este intercedesse junto ao Superintendente Roque Perrone que se recusa a receber a diretoria do Sindicato, sendo aprovada a moção. Em 09.06, líderes sindicais têm reunião com o superintendente que fica de "lhes dar a resposta em outra reunião no próximo dia".

Em 10.06, a DRT envia ofício, interferindo junto à PETROBRÁS em favor dos demitidos. A Superintendência concorda com a volta de Osvaldo, fazendo restrições. Acabaram sendo demitidos, segundo Osvaldo, 20 a 30 días depois. Mário Lima ficou liberado para o sindicato. A desistência da reclamação na Justiça apenas aparece no jornal A Tarde do dia 09 de setembro.

- 28 Livro de Atas de posse das diretorias do Sindicato.
- 29 Idem.

- 30 Entrevista de Flordivaldo Dultra ao autor, já citada.
- Diz Mário Lima que o primeiro movimento teria ocorrido quando da viagem para conseguir a Carta Sindical da nova entidade. A arrecadação do numerário necessário para a viagem levou à mobilização dos trabalhadores que contribuíram para isto de forma ainda sigilosa, para não chegar ao conhecimento da empresa. Porém, mesmo com a contribuíção dos trabalhadores, houve passagem doada pelo deputado Alain Mello. (Entrevista de 17/07/82, já citada).
- 32 Entrevista concedida por Flordivaldo Dultra, já citada.
- Tratou-se de uma entrevista concedida por Osvaldo ao jornal A
  Tarde, publicada na p. 6 da edição de
  . A
  matéria era a seguinte: "Trabalhadores na Refinação do
  Petróleo vão fazer reivindicações".

- 34 Tratava-se de III Congresso Sindical Nacional. A matéria citada sairia no jornal A Tarde, na edição de 12 de agosto de 1965, p. 6, sob o titulo "trabalhadores enviam delegados".
- 35 As informações sobre o III Congresso Sindical Nacional constam da edição do jornal A Tarde dos dias 13 e 14 de agosto de 1960, p. 6.
- 36 Apesar do Jornal A Tarde informar a presença das Refinarias União - RS e Manaus - AM, isso não é confirmado por Mário Lima, no informe à assembléia, onde prestou contas da viagem.
- 37 Trata-se da assembléia do dia 29 de agosto de 1960, realizada em duas sessões, constante do Livro de Atas de Assembléias do SINDIPETRO.
- A assembléia de 10 de setembro de 1960 está registrada no Livro de Atas de Assembléias do SINDIPETRO.
- 39 Trata-se de Wilson Maranhão, diretor do Sindicato.
- 40 Entrevista de Luciano Campos, já citada.
- 41 Consta do Livro de Atas de Assembléias do SINDIPETRO, p. 15.
- 42 A comissão que redigiu o documento foi composta por Eugênio Antonelli, Osvaldo, Wilson Maranhão, Milton da Costa Cliveira, Guilherme Zacarias Jorge, Flordivaldo Maciel Dultra e Crispim Hipólito.
- 43 Entrevista já citada.
- 44 Dados do Jornal A Tarde, na edição de 7 de outubro de 1960.
- 45 O episódio consta do livro de Eunápio Costa (No Rio dos Papagaios... op. cit, p. 248). Este, porém, justifica que o operário estava alcoolizado. Porém, independente da assertiva ser verdadeira, a declaração do operário permitiu a expressão do sentimento existente entre os trabalhadores.
- 46 Consta da edição do Jornal A Tarde do dia 7 de outubro do 1960, p. 3.

- 47 As passagens foram financiadas por Pinto de Aguiar, certamente com o dinheiro da empresa.
- 48 Trata-se da reunião da diretoria de 18 de outubro de 1960 que consta do Livro de Atas das reuniões da diretoria do SINDIPETRO.
- 49 Publicado na edição do jornal do dia 24 de outubro de 1960, p. 6.
- A informação é do Livro de Eunápio Costa , op. cit. p. 245. Consta, também, da edição do Jornal O Globo de 6 de novembro de 1960, na p. 13 com o título: "Greve em Mataripe", na coluna sindical (cf. arquivos de Osvaldo Oliveira). A mesma notícia saiu no Correio Brasiliense. Porém, quando foi registrada pelo jornal, a greve já havia terminado.
- 51 Apesar da campanha salarial haver sido pensada com a concepção de unificação dos dois sindicatos do petróleo, com exceção do momento em que é discutida a nota ameaçadora da empresa, em nenhum momento verificamos a presença do Sindicato da Extração no movimento.
- 52 Entrevista de Cláudio Drehmer, já citada.
- No dia 31 de outubro de 1960, o Jornal A Tarde, p. 6, lembra o vencimento do prazo estabelecido pelo pessoal da PETROBRÁS naquele dia, sem que nada de concreto se resolvesse e informa a disposição dos operários de entrarem em greve. A foto da reunião da DRT sai na edição de 1° de novembro quando a Refinaria já está em greve.
- 54 Entrevista de Osvaldo Marques de Oliveira, já citada.
- 55 Segunda entrevista com Mário Lima, 27/10/89, já citada.
- 56 Idem.
- 57 Jornal A Tarde, 01 nov. 1960, 1 página.
- 58 Segunda entrevista de Mário Lima, 27/10/89, já citada.
- 59 Trata-se do policial Manoel Quadros, que viria a ser tristemente famoso pelas atrocidades de que foi acusado no combate à criminalidade, décadas depois destes acontecimentos.

- 60 Segunda entrevista de Mário Lima, já citada
- 61 Entrevista de Emanoel Rego ao autor, já citada.
- 62 Entrevista de Cláudio Drehmer, já citada
- 63 O trecho já transcrito de forma sumária no Livro de Atas de Assembléias do SINDIPETRO, p. 17.
- 64 Informação prestada por Mário Lima, na segunda entrevista, já citada

# CAPÍTULO 8

x

:

# A ASCENSÃO DOS TRABALHADORES DA REFINAÇÃO NUM CONTEXTO REGIONALISTA E DE CRISE INSTITUCIONAL

Tudo isso é evidente. Por que então o governo do Estado, os homens e organizações investidos de notoriedade para falar em nome da Bahia e de seus interesses se mantêm silenciosos e aceitam como fato consumado um ato injusto contra o nosso povo? Enquanto a imprensa baiana, como fizemos nós desde os primeiros rumores sobre majoração dos preços da gasolina e como o fizeram agora, nossos confrades de "A Tarde", hoje a cumprir o seu dever, levantando-se contra o aumento absurdo, os homens públicos de nosso Estado ainda guardam silêncio e se omitem. Mas já é hora dos representantes da Bahia não o serem formalmente, mas penetrados de amor pelo nosso Estado tão rico de possibilidades e tão merecido de melhores dias.

(Editorial do Jornal da Bahia)'

### 8.1 AS ELITES E A PETROBRÁS

3

Sindicato, para nós, não significa somente a defesa das reivindicações específicas de categorias particular, mas, acima de tudo, a trincheira lutas daqueles que, mesmo espoliados pelos "donos da constituem-se na forca desenvolvimento, que dará ao Brasil, uma redenção política e emancipação econômica, libertando-o do jogo dos capitais imperialistas... (Estanislau Villa)

Naqueles anos, a Bahia era a grande produtora de petróleo do Brasil, particularmente após a descoberta do campo de Água Grande com sua gualidade de óleo altamente parafínico e com possibilidades comerciais, e a realização da Ampliação. Os campos do Recôncavo baiano atingiram em novembro de 1958, 24% das necessidades do país'. Enormes possibilidades se abriam para o Estado em função do contínuo descobrimento de novos campos e da ampliação da estimativa de reservas.

Esta situação fornece uma idéia do projeto da realização da 2ª ampliação da Refinaria de Mataripe, a maior da sua história, também chamada Grande Ampliação. Consistiu na criação e ampliação de 15 novas unidades industriais (11 das quais de processo), obras complementares e um terminal marítimo independente.

Na época, representou o maior número de unidades de processamento projetadas simultaneamente para uma Refinaria da América do Sul, a la unidade de craqueamento catalítico ("Orthoplow") construída no Brasil, sendo também a primeira onde a indústria nacional teve expressiva participação no fornecimento de peças, máquinas e equipamentos. A Refinaria de Mataripe chegou a ter 6.000 trabalhadores, tornando necessária a organização de uma empresa para a gestão da ampliação: MATAMPLIA.

A introdução de equipamentos de alta complexidade, a exemplo da unidade de craqueamento catalítico, exigiu uma mão-de-obra especializada, com maiores conhecimentos técnicos e, portando, maior nível intelectual e de escolaridade.

A nível nacional, era clara a importância que ganhava essa indústria do Estado face a entrada do país na "era do automóvel". Com a industrialização do gás de cozinha, aumenta a importância da mais antiga refinaria da PETROBRÁS que, embora já sofresse na época a concorrência de Cubatão e Duque de Caxias, permanecia perto dos campos de petróleo do Estado que era o maior produtor nacional.

A chamada Grande Ampliação iniciou-se oficialmente em 11/3/57 e foi considerada concluída em 31/1/61. Entretanto, seu inicio ocorreu em 1956.

O tema do petróleo não passava despercebido para os meios de comunicação e lideranças comerciais locais. Era comum o destaque, nos jornais, das novas descobertas do petróleo assim como das estatais na Bahia.

A burguesia liberal e conservadora do Estado, assim como suas congêneres a nível nacional, não adota imediatamente o guarda-chuva estatal. Houve reação baiana à revolução de 30, à intervenção de Juracy Magalhães, e ao próprio monopólio petrolífero pelo Estado. No entanto, à medida em que foi percebendo que o petróleo serviria como alicerce para a industrialização da Bahia, superando a estrutura agrária tradicional, movem-se setores da burguesia em seu apoio, passando a influir no Estado.

Em outubro de 1957, ainda podemos achar exemplos desta incompreensão. É o caso do discurso de Lafayette Coutinho, Secretário de Segurança Pública, à missão da II Plenária da Indústria em Recife, onde, defendendo o regime de economia mista para as empresas criadas pelo Estado, afirma:

A não ser em casos excepcionais de segurança nacional ou de graves conseqüências econômicas, as empresas não devem ter caráter monopolista... [sendo que na formação destas empresas] o estado deve despir-se do "jus imperium" e funcionar apenas como investidor.

Porém, a comissão da plenária nacional àquela altura aprovou o apoio à PETROBRÁS e o regime do monopólio estatal do petróleo.

O primeiro segmento a entender a importância da PETROBRÁS foi o comércio, através da Associação Comercial da Bahia, estando documentadas diversas declarações em reuniões de seus próceres para discutir o assunto. Era palpável a injeção dos salários da estatal na economia. Também os segmentos da comunicação estiveram atentos para a questão sendo contadas às centenas, desde a década de 40, as notas, matérias e artigos, títulos e manchetes sobre o petróleo e a PETROBRÁS.

Um elemento importante para uma nova posição sobre o petróleo no Estado foi o governo Antônio Balbino. Com base numa equipe de técnicos da Universidade Federal da Bahia, foi pensada e planejada a ação econômica do Estado com ênfase particular na energia.

No caso do petróleo, os benefícios auferidos pelo Estado com a presença do CNP e, posteriormente, da PETROBRÁS, eram indiretos, inclusive após a entrada em funcionamento da Refinaria de Mataripe, em 1950. A partir de 1956, todavia, são realizados de forma cada vez mais freqüentes reclames para manter no Estado os altos lucros da empresa e para que a mesma participe dos melhoramentos da infra-estrutura estadual.

A contribuição da empresa para a receita estadual nos termos da Lei 2004, de 1954 a 56, foi de Cr\$ 36.918.208,50, subindo em 1957 para Cr\$ 43.106.787,00, para, no 1º semestre de

1958, chegar a Cr\$ 40.356.208,40 com a expectativa de atingir o dobro até o fim do ano de 1968.

Em 06/04/1955, podemos encontrar na mensagem do governador Régis Pacheco à Assembléia Legislativa o balanço energético do Estado onde o item "petróleo e derivados" se encontrava em 2º lugar, só perdendo para a lenha. Já em 07/04/56, a mensagem de Antônio Balbino à instituição relata a existência de "sucessivos debates com a direção da PETROBRÁS" para adiantamento dos direitos do Estado sobre o óleo extraído do seu subsolo para pavimentação de rodovias no trecho de interesse da zona produtora.

Em 10/01/57 ocorre a primeira reclamação pública do jornal A Tarde sobre a tabela do CNP, que "beneficiava estados que não possuem refinarias". A partir daí se verificam numerosas iniciativas e pronunciamentos, tornando o petróleo o centro da questão regional. Em julho de 1957, é realizada uma Semana da Defesa do Petróleo. Em novembro do mesmo ano, Rômulo Almeida, falando para industriais paulistas em visita à CPE - Comissão de Planejamento Econômico, reclama do desequilíbrio dos itens de exportação/importação da Bahia em relação ao restante do país.

Em 31/01/58, inicia-se a campanha do jornal A Tarde pelas "reivindicações dos baianos sobre o petróleo", que culminará na Conferência do Petróleo e em manifestações civis que envolverão o Estado, a partir de um discurso que elimina as

diferenças sociais e de classe, onde todos estão unidos em nome da "Bahia". Em 1958 a campanha se estende a estudantes, parlamentares e sindicalistas. Após a Conferência do Petróleo, realizada em 21 de julho de 1959, ganha ação parlamentar, mas é a partir de 16 de julho deste ano que adquire consistência com uma bandeira prática: a Campanha por "Um baiano para a PETROBRÁS".

Em 14 de agosto desse ano, por motivo de um memorial ao Presidente da República, foi feita uma "parada" simbólica da Bahia por 5 minutos, com os sindicalistas tendo uma audiência com o Governador Juracy Magalhães. O Governo federal, então, faz concessões, como o reconhecimento do direito dos estados e municípios quanto aos poços submarinos.

O Governo e a PETROBRÁS alardeavam a existência de problemas. No seu discurso de posse, em 31 de janeiro de 1960, Jânio Quadros fala de uma dívida externa do país da ordem de US\$3,8 bilhões com 500 milhões de dólares a serem pagos imediatamente. Mais tarde, ao assumir o governo, diria que encontrou a PETROBRÁS "em situação financeira precária", sendo contestado pelo general Idalio Sardemberg'. O relatório de atividades da empresa neste ano afirmaria que "em conseqüência da realização de volume maciço de investimentos, sua liquidez em 1960, situou-se em níveis mais baixos que 1959".

O movimento ressurge a partir da declaração de Jânio de que, em 10 de janeiro de 1962, iria transferir a sede da

empresa para a Bahia, ocasionando em contrapartida vigorosa reação do Rio de Janeiro. Apesar de ter conseguido aumentar os "royalties" para os estados e municípios produtores a transferência da sede passaria a ser apenas tema de discursos após a renúncia do presidente, que se seguiu um mês depois dessa declaração. Após a posse de Jango, o movimento chegaria a seu ponto mais alto, com uma paralisação de 30 minutos na Bahia, e outras manifestações, reivindicando a não revogação do decreto de transferência, entrando posteriormente em declinio em meados de 1962. No entanto haveria novo ganho para o Estado, com a instalação da la unidade petroquímica no Estado, a COPEB, atual FAFEN.

# 8.2 O SINDICATO COMO FERRAMENTA DE ASCENSÃO SOCIAL

Não é inédita a utilização de instituições privadas como forma de ascensão social. A história mundial e do país mostra numerosos casos onde isso se deu a partir de vários segmentos sociais. No caso dos petroleiros, o Sindicato, no período 60-64, funcionou como instrumento de consenso dos grupos políticos organizados, como o partido e a organização social dos trabalhadores da refinação. Neste período, chega a tratar dos casos de disciplina, assistência, educação, saúde, alimentação, demitir e nomear chefias, e confundir seus

objetivos com o da empresa, servindo como uma das vertentes do pacto populista no meio dos trabalhadores mas conseguindo com isto várias conquistas para os petroleiros.

Porém, embora de um modo geral isso tenha se dado, não deixaram de ter esses trabalhadores suas contradições com o governo e a direção da empresa, quando estes estiveram em colisão com os seus interesses imediatos.

A partir do final de 1960 se inicia a ascensão social e política dos petroleiros que tem como marco a grande greve de novembro. Em menos de 4 anos, estes puderam passar de uma situação de péssimas condições de vida, trabalho e salário para uma condição excepcional, se comparados aos trabalhadores da região. É um período profundamente marcado na cultura local, na sociedade e nas lembranças dos petroleiros mais antigos, onde há um consenso, entre os setores pró e contra, sobre a atuação do SINDIPETRO e o papel desempenhado por esta entidade na mudança das condições de vida dos trabalhadores".

A capacidade de mobilização externada em 1960 mostrou o que podiam aqueles trabalhadores que, em ocasiões posteriores, ameaçaram tomar o mesmo caminho, apenas concretizado no período de janeiro de 1962 e abril de 1964 em movimentos deflagrados em consenso com dirigentes da empresa no Estado. A revolta de 60 só voltaria a ocorrer em 1983, quando condições semelhantes se impuseram depois de anos de opressão e arrocho na Refinaria.

8.3 EM BUSCA DE INFLUÊNCIA POLÍTICA NA DIREÇÃO DA EMPRESA.

3

Era ponto de vista do Sindicato que para a PETROBRÁS fosse nomeado um cidadão afastado da política e cujo nome fosse uma bandeira para a PETROBRÁS e para nós trabalhadores. Com surpresa geral chegou a notícia da escolha de nosso eminente amigo e chefe engenheiro Geonísio Barroso, em cujas mãos a PETROBRÁS prosseguirá a sua vida de progresso.

(Osvaldo Marques de Oliveira)"

Após a greve de 60, duas preocupações marcam a direção do SINDIPETRO: continuar a ação de estruturação da entidade, a partir da representatividade que passou a desfrutar na categoria, e buscar adquirir influência política.

Durante a luta pela readmissão dos dirigentes sindicais, assim como na preparação da greve, os petroleiros puderam entender a importância da articulação com outros segmentos para o seu movimento, neutralizando setores, buscando canais políticos, atraindo o apoio de outros, e participando de organismos sindicais mais amplos. Algumas empresas estatais tinham, em suas normas de funcionamento, a participação de representantes dos trabalhadores nos órgãos de direção. O que era, porém, um simples mecanismo formal viria a ser, na época, um espaço de ampliação de intervenção dos trabalhadores.

Nos primeiros meses de 1961, entra em circulação o jornal da entidade, aprova-se o aumento das mensalidade e a construção da sede própria. Tomam-se medidas assistencialistas e o sindicato participa e articula a criação da AEPE - Associação dos Empregados da PETROBRÁS, que somou no sentido do apoio a sustentação necessária da ação sindical". Em 1º de maio, é inaugurada uma pequena sede própria em uma sala do Edifício Themis na Praça da Sé, em ato que teve características semelhantes a de outros no gênero, até então. Presenças do governador Juracy Magalhães e de altos dirigentes da empresa, como o Presidente do CNP, Josaphat Marinho e os superintendentes da Região de Produção e da Refinaria.

Na oportunidade, a mais alta autoridade do Estado, entre outras considerações:

...defendeu a necessidade dos trabalhadores se unirem em torno de suas organizações sindicais, expulsando deles a maléfica influência comunista para que as reivindicações dos operários possam ser feitas com autoridade e merecer o respeito dos governantes."

Seria, porém, apenas em 1963 que a entidade consolidaria seu patrimônio com a compra e reforma da casa da Piedade onde funcionou, e onde sofreu sua 1º intervenção, até 1964.

A estruturação das entidades petroleiras da Bahia foram parte integrante de uma linha assistencialista, a de

colaboração com a empresa vigente, durante todo o período de enquadramento das entidades sindicais pelo Estado.

No caso do SINDIPETRO, boa parte desta estrutura assistencial — e até da administrativa — foi assegurada com o apoio da empresa e de articulações com políticos das elites locais, no caso destes últimos particularmente nos primeiros tempos. Cumpre, porém, assinalar que nem sempre foram pacíficas estas "doações". Na maior parte das vezes, foram viabilizadas através de um longo período de reivindicações, "concedidas" quando os interesses de dirigentes da empresa coincidiam com os dos dirigentes sindicais<sup>14</sup>. O exemplo da Escola Ouro Negro ilustra este processo<sup>14</sup>.

A condição de representatividade alcançada pelo SINDIPETRO, a partir de novembro de 1960, se reflete na pauta das reivindicações da entidade. O próprio aumento das suas atividades mostra a dinamização da ação sindical.

As articulações dos Sindicatos dos Trabalhadores do Petróleo na Bahia, com vistas a adquirir influências na direção da empresa, começaram logo após a vitória de Jânio nas eleições presidenciais.

Osvaldo afirma que, na ocasião, "solicitamos a Sua Excelência (o presidente da República) que atendesse a velha reivindicação dos trabalhadores da PETROBRÁS, de sentirem o pulso de uma presidência exercida por um técnico dos nossos

quadros". Na mesma entrevista, confirma, mais adiante: "Sem termos indicados nomes, vimos vitoriosa aquela nossa pretensão, com a designação do engenheiro Geonísio Barroso que, posteriormente, se tornará um indigitado pivô da mais séria crise que já abalou a nossa PETROBRÁS".

É preciso, contudo, ouvir também Wilton Valença, presidente do Sindicato da Extração, naquele período, para se ter uma idéia do processo político da indicação de Geonísio Barroso. Exagerando ou não o seu papel no episódio, pode-se verificar nas suas declarações a importância secundária que os petroleiros teriam, ainda, na indicação do presidente, que foi realizada com ampla articulação junto às elites do Estado:

presidente iria transferir fosse eleito presidência da PETROBRÁS para a Bahia e nomear um baiano para ser presidente... Nós fomos contra as duas coisas... Depois que Jânio ganhou, veja só, nós ficamos preocupados com a situação. Então reuni com esse pessoal que está aí... (inaudível) Raimundo Reis. Nós fizemos, eu fiz documento e eles assinaram. A indicando o próprio partiu (inaudîvel) Geonísio, que era superintendente daqui, indicando-o para presidente. Eu tinha dois objetivos com isso. Primeiro, porque a gente já sabia do compromisso de Jânio em nomear um cara que seria o indicado pela Federação das Indústrias. Eu não sabia quem era, vim saber depois... Depois é que vim saber quem era. Então fiz o documento, o pessoal assinou... Na direção da PETROBRÁS tinha um cidadão, Costa Santos, hoje ele está com oitenta e tantos anos, é o dono da (inaudível) do Brasil, um cara muito rico, e era o representante da (inaudível) de São Paulo no Conselho de Administração da PETROBRÁS. E esse cara gastou muito dinheiro, porque era rico, na campanha de Jânio, e conhecia Geonísio Barroso. Então guando eu indiquei Geonísio, em função do que eu disse aqui, Geonísio não fez nada pelo trabalhador, ele fazia pela empresa, era vanguarda técnica. Técnico ele era, mas pelo lado de... não era nada disso... porque Simpliciano não fez nada porque eles não deixavam. O meu objetivo quando eu indiquei Geonísio

:

Quando Jânio Quadros foi conduzido à Presidência da República, aqui, na Praça da Sé, ele disse que se foi, primeiro, para tirar ele daqui ...e, segundo, evitar que eles viessem... estava preocupado com um político qualquer".

E ainda: "se ele continuasse como superintendente eu como presidente do sindicato não ia fazer coisa nenhuma."

Mais tarde, em fevereiro, Osvaldo conseguiria a nomeação de José Xavier para a delegacia da AEPE no Estado, além de ser nomeado membro do Conselho Nacional da Associação. Trata-se do primeiro fruto da nova estratégia que começa a se desenvolver.

A participação na discussão da presidência da empresa sucedeu à questão da direção da refinaria no Estado. Aparentemente, não tiveram reflexos, na Bahia, as mudanças na administração central. O SINDIPETRO, então, passa a "colaborar" com a direção da empresa a nível nacional para garantir que se processassem alterações no sistema de poder também na Refinaria de Mataripe.

8.4 ROQUE PERRONE E O SISTEMA DE PODER VIGENTE EM MATARIPE

Havia uma coisa entre os técnicos, uma corporação dos técnicos... havia como uma elite dominante, um feudo...

Roque Conşani Perrone foi Superintendente de Mataripe entre setembro de 1953 e junho de 1962, quase 9 anos. Seria o 2º, desde a criação, e ostenta o título de superintendente que ficou mais tempo no cargo em 45 anos.

Os entrevistados mostram aparente contradição quando se referem a ele. Ao tempo em que chegam a elogiar Perrone, tecem uma dura crítica ao sistema imperante na refinaria. Emanuel Rego reconhece a sua competência técnica e limita a responsabilidade de suas atitudes:

Dr. Perrone que nós pensamos que era isso, era aquilo, na verdade tinha um coração deste tamanho, era uma vítima

### Afirma ainda que:

:

Mário Lima fez um elogio público a Perrone. Todos os males que aconteciam aos Sindicatos nego falava de Roque Perrone, mas não era. Tinha um grupo grande atrás dele".

Osvaldo falando sobre Roque Perrone considera que:

Ele não era mau elemento. De um modo geral era um sujeito mascarado, só fez essa besteira de me dispensar. Com a volta ficou com a cara mexendo".

É preciso, porém, dar o devido desconto as palavras dos sindicalistas. As declarações são feitas muito tempo depois dos acontecimentos. As de Emanoel Rego estão dentro do espírito geral de sua entrevista, num tom conciliatório, de compreensão, como quem busca um distanciamento dos acontecimentos para

refletir sobre eleş, numa perspectiva cristā. Outro fator que talvez possa ter contribuído para influir nas lembranças sobre Perrone foi a sua morte trágica"; que costuma passar uma borracha nas más recordações.

A verdade é que havia um sistema autoritário de gestão de trabalho, militarizado, fruto de um período de aguda extração do trabalho dos petroleiros assentando desta maneira a lucratividade e a consolidação dessa indústria e refletindo as condições de sua instalação assim como de algumas estatais no país.

Os técnicos e administradores, formados em escolas de elite, segundo os cânones autoritários de relacionamento entre técnicos e trabalhadores, acostumados a buscar o "rendimento" dos operários nas precárias condições de Mataripe, contribuíram para a construção de uma cultura discriminatória e opressiva na relação com os trabalhadores.

Esse sistema perdurou por vários anos. Porém, quando os trabalhadores organizaram seu sindicatos e aconteceu o 1º grande movimento grevista em 1960, são abaladas condições de dominação. Outro fator que contribuiu para a do sistema foi а entrada de trabalhadores função das necessidades especializados em da especialmente com a introdução da unidade de FCC (processo de quebra catalítica pelo calor em leito fluidizado). Já havia, desde algum tempo, a renovação dos técnicos, com a introdução do curso de técnico de petróleo na UFBa.

Mas foi o ascenso da influência política verificado nos anos 62/64 que mudou o método de gestão na refinaria para um gênero democrático onde os trabalhadores passam a participar da gestão, através da indicação de dirigentes, do funcionamento das comissões paritárias de disciplina e de enquadramento, e a discutir constantemente nas suas assembléias, as injustiças praticadas na empresa, sindicalizando, inclusive, engenheiros e técnicos, a partir de 1963.

Se, portanto, não é justo debitar a Roque Perrone as mazelas do sistema da "caldeira do diabo", por outro lado, não podemos deixar de reconhecer que lhe coube sua direção e articulação conduzindo praticamente sem mudanças esse sistema de dominação vigente nos tempos de consolidação da Refinaria que se prolongou por vários anos. Se teve certa habilidade posterior para entender os novos tempos não conseguiu, porém, enfraquecer a cultura de opressão reinante sobre os operários, o que lhe tirou a direção da Refinaria.

# 8.5 A CPI PE MATARIPE E A PRIMEIRA DISPUTA DOS TRABALHADORES PELO PODER NA REFINARIA

Sob essa nova diretoria vivemos em expectativa até maio de 61, quando insatisfeitos pelas diversas irregularidades seja no trato humano de nossos associados, seja pelas difíceis condições técnicas de diversas unidades de nossa refinaria, lançamos uma denuncia à Nação que teve eco estrondoso, provocando inclusive a criação de uma CPI, que veio a Mataripe avaliar a justeza e precisão de nossas acusações".

(Osvaldo Marques de Oliveira)

A mudança na cúpula da empresa não se refletiria de imediato na direção da empresa no Estado, até porque as alterações não foram significativas em têrmos de gestão de trabalho, e devido à manutenção do sistema de poder consolidado nos anos cinquenta na Refinaria e nos campos.

Após a posse de Geonísio Barroso na presidência da PETROBRÁS, surgem críticas sobre a Grande Ampliação, particularmente no que se refere aos materiais e equipamentos utilizados na ampliação da refinaria e terminal. Houve investigações reservadas e, posteriormente, o assunto veio a público com a constituição de uma CPI, cujos lances principais se desenvolveram em maio de 1961.

Não se encontram nas reuniões da diretoria ou assembléias do sindicato, entre janeiro e maio de 61, nem mesmo nos jornais da época, motivos extraordinários que justifiquem as denúncias da entidade. Partimos da opinião de que a primeira

carga sobre Perrone, consubstanciada através de denúncias das condições de Mataripe, aproveitou a existência de uma CPI para implementar, a nível regional, a nova estratégia, buscando ter influência na direção da empresa e, por conseguinte, na política desenvolvida por esta em relação aos trabalhadores e suas organizações sindicais.

O SINDIPETRO Jornal estampou em suas páginas as denúncias, chegando a referir-se a elas como a existência de "uma verdadeira 'gang' que assaltou a PETROBRÁS na Bahia, particularmente Mataripe".

Por esta publicação, sabemos que o Sr. Pedro Dantas, chefe do Escritório de Compras de Salvador - ESSAL, teria declarado que a empresa foi lesada em centenas de milhões. Seria sua a afirmação: "Não vou bancar o Roque Perrone; ficar calado para depois a coisa cair em cima de mim."

A edição do jornal chega a comentar que Roque Perrone iria tomar uns meses de licença "até a confusão passar", e que teria certeza de que o mesmo não voltaria a ser o superintendente da Refinaria de Mataripe: "A cada instante de apuração dos escândalos, mais ele surge como conivente, quando não como participante, como no caso da Companhia Eletroquímica da Bahia."

o depoimento de Mário Lima, no dia 26 de maio, deu manchete de primeira página no Jornal da Bahia. O dirigente

sindical denuncia as condições de trabalho da refinaria, as punições arbitrárias, e o favoritismo na concessão da PL - Participação nos Lucros - do adicional de periculosidade, e com relação às promoções para o pessoal que furou a greve de 1960. Acusa a existência de uma indústria de férias para os graduados, a deficiência do serviço médico, e pede a interdição do restaurante.

No outro dia, o jornal A Tarde anuncia que o vicelíder do governo na Cámara Federal e componente da CPI, Seixas Dórea, pediria o afastamento do superintendente da refinaria ao presidente da PETROBRÁS. O parlamentar chegava a afirmar que o "superintendente tem relação muito complicada que pode atrapalhar os trabalhos da CPI", citando ainda a sua péssima relação com os trabalhadores, o que teria "ficado claro no depoimento dos líderes sindicais."

A CPI chegaria a Mataripe no dia 27 de maio, refletindo-se sua presença na assembléia do dia anterior, onde, entre outros assuntos, trata da exploração que os jornais estão fazendo de declaração atribuída a Osvaldo. Na assembléia, Osvaldo afirma: "ele teria certeza que todos saberiam se conduzir e não decepcionariam, pois já deram provas do que são capazes por ocasião de nossa greve geral"<sup>25</sup>.

Na ocasião, Mário Lima explica:

...que apenas pretendeu cumprir seu dever de dirigente sindical, denunciando as falhas e erros da administração da refinaria que tão grande prejuízo tem causado aos trabalhadores em geral.

Osvaldo também faria o seu depoimento na CPI que coincidiu com o episódio da SANCA, que colocou uma nota na imprensa local contra o dirigente sindical em função do apoio que o SINDIPETRO deu aos trabalhadores da empresa. No episódio podemos perceber uma característica da empresa que perdura até hoje. Denúncias sobre corrupção na empresa não repercutem bem entre seus trabalhadores e técnicos, em função do "enfraquecimento da empresa" que representariam.

O que sabemos da visita da CPI encontramos na edição de 29 de maio do jornal A Tarde, p. 3, sendo que seus integrantes tomaram depoimentos, observaram as condições dos trabalhadores na empresa, as instalações técnicas da usina e de moradia dos operários, além de visitarem outras dependências.

Em junho, Napoleão Lopes Filho faria publicar no jornal A Tarde, uma série de três reportagens sobre as condições de vida e trabalho em Mataripe.

O contra-ataque de Roque Perrone não se fez esperar e se refletiu nas advertências que encontramos em várias assembléias onde é referida a existência de abaixo-assinados forjados, jantares e outras formas de aliciamento para conseguir apoio para permanecer na direção.

Uma das, advertências é feita por Osvaldo na assembléia de 31 de maio, onde o número de 345 associados presentes denota a polarização do assunto e a mobilização despertada pelo tema:

O trabalho que esta diretoria tem feito, mostrando os erros e os desmandos da atual administração... que não merecem a nossa confiança, se vocês depositaram esta confiança na Diretoria sigam a orientação dela não assinem nada sem a ordem desta Diretoria".

O próximo lance seria a audiência com o presidente da PETROBRÁS, no Rio de Janeiro, onde "mostraram não estar satisfeitos com a administração da refinaria". Geonísio, porém, "mesmo sem estar satisfeito" com Perrone, pediu aos sindicalistas que esperassem e confiassem em sua presidência. Na ocasião, o próprio Jânio fez um dos seus bilhetes, exigindo a resolução dos problemas da refinaria.

A questão de Perrone seria atropelada com a crise da renúncia presidencial, e os trabalhadores somente se livraram do superintendente em meados de 1962.

A visita ao Rio de Janeiro fez parte do roteiro de viagem dos representantes do SINDIPETRO que foram ainda a Cubatão para participarem da posse da nova diretoria daquele sindicato. Na ocasião, uma reunião dos sindicalistas do petróleo presentes, além de discutir outros assuntos, enumerou diversas reivindicações num Memorial a Geonísio Barroso, base para as discussões da nova campanha salarial que se aproximava,

agitada pelas declarações de Jânio de que transferiria a sede da empresa para a Bahia.

No início da campanha salarial, Osvaldo assinou um protocolo de acordo com o chefe de pessoal da ASPES. Todavia, questionado pela diretoria é o próprio dirigente que propõe em assembléia a rejeição do acordo: "assinou o protocolo sem dispor de bastante tempo para analisá-lo, contudo estará de acordo com a decisão da plenária."

No entanto, o acordo acaba sendo aprovado mais tarde com pequenas modificações, mesmo com divergências sobre os aumentos por função, que pouco benefícios trariam para o conjunto dos trabalhadores, são inseridas ainda no mesmo, garantias na melhoria de uma letra para as faixas sem promoção ou aumento no ano anterior.

Contudo, apesar de ter sido aprovado o acordo, as reivindicações dos trabalhadores se estenderiam por meses, de forma intermitente, pois a questão de fundo se tratava da equiparação total com os trabalhadores de Cubatão, acordada com a empresa para aquele ano.

# 8.6 A CRISE, PRESIDENCIAL E SUAS REPERCUSSÕES NOS PETROLETROS DA BAHTA

Eleito em outubro de 1960, com 48% dos votos, aproveitando o desgaste dos políticos tradicionais, seja da direita antipopulista, seja da ala progressista-trabalhista, Jânio Quadros tinha características bastantes diversas do populismo tradicional. Sua ascensão à presidência foi marcada por sua personalidade carismática, a partir da fama de ter realizado um governo eficiente em São Paulo.

De um modo geral, podemos dizer que Jânio Quadros, em face ainda do contexto em que assumia e que fortalecia certas particularidades de sua personalidade política, guardava elementos populistas. Se não se dispunha a associar-se a partidos políticos, Jânio, assimilava bandeiras básicas do ideário nacionalista e populista, seja na política externa, na administração das estatais, no combate à corrupção. Na política econômica, porém, apresentava medidas monetaristas.

Não obstante, logo verificou sérias resistências para a implantação dessas medidas, particularmente no que dizia respeito à independência externa. Mais uma vez Carlos Lacerda, detona a crise, denunciando em 24 de agosto de 1961 o Ministro da Justiça, Oscar Pedrozo D'Horta, de estar tramando um golpe do qual teria sido convidado a participar. Jânio aproveita a situação para tentar ganhar os poderes necessários de forma a

superar as resistênçias, e renuncia tratando a situação como em outros momentos, a exemplo de quando renunciou à candidatura presidencial por causa da disputa partidária, envolvendo UDN e PDC (que o apoiavam à presidência, mas que tinham outro candidato a vice-presidente), reassumindo a mesma quando ficou com as mãos ainda mais livres dos partidos.

Esta versão se fortalece ainda mais com as afirmações de dirigentes governamentais da época em que teria sido aventada a solução "gaullista" para o país". No dia 25, Jânio submeteu sua renúncia ao Congresso que imediatamente a aceitou, embora com surpresa, mas com poucas manifestações contrárias".

A renúncia de Jânio provocou 11 dias dos mais agitados da nossa história, particularmente na área militar, política e nos movimentos populares. Nestes dias, o país viveu em estado de sítio, uma ameaça de guerra civil, e chegou a trocar de regime".

Seguiu-se uma "queda de braço" entre os ministros militares e a área política, com as forças populares ao fundo dos acontecimentos. A situação só se desanuviaria com a ocorrência de dissidências regionais no comando do exército, particularmente no III Exército sediado no Rio Grande do Sul, em função da "campanha pela legalidade", encetada pelo governador Leonel Brizola, que com a contribuição de outras forças populares e democráticas, sensibilizou diversos setores da opinião pública e militares.

Com a proposta conciliatória da emenda parlamentarista votada em 2 de setembro, três dias depois, Jango chega a Brasília<sup>11</sup>, voltando do exterior, onde se encontrava durante toda a crise, e toma posse no dia 7 de setembro, prestando juramento como Presidente da República.

3

A avaliação da crise de 1961 deveria trazer muitos ensinamentos. Para os golpistas, mostrou que precisavam de mais tempo e condições políticas mais favoráveis, para agir. Para os setores populares, ajudou a disseminar ilusões sobre o espírito legalista das Forças Armadas quando deveria incentivar a independência, a melhoraria do desempenho da mobilização dos trabalhadores, a exemplo dos de São Paulo e das empresas privadas, e a atuação na área militar.

A reação do movimento sindical brasileiro à renúncia de Janio e às movimentações militares para que seu vice, João Goulart, não assumisse, começou no dia posterior à renúncia pela paralisação dos 1.800 ferroviários de Leopoldina (RJ, MG e ES). Vários sindicatos cariocas se declarariam em Assembléia Permanente. No dia 28/08, inicia-se a Greve Geral declarada pelo CPOS - Conselho Permanente das Organizações Sindicais que aglutinava entidades sindicais da Guanabara. Esta greve atinge portuários, várias metalúrgicas e gráficas, operários navais, trabalhadores de vidros, carris e construção civil".

A renúncia de Jânio pegou o jornal A Tarde e o SINDIPETRO desprevenidos. No dia da renúncia — 25 de agosto — o vespertino, mediante o recebimento de comunicação do presidente, considerava o movimento pela transferência da sede da PETROBRÁS encerrado. Quanto ao SINDIPETRO, estava ocupado com a preparação da primeira Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo após haver realizado acordo salarial com a empresa. Mário Lima, com este objetivo, voltava de Brasília nesse dia, sem ter conhecimento do assunto.

Ainda no dia da renúncia, os trabalhadores da refinaria reuniam-se à meia-noite, optando por se considerarem em Assembléia Geral Permanente a exemplo de outras categorias na Guanabara. No "caput" de uma das listas de presença encontra-se o texto: "De ordem do Sr. Presidente ficam convocados todos os associados... para uma reunião de Assembléia Geral em caráter permanente tendo em vista os últimos acontecimentos nacionais que culminaram com a renúncia do Presidente da República, o Dr. Jânio da Silva Quadros". Assinaram e aprovaram esta forma de luta, 188 trabalhadores.

Na Bahia, houve reuniões do movimento sindical, inclusive com a participação dos petroleiros, gastaram-se muitas linhas de jornal com ameaças dos trabalhadores, porém a greve só ocorre, e de forma conjunta, no dia 4 de setembro, durando apenas até o dia 5. Como providência prática anterior no SINDIPETRO, decretou-se a Assembléia Permanente que, pelo

registro de seu Livro de Atas, durou de 26 de agosto até 9 de setembro.

As condições do movimento sindical baiano da época dificilmente levariam a maior mobilização, como se pode deduzir pelas afirmações de Nemésio Salles, membro do Comitê Estadual do PCB na época: "O SINDIPETRO era muito incipiente nessa época... dificilmente alguma categoria teria... o movimento que teve repercussão, era o movimento universitário, tanto que eu estava lá"".

Nemésio se refere ao episódio da ocupação da Faculdade de Medicina pelos estudantes. Segundo ele, a operação — que se tratou da principal ação no Estado nesse momento — foi proposta por ele ao Comitê Estadual do Partido, numa reunião realizada na noite da renúncia e, seria organizada pelo PCB".

No dia 28, o jornal A Tarde divulgava a existência de rumores de que os trabalhos da Refinaria estavam sendo paralisados gradativamente, porém Roque Perrone desmente essa informação. Segundo o jornal, os trabalhadores estariam dispostos a uma greve que deveria ter começado às 17 horas do dia anterior, mas que entendimentos com dirigentes da PETROBRÁS permitiram seu adiamento. O jornal nada fala da relação que este fato teria com os acontecimentos no país. Esta informação é confirmada no dia 30<sup>34</sup>.

Os petroleiros baianos aparentemente aguardaram uma posição dos de Cubatão e Rio de Janeiro, e de outros sindicatos baianos, adotando uma posição de prudência, embora outras categorias do país já estivessem em greve.

No dia 29, Roque Perrone recebe uma mensagem, um apelo do presidente da PETROBRÁS:

Cientificado da perspectiva de paralisação dos trabalhos, tenho o direito de confiar que aqueles que lutam lado a lado para construir a nossa grande PETROBRÁS não desejarão vê-la prejudicada por suas próprias atitudes. Lembro que para ser elevado à posição de Presidente da PETROBRÁS contribuíram contribuíram decisivamente o apelo e o apoio dos trabalhadores da empresa, do maior ao menor, os quais têm encontrado na alta administração compreensão e atendimento às reivindicações. Dirijo justas companheiros da PETROBRÁS um sincero apelo no sentido de que permaneçam no trabalho confiantes em que a situação do Brasil persistirá dentro dos princípios da ordem geral. Precisamos, neste momento, dar provas de fé no futuro grandioso do Brasil, cumprindo firme e serenamente os nossos deveres. Minha saudação é: continuemos como estamos. Trabalhando pelo Brasil e pela PETROBRÁS".

O discurso de Geonísio Barroso, indicado com o apoio dos industriais baianos e apoiado pelos petroleiros e que mais tarde seria pivô da greve política de janeiro de 1962, propõe que a empresa "fique como está" até a crise passar de forma que a situação "não lhe traga prejuízos". (A quem? Ao próprio Geonísio? Aos trabalhadores? Perdas para a empresa?). Geonísio intervém logo no início das articulações grevistas, que aliás vinham sendo feitas em praticamente todas estatais as importantes do país, lembrando das pequenas conquistas, efetivadas durante a sua gestão (embora não necessariamente por intervenção), e da possibilidade de retrocesso. A sua

formulação que encontrou para não se comprometer com nenhum dos lados do conflito foi habilidosa: "permaneçam no trabalho confiantes de que a situação do Brasil persistirá dentro dos princípios da ordem geral".

Não defendeu a sucessão legal e deixou aberta a possibilidade de Jânio ser substituído pelo presidente da Câmara, por exemplo, à medida que colocava o problema apenas no campo dos "princípios de uma ordem geral". A posição de Geonísio, na oportunidade, permite entender melhor o seu posicionamento em 1964 quando foi convidado pelo governo militar, tendo aceito, a participar da alta direção da PETROBRÁS.

No mesmo dia do apelo de Geonísio, os petroleiros do país lançam um manifesto assinado por Osvaldo Marques, SINDIPETRO - Ba, Wilton Valença, Sindicato da Extração da Bahia, Silvino Oliveira, SINDIPETRO - Cubatão, e Hermenegildo Roda da Sociedade dos Engenheiros do Petróleo do Recôncavo, todos presentes:

:

Os trabalhadores da PETROBRÁS, operários e técnicos, representados por seus órgãos de classe, reunidos em assembléia permanente, dirigem-se à Nação para lhe assegurar, nesta hora de incertezas, mas de definições, sua profunda convicção sobre a necessidade de soluções pacíficas e legais para o problema que ora intrangüiliza o país.

Estão conscientes os trabalhadores que o interesse nacional, dentro dele o da PETROBRÁS, deve ser atendido pelo cumprimento das normas constitucionais que regem as instituições democráticas.

Empresa que representa o anseio permanente da emancipação econômica da nossa pátria, a PETROBRÁS

necessita que o Brasil continue evoluindo para o grandé destino desejado pelo povo.

Pode a nação convencer-se de que os trabalhadores do petróleo estão dispostos a garantir a sobrevivência da empresa, cujos destinos se identificam com a Ordem e o Progresso, lema da República Brasileira".

Este documento mostra as dúvidas dos petroleiros em intervirem firmemente "numa hora de incertezas". O documento mesmo falando genericamente que os petroleiros "estão dispostos a garantir a sobrevivência da empresa" (que podia tanto ser entendida como uma greve ou como a garantia do trabalho num governo golpista), posiciona-se ligeiramente à esquerda de Geonísio quando pede "o cumprimento das normas constitucionais que regem as instituições democráticas", de maneira bem diversa das inúmeras manifestações que ocorriam pelo país exigindo a posse de Jango, o vice do presidente renunciante. A posição ensaiada por alguns dirigentes do SINDIPETRO em 1964 lembra este procedimento, embora, na ocasião, a categoria tenha decidido pela greve na Refinaria e no TEMADRE.

Em São Paulo, apesar da decretação da greve no dia 28/08, esta abortou, face a enorme repressão desencadeada sobre o movimento, mesmo assim, no dia posterior, chegou a haver um início de greve em algumas áreas do litoral paulista. Os estudantes de São Paulo, atendendo à convocação da UEE - União Estadual dos Estudantes, paralisaram 95% dos estabelecimentos de ensino da capital.

Com a votação da emenda parlamentarista em 02/09, a greve se amplia, particularmente no Rio de Janeiro e Guanabara.

A partir do dia 04/09, alcançaria estados como a Bahia, e, entre outros trabalhadores, os petroleiros, encerrando-se com a posse de Jango.

Somente no dia 4 de setembro aparece em A Tarde, a greve que se iniciaria em 12 categorias baianas: portuários, estivadores, empregados na administração do porto, extração do petróleo, metalúrgicos, construção civil, moageiros, alfaiates, sapateiros, eletricistas, bancários, marceneiros, que teriam "se declarado hoje, em greve geral de apoio à posse do Sr. João Goulart, na Presidência da República". O jornal não fala dos petroleiros, dos marítimos e dos ferroviários, das mais tradicionais categorias em matéria de mobilização, na época. Nada sabemos sobre os marítimos, porém, é certa a existência da greve na refinação, no dia 05 de setembro, e é provável que tenha havido o movimento nos ferroviários.

O jornal A Tarde, fala da greve que começou somente às 8h desse dia. Diz que a greve só não atinge a Casa de Força e a Unidade 6, além dos serviços sociais. Há contradição no que se refere à presença policial, pois se afirma que não há policiamento em Mataripe, por outro lado, cita que "extra-oficialmente fomos informados que tropas do Exército seguiram para Mataripe (...) com a finalidade exclusiva de proteger as instalações da Refinaria".

A greve só durou um dia, com os operários voltando ao trabalho no dia 06 de setembro, sendo o fato registrado pelo

jornal A Tarde, que considerou a volta dos trabalhadores resultado da "persuasão do Sr. Perrone e da decisão dos Sindicatos", na sede da Federação, "tendo em vista que a vida do país começa a alcançar a normalidade com a posse de Jango assegurada".

O que revela o exame da participação dos petroleiros e outras categorias na Bahia, durante a crise presidencial de 1961, é o componente tardio. Assim como outros segmentos, apenas quando a situação começava a se afigurar como definida e a favor da legalidade é que a greve é realizada. Logo após a volta ao trabalho, busca-se a manutenção do presidente da empresa.

No dia 9 de setembro, ainda é o vespertino baiano que informaria a viagem de Osvaldo e Wilton Valença para Brasília, para solicitar do novo governo a permanência de Geonísio na presidência da PETROBRÁS, levando na bagagem, inclusive, um abaixo-assinado de vários dirigentes de sindicatos da Bahia.

### 8.7 REGIONALISMO: DA PALAVRA AOS ATOS

O memorando de 25/07/61 de Jānio Quadros ao presidente da PETROBRÁS, determinando providências para a

transferência da sede da empresa para Salvador até 1º de janeiro, animou as elites baianas.

O jornal A Tarde elogia o cumprimento, pelo então presidente, da promessa de campanha eleitoral, e publica matérias para viabilizar a orientação presidencial. Nos dias seguintes, ocorre a reação dos jornais do Rio de Janeiro — Diário de Notícias e Correio da Manhã. O jornal A Tarde esteve na linha de frente da opinião pública. São inúmeras as edições em que dedicava a primeira página ao assunto.

"Merecemos respeito" era um editorial de primeira página do vespertino baiano, no dia 8 de agosto. No dia seguinte, ainda como manchete de primeira página lê-se: "Levanta-se a Bahia em apoio ao presidente", citando telegramas de apoio à campanha, recebidos da Federação das Indústrias e de sindicatos de trabalhadores. O apoio que muitos destes baianos deram a Jânio para a transferência da sede da PETROBRÁS faltou ao presidente 16 dias depois, quando mais precisava dele. No dia 10, ainda na primeira página, o jornal continua divulgando os telegramas de apoio de entidades e personalidades. "A resposta dos baianos à campanha do desrespeito". No dia 11 sob a matéria: "Um grande momento de civismo baiano" anuncia a convocação da Assembléia Geral dos acionistas da PETROBRÁS para discutir o assunto. No dia 12 de agosto, a última primeira página deste período anuncia os resultados dessa assembléia: "Na assembléia da PETROBRÁS, secretário carioca faz campanha contra mudanças".

A assembléia teve como objetivo, também, discutir o aumento dos royalties, recentemente concedido por Jânio Quadros para a Bahia em função do petróleo, embora o jornal A Tarde, no afã da campanha, tenha divulgado outra temática. No dia 12 de agosto, realizava-se o primeiro comício pela mudança da sede. Foi na Praça da Sé e organizado pelos estudantes. A bandeira da transferência unificava a ABES - Associação Baiana de Estudantes Secundaristas, Orlando Moscozo (vice-governador), Heitor Dias (então prefeito de Salvador), o deputado Waldir Pires, e muitos outros, inclusive dirigentes sindicais, que usaram a palavra no ato.

No dia 14, merece destaque de primeira página o telegrama de Geonísio Barroso, comunicando e felicitando o jornal A Tarde pelos royalties concedidos a Bahia. No dia 16, o assunto sai da primeira página mas continua tendo peso na linha do jornal, particularmente explorando a "dissidência carioca" Lacerda do governador Carlos que se posiciona pela transferência da sede. No dia 17, divulça os telegramas de apoio de vários governadores em apoio à mudança. No dia 18, o editorial trata do assunto. O tema voltaria à primeira página no editorial da edição do dia 22. No dia 25 de agosto, o dia da renúncia do presidente, o jornal A Tarde publica mensagem de Jânio Quadros, datada do dia 21, agradecendo o apoio da Bahia, e "encerra a campanha".

> Quero, por intermédio do conceituado vespertino "A Tarde", agradecer manifestações de apoio recebidas do governador Juracy Magalhães, da imprensa, das

agremiações políticas, das entidades de classe e do povo baiano pela minha determinação no sentido de ser transferida a sede da PETROBRÁS para o grande estado produtor do nosso ouro negro.

Cordialmente,

Janio Quadros.

Após vinte dias, retorna a campanha "encerrada"". A revelação das divergências no governo de João Goulart sobre o tema recolocará o problema da transferência e o movimento se radicalizaria. Volta à primeira página de A Tarde, conclamando a um vigoroso protesto. O jornal anunciava a possibilidade de paralisação de todos os serviços da PETROBRÁS se não fosse garantida a transferência".

No dia 20 de julho, o jornal sai na linha de frente da proposta de paralização, no dia 27 de setembro às 15 horas por trinta minutos. O jornal recebera informação de conversa mantida pelo deputado Luiz Viana Filho com o Ministro Gabriel Passos.

Diante deste fato, começou a ser articulada, ainda ontem, nesta capital, uma greve de protesto, pela qual todas as atividades no território do Estado, salvo, apenas, os serviços de urgência e os públicos essenciais, serão paralisados durante um espaço de tempo determinado, como a la demonstração concreta de inconformidade da população baiana com o desapreço e o prejuízo representado pelo poder central... Depois dessa parede de protesto — que será ao mesmo tempo, de advertência, outras modalidades de reação poderão ser postas em prática, sempre dentro do espírito ordeiro, pacífico e caracteriza o nosso povo, cuja dignidade sabe fazer-se sentir sem necessidade de apelo à violência.

Ao tempo em que radicaliza nas posições, o regionalismo procura não abrir qualquer espaço para a perda do controle do movimento. Apesar de não termos informações mais orgânicas do movimento, pode-se perceber que o Vespertino esteve entre as suas lideranças, caso raro nos anais baianos. A realização de protestos alertou o jornal para a necessidade de um papel dirigente das elites locais. Em 21 de setembro, elogia a adesão ao protesto da Associação Comercial da Bahia, da Federação das Indústrias, da Federação do Comércio, da Federação das Associações Rurais e do Centro das Indústrias do Estado.

No dia 25, publica a adesão dos Sindicatos dos Trabalhadores, onde não consta o SINDIPETRO nem o Sindicato da Extração e onde se ressalta o discurso unificador do movimento regionalista burquês no Estado:

E não pode deixar de merecer registro, pelo que exprime, como entendimento sobre uma questão de interesse vital do Estado, a unanimidade que a Bahia apresenta neste episódio. São todas as camadas sociais, os profissionais de todas as categorias, os habitantes de todas as regiões, assim da capital interior, erguendo а sua inconformidade contra uma decisão que tanto prejudica a terra comum.

No dia anterior ao protesto, dirigentes sindicais se reuniram e houve um comício em frente à Prefeitura. Numa reunião na sede do Sindicato da Extração, ampliar-se-iam as reivindicações do movimento ao incluir a nacionalização, pela empresa, da distribuição dos produtos e derivados do petróleo.

:

No dia 27, pela tarde, na Associação Comercial da Bahia, houve assembléia pública para aprovar um manifesto dirigido ao presidente da República e que seria entregue em caravana de representantes locais à Brasília.

O protesto do dia 27, caso inédito até a ocorrência das grandes greves nacionais no estado na década de 80, foi representativo. O registro do fato foi feito através do jornal A Tarde que destacou toda a primeira página para narrar os fatos ocorridos, sob o título "A Bahia toda parou". Segundo o jornal, "pararam fábricas, as repartições, as lojas, as escolas, a justiça, os escritórios e as igrejas. Pararam as ruas, os veículos, nas vias férreas os trens nas estradas, as viaturas de carga. E o próprio povo tomando a si a tarefa de fazer inteiramente real o protesto, incumbiu-se de evitar que de qualquer modo pudesse ser desatendido."

Nesta edição, o jornal evoca os momentos de civismo do movimento chegando à pieguice:

Foi, em verdade, um emocionante espetáculo, que há de ter armado de novo ânimo a cada um de nossos cidadãos. Fomos, por momentos, uma só família, a pensar do mesmo modo, a agir pela mesma forma, milhões de pessoas, distribuídas pela extensão do território do Estado, obedientes a um único pensamento, fiéis a um objetivo igual.

Povo admirável, a sua capacidade de união, transforma-se numa força irresistível, que, através deste e de outros tantos movimentos que se hajam de fazer, levará, por certo, à vitória. Ainda no dia 28/9, o presidente João Goulart declarase a favor da transferência, suscitando manchete de primeira página no jornal A Tarde do dia 29: "Presidente: pela Bahia" 42.

Em 12 de outubro, o jornal pede uma trégua às divergências internas e ressentimentos para a luta para "superar o atraso crônico que tanto atrofia o progresso econômico da Bahia".

O primeiro comício da campanha pela vinda da sede ocorre em Catu, no dia 13/11. Ali, falaram o delegado do Sindicato da Extração, Armando Angelo Duarte, políticos e representantes dos movimentos populares. Em Candeias, realizase o segundo e último comício de toda a campanha. Além dos oradores do comício anterior, falaram o Deputado Federal Antonio Carlos Magalhães, Lomanto Júnior — então prefeito de Jequié e que, no ano seguinte, seria eleito governador da Bahia — e o Deputado Federal Luiz Viana Neto.

O movimento posteriormente reflui contribuindo para tal os acenos do governo federal para a possibilidade de instalação da indústria petroquímica na Bahia.

:

3.

### NOTAS AO CAPÍTULO 8

- Editorial do Jornal da Bahia, citado pelo jornal A Tarde, 7/11/1959.
- Matéria "Porque atacam os gorilas", publicada no SINDIPETRO Jornal n° 35, em 15/01/1964.
- O Instituto do Petróleo, fundado na segunda metade da década de 50, promoveu, ao longo de sua existência, uma série de palestras sobre assuntos de interesses do petróleo. Destacamos duas delas: a de Frederico Waldemar Lange "Aspectos econômicos da exploração do petróleo no Brasil" e a de Geonísio Carvalho Barroso, "Aspectos econômicos da produção do petróleo no Brasil". O primeiro afirma que a produção do petróleo tem sido duplicada a partir de 1954, desde a organização da PETROBRÁS e registra os recursos fabulosos na época para investimentos da empresa ano a ano: em 1954, CR\$ 1.848.000.000,00; 1955, CR\$ 2.449.000.000,00; 1956, CR\$ 4.627.000.000,00 e 1957, CR\$ 9.225.000.000,00, recursos provenientes em sua maioria dos artigos 13, 14 e 18 da Lei 2004/53.

Já Geonísio Barroso nos dá uma idéia da importância da PETROBRÁS para o Estado e Municípios do Recôncavo, estes siltimos apenas com a cota de 1% sobre o valor do 6leo produzido, a que faziam direito. Em Pojuca, a receita com o petróleo em 1957 correspondia ao dobro da receita ordinária do município. No 1° semestre de 1958, passou a ser três vezes maior do que a receita do município, em 1957. Incorre ainda que, em 1959, a receita do Estado prevista era de 3 bilhões, quantia inferior aos gastos com a Região de Produção da Baía.

- 4 Boletim do CPE, n° 3.
- 5 Boletim do CPE, n° 2, p. 3-4.
- 6 O trabalho de Thales de Azevedo (Problemas Sociais da Exploração do Petróleo na Bahia), foi uma das principais contribuições da lª Conferência do Petróleo realizada, em 21.01.59, na Associação Comercial da Bahia, e promovida pelo Jornal A Tarde (cf. suplemento, 22 jan. 1959).

- 7 O Livro A Memória da PETROBRÁS, com organização de Aspásia Camargo, 1988, contém a entrevista com o pensamento de Idálio p. 142.
- 8 Ver o livro de Ilmar Penna Marinho. Petróleo, política e poder. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989. p.306.
- 9 A declaração de Jânio foi em 26 de julho de 1961, e a decisão do aumento dos "royalties" foi da assembléia de acionistas da empresa.
- 10 Exemplos da influência da refinaria e dos petroleiros na música e literatura estão na música "Abafa Banca", de Gerônimo e Ari Dias, e no livro de Jorge Amado, Bahia de Todos os Santos. São Paulo: Martins, 1970. Nos livros de Eunápio Costa, estão contados inúmeros casos destes "novos ricos" baianos, cujos empregos passaram a ser, junto com o de funcionário do Banco do Brasil, o objetivo das famílias de trabalhadores e classe média da Bahia. Ver, por exemplo Os príncipes da PETROBRÁS, p. 203. No livro, No Rio dos papagaios, op. cit. No que diz respeito apenas à questão salarial em termos absolutos se levarmos em conta os aumentos obtidos por Osvaldo, de julho de 1952 a outubro de 1960, correspondendo a 8 anos e 4 meses, este acumula reajustes no valor de 830%. Enquanto que, no período de ascensão do SINDIPETRO, de novembro de 1960 a março de 1964, em apenas 3 anos e 4 meses acumula um reajuste de 940%. Embora, nos dois períodos, Osvaldo tenha obtido algumas promoções, permitindo-lhe partir de faixas salariais um pouco mais altas, os dados são
- 11 Entrevista de Osvaldo ao Jornal A Tarde, publicada em 6 de fevereiro, 1961 p. 6.

constantes também no caso de outros entrevistados.

- 12 Segundo o SINDIPETRO Jornal e a Revista de Mataripe, nº 2, o sindicato teria, na época, quintuplicado o número de associados.
- Jornal A Tarde, edição de 2 de maio 1961, p. 3, na matéria "Trabalhadores de Petróleo inauguram sede de seu sindicato no Edifício Themis".
- Em 25 de novembro é aprovado o aumento da mensalidade e a construção da sede própria, com uma campanha de desconto do salário base, em assembléia. Na reunião da diretoria, em 28 de fevereiro, é informada a solicitação, pelo Diretor de Operações Pinto Aguiar, do material necessário para a instalação de um gabinete dentário na Delegacia de Candeias. Até aquela altura, 09.04.61, o sindicato usava a viatura da

empresa, sendo aprovada a solicitação do sindicato de mais um carro "ainda que por empréstimo". A própria participação do sindicato na articulação da AEPE soma no sentido de dotar a entidade da estrutura complementar necessária.

- A escola do SINDIPETRO foi fruto de anos de reivindicação à empresa, em pleno auge do populismo, mas só viria a ser inaugurada em 1967.
- 16 Basta se pensar que houve apenas 4 reuniões da Diretoria da Associação Profissional dos Trabalhadores na definição, sendo realizadas mais de 7 assembléias e 13 reuniões de diretoria e uma no de atuação do SINDIPETRO até fins do ano de 1960, tornando, na prática, mensais, as reuniões de direção. Em 1961, porém, mesmo que o número de reuniões continuasse semelhante (11), há um expressivo aumento do número de assembléias que passam a ser realizasdas em Candeias e Salvador. Esta última para contemplar o pessoal do escritório particularmente da avenida Jequitaia, da sede da Av. Frederico Pontes. Neste ano, começam também a ser realizadas assembléias no TEMADRE - Terminal Marítimo de Madre Deus. O livro de presença em Assembléias do SINDIPETRO registra o nº total 53 assembléias, sendo ano, 2 ordinárias, extraordinárias e 23 permanentes. É claro que esses dados são provavelmente, aproximados, tendo em vista a da existência de reuniões e assembléias sem regisro e que se perderam pela ação da repressão, mas dão uma boa idéia da intensificação da ação dos trabalhadores da refinação.
- 17 Entrevista publicada na edição de setembro de 1962 no SINDIPETRO Jornal
- 18 Entrevisa de Wilton Valença em 19/08/1989, já citada.
- 19 Entrevista de Luciano Campos, já citada.
- 20 Entrevista de Emanuel Rego, já citada.
- 21 Entrevista de Osvaldo Marques de Oliveira, já citada.
- 22 Alguns dos entrevistados contestam a versão da morte de Roque Perrone em acidente de carro quando se dirigia para a Refinaria de Cubatão, por ter sido chamado ao trabalho. Insinuam a possibilidade de suicídio ou até mesmo de assassinato.
- 23 Declaração do SINDIPETRO Jornal, em setembro de 1962.

- O ano posterior daria lugar a novo inquérito em Mataripe. Desta feita, gobre as condições de instalação da ampliação da unidade e que repercutiria na cidade, destacando-se a intervenção do então deputado estadual Waldir Pires, citado na nota 75 da "cronologia" organizada pelo autor (Elementos para uma cronolgia..., op. cit.).
- 25 Livro de Atas de Assembléias do SINDIPETRO, p. 22.
- 26 Franklin de Oliveira Jr. Elementos para uma cronologia..., op. cit., p. 67. nota 65.
- 27 Livro de Atas de Assembléias do SINDIPETRO, p. 24 e 25.
- Neste tempo, morre um dos principais militantes do sindicato, em acidente, o diretor Wilson Maranhão, o mesmo da "revolta dos alojamentos" e da viagem a Cubatão na greve de 60, acesso aos contracheques dos trabalhadores daquela refinaria.
- 29 Ver sobre estas questões Thomas Skidmore: De Getúlio a Castelo..., op. cit., p. 247 a 255.
- 30 Idem, p. 252-253.
- 31 No que concerne a este período foi registrado nos livros de atas de reuniões de diretoria ou assembléias do sindicato. As reuniões, ali anotadas, sequer tratam da questão. Das declarações dos entrevistados, deduz-se que a mobilização dos petroleiros acabou mesmo no dia 5 de setembro, dia posterior ao desembarque de Jango em Brasília.
- 32 O episódio do desembarque de Jango em Brasília é um dos momentos que registra a inconformidade das bases militares contra comandantes golpistas. Na portunidade, é organizado por cabos e sargentos um esquema militar para garantir a segurança de Jango no aeroporto, destituindo os oficiais responsáveis pela operação suspeitos de "golpistas".
- Márcia de Paula Leite. Sindicatos e trabalhadores na crise do populismo. Campinas, 1983, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - UNICAMP, 1983. p. 118-125.
- 34 Entrevista com Nemésio Salles, já citada.
- 35 Idem.

- 36 Matérias de A Tarde: "A situação da PETROBRÁS", p. 3, em 20 ago. 1961; e "Tranquilidade em Mataripe", na mesma página, em 30 ago. 1961.
- 37 Jornal A Tarde, 30 de ago. de 1961.
- 38 O Manifesto é de 25 de agosto de 1961.
- 39 Jornal A Tarde, 6 set. 1961.
- 40 As matérias de A Tarde são: "Continuam os aplausos à mudança da PETROBRÁS, em 16 ago. 1961, p. 2; "A firmeza dos baianos está vencendo a batalha" em 17 ago., p. 2; "O lugar é aqui", em 18 ago., p. 5; "O esvaziamento", em 22 ago., lª página.
- A manchete de A Tarde é de 14 de setembro de 1961, na verdade, trata-se da divulgação da viagem dos presidentes do SINDIPETRO e do Sindicato da Extração, particularmente para solicitar das autoridades a permanência de Geonísio Barroso e Josaphat Marinho, respectivamente, na presidência da PETROBRÁS e do CNP.
- 42 Até o dia 28 de setembro de 1961, as matérias de protesto saíram na 1º página de A Tarde; a partir daí, então, passam a outras páginas.

## CAPÍTULO 9

# O FIM DO "PACTO REGIONAL" E A CONSOLIDAÇÃO DA NOVA ESTRATÉGIA DOS PETROLEIROS

9.1 APARECEM AS PRIMEIRAS DIVERGÊNCIAS NO SINDIPETRO

> Já havia passado o tempo em que este sindicato ia a Candeias e dizia - Eu trouxe para ser aprovado. Mas que hoje não se age mais assim. (Mirth Xavier)

A estratégia de ampliar a influência da ação sindical através da indicação de dirigentes para altos cargos na empresa se, por um lado, permitiu numa conjuntura determinada, abrir espaços "por cima", facilitando o acesso dos trabalhadores e obtendo conquistas, por outro, abria espaço para divergências com setores da categoria que viam com mais simpatia um ou outro técnico da empresa para assumir os cargos.

No final do ano, aparecem as primeiras divergências no SINDIPETRO. Podem ser encontradas nas reuniões de diretoria e assembléias, registradas nos livros de atas deste período.

Ao longo do ano, haviam-se verificado críticas à ação da entidade ou a seus diretores. A questão de fundo, porém, tratava da disputa pela mudança da Superintendência de Mataripe. Roque Perrone lutava para permanecer no cargo e, em sua luta, influenciava uma parcela dos trabalhadores a agir em sentido contrário à linha que o sindicato vinha desenvolvendo.

Destaque-se a política contrária levada a efeito pelo sindicato, advertindo os que compareciam aos jantares e assinavam as listas promovidas em apoio à permanência do superintendente. A ação da diretoria, neste sentido, já havia provocado a incompatibilidade entre o vice Manuel Pinheiro e o associado Carlos Elena Brondi.

O que existe de novo nos últimos meses do ano são as divergências vinculadas abertamente nas assembléias sobre o restante da equiparação devida pela empresa e outros itens do acordo, embora também apareçam divergências sobre o funcionamento do SINDIPETRO Jornal e questões organizativas. Agravavam a situação as acusações de corrupção da AEPE, que sofria influência da diretoria do sindicato, e a proximidade das eleições para a diretoria do sindicato, que se realizariam em maio de 1962.

Em 14 de outubro, Mirth Xavier ataca: "...uma minoria de companheiros menos esclarecidos que tentam dividir o nosso órgão de classe". Afirma que "foi ao Rio contra a vontade de meia dúzia de elementos que nada significam pro sindicato e nem para coletividade.

Em 17 de novembro, voltaria à carga insinuando, na assembléia, falta de apoio da entidade ao jornal. Segundo o que ficou registrado:

Havia necessidade de se difundir tudo quando fosse deliberado e criticou os órgãos de difusão do sindicato por não procederem desde modo. Propôs ainda à assembléia que exigisse o inteiro apoio da diretoria do sindicato ao jornal SINDIPETRO.

Mirth Xavier e Luciano Campos tornam-se o principal pólo das divergências com o setor hegemônico da diretoria. Pelo registro das reuniões da diretoria, constata-se que esta não tinha conhecimento da viagem de Mirth ao Rio de Janeiro.

Em 3 de novembro, em reunião de toda a direção, discute-se mas não fica muito clara a situação da AEPE. Mário Lima fala de sua saída da diretoria, sendo contestado.

Já começam a se pronunciar campos políticos organizados partidariamente, o PCB, a Ação Popular, mas a correlação de
forças entre as posições só seria medida nas eleições sindicais
de 1962. O ano termina com a decretação de Assembléia
Permanente, em 03 de dezembro, para obter a resposta ao
memorial sobre a equiparação total.

É de se supor que o sindicato estivesse informado dos acontecimentos na alta direção da empresa. Era bastante verificar as constantes viagens de dirigentes para a capital ou a sede da mesma. No dia 1º de dezembro, é estampado, na primeira página do jornal A Tarde, informe de que o Engenheiro Geonísio Barroso deixaria a presidência da PETROBRÁS, "confirmando os rumores que vinham circulando e que se intensificaram nos últimos dias". A informação, segundo o jornal, é do deputado Luiz Viana.

A luta pela equiparação total se arrasta e, mesmo com a expectativa da saída de Geonísio, não se consegue mobilizar a categoria, reunida em "Assembléia Permanente", mas em número pouco significativo'.

A partir de 3 de janeiro de 1962, as Assembléias Gerais passam ser Extraordinárias, tomando um caráter mais amplo no período entre 6 e 10 de janeiro, registrando-se um total de 3.817 presentes. A greve, porém, se estenderia até o dia 13 de janeiro, constituindo-se na mais longa da história dos petroleiros até os anos 80, combinando reivindicações econômicas e políticas, influindo na sucessão presidencial da empresa.

Ainda em dezembro, os jornais informavam que o governo havia convidado Josaphat Marinho, presidente do CNP, para substituir Geonísio. Josaphat pede demissão em 8 de dezembro na expectativa de assumir a PETROBRÁS, todavia a solução caminhava para um impasse que só se resolveria nas férias legislativas. O Ministro Gabriel Passos tenta nomear o suplente de deputado federal por São Paulo, Roberto Sales, mas recua.

A reação dos trabalhadores só foi desencadeada no dia 4 de janeiro de 1962 ao tomar conhecimento do afastamento de Geonísio Barroso e Heitor Lima da direção da PETROBRÁS.

O ano se encerra com a luta dos trabalhadores brasileiros pela conquista do 13º salário. Em 13 de novembro, era realizada no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo a reunião de dirigentes sindicais que deflagrou a campanha.

Os sindicatos dos petroleiros, porém, estavam ocupados com os seus assuntos internos, como a equiparação, a nomeação dos dirigentes da empresa. Em dezembro, os trabalhadores da Refinaria de Cubatão entrariam em greve.

Uma avaliação sobre as razões da não participação dos petroleiros nesta luta, exemplo do que se verificou em outros setores de trabalhadores públicos, permite mostrar a luta do 13º como um movimento restrito quase que exclusivamente aos trabalhadores das empresas privadas, particularmente os metalúrgicos.

### 9.2 A GREVE "POR GEONÍSIO"

Acreditava que iriam conseguir com palavras o que não conseguiam com duas greves. (Estanislau Villa)

No dia 04 de janeiro, Jango demitiu o presidente da PETROBRÁS, Geonísio Barroso, e o diretor econômico da empresa, Heitor Rocha Lima. As demissões foram fruto de um impasse na equipe de governo que se prolongou por quarenta dias, só se decidindo Jango a promover as demissões durante o recesso do Congresso Nacional. Versões veiculadas na época debitam a demissão do presidente a "divergências com o Ministro Gabriel Passos de corte nacionalista", todavia, Wilton Valença, o qual Osvaldo Marques reconhece ter dirigido a greve deflagrada pela categoria, nos fornece uma versão diferente:

Ele (Jango) não queria demitir Geonísio, mas já que Geonísio não queria demitir o diretor (Rocha Lima) ele ia demitir, como demitiu, os dois'.

A reação dos petroleiros da Bahia foi imediata e, pela primeira vez, de forma conjunta. Geonísio era baiano e em sua administração os petroleiros do Estado tiveram mais espaço que em outras administrações. Além do mais, o SINDIPETRO vivia, desde dezembro, mesmo sem entusiasmo da categoria, em estado de Assembléia Geral Permanente, em função da equiparação total com Cubatão.

3

A assembléia do dia anterior à demissão dos diretores da empresa mostra como os sindicatos foram apanhados de surpresa. O ponto central foi ainda a equiparação total, a cujo memorial Geonísio teria ficado de responder.

Luciano Campos chega a criticar o próprio Geonísio conforme registro:

...estar o Presidente da empresa alheio ao problema, propondo em seguida que se encaminhasse ao mesmo um ultimatum concedendo o prazo máximo de 72 horas para que este se pronunciasse.

Compareceram à assembléia, na sede da Federação dos Trabalhadores na Indústria em Salvador, 97 trabalhadores. Os registros das assembléias, nos dias posteriores, realizadas em Candeias e Madre Deus não contêm comentários sobre o assunto.

A reunião das duas diretorias dos sindicatos dos petroleiros da Bahia só ocorre no dia 6 de janeiro, na sede do Sindicato da Extração. Na oportunidade, tomaram conhecimento de que já havia postos paralisados: São Sebastião, às 12:25hs no dia da demissão e, em seguida, Catu e Buracica. Mais tarde, na I Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo, realizada ainda no mês de janeiro em Salvador, seria denunciada por técnicos a atuação de chefes na greve.

É possível se supor que, premidos pela realidade de paralisações espontâneas, incentivadas "pelo alto", os sindi-

catos tenham resolvido assumir a frente do movimento, generalizando e barganhando os seus resultados. Em decorrência, as diretorias convocam a primeira assembléia conjunta da sua história.

Da reunião conjunta das Diretorias, resultou um manifesto, ao Conselho de Ministros e ao Presidente da República, aprovado, nesse mesmo dia, pela Assembléia, cujo teor transcrevemos a seguir:

- I Após mais de 30 dias de crise na PETROBRÁS, onde os trabalhadores da Empresa viveram e vivem dias de instabilidade e insegurança pois não tiveram conhecimento das verdadeiras razões da "crise" que se desenvolvia, hoje a Nação se inteira da demissão do Sr. Geonísio Barroso, sem que para tanto tivessem sido dadas aos trabalhadores e ao Povo, razões convincentes de tal medida;
- II Aos trabalhadores que sempre viram e vêem na PETROBRÁS o verdadeiro símbolo da emancipação nacional, não interessam crises "artificiais" que impliquem em descrédito da Empresa perante a opinião pública e sirvam aos interesses inconfessáveis de estranhos que pretendam desacreditá-la e liquidá-la.
- III- Sentindo como sentem que os interesses maiores da Empresa se confundem com os seus próprios interesses, os trabalhadores da PETROBRÁS não se sentem com tranqüilidade necessária na continuidade dos seus trabalhos reunindo-se assim, em nível de protesto, até que se chegue a uma solução honrosa e que tenham condições de segurança para o desempenho de suas atividades.
- IV Esperam os trabalhadores da PETROBRÁS que o Povo exija dos poderes constituídos esclarecimentos sobre os fatos da recente crise para que as responsabilidades sejam definidas e os culpados punidos.

Tudo pela solução da crise. Queremos a verdade. Respeitem a PETROBRÁS! Os dirigentes aprovam ainda uma reunião permanente dos dois Sindicatos para quaisquer deliberações de urgência. Terminada a reunião às vinte horas, foram para Candeias onde realizaram uma das maiores assembléias da história da categoria. Segundo o jornal A Tarde compareceram 3.000 trabalhadores, e, segundo um dos livros de atas de assembléias do SINDIPETRO, foram 2.006.

A assembléia teve início às 22 horas, mas só pela madrugada foram aprovados a proposta da greve e o manifesto. Decidiram os trabalhadores criar comandos de greve em Candeias e em Salvador, e que a unidade de FCC não interromperia as atividades em função do prejuízo que poderia advir para a empresa. Um operário a serviço do sindicato estaria trabalhando na unidade sendo, porém, o trabalho, suspenso se houvesse soldados.

Na assembléia da greve, "em virtude da exoneração de Geonísio Barroso", os presidentes dos Sindicatos acusaram o ministro das Minas e Energia, Gabriel Passos, de "ter criado e gerado a crise". Falam ainda sobre a necessidade de "tomar uma atitude violenta" e mostrando os objetivos do movimento: "cruzando o braço para que o Governo solucionasse a crise, esclarecendo aos trabalhadores os fatos, punir os culpados e implicados e em seguida nomeando um novo presidente."

Não bastavam, porém, estas medidas. Segundo os Sindicatos, haveria necessidade da consulta aos trabalhadores:

"era necessário que nós demonstrássemos a nossa união, a nossa força para obrigá-los a nos respeitar".

Foi aprovada, então, a proposta de greve até a nomeação do presidente da empresa.

Às 4 horas da manhā, a Sociedade de Engenheiros do Petróleo do Recôncavo, Sessão Candeias, realiza assembléia, decidindo contrário a greve:

Não apóia o movimento grevista de paralisação de atividades da empresa desencadeada na Bahia, pois não considera o meio conveniente e adequado para reivindicações perante o Governo do problema que ora envolve a Petrobrás. Não aprova o procedimento com que vêm sendo conduzidas as gestões para a solução da crise da Petrobrás."

O episódio mostra a divisão entre os técnicos. Enquanto existe a paralisação "por cima" de certas áreas, por outro lado, a sociedade dos Engenheiros do Petróleo do Recôncavo, que já havia ficado ao lado dos Sindicatos em episódios anteriores, desta feita condena a greve e mantém a posição durante algum tempo, mesmo com que o questionamento de outros técnicos. Há, inclusive, os que tentam fazer funcionar o posto C-142, sem êxito, pois os operários haviam retirado peças. Mais tarde, esta entidade mudaria de posição e apoiaria o movimento, o que se daria também com os demais sindicatos do Petróleo.

Osvaldo afirma na época que:

...o único caminho certo é de pararmos tudo com o fim de forçarmos o governo a decidir certo ouvindo e considerando os trabalhadores que vêm sendo afastados dos entendimentos (...) aguardam os trabalhadores que o governo esclareça os fatores que tenha a alegar e se ficar provada a impossibilidade de manutenção do presidente afastado, só aceitaremos a nomeação de um técnico de reconhecida capacidade e que esteja comprovadamente afastado de grupos, quer política quer economicamente. Neste caso, esperamos que o escolhido seja novamente da Bahia, pois a ela cabem grandes direitos dentro da empresa (...) Estamos coesos, aguardando os entendimentos, e só depois de tudo posto em seu devido lugar os trabalhadores da PETROBRÁS voltarão a seu serviço".

A greve se inseria dentro da estratégia de conquista de influência nas estruturas da empresa. Neste sentido, viam a ação do ministro Gabriel Passos como restritiva, à medida em que entrava em rota de colisão com o primeiro presidente com o qual haviam mantido diálogo. Essa visão é afirmada por Mário Lima e corroborada por Osvaldo:

Os erros apontados vêm de administrações anteriores, nada se positivando que possa responsabilizar o Sr. Geonísio Barroso, salvo se existem fatos que até agora não foram esclarecidos à opinião pública, trabalhadores e o povo em geral...

#### E ainda:

Agora não é possível, nem podemos aceitar que um ministro deste governo queira transformar a PETROBRÁS em uma organização que dependa exclusivamente de sua vontade".

O jornal A Tarde ia mais longe, interpretando o sentimento dos dirigentes sindicais no início da greve:

A atitude da PETROBRÁS dirige-se particularmente contra o Ministro Gabriel Passos, apontado como principal responsável pelos últimos acontecimentos. A finalidade da paralisação parece ser pois o afastamento do titular de Minas e Energia de suas funções, a menos que o Ministro transija ou reconduzindo o engenheiro Geonísio Barroso ou encaminhando a nomeação de pessoa dentro dos requisitos estipulados, dentre os quais naturalmente se incluía a condição de bahiano".

Valença assinala objetivos do movimento:

Então a nossa preocupação era de quem iria pro lugar de Geonísio... que já tinha mais de 11 candidatos. Aí aproveitamos a crise e disse para o presidente... ele e Mário Lima pediu para fazer uma relação de 3 nomes, aí colocou-se Fernando Santana, Francisco Mangabeira e Hélio Ramos... o pessoal de São Paulo e do Rio indicaram mais 3(...) mas já estávamos preparados para fazer greve se viesse um nome que não atendesse, e o próprio Jango sabia que ia sair greve mesmo."

Jair de Brito faz a crítica interna à greve de 62:

O nosso sindicato aqui na Bahia naquela época, 1960 a 1962, época em que cheguei aqui, eram sindicatos que não tinham um sentido político, tanto que as greves de 62 ou 61... não me lembro bem... que levantou a região do petróleo, tanto da destilação, quanto do refino, foi uma greve para derrubar o ministro Gabriel Passos, que era um ministro nacionalista e a turma não tinha visão nenhuma. Só porque o ministro afastou o Sr. Geonísio Barroso que, depois da Revolução, foi um dos diretores da PETROBRÂS. Então, essa greve foi justamente para tentar afastar o ministro nacionalista, greve regional, de caráter puramente regional, sem visão política."

A edição do jornal A Tardo, no segundo dia da greve, fala de manifestação de outras classes, para a qual vinham sendo colhidas assinaturas, e veicula a opinião dos sindicatos do petróleo na Bahia quanto à possibilidade de ser "decretada uma greve geral no Estado".

Acostumados a ter o apoio do movimento sindical e das organizações dos petroleiros a nível nacional, além de segmentos progressistas nas suas lutas, os petroleiros da Bahia passam a viver uma situação diferente. Na reunião com o movimento sindical para discutir o assunto, houve críticas e divergências.

Foi realizada em 8 de janeiro, na sede da Federação dos Trabalhadores na Indústria, com a participação de 27 entidades sindicais, sendo que foram cobrados três itens dos petroleiros para que os sindicalistas deflagrassem a Greve Geral, depois incorporados. A divergência com os petroleiros centrou-se no item que incorporava como bandeira a punição dos responsáveis pelos desmandos na administração da empresa.

Na reunião, o representante da UEB - União dos Estudantes da Bahia, Sérgio Gaudenzi, ataca Geonísio Barroso, e afirma que pediria orientação à direção da UNE para saber como se posicionar no episódio. A maioria dos oradores não defende o retorno de Geonísio, porém a reunião apóia o manifesto dos petroleiros.

Os sindicatos dos petroleiros de Cubatão e da Guanabara têm uma atitude de condenação ao movimento no seu início somente o apoiando, mesmo assim de forma genérica, depois de ampla discussão sobre seus termos. É sintomático o telegrama expedido pelas entidades ao líder sindical Rafael Martinelli, presidente da União Nacional dos Empregados das Empresas Ferroviárias:

:

Pedimos transmitir sindicatos de petróleo da Bahia posição sindicatos Cubatão e Guanabara de absoluto acato à decisão governamental relativa à PETROBRÁS. Não participamos movimento paredista defesa Geonísio. Apelamos bom senso companheiros sindicato petróleo Bahia.

Mais tarde endureceria esta posição.

Lutará incansavelmente pela exoneração dos Srs Geonísio Barroso e Lima Rocha, por julgar que esses senhores, consciente ou inconscientemente, estão fazendo o jogo dos grupos econômicos que dentro e fora do governo querem a liquidação da PETROBRÁS em favor, principal-mente de Capuava e de outras companhias, nacionais e estrangeiras(...)
O movimento grevista que ora se realiza em alguns setores da PETROBRÁS na Bahia e que se pretende estender a toda a PETROBRÁS é frontalmente contrário aos interesses dos trabalhadores em petróleo, da própria PETROBRÁS e da Nação."

A CPOS - Comissão Permanente das Organizações Sindicais afirma no início do movimento que:

É imperioso alertar a opinião pública todos quantos, de uma forma ou de outra, pugnaram pela preservação das nossas riquezas em proveito do nosso povo, as manobras que aqueles inimigos naturais das atividades do petróleo, dos minerais, de energia, etc., articulam através de seus tradicionais portavozes valendo-se de filhos novos numa pretensa defesa do que sempre combateram."

O jornal A Tarde dá total apoio à greve nos dois primeiros dias, ocupando com isto a primeira página. Contudo, à medida que percebe que a greve não está sintonizada com a política do governo federal nem ressalta as "reivindicações baianas" tais como a transferência da sede da empresa para a Bahia, passa a reservar um espaço menor para o movimento e inclusive divulga avaliação crítica sobre o mesmo.:

Uma analise objetiva da situação revela que o movimênto na PETROBRÁS não progrediu inteiramente dentro da expectativa dos seus coordenadores. Para isto, há dois motivos principais: a oposição das esquerdas, notadamente dos comunistas, que estão dando cobertura ao Ministro Gabriel Passos, com cujas opiniões tem afinidade, e a deserção do pessoal das unidades do sul do país, que desapoiou a greve prestigiando também o ministro. (...) os líderes dos sindicatos do petróleo(...) parecem, entretanto, não insistir devidamente em que a presidência permaneça com a Bahia, nem associam o seu protesto com o tema da mudança da empresa, idéia capaz de levantar novamente a opinião do Estado. Daí, a atitude com que a greve está sendo encarada pela população em geral, que tende a considerá-la como um movimento interno da empresa, sem preocupações de articulações com outros anseios dos baianos."

O deputado Gastão Pedreira do PR também critica a greve. Fala que itens exigidos pelos trabalhadores baianos não foram satisfeitos e defende Gabriel Passos que não pode "submeter-se à imposição de certos políticos baianos".

Setores das classes dominantes deram o maior espeço ao movimento dos petroleiros, fazendo repercutir bandeiras, principalmente no início. A Câmara dos Vereadores aprovou moção de apoio. O governador Juracy Magalhães afirmou ter sido um erro a demissão de Geonísio. Internamenmte, a chefia era simpática ao movimento. O Superintendente do TEMADRE, por exemplo, José Simões Araújo, em entrevista concedida ao jornal A Tarde, critica o ministro Gabriel Passos e declara que a greve "pode até resultar em lucro se daí resultar melhor maneira de conduzir os negócios do petróleo no Brasil".

:

No dia 9, de janeiro, os petroleiros realizam grande passeata, do cais do porto à Praça da Sé na qual participam 5.000 operários vestidos com uniforme da empresa". Algumas faixas e cartazes assinalam os objetivos confessados: "Barroso, Barroso", e "Gabriel é entreguista", porém, o anunciado enterrro do ministro Gabriel Passos não se verificou. No ato, que contou com pouca ampliação na sociedade usaram a palavra, entre outros, Mário Lima e um representante da Refinaria Duque de Caxias que desde o início apoiou o movimento, um manifesto distribuído na passeata, assinado por Osvaldo e Valença, proclamava questões específicas da categoria.

O isolamento do seu movimento levou os petroleiros a fazer concessões das suas posições iniciais e deflagrar um processo de articulação junto à categoria a nível nacional e outros setores da sociedade. Além disto, buscaram a superação do impasse por via da influência na indicação do novo presidente. Essas iniciativas permitiram granjear apoio na sociedade e reverter a posição dos engenheiros, CPOS, e sindicatos do petróleo de Cubatão e Guanabara. O esforço realizado pelos dirigentes sindicais com as articulações, porém, levou a certa desarticulação com a base local.

No dia 12 de janeiro, o jornal A Tarde registrou essas iniciativas, ao analisar o manifesto da CPOS, observando que eles admitiram a apuração de irregularidades e desmandos havidos na PETROBRÁS, a retirada da exigência de que o novo presidente da empresa fosse um técnico pertencente à própria

PETROBRÁS, e a bandeira da extensão do monopólio à importação, refino e distribuição de todos os derivados do petróleo".

Os efeitos da greve foram imediatos também para as reivindicações econômicas da categoria. Em 15 de fevereiro, o Conselho de Administração da PETROBRÁS decide equiparar os níveis salariais do Norte e Nordeste com os do Sul. A diretoria executiva da empresa também estende o pagamento do adicional de periculosidade — retroativo a primeiro de fevereiro — para as unidades ainda não contempladas, e, ainda neste mês, no dia 12, entraria em vigor o novo horário de trabalho na Região da Produção, sendo estendido à Refinaria de Mataripe em 19 de março".

A greve de 62 marca um novo período para os petroleiros, consolidando uma nova estratégia político-sindical de "pacto conflituoso" com a empresa. Como disse Valença, a greve não visava a manutenção de Geonísio, que se sabia inviável, mas influir no sentido de os sindicatos terem maior peso na indicação do presidente da empresa. Com a saída de Roque Perrone da Superintendência, em meados substituído por Jairo Farias, a conjuntura política se reflete, pela primeira vez, no comando da refinaria. De um lado, a instabilidade no comando com a troca constante de presidentes e dirigentes. De outro lado, combinando sua pressão específica com as existentes no país, e aproveitando as diversas conjunturas, os trabalhadores do petróleo na Bahia passam a

:

ocupar cada vez maiores espaços e a influenciar nas decisões da empresa, obtendo conquistas significativas no período.

As críticas de setores da esquerda a atitudes da diretoria do SINDIPETRO-Ba já faziam certo tempo, podem ser lembradas desde a greve de 1960. Desta forma, o PCB desloca, para a Bahia, um de seus quadros operários, Jair de Brito. Posteriormente, Walter da Silveira daria lugar ao membro do Comitê Regional do partido, Nemésio Salles, e entrariam na categoria, ou seriam recrutados outros militantes, o que, contribuiria em certa medida, aproximaria a diretoria do sindicato da política mais geral do pacto populista.

Os efeitos da greve demorariam a se extinguir. Na I Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo, enfim realizada em Salvador nos dias 19, 20 e 21 de janeiro de 1962, a sua avaliação ainda polariza as discussões.

O conclave aprova resoluções contraditórias como o apoio à greve mas também à política nacionalista do ministro Gabriel Passos e a apuração, mediante inquérito, dos responsáveis pela sua deflagração na alta administração da PETROBRÁS na Bahia. Esta última proposta foi aprovada por insistência das Associações e Sociedades de Técnicos de nível superior.

A resolução da Convenção sobre o inquérito repercutiu no jornal A Tarde e mereceria, por sua vez, a defesa do

Superintendente da Região de Produção, Ivan Barreto de Carvalho, nas páginas do jornal. Vejamos:

Na qualidade de superintendente da região de produção da Bahia, em face da greve deflagrada pelos operários, cuidei de preservar o patrimônio da empresa e assegurar a continuidade das operações paralisação importasse em graves imprevisíveis prejuízos, sem contudo tomar quaisquer atitudes repressivas contra OS grevistas... Desconhecemos a acusação de que a alta administração da empresa na Bahia teria fomentado a greve.

Nessa mesma edição, o jornal informa que o governo federal já teria aberto "rigoroso inquérito administrativo" para apuração das responsabilidades.

A Convenção dos petroleiros contou com a presença do novo presidente da empresa e das delegações de São Paulo, Guanabara, Estado do Rio, Bahia e Alagoas. Aprovou uma Declaração de Princípios e foram feitas várias denúncias sobre problemas na empresa, ocorridos no Rio e em Cubatão. Nesta última, com acusações de superfaturamento na construção de prédio da refinaria.

O discurso de Mangabeira no encontro foi duro. Condenou os acordos lesivos para a PETROBRÁS, realizados por administrações passadas, prometeu seguir, dentro do possível, as diretrizes traçadas na Convenção, advertindo os petroleiros para os inimigos do Brasil que são os mesmos do monopólio estatal. Citou o exemplo do Irã que nacionalizou o petróleo, mas que depois "foi derrubado por uma revolução armada". Prometeu que os trabalhadores teriam três representantes junto

à alta direção da PETROBRÁS, devendo ser eleitos por suas associações de classe e funcionarem como seus assessores. Prometeu ainda instalar um gabinete da presidência no Estado, onde viria mensalmente despachar e tomar conhecimento dos problemas.

Os dez pontos do programa de Francisco Mangabeira colocados para a população, tão logo assumiu os destinos da PETROBRÁS, lhe granjearam a simpatia dos petroleiros. Na Bahia, os dirigentes sindicais dos petroleiros programaram um ato público para comprometê-lo com suas reivindicações.

Em 16 de fevereiro, realiza-se um grande ato conjunto dos dois sindicatos no ICEIA - Instituto Central Isaías Alves, colégio tradicional da capital, com a presença de Mangabeira, e onde os dirigentes sindicais apresentam a este um documento de compromisso com as reivindicações da classe, e que tem o apoio do novo presidente.

Não ocorreriam, todavia, sem resistências as mudanças. Setores militares se mostram insatisfeitos com nomeações do novo presidente da empresa. É o caso de Eduardo Sobral para a vaga de Heitor Rocha Lima, cujo decreto de nomeação foi interditado pelo General Amaury Kruel, chefe da Casa Militar da Presidência da República, por ser "comunista", o que mereceu a contestação de Gabriel Passos.

A valorização dos salários dos petroleiros também não passaria despercebida das classes dominantes do Estado. Perto do Dia dos Trabalhadores, surgem inquietações no meio empresarial sobre os salários dos petroleiros, que ameaçariam a economia baiana. O tema é matéria no dia 28 de abril e motivo de editorial, ambos do jornal A Tarde, no dia 5 de maio daquele ano.

### 9.3 O FIM DO SISTEMA DE PODER VIGENTE EM MATARIPE

As modificações na alta direção da PETROBRÁS e o aumento do poder de pressão do SINDIPETRO-Bahia trariam de volta a luta pelo fim do sistema de poder imperante em Mataripe, cuja representação visível era o Superintendente Roque Perrone.

O jornal A Tarde especula sobre modificações profundas que deveriam ocorrer nos órgãos de direção da empresa, atingindo também os superintendentes regionais, citando particularmente os dois da Bahia<sup>11</sup>. A questão suscitada na greve em relação à atuação de Ivan Barreto seria o móvel do seu questionamento, enquanto que para Roque Perrone pesaria

:

<sup>...</sup>o atraso na montagem e funcionamento das novas unidades da Refinaria Landulfo Alves, onde constatou-se que houve erros graves, particularmente, na execução do projeto da unidade de lubrificantes.

Desgastado com a experiência do ano anterior, a posição do sindicato era de aparente neutralidade mas na prática articulava a substituição.

Osvaldo desmentia pela imprensa que estaria lutando pela manutenção do superintendente. Na segunda quinzena de março, volta ao debate público a ampliação de Mataripe, como já havia sido feito na gestão Geonísio, o que desgasta, ainda mais, a direção de Mataripe. A Tarde gasta algumas edições abordando o assunto. quando, inclusive, o deputado Waldir Pires critica a "ampliação desordenada e quase criminosa de Mataripe".

Neste período, Jonatas Simples é afastado da chefia do ESSAL - Escritório de Salvador da empresa. Em 13 de abril, A Tarde anuncia "Novo Superintendente na Refinaria de Mataripe", mas se trata de rebate falso. Está se referindo ao TEMADRE, informando que o interino somente não foi nomeado em função de ter sido arrolado em recente inquérito. A situação de Perrone se agravaria com a sua assinatura no Manifesto dos Técnicos, durante a nova crise que se seguiu na empresa.

### 9.4 ELEIÇÕES NO SINDIPETRO

Desde os últimos meses do ano anterior, já vinham a público as divergências existentes entre os petroleiros

baianos. Em feverejro de 1962, os termos do acordo de paridade com Cubatão, proposto pela PETROBRÁS, chegaram a causar a suspensão da assembléia do dia 22 e a convocação de uma nova, em Salvador, em face das divergências.

A assembléia realizada no dia 24, na Associação dos Empregados do Comércio, teve a presença do advogado Walter da Silveira. As divergências se prendiam, principalmente, à jornada de trabalho. Ao final das discussões, houve modificações no Têrmo do Acordo, de modo a que os petroleiros pudessem reivindicar a qualquer tempo a jornada de 6 horas em Mataripe. A decisão dos petroleiros baianos agravou as relações entre os sindicatos da refinação da Bahia e de Cubatão, sendo que este passou a considerar que "os baianos venderam o turno".

No caso do SINDIPETRO-Bahia, as eleições para a diretoria do sindicato representavam o móvel imediato. Na época, eram realizadas de dois em dois anos, mas, enquanto no SINDIPETRO eram feitas em maio, no Sindicato da Extração eram realizadas em março. A do SINDIPETRO mostrou um espectro político que guardava relações com o existente em outras partes do país.

Havia um campo à direita, inorgânico, composto por militantes que se destacavam nas assembléias e movimentos, que não concordavam com a linha de ação do sindicato e de seus dirigentes. Seus líderes eram Luciano Campos, Verdi Plesch e Gildásio Lopes, entre outros. O outro campo era à esquerda da

diretoria, e composto por correntes políticas organizadas, a exemplo da AP - Ação Popular, da PO - Política Operária e do PCB - Partido Comunista Brasileiro.

As divergências de davam em função das questões do dia a dia do Sindicato. Mário Lima, instado a falar sobre a diferença entre a sua chapa e a das chapas de oposição, é pacificador:

"Havia pequenas diferenças no acessório, no fundamental era mais ou menos a mesma coisa". Reconhece, porém, que na sua chapa havia pessoas ligadas a "todos os partidos":

...A maior parte era o PTB - Partido Trabalhista Brasileiro. Também tinha muita gente do PSD. Agora, no PS, por incrível que pareça, só tinha eu."

Estanislau Villa, que junto com Arnon Andrade, Brito, Jarbas Santana, Hélio Duque e outros participavam da Ação Popular, mostra certa autocrítica sobre a posição adotada naquela oportunidade. Esboça algumas diferenças entre os grupos:

:

Nós achavamos que não era somente aumento salarial, nosso grupo ... a verdade, de verdade, a época de Mário como secretário e de Osvaldo como presidente foi quando nós recebemos os maiores aumentos da PETROBRÁS. Eu nunca vi tanto dinheiro... naquela época!... Quando se dizia 20% em 59 a inflação de dois anos Mário conseguia num mês, em dois meses, sob vários pretextos. Ele arranjava mil e um pretextos para arranjar aumento salarial...

AP pensava mais adiante. AP pensava que a PETROBRÁS era tudo pro Brasil... aliás é bom que seja justo... o grupo de Mário era altamente defensor da PETROBRÁS. Esse era um ponto de afinidade nossa. Todos nós que éramos políticos, sindicalistas, dentro da PETROBRÁS, pensávamos como ponto básico da PETROBRÁS ser intocável. Era e é...

Mário se apegava muito aos aumentos salariais que ele tinha conseguido... o tema da chapa dele eram os aumentos salariais, publicou em toda a refinaria os 100%... Nosso tema era "pare, pense, decida, o seu voto é a sua consciência, vote com a sua consciência..." Mas não adiantou nada... tomamos um cacete tão seguro...

Nós dizíamos o seguinte, bom, vamos fazer o seguinte, perdemos, mas a partir de hoje, vamos estar com o Mário... Estamos com Mário para o que desse e viesse... mesmo sabendo que as vezes estávamos sendo contra o nosso, a nossa própria maneira de pensar... mas nós tínhamos a certeza que politicamente nós estávamos com o pessoal."

Mais tarde, esta tática se confirmaria pela declaração de outro militante da AP, Arnon Andrade, na qual afirmava que "não representava uma minoria de oposição sistemática".

Osvaldo que, no início da sua atuação, tinha posições sindicais próximas ao trabalhismo, diz que "já lia alguma coisa e procurava observar o que era bom para o trabalhador". Em outro momento, confessa-se simpatizante do socialismo, "embora não radical".

A estratégia política hegemônica do período foi aplicada pelo grupo dos autênticos, "ou de Mário Lima", mais precisamente a partir de 1960, e que, nas eleições desse ano, para a diretoria do sindicato, aliou-se pela direita, isolando a esquerda, que preferiu partir para a disputa aberta aquele ano.

A eleição apresentou 3 chapas, organizando a AP uma das chapas, o PCB outra, sendo a última de uma aliança dos "autênticos" da diretoria com o campo "à direita". Esta chapa conseguiu a vitória, com 93% dos votos".

O resultado serviria para modificar a linha de atuação dos grupos organizados partidariamente na refinaria. A esquerda passou a aprofundar a sua ligação com o sindicato, seja na imprensa — PO e AP, no trabalho de formação — AP e PCB, ou no administrativo — PCB. No início de 63, o campo à direita, existente dentro do sindicato, é quem passa a enfrentar abertamente o grupo hegemônico, levando à sua destituição em assembléia e viabilizando as condições para o campo à esquerda desfrutar de maiores espaços para sua atuação dentro da entidade.

Já a eleição para o Sindicato da Extração é realizada com a vitória da chapa de Wilton Valença na presidência. A chapa derrotada, porém, entrou com impugnação na Justiça sob a alegação de que duas chapas haviam se inscrito fora do prazo. Independente do resultado do processo, a chapa vitoriosa tomou posse no dia 7 de abril".

No caso do SINDIPETRO, a diretoria havia conseguido a equiparação total em fevereiro, negociara o fim do trabalho aos sábados, a equiparação do salário-família, e, ainda em abril, novo aumento de salário, sob ameaça de greve. Há dificuldades de se conseguir informações sobre o processo eleitoral. O livro de atas de reuniões da diretoria não registra reuniões de março a maio, e as assembléias do período não abordam a questão". Sobraram as entrevistas e a imprensa da época para registrar o processo, em suas linhas gerais.

A repercussão das eleições do SINDIPETRO na imprensa constitui-se de 10 matérias", nas quais o jornal A Tarde divulga os procedimentos legais da eleição e espera a vitória da chapa encabeçada por Mário Lima. Na edição do dia 5 de maio, à página 2, após a realização da votação, dá espaço para uma política acusando Mário Lima de ter desrespeitado determinação da DRT. Este teria declarado: "não permitiu que os dirigentes sindicais designados para presidir os trabalhos tomassem parte nos serviços eleitorais. " Os membros designados pela DRT foram Martins Diego Correia e Luiz Sérgio Barbosa, este último com uma história ligada aos pioneiros das organizações sindicais petroleiros, e, sendo ambos membros da diretoria da Federação dos Trabalhadores da Indústria. O motivo comportamento de Mário Lima poderia se dever ao fato daquela Federação encontrar-se em processo eleitoral tendo SINDIPETRO apoiado a oposição ao velho dirigente. As eleições acabam sendo apuradas pela Procuradoria da Justiça que proclama a vitória esmagadora da chapa do "grupo de Mário Lima".

r

O jornal A Tarde veicula ainda que Mário Lima vem sendo influenciado por "indivíduos suspeitos", porém revê a linha seguida em edição posterior onde afirma que "fomos informados com segurança que o Sr. Mário Lima é democrata por convicção"

A nova diretoria do SINDIPETRO seria composta por Mário Soares Lima na presidência, Verdi Plesch na vice-

presidência, Emanuel da Silva Rego na primeira secretaria, Luciano Campos na segunda secretaria, e Osvaldo Marques de Oliveira na tesouraria.

Na suplência da diretoria ficaram Flordivaldo Maciel Dutra, Gildásio Batista Lopes, Milton da Costa Oliveira, Salvador José de Souza e Demosthenes Soares Oliveira. O Conselho Fiscal era integrado por Fernando Olivier de Góes Lima, Raimundo Isidoro de Souza e Nilo Calazans de Menezes Filho, como titulares, e Julima Gomes da Silva, Sinésio Alves de Jesus e Antonio da Silva Santos como suplentes. O Conselho da Federação contaria com Mário Lima, Luciano Campos e Giovanni Figueiredo, tendo como suplentes Djalma de Oliveira Mattos, Antonio da Rocha Santana e Ademir Figueiredo Regis.

O Sindicato atravessaria a chamada "crise dos técnicos", com assembléias esvaziadas, mas, mesmo assim, realizou uma semana de atividades comemorativas com a participação de palestrantes como Brizola, Aldo Arantes, Dante Pelacani da CNTI e o presidente do Sindicato dos Petroleiros do México, que rendeu ataques do jornal A Tarde pela sua "doutrinação comunista".

A nova diretoria do Sindicato entrou disposta à luta. Havia pressão interna para o exercício colegiado. Repetidas vezes, foram tomadas resoluções que priorizavam a diretoria plena para tratamento das questões. Em 26 de junho, é aprovado que a executiva não devia reunir-se separadamente, e que se

deveria convocar a diretoria plena, para o caso de se ter de sacar grandes quantias, inclusive para viagens. A prestação de contas deveria ser discutida antes de ser levada à assembléia. Porém, nesse înterim, é aprovada ajuda de custo para viagens patrocinadas pela entidade em quantia superior à paga pela PETROBRÁS, sendo isto justificado pelo uso no sindicato em Cubatão.

Um dos setores mais destacados de ação do SINDIPETRO, particularmente quando passou a contar com militantes de esquerda na sua direção, foi a comunicação. Mario Lima lembra que:

Nós tínhamos um esquema muito bem montado. Nós tínhamos um jornal com tiragem mensal, tínhamos um boletim informativo que funcionava sempre que houvesse necessidade e tínhamos um mural semanal. Nós tínhamos um mural no sindicato e nos principais locais de trabalho. Tínhamos um jornal mensal e tínhamos um boletim mimeografado que circulava hoje, amanhā, depois e quando tivesse assunto do interesse dos trabalhadores pra gente comunicar. E pra convocar as assembléias a gente ainda tem que obedecer a lei, você tem que fazer o edital e publicar num jornal de circulação em toda a base.

#### 9.5 A "CRISE DOS TÉCNICOS"

No fim de maio, estoura nova crise na PETROBRÁS: técnicos e chefes de setores das refinarias do Sul encaminham ao Conselho de Ministros representação contra a administração de Francisco Mangabeira, considerando-a perigosa para a estabilidade da empresa. No dia 26, o jornal A Tarde divulga que a CPI do petróleo havia pedido a exoneração do presidente da empresa, na conclusão dos seus trabalhos agravando a situação.

A crise detonada com a denúncia dos técnicos no dia 24 de maio só se encerraria, aparentemente, em 11 de junho, com a declaração de Mangabeira considerando a mesma superada. E tem ampla cobertura da imprensa local<sup>16</sup>.

No manifesto dos técnicos, suas Associações e Sociedades pediam a substituição do presidente da empresa". Porém, a ação dos chefes e técnicos tem pronta reação dos trabalhadores, através de suas organizações sindicais. Dois dias antes da crise, já Wilton Valença, fiel à nova estratégia sindical, prestigia a atuação de Mangabeira, manifestando-se publicamente em apoio à linha de ação do presidente da PETROBRÁS. Mário Lima, porém, procurado pelo jornal A Tarde transfere uma entrevista sobre a situação". No dia 28 é publicada, na imprensa, a posição dos trabalhadores, embora ainda genérica e debitando a crise aos trustes.

Uma posição definitiva e unificada dos operários só sairia no dia 3 de junho", em meio a um processo de articulação política onde Valença encontra-se com Brizola e até com o Comandante do III Exército.

No mesmo, dia em que o vespertino divulga essas articulações, os sindicatos desmentem que haviam retirado o apoio ao presidente da empresa, devendo "apoio incondicional à administração Francisco Mangabeira". O processo havia desgastado a direção da empresa, o que se reflete no manifesto sindical.

No "Manifesto dos Trabalhadores do Petróleo ao Povo Brasileiro", os trabalhadores elogiam as atitudes de Mangabeira e fazem outras reivindicações, porém são mais realistas:

Não permitiremos que essa substituição se concretize à nossa revelia possibilitando o engajamento de nome desvinculado dos ideais nacionalistas do monopólio estatal, que não atende os imperativos de legalidade e não leve em conta os legítimos anseios da classe operária, força criadora e baluarte do mais caro patrimônio do nosso povo — a nossa PETROBRÁS.

Os petroleiros haviam aprendido com o episódio Geonísio a necessidade de responder a questões gerais e seu manifesto não mais contém restrições de ordem técnica e corporativista.

O episódio mostra as divergências entre Mário Lima e Wilton Valença no que diz respeito à ampliação da influência sindical via indicação de diretores da empresa. Na verdade, partiu de Valença o apoio a Mangabeira enquanto a direção do SINDIPETRO não defendeu com tanto entusiasmo a sua manutenção, diferente do que aconteceu com Geonísio, cuja indicação teve a participação dos dois sindicatos e do que irá ocorrer mais

tarde, por ocasião da demissão dos diretores Hugo Régis e Jairo Farias pelo General Albino Silva.

Diferente de Mário Lima, Valença sai em defesa de Mangabeira. Ataca a Associação dos Técnicos em reunião da diretoria do Sindicato da Extração, quando comenta as demissões feitas e por fazer dos chefes: "A Associação dos Técnicos... em sua cegueira lamentável, não consegue aperceber-se de estar fortalecendo o sôfrego cartel internacional".

O jornal A Tarde, na oportunidade, reproduz uma estranha declaração atribuída ao líder sindical:

Declarou não acreditar na demissão do Sr. Francisco Mangabeira da presidência da PETROBRÁS, uma vez que, além do apoio do governo federal, conta ele com o das Forças Armadas, da Frente Parlamentar Nacionalista, do Clube Militar e do Conselho de Ministros, sendo uma posição das mais sólidas, salvo no caso em que se confirme a implantação de uma ditadura militar no país, quando o general Cordeiro de Farias assumiria o cargo."

Na refinaria, neste período, assume Jairo Farias, depois da longa administração de Roque Perrone. A partir da sua gestão, seria desmontado o sistema de comando autoritário vigente na Refinaria de Mataripe, substituído por uma espécie de gestão participativa até o golpe de 1964. Quanto à "sólida posição" citada acima, não evitaria mais tarde a renúncia de Mangabeira e sua substituição pelo General Albino Silva.

Quanto ao jornal A Tarde, à medida que Goulart ia se aproximando dos setores populares, ia apostando no desgaste da

empresa e das organizações sindicais ativas dos trabalhadores, contribuindo para quebrar os últimos elos que articulavam os trabalhadores ao movimento regionalista.

# 9.6 OS PETROLEIROS E AS GREVES POLÍTICAS NO PARLAMENTARISMO

A disputa entre parlamentarismo e o presidencialismo realmente não afetava o movimento sindical. (Nemésio Salles)"

Empossado, Jango fez um governo de maioria Congresso mas tendo como primeiro-ministro Tancredo Neves, líder do PSD, e um do PTB e que havia sido Ministro da Justiça de Getúlio Vargas, em 1954. No seu ministério, havia 4 ministros do PSD, 1 do PTB e 2 da UDN. A aglutinação progressista-trabalhista no Congresso se dava através da Frente Parlamentar Nacionalista, surgida em 1956, mas formada, apenas por 72 deputados federais. Por sua vez, os setores conservadores se aglutinavam através da Ação Democrática Parlamentar.

Este frágil equilíbrio foi mantido até meados de 62. Nesta época, em seu discurso de comemoração do 1º de Maio, em Volta Redonda, Jango critica, pela primeira vez, de forma aberta, o gabinete Tancredo Neves pela moderação com que vinha

tratando o projeto de reforma agrária. Abre-se, então, uma crise institucional, quebrando o frágil acôrdo feito em setembro de 61 com a renúncia de Jânio.

Tancredo Neves renuncia e inicia-se o processo de indicação do primeiro-ministro. Em 5 de junho, a CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria exige a formação de um Gabinete Democrático Nacionalista e aprova uma Greve Geral para ser desencadeada no momento em que fosse necessário. Porém, tomando conhecimento do nome a ser indicado por Jango - San Thiago Dantas -, os sindicatos passam a apoiálo e em nova reunião do movimento sindical, em 14 de junho, decidem que a greve geral somente seria decretada se o Congresso não o aceitasse.

Em 27 de junho, no entanto, o nome indicado pelo Presidente é vetado no Congresso por ampla margem de votos, mesmo com a presença de centenas de líderes sindicais no Plenário. Desta forma, Jango propõe o nome de Auro Andrade, um político do PSD com possibilidade de aceitação nas fileiras da oposição conservadora, mas favorável à antecipação do plebiscito sobre o regime de governo. Os sindicatos, porém, já haviam divulgado carta aberta contra a conciliação e preparam a Greve Geral.

No dia 2 de julho, foi aprovado o nome de Auro Andrade na Câmara e o general Osvino Alves monta um esquema de prontidão contra manobras golpistas. Com a marcação da greve geral para o dia 5 de julho Auro Andrade renuncia e o governo busca um acordo em tôrno de outro nome, recaindo a escolha sobre o técnico Brochado da Rocha. O acordo porém, não evita a greve, que já está em preparação.

A greve geral de advertência coincidiu com uma série de saques e explosões populares que vinham ocorrendo no Rio de Janeiro, relacionadas com o abastecimento.

O movimento ocorreu, particularmente na Guanabara, a partir dos trabalhadores em transporte, que estavam em mobilização para entrar em greve. Os ferroviários da Leopoldina, os rodoviários e os empregados de bondes iniciam a paralisação no meio da noite do dia 4. Durante a madrugada interrompe-se a ligação marítima entre Rio e Niterói.

A greve atingiu a indústria fumageira, a têxtil, o ramo metalúrgico, o de bebidas, o de petróleo, e o de marcenaria. Também aderiram os trabalhadores gráficos, e os da indústria da construção civil e de vestuário. Pararam as refinarias de Duque de Caxias e Manguinhos, o terminal da Guanabara, assim como o pessoal do escritório da PETROBRÁS, na cidade.

O transporte aéreo foi profundamente afetado no que diz respeito ao levantamento de vôo das aeronaves nacionais. A rede bancária paralisou e o comércio fechou as portas, este último a partir do meio-dia. O movimento foi amplamente

vitorioso na Guanabara, mesmo com a repressão desencadeada pelo querno Carlos Lacerda.

Mesmo conseguindo parar a Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro, os trabalhadores não tiveram sucesso em São Paulo. Neste Estado, somente conseguiram a suspensão do trabalho, quase totalmente, Santos, a ferrovia de Jundiaí e algumas indústrias de São Bernardo. O movimento atingiu ainda Recife, o Estado do Ceará, a ferrovia e algumas empresas da área industrial de Minas Gerais, os bondes do Espírito Santo, os portuários e funcionários da PETROBRÁS de Belém, e os ferroviários e trabalhadores do porto de Alagoas. No Rio Grande do Sul, atingiu o porto e foi realizada uma manifestação, mesmo com o apelo de Brizola para sua não realização.

Na Bahia, a greve foi maior do que, informou o jornal Estado de São Paulo", embora tenha sido parcial. Atingiu o porto, a PETROBRÁS, a Companhia de Navegação Baiana e os aeroviários. A Leste Brasileira parou a partir do meio-dia. O Sindicato da Extração e o SINDIPETRO paralisaram todas as atividades, exceto aquelas essenciais à pronta retomada das atividades da refinaria.

Dirigente da Federação dos Trabalhadores na Indústria declarou ao vespertino que "foram apanhados de surpresa". O jornal comenta que houve demora nos telegramas.

O vice-presidente do Sindicato da Extração, na oportunidade, declarou ao jornal A Tarde que "a greve poderá ser prorrogada caso o Congresso Nacional não atenda os interesses dos trabalhadores e a orientação do Presidente da República na constituição do futuro governo."

A crise se encerra com a aceitação do nome de Brochado da Rocha, do PSD, pelo Congresso".

Garantido o novo gabinete, os esforços de Jango dirigem-se para a antecipação do plebiscito aprovado na Emenda Constitucional nº 4, por ocasião da renúncia de Jânio. Em agosto, o Congresso estabelece o limite do mesmo, em abril de 63, em face do pronunciamento favorável dos ministros militares. Já o objetivo de Jango era fazer coincidir o plebiscito com a eleição de 62, a ser realizada para o legislativo e os governos estaduais.

O período de 10 a 15 de setembro seria a semana de esforço concentrado para garantir a aprovação da data do plebiscito e a discussão das reformas de base. A oposição conservadora — PSP, UDN — procura inviabilizar a decisão. O movimento sindical contava agora com o CGT - Comando Geral dos Trabalhadores — criado no IV Encontro Sindical Nacional realizado entre 17 e 19 de agosto, em São Paulo e que comunica ao Senado, Câmara Federal e líderes dos partidos que seria convocada a greve geral até o dia 15 de setembro, caso o Congresso não aprovasse a data de 7 de outubro para a

realização do plebiscito e se não fossem atendidas as reivindicações aprovadas no IV Encontro".

Pronunciamentos militares em favor da antecipação do plebiscito e a intenção de punição do ministro da guerra levaram à renúncia do primeiro-ministro no dia 12, piorando a situação institucional. No dia 14, a Emenda Valadares ao Projeto Capanema resolve o impasse. A emenda definia a data do plebiscito para o dia 6 de janeiro e o Projeto Capanema dava a Jango a condição de constituir um Conselho de Ministros provisório, com prévia anuência do Congresso.

O CGT, todavia, já havia acionado a greve geral pela Emenda Valadares, prevista para iniciar-se a zero hora do dia 15, um sábado, apesar das tentativas de Jango de sustá-la. O movimento paralisou, desde o dia anterior, a ferrovia Santos-Jundiaí, a Leopoldina, refinarias de petróleo, a Companhia de Aviação Panair do Brasil, os estaleiros e o Porto da Guanabara. Se esse Estado, já no movimento anterior, se constituiu no foco mais importante da greve, desta feita ele foi quase que exclusivo.

Segundo o jornal Estado de São Paulo paralizaram ainda na Guanabara, todos os transportes e, no Estado do Rio de Janeiro cruzaram os braços, marítimos e ferroviários; em Porto Alegre, pararam porto e ferrovias; em Salvador, só portuários; em Fortaleza, marítimos e ferroviários; em Belo Horizonte, metalúrgicos, ferroviários e aeroviários; em Recife, marítimos,

e, em Brasília, bancários, metalúrgicos, aeronautas e a construção civil também paralisaram suas atividades".

O jornal A Tarde, em sua edição deste dia, estampa em manchete: "Eclodiu a greve geral no país". Apesar da paralisação das refinarias de Manguinhos e Duque de Caxias, os petroleiros baianos não chegam a aderir ao movimento, embora lideranças tivessem afirmado ao jornal que "estariam preparados para entrar no dia 17". O jornal O Estado de São Paulo porém, mais uma vez minimizou a participação dos trabalhadores baianos, desde que a greve atingiu o pessoal do porto e da Leste, além dos aeroviários, a partir da zero hora.

Em uma negociação feita na tarde do dia 15 com o governo, foi definido o fim da greve no final da tarde de domingo em troca da liberação de todos os grevistas presos, do aumento de 100% do salário mínimo, da sindicalização dos trabalhadores rurais, da anulação dos processos existentes na Justiça contra os líderes grevistas, e do compromisso do governo em envidar esforços para o atendimento das reivindicações do IV Encontro Sindical Nacional.

Não obstante a fraqueza da greve, os trabalhadores brasileiros conseguiram aumentar em 75% o salário mínimo e viram atendidas suas reivindicações no que concerne à organização sindical dos trabalhadores rurais, fortalecendo o poder da cúpula sindical. Hermes Lima assume como primeiroministro do governo provisório. A tarefa dos sindicalistas, a

nível nacional, também se volta para a campanha presidencialista, mas centrada nas reformas de base.

Ao parlamentarismo correspondeu um período de greves políticas dos trabalhadores, e da participação suas entidades sindicais COMO sociais minoritárias do pacto populista. Esses movimentos repercutiram na Bahia e junto aos petroleiros baianos, embora não com intensidade. De acordo com Márcia de Paula Leite:

As greves políticas que caracterizaram a atuação do movimento sindical no período, surgem assim como a expressão do encaminhamento das propostas políticas que se seguiram às constantes crises que marcaram o período, fortalecendo o poder de Goulart, ao mesmo tempo em que garantiam o seu próprio fortalecimento.

Suas características expressam, no entanto, não só o poder político dos sindicatos, mas também os limites que marcaram o movimento sindical no período. Contando com a participação quase que exclusiva dos trabalhadores dos setores públicos e tendo o seu raio de ação limitado à região do Grande Rio, as políticas greves refletiram а fraca representatividade dos sindicatos entre trabalhadores dos setores privados da economia e demonstravam sua incapacidade em mobilizar trabalhadores do principal centro industrial país, representado por São Paulo." OS

No caso de movimento sindical de um Estado que começava a se organizar, seguindo uma dinâmica própria, foi um teste para a sua mobilização, respondendo na 1ª greve com certa mobilização e caindo significativamente na adesão à segunda.

Nesse sentido, são reveladoras as palavras de Nemésio Salles:

Eram greves... eu acho que numa perspectiva histórica você pode classificar como telecomandadas... Não eram coisas que correspondiam a uma necessidade das categorias ... a diferença entre parlamentarismo e presidencialismo realmente não afetava o movimento sindical."

9.7 OS PETROLEIROS NA POLÍTICA; AS ELEIÇŌES DE 1962

Nos reunimos e concluímos que devíamos ter um representante na Câmara, que os trabalhadores só votavam em doutor fulano, em doutor sicrano, e nunca votavam em trabalhadores...

(Osvaldo Marques de Oliveira)"

A abertura da campanha eleitoral no seio dos trabalhadores foi feita pelo governador Juracy Magalhães em abril. Em matéria estampada no jornal A Tarde, o governador ataca dirigentes operários, chamando-os de "comunistas", mas, poucos dias depois, voltaria atrás, negando a acusação."

Com o desmentido, as coisas se acalmaram. Em junho, contudo, é o próprio jornal A Tarde que volta à carga, tendo em vista a recente semana de atividades promovida pelo SINDIPETRO, por ocasião da posse dos novos dirigentes". Estes porém negam a caracterização do ato e de seus pronunciamentos como comunistas.

Em fins de maio, era criado o Conselho Sindical na Bahia. Em matéria publicada um mês depois o vespertino assinala que

...espera poder em breve tempo deixar a classe operária em melhores condições de escolher os candidatos aos cargos eletivos, afastando-os de uma vez por todas, de falsas doutrinas que só têm a finalidade de desempregá-los.

Em julho, volta o episódio da acusação. Mario Piva condena o pronunciamento do governador. Dois dias depois, Mário Lima responde a Juracy. O discurso do presidente do SINDIPETRO é duro, não admitindo "lições nacionalistas de quem não tem condições de dá-las". Critica seus anos de governo e sua fobia anticomunista que o faz enxergá-los onde "não existem".

A questão das candidaturas dos petroleiros, porém, só viria a público nos fóruns do sindicato e, em setembro. O próprio vice-presidente, Manoel Pinheiro, na ocasião, considera que foram feitas "muito em cima". O lançamento se deu em assembléia através de uma intervenção de Osvaldo:

Nosso órgão de classe como vanguardeiro do movimento sindical da Bahia e porque não dizer nacional, não podia ficar alheio à política, pois devíamos nos movimentar e indicar um representante da classe às Câmaras Legislativa Estadual e Federal. Era a hora do trabalhador procurar um representante nosso."

A proposta foi votada e aprovada por unanimidade.

Em 27 de setembro, Mário Lima faz, em assembléia, um discurso de candidato: diz que não se devia abrir mão das conquistas mas para exigir se devia "produzir o máximo" para a "empresa de todos os brasileiros, que portanto tínhamos um dever moral de preservarmos".

Neste mês, O SINDIPETRO Jornal nº 20, em editorial, destaca o "ineditismo" da experiência, a necessidade de modificar o Congresso Nacional que tem sido "o refúgio dos que se esforçam para manter a atual situação brasileira nos limites de uma nação sub-desenvolvida". As candidaturas de Mário Lima e Wilton Valença seriam um protesto contra o estado de coisas, a garantia de novas perspectivas e novas soluções para os problemas brasileiros, além do desejo manifesto dos trabalhadores terem seus próprios representantes.

O jornal publica, também, o manifesto intitulado "Porque somos candidatos". Osvaldo revela que Mário Lima fez um pacto com Wilton Valença e, já que tinha maiores possibilidades de obter votos em função da greve, saiu como candidato a deputado federal.

Pouco antes da eleição, o jornal A Tarde, governista, ataca a 1º. Semana do Petróleo, promovida pelo SINDIPETRO, considerando-a como de "doutrinação comunista". E ainda às vésperas das eleições, divulga uma lista de candidatos supostamente comunistas, entre os quais estavam os dois candidatos dos petroleiros: Mário Lima, candidato a deputado

federal, e Wilton Valença, candidato a deputado estadual. O jornal denuncia os candidatos que se dízem operários e "nacionalistas" mas, na verdade, "são apoiados pelos comunistas".

Nesse dia e no anterior às eleições, contudo, é divulgada no mesmo jornal, a propaganda eleitoral: "Para deputado federal Mário Lima Nº 424, um operário da PETROBRÁS, presidente do Sindicato". Os dois candidatos dos petroleiros foram eleitos, assim como outros trabalhistas, nacionalistas e progressistas. Mario Lima obteve 15.000 votos e o governador eleito foi Lomanto Júnior.

Os mandatos parlamentares dos presidentes dos sindicatos dos petroleiros foram articulados com as suas atuações na categoria. Mário Lima teve o seu interrompido pela cassação que sofreu com o golpe militar, voltando ao parlamento e ao sindicato na década de 80. Wilton Valença cumpriu seu mandato até o fim. Na opinião de alguns entrevistados, pode ter contribuído para isto a influência de Luiz Viana, embora ele e o restante da diretoria do Sindicato da Extração tenham sido cassados.

As eleições fortaleceram a esquerda, os setores nacionalistas e trabalhistas, porém, revelaram também a influência do IPES/IBAD, da CIA e da Ação Democrática Parlamentar no financiamento de candidatos conservadores e do bloco associado ao capital.

Wilton Valença não viria a ser um deputado muito atuante na Assembléia Legislativa. Mesmo assim, em abril de 1966, foi eleito 3º suplente do 4º secretário da mesaº. A partir de 30 de novembro de 1964, participa da Comissão de "Constituição e Justiça". Durante o seu mandato, são registrados apenas dois discursos realizados na tribuna daquela casa: um, comentando as declarações do ministro da Fazenda em São Paulo, negando ser favorável à extinção da estabilidade dos trabalhadores, o que "veio aliviar a tensão dos trabalhadores baianos particularmente os pioneiros da indústria do petróleo"; e outro, externando a preocupação dos bancários baianos com demissões na Guanabara, falando ainda do horário dos bancosºº.

Apenas doze dias depois do Exército retirar-se da Refinaria Landulfo Alves e do TEMADRE, depois de aniquilar a resistência dos trabalhadores, Wilton Valença já voltava a comparecer à sessão da Assembléia Legislativa, a quinta após o golpe de 31 de março de 1964. Na oportunidade, o deputado petroleiro teve que escutar várias moções de aprovação ao golpe de 64. Em 29 de novembro de 1965, assina moção de congratulação pela visita do General Agnaldo José Sena Campos, presidente do IBGE.

Mário Lima, na Câmara Federal, registrou, nos seus dois anos de mandato, 9 pronunciamentos, particularmente em defesa dos petroleiros, dos trabalhadores e do governo João Goulart, além do combate aos ataques que os nacionalistas

sofriam dos meios de comunicação. Em 12 de dezembro de 1963 faz um pronunciamento criticando o jornal O Globo por defender funcionários da PETROBRÁS que foram afastados de seus postos de direção por incapacidade manifesta, e, em alguns casos, até por desonestidade. Foi ainda vice-líder do PSB e titular das Comissões de Saúde, de Trabalho, e do Vale do São Francisco.

Fez seu último pronunciamento, antes da cassação, em 19 de março de 1964, congratulando-se com o presidente da República pela encampação das refinarias particulares e afirmando esperar que em breve fossem baixados decretos tornando monopólios do Estado a indústria petroquímica e a atividade de petróleo e derivados em todo o país.

Existiram outras experiências políticas ligadas ou próximas ao SINDIPETRO. Nas eleições de 62, os petroleiros apoiaram Alfredo Serra, candidato derrotado a prefeito de Candeias e o diretor da entidade Crispim Hipólito ficou como suplente de vereador por aquela cidade. O advogado Walter da Silveira, segundo Osvaldo, teve a pretensão de se eleger vereador com o apoio dos petroleiros, não obtendo sucesso.

Após a eleição, A Tarde intensifica sua campanha contra "os comunistas na PETROBRÁS", particularmente tendo como alvos Mário Lima e o novo superintendente da Refinaria, Jairo Farias". Segundo o vespertino:

Este concita a todos os companheiros operários e técnicos que aconselhem e esclareçam os que caem nos 10 pontos de indisciplina acima descritos por ignorância, mas que denunciem através de seus chefes ao companheiro superintendente, todo aquele que se caracterize com indisciplina consciente ou recalcitrante".

Para esta campanha difamatória, o jornal utilizou o conteúdo ideológico da Revista de Mataripe e, mais tarde, o episódio em que panfletos estudantis foram achados nas dependências da empresa. Entre o final de novembro e princípios de dezembro, publica uma série de artigos intitulados de "O Soviete de Mataripe" e ataca Mário Lima:

Se este presidente de sindicato que se jacta de manter nos cargos, enquanto seja de seu agrado, os dirigentes da PETROBRÁS, julga que intimida, com sua linguagem insolente, engana-se. Sabemo-lo um aproveitador dos trabalhadores.

O ano se encerra com o reconhecimento público, por Francisco Mangabeira, de que a despesa com pessoal da PETROBRÁS aumentou de 750 milhões para 2,5 bilhões de cruzeiros entre os anos de 1961 e 1962, em virtude do acordo coletivo e do acordo feito perante a Justiça do Trabalho. Os petroleiros baianos atravessavam o auge da valorização de seu trabalho.

#### NOTAS AO CAPÍTULO 9

- 1 Assembléia geral de 21.11.61, na sede da Federação dos Trabalhadores na Indústria, na Rua Guedes de Brito, localizada no Centro Histórico de Salvador
- 2 Livro de Atas de Assembléia do SINDIPETRO, p. 50.
- 3 Livro de Atas de Reuniões da diretoria do sindicato, p. 34 e 34B.
- 4 Em 09.12.61, são 10 os presentes: em 10.12, 9; em 11.12, 78; em 12.12, 68; em 13.12, 77; em 14.12, 59; em 15.12, 50; em 16.12, 51; em 17.12, 7; em 18.12, 52; em 19.12, 28; em 20.12, 41; 21.12, 20; em 22.12, 20; em 23.12, 11; em 24.12, 4; 25.12, 5; em 26.12, 21; em 27.12, 15 em 28.12, 25; em 29.12, 22;30.12, 6,31.12, 5; em 01.01, 7; em 02.01.62, 8 presentes. Dados de um dos livros de comparecimento de associados em assembléias do sindicato.

Nas assembléias dos dias 03, 04 e 05 de janeiro/62, os presentes foram respectivamente, 97, 03 e 86 associados. Em ouro livro de presença é registrado o número de 295 associados na assembléia do dia 04, sendo que as "assembléias gerais permanentes" do período da greve teriam tido o seguinte comparecimento:

07.01, 168 presentes; 08.01, 1028; 09.01, 599; 10.01, 716; 11.01, 588; 12.01, 231; 13.01, 561; 14.01, 456 e 15.01, à zero hora, 120 presentes.

Nos dias 12 e 13, foram realizadas duas assembléias tendo elas, respectivamente, 379 e 631 presentes.

- É de se supor que a questão do 13° salário, ou abono de Natal como era chamado na época, não mobilizasse os petroleiros, uma categoria que auferia vantagens semelhantes. A repressão estabelecida sobre o movimento grevista em São Paulo foi uma das maiores que se tem notícia no país. Foram presos mais de 5.000 trabalhadores e dirigentes sindicais. Embora com esta operação de guerra, a greve ainda alcançou aproximadamente, 100.000 trabalhadores (Dados de Márcia Paula Leite, op.cit.).
- 06 Assembléia de 26.01.62 (Livro de Atas do SINDIPETRO).
- 07 Entrevista com Wilton Valença da Silva, já citada .
- 08 Livro de Atas de Assembléia do SINDIPETRO, p. 60.

- 09 Jornal A Tarde, 08.10, p. 19.
- 10 A divergência, nesse caso, se deu por erro na numeração dos presentes, que era feita após as assembléias.
- 11 Segunda entrevista de Mário Lima, em 27.10.89, já citada.
- 12 A Tarde, 08 jan. 1962, p. 1.
- 13 A Tarde, 08 jan. 1962, p. 1.
- 14 A Tarde, 09 jan. 1962, p. 1.
- 15 A Tarde, 11 jan. 1962, p. 1.
- 16 Entrevista com Wilton Valença da Silva, já citada.
- 17 Entrevista com Jair de Brito, já citada
- 18 Divulgado pelo Jornal A Tarde, 10 jan. 1962, 1º página.
- 19 Idem.
- 20 Idem.
- 21 A Tarde, 10 janeiro 1962, 1º página
- 22 Jornal A Tarde, 12 jan. 1962, p. 3, matéria: "PETROBRÁS: um bahiano na lista de 5 nomes".
- 23 Era suspenso o trabalho aos sábados para os que não eram do urno. O horário da administração em Candeias passou a ser das 7:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:45 horas. Para Salvador, ficou valendo das 7:15 às 11:45 e das 13:15 às 18:00 horas.
- 24 Jornal A Tarde, 15 fev. 1962, p. 2, matéria: "Modificações na PETROBRÁS".
- 25 A Tarde, 21 fev. 1962.

- 26 A Tarde, 26 mar. 1962, p. 4; 27 mar. 1962, p. 3; 5 abr. 1962 e 9 abr. 1962, p. 3.
- 27 Primeira entrevista de Mário Lima, 17/07/82, já citada.
- 28 Entrevista com Estanislau Villa, já citada.
- 29 Assembléia de 16.07.62, na Federação dos Trabalhadores nas Indústrias, que consta do Livro de Atas do SINDIPETRO.
- Na verdade, a votação alcançada pela chapa encabeçada por Mário Lima foi em torno de 89% dos votos válidos, sendo 936 votos para a sua chapa, 97 para a 2° e 13 para a 3° chapa.
- 31 A posse foi no ginásio do ICEIA e saiu no jornal A Tarde, 06 de abr. 1962, p. 6.
- 32 A última assembléia, sob a direção da diretoria de Osvaldo, ocorre no dia 21 de abril, na Associação dos Empregados do Comércio, e em caráter ordinário. Destina-se a aprovar o relatório de atividades do exercício de 1961, previsto pela CLT.
- 33 As edições do jornal foram nos dias 07, 11 e 14 abril; 01, 08 e 26 maio; 06,07, 09 e 18 junho de 1962.
- 34 A Tarde, 18 de jun. 1962, p. 6.
- 35 Livro de Atas das reuniões da Diretoria, p. 41 a 43b.
- As matérias saem nos dias 25 de maio, p. 2; 05 de junho, p. 3; matéria "O subsolo da crise": 01 de junho, p. 3; 04 de junho, p. 2 e 3; 05 de junho, p. 3; matéria: "Crise e escândalo editorial; 07 de junho, p. 3, matéria paga por Brizola; e no dia 11 de junho de 1962, p. 3, onde Mangabeira considera a "crise superada" (aspas do autor).
- 37 A Tarde, 28 maio 1962, p. 3.
- 38 A Tarde, 26 maio 1962, p. 3.

- 39 Publicado em A Tarde, p. 2 e já anunciado nas edições de 26 de maio e 01 de junho 1962.
- 40 Grifo do autor.
- 41 Entrevista com Nemésio Salles, concedida ao autor, e já citada.
- 42 A votação foi significativa: 174 X 110.
- 43 A edição do Jornal O Estado de São Paulo é de 06 de julho de 1962, citada por Márcia Paula Leite, op.cit.
- 44 A votação foi ampla: 215 X 58.
- 45 A plataforma completa está no trabalho de Márcia de Paula Leite, op. cit., p. 142-148.
- As informações são do jornal O Estado de São Paulo do dia 15 e 16 de setembro de 1962, citado por Márcia Paula Leite, op.cit. Na edição do dia 15 set., p. 1 e 3, o Jornal A Tarde dá outras informações, além de estampar em manchete: "Eclode a Greve Geral no País". Foi um movimento com insignificante participação da Bahia, onde, em termos de petroleiros, apenas se sabe da nova paralisação das refinarias de Manguinhos e Duque de Caxias.
- 47 Márcia de Paula Leite, op. cit., p. 149-150.
- 48 Entrevista com Nemésio Salles, concedida ao autor e já citada.
- 49 SINDIPETRO Jornal, set. 1962.
- 50 As declarações de Juracy Magalhães foram divulgadas pelo Jornal A Tarde nos dias 04 abril, p. 6, e 11 abril de 1962, p. 3.
- 51 A edição de A Tarde foi a do dia 18 abril de 1962.
- 52 A matéria foi de A Tarde foi "O Conselho Sindical está em atividade" do dia 22 de junho de 1962.

- 53 A matéria de A Tarde saiu no dia 17 de julho de 1962, sob o título "Ofensas aos trabalhadores".
- Sai publicado no jornal A Tarde, edição de 19 de julho de 1962, p. 2.
- 55 A assembléia foi realizada no início de setembro de 1962.
- 56 A matéria é o "Alertas democrata" e saiu na edição do jornal A Tarde do dia 05 de outubro de 1962.
- 57 Na lista de deputados federais, esta Mário Lima no 2º lugar, enquanto na dos estaduais é Walter Valença que vem encabeçando. Ainda estão incluídos nomes como o de Waldir Pires e Osório Vilas Boas, candidatos, respectivamente, a governador e prefeito.
- 58 Contudo, enquanto o SINDIPETRO teve decretado o ato de intervenção imediatamente em 07 de abril de 1964, a assunção do interventor do Sindicato de Extração só foi publicada no Jornal A Tarde, em 18 de novembro de 1964.
- 59 A eleição da nossa ocorreu em 06 de abril de 1964, sendo Valença eleito com 43 votos, e havendo 14 em branco.
- 60 Os discursos ocorreram nos dias 17 e 18 de fevereiro de 1966.
- 61 As matérias de A Tarde em 1962, tinham os seguintes títulos: "O soviete de Mataripe", em 30.11; "Além da tolerância", em 04.12; "Pegados pela goela", em 13.12; "A opinião pública não quer o comunismo na PETROBRÁS", 07.12, p. 3; no dia 08.12, p. 2, destaca a repercussão de "O soviete de Mataripe na imprensa paulista"; na p. 3, a "Reação da assembléia à insignificante minoria bolchevista". Em 10.12, p. 5, é publicado o artigo de Governo Machado sobre a pretensa "cubanização da PETROBRÁS"; em 17.12 p. 2, o diretor Cruz Rios que escreve sobre "quem manda na PETRÓBRAS"; em 18.12 p. 3 "Católicos protestam contra invasão vermelha na PETRÓBRAS". Na oportunidade, o jornal das elites já utiliza os temas básicos que seriam usados no golpe contra o regime. Segundo Nemésio Salles, Jairo Farias havia contratado Milton Carvalho Silva para a sua assessoria de imprensa. Este passou a editar a Revista de Mataripe que, já nos seus dois primeiros números, despertara a indignação do jornal.
- 62 Jornal A Tarde, 08.12.1962, p. 3.

### CAPÍTULO 10

## O REDIRECIONAMENTO DA POLÍTICA DO GOVERNO JANGO

# 10.1 O PLANO TRIENAL DE GOVERNO E O SEU AFASTAMENTO DOS TRABALHADORES

Os primeiros anos da década de 60 apresentaram uma aceleração do processo inflacionário. De 57 a 59, a inflação totalizava 22,7%, passando para 52% nos anos 60 a 63. A economia decrescia em termos de taxa de crescimento. Para se ter uma idéia, esta foi em 1961, de 7,7%, em 1962 de 5,5%, e em 1963, de 2,1%. Em contrapartida, a participação dos trabalhadores nas greves crescia: em 1960 — 1,5 milhões; em 1961 — 1,6 milhões; em 1962 — 2 milhões.

A aliança de Jango com os trabalhadores, representados pelos sindicatos, fortalecera a esquerda, os nacionalistas e progressistas no interior do aparelho sindical. Os sindicatos, em compensação, passaram a assumir as lutas políticas, sejam de conteúdo democrático e nacionalista, ou reivindicando as reformas de base, tudo isto porém, permeado por inúmeros movimentos de caráter econômico.

O plebiscito do dia 6 de janeiro de 1963 representou expressiva vitória de Goulart e dos segmentos do bloco das reformas de base. A opinião vigente na época, nos setores populares, era que, para conquistar essas reformas, deveria ser vencido o obstáculo parlamentarista. Por isso, o plebiscito favoreceu, amplamente, o presidencialismo, onde o mais alto mandatário do país parecia pessoalmente comprometido com os sindicatos e as reformas de base.

Mas, após o plebiscito, a ação de Goulart foi outra. Retorna o antigo Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado, agora também com a colaboração de San Thiago Dantas, e a aproximação com os trabalhadores e o bloco das reformas de base é substituída pelas tentativas de aliança com setores moderados, de centro e conservadores.

O plano em questão se traduzia em alguns objetivos básicos a serem buscados, tendo em vista a estabilização econômica e política, superando a instabilidade do período parlamentar: a recuperação das taxas de crescimento, a redução do processo inflacionário e do "custo social do desenvolvimento" através da distribuição da renda, o aumento da produtividade do conjunto da economia, do investimento na educação e saúde públicas, em pesquisa e tecnologia. Como

tarefas, exigia o refinanciamento da dívida externa, a redução das desigualdades regionais, assegurar ao governo uma unidade de comando e eliminar os entraves institucionais ao desenvolvimento, como a estrutura agrária.

Apesar de conter algumas questões de interesse das reformas sociais preconizadas pelos segmentos nacionalistas, populares e autênticos, a prioridade do combate à inflação atacava os aumentos salariais. Já a relação com os credores externos era tida como uma conciliação com o imperialismo.

Do ponto de vista de solucionar os problemas econômicos em que vivia o país, o Plano Trienal insuficiente e contraditório, partindo de uma concepção economicista. Entre os problemas do país, alguns eram históricos, estruturais, ou relativos ao próprio modelo de desenvolvimento. Além disto vinham, desde o final da guerra, recebendo um tratamento que enveredava pelo caminho politização. Agravaram-se desde a renúncia de Jânio Quadros, inserindo a política como terreno privilegiado para onde convergiam as tensões sociais. Havia dificuldades de tratá-los como questões econômicas, em função do peso específico dos atores. Agravava ainda a situação, a presença dos militares na solução das crises institucionais, durante todo o período institucional que se sucedeu ao Estado Novo.

Ao encaminhar o corte de subsídios, o governo provocou aumentos de até 40% nos preços do pão e combustíveis,

encarregando-se os intermediários de fazer o repasse para os consumidores nos itens transporte e alimentação. Por outro lado, a política de conseguir novos empréstimos no "mundo ocidental" (traduzindo-se, EUA) levava à continuação da sangria, uma vez que significativa parte dos rendimentos em moeda estrangeira seria desviada para a remuneração dos serviços estrangeiros. O governo Jango era refém da política de "estabilização" celebrada pelo FMI com o ex-presidente Jânio Quadros, que suspendeu os subsídios e unificou o mercado cambial, o que causava dificuldades à melhoria da balança de pagamentos e aos produtores, para a exportação.

Nesse período, ocorre o afastamento entre o governo e os sindicatos, que foi assim expresso por Márcia de Paula Leite:

Embora o movimento sindical continuasse apoiando Goulart no enfrentamento com a direita, a tentativa governamental de procurar a estabilidade política aproximando-se das classes dominantes e de resolver crise econômica através de medidas que não contemplavam as propostas dos sindicatos, levam Goulart a afastar-se dos setores nacionalistas e do movimento sindical, os quais responderam de forma crítica às propostas governamentais. Apesar de não ter chegado a romper abertamente com o presidente, o movimento sindical manteve-se numa independente com relação ao governo, recusando-se a aceitar suas propostas econômicas, ao mesmo tempo em que intensificava seus esforços no sentido pressioná-lo para o atendimento das estruturais do país. reformas

O ministério formado por Jango com o fim do parlamentarismo era composto de vários políticos do PSD, e até Amaury Kruel, (um militar considerado "duro") como ministro da Guerra. Porém, contemplava na pasta do Trabalho Almino Afonso,

nacionalista e líder da bancada do PTB na Câmara. No entanto, em meados de fevereiro, ocorre o primeiro furo à contenção salarial no caso aos trabalhadores do gás e iluminação do Rio e São Paulo, onde o governo não conseguiu evitar a greve por mais tempo.

Brizola ataca o Plano Trienal e a incapacidade do Congresso de atender os anseios da população, promovendo as reformas de base. O acordo de Dantas nos EUA produziu poucos resultados. De novos investimentos, viriam apenas 398,5 milhões de dólares mas só liberavam 21% do total a partir de junho (U\$ 84 milhões) sendo embutidas no acordo, compras na American & Foreign Power - AMFORP, de U\$ 34 milhões até 1° de julho. O restante do dinheiro dependeria do comportamento da economia.

O aumento da independência dos sindicatos em relação a Goulart faz com que este retire o apoio ao CGT e tome medidas para enfraquecê-lo. Passa a incentivar a UST - União Sindical dos Trabalhadores e propõe a aquele a criação legal da Confederação Geral dos Trabalhadores visando o seu enquadramento. A UST, porém, não tinha nem de longe a força do CGT, fazendo Goulart desistir desta política no segundo semestre. Quanto à institucionalização, foi recusada pelo CGT em função das restrições de ordem organizativa e de mobilização.

O ministro Almino Afonso, designado em função de se ganhar tempo para a aplicação do Plano Trienal, logo passou a

engrossar as críticas feitas pelos sindicalistas, o que fortaleceu o CGT, além de incentivar a discussão da CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas. As tentativas de Goulart de substituí-lo contaram com a hostilidade dos sindicatos. Só em junho, com a mudança de todo o Ministério, é que ele pôde afastar Almino Afonso do governo.

O episódio do Congresso de Solidariedade à Cuba que seria realizado no Rio de Janeiro, criou condições para um importante conflito entre Jango e o bloco das reformas de base. O governador Carlos Lacerda precipitou a crise com um duro pronunciamento na TV, contra o evento envolvendo o presidente. Os sindicatos, então, realizam pressão sobre Goulart no intuito de que este intervisse no Rio de Janeiro e garantisse o evento.

Goulart recomenda ao ministro da Guerra, Amaury Kruel, que organizasse um ato anti-Lacerda que resultou numa manifestação esvaziada, sem a participação dos sindicatos e setores populares, trabalhistas e progressistas. O CGT, buscando dar uma demonstração de força, alia-se à UNE, à FPN - Frente Parlamentar Nacionalista e ao General Osvino Silva para organizar um ato de desagravo ao Presidente.

Em 7 de abril, o general comandante do 1º Exército profere um discurso na solenidade do aniversário do Batalhão de Guardas, criticando os inimigos das instituições que impedem o governo de trabalhar, defendendo as reformas de base e

anunciando que daria garantias para que o povo se reunisse em praça pública.

Ante a ameaça do ministro de Guerra de punir o Comandante do 1º Exército, Jango pede à CGT a limitação dos objetivos do comício às causas democráticas e nacionalistas, não adotando o caráter anti-Lacerda, além do adiamento do ato para depois da Semana Santa. O CGT, no início, mantém a posição mas consultando a UNE, a FPN e a UBES, marca a concentração para 11 de abril, lançando comunicado onde ameaçava a Greve Geral contra qualquer tentativa de golpe.

A manifestação não aconteceu com este caráter, todavia, no dia marcado (11/04), os parlamentares da FPN criam, junto com os setores sindicais e estudantis, o Conselho Coordenador da Unidade Parlamentar-militar-sindical e estudantil, com dois representantes de cada setor e o deputado sargento Garcia como representante dos sargentos. Ao tempo em que o ato acontecia, suas entidades componentes, FPN, CGT e UNE, fizeram uma manifestação em homenagem ao General Osvino Alves, sendo distribuído, então, um Manifesto dos Sargentos. Na ocasião, o subtenente Gelcy Rodrigues Correia se pronunciou afirmando que os militares poderiam "fazer reformas com o povo".

O General Amaury Kruel recomenda aos comandantes dos 4 exércitos a punição a todos os militares que venham a cometer crimes contra o Estado e a ordem político-social, determina instalação de inquérito policial-militar para apurar os fatos ocorridos na manifestação do dia 11 de abril e expede ordem de prisão para o subtenente e o general da reserva, que haviam participado do comício.

Era período de fixação do aumento dos funcionários civis e militares, que merecia o apoio do CGT, assim como do projeto do governo de emenda ao artigo 141 da Constituição que propunha a indenização das desapropriações de terras em apólices do governo e não em dinheiro. Mas em 26 de março, oficiais das três armas repudiam a intervenção do CGT e de Brizola nos protestos dos servidores contra o aumento de 40% dos salários, quando exigiam 70%.

10.2. O "ENQUADRAMENTO POLÍTICO" DO SINDIPETRO E

A ELIMINAÇÃO DO CAMPO À DIREITA NA

DIRETORIA

O Sr. Luciano Campos indagou ao companheiro Mário Lima se este se dava por satisfeito com a administração do Sr. Jairo Farias, tendo em vista que, ao seu ver, o referido senhor vem saindo de sua imiscuindo-se esfera sindical. esfera, na disse o companheiro presidente, que resposta lamentava não poder concordar com o dirigente Luciano Campos, uma vez que este não estava sendo feliz em suas assertivas contra o Superintendente. O 2º secretário, Luciano Campos, voltou a afirmar que o Sr. Jairo Farias era ponto de discórdia entre os dirigentes sindicais, apoiando medidas que visavam a divisão da classe... nossas discussões tem sido todas em torno do Sr. Jairo Farias.

O ano se inicia com o aprofundamento das divergências entre o campo à direita e o "grupo de Mário Lima", que contou com a apoio da esquerda. A polêmica ultrapassava os limites da Refinaria Landulpho Alves, uma vez que suas teses (combate a Mário Lima e a Jairo Farias) tendiam a se aproximar da questão que, cada vez mais, ia assumindo o centro da conjuntura: o conflito entre o campo nacionalista-trabalhista e de esquerda, de um lado, e os segmentos conservadores e seus aliados do outro, o que seria resolvida em abril de 64.

3

Com isto. não queremos dividir campos do os SINDIPETRO em funcão do aue ocorria na conjuntura. aproximação dos petroleiros da Bahia das teses nacionalistas. trabalhistas ou de esquerda correspondia, em linhas gerais, às correntes que existiam no SINDIPETRO. O exemplo da greve de janeiro de 1962 mostrava que a adesão não era automática. Os fundadores do SINDIPETRO, num primeiro momento, se aproximaram das teses trabalhistas-qetulistas; e, num segundo momento, se movimento regionalista, caminhando acercaram do para posição nacionalista quando esta qanhou força e evoluiu para o centro da conjuntura. As condições da criação e desenvolvimento da empresa em que trabalhavam, e a estratégia sindical adotada levavam a que assimilassem com maior facilidade estas posições quando o contexto vigente no país se mostrou favorável.

Nas assembléias e reuniões do SINDIPETRO-Bahia, não encontramos posições que somassem ao lado do sistema de poder na refinaria ou contra as reivindicações dos operários. Mais tarde, aliás em 1968, seria o próprio Luciano Campos quem protagonizaria o episódio da greve de fome que ocasionaria a segunda intervenção no sindicato.

No entanto, as divergências internas que se polarizam durante o curto período em que Luciano Campos, Verdi Plesch e Gildásio Lopes pertenceram à diretoria (de junho de 62 a janeiro de 63), em relação ao controle dos gastos do sindicato e à posição do mesmo com referência à superintendência de Mataripe, levaram a maioria da diretoria de então a aplastrálos da condição de dirigentes sindicais.

O móvel para esse afastamento foi a publicação do nº 22 do SINDIPETRO Jornal onde se atacava a administração da Refinaria, além de se arrolar uma série de problemas ainda não resolvidos pela mesma. Um abaixo-assinado, aparentamente estimulado pela diretoria, se constitui no instrumento de convocação de uma assembléia para discutir a situação do sindicato.

A edição de n°22 do jornal não pôde ser distribuída na Refinaria, embora A Tarde diga que o SINDIPETRO Jornal foi retido por ordem de Jairo Farias "em vista das opiniões contidas no mesmo, contrárias à orientação dominante".

Sem tomar conhecimento de todos os fatos, A Tarde acusa a direção da refinaria de "excesso de autoridade, um abuso de poder que cheira a mentalidade policialesca", fazendo correlação com um Estado socialista e as sociedades democráticas no clima da época.

A reunião da diretoria do SINDIPETRO, que ocorre no dia seguinte, não deixa margem a dúvidas. À acusação de manipulação de Mário Lima em relação à saída do jornal, ele confirma que reteve o jornal "até o julgamento da Assembléia".

Mário Lima denuncia ainda a existência de pessoas preparando uma nova chapa e de não ter sincronia com as mesmas. Gildásio Lopes nega a existência da chapa. Mário Lima é ainda acusado de esconder informações de parte dos diretores, de só se sentir bem com os que "se moldassem ao que ele quisesse", e de desvio de Cr\$ 102.000,00 do sindicato, para a sua campanha, em refeições. A última denúncia é confirmada por Mário Lima que diz aos diretores "que se trata de uma injustiça porque tem personalidade", sendo reforçado por Osvaldo. Luciano, por sua vez, acusa Jairo Farias de ser o "pomo da discórdia" das divergências entre os dirigentes sindicais, chegando a propor a realização de uma assembléia onde "pedirá a substituição do Sr. Superintendente se este não comprovar suas denúncias desonestas feitas quando da realização do 'churrasco' em Mataripe". A discussão se dá na véspera do plebiscito que retorna o país ao presidencialismo, mas o assunto não é referido nesta reunião.

A diretoria aprova a circulação do SINDIPETRO Jornal de número 22 embora, posteriormente, a publicação seja retida. A edição continha quase três dezenas de problemas vividos pelos operários de Mataripe sob a direção do arquiteto Jairo Farias. Se há questões secundárias levantadas, por outro lado, denuncia emprequismo, "absoluta falta de segurança no trabalho", medidas que levam à criação de castas, precariedade no transporte de operários, falta de garantias de gratificações em caso doenças, atraso na entrega dos gêneros alimentícios no reembolsável, falta de cumprimento de itens do acordo, falta de cuidados em certas áreas como а saúde e sequrança do trabalhador, crítica às condições do refeitório.

O documento, mesmo sendo excessivamente minucioso, é situação libelo contra a em aue se encontravam trabalhadores no início de 63, em pleno pacto populista, mostrando o muito que necessitava ser feito e que não era "grande política" levada efeito pelo contemplado na а sindicato. Mais tarde, alguns dos problemas que levantava aparecem nas reuniões de diretoria'.

O jornal A Tarde do dia 8 de janeiro de 1963, em primeira página, divulga as denuncias do SINDIPETRO Jornal, atacando desta forma a administração da refinaria e os dirigentes do Sindicato a quem chama de

...pelegos que vivem à tripa fora à custa da PETROBRÁS e que assim atestaram o quão pouco lhes importa a sorte dos operários de quem se inculcam defensores, mas que são em verdade, o capital humano que exploram." 3

A matéria ainda acusa os "privilégios dos sindicalistas".

Começa, posteriormente, a correr na base um abaixoassinado para a realização de uma assembléia para "análise da atuação da diretoria". A mesma foi realizada no dia 28 de janeiro de 1963 e foi dirigida pelo próprio Mário Lima.

A assembléia eliminou os diretores Luciano Campos, Verdi Plesch e Gildásio Lopes, respectivamente, 2º secretário, vice-presidente e suplente da diretoria, julgados por "uso indevido da viatura do órgão". É autorizada a convocação dos suplentes para substituí-los.

O jornal A Tarde dá ampla cobertura ao caso e aos dissidentes. Já nos dias que antecederam a assembléia, o jornal cobrava o nome "das pessoas que estão sendo apontadas como ligadas a grupos econômicos dentro da entidade" assim como "um estudo minucioso do que tem sido a ação do Sr. Jairo Farias". No dia da assembléia, anuncia que serão eliminados como sócios do sindicato os "que não concordam com a sovietização que se vem imprimindo ali".

Na assembléia, foram aprovados instrumentos que permitiriam à esquerda ganhar espaço dentro do sindicato". No dia posterior à assembléia, o vespertino A Tarde afirma:

:

Não foi possível aos operários que não rezam pela mesma cartilha usada pela direção do Sindicato externar os seus pontos de vista. Todas as vezes que isso acontecia levantavam-se vozes em altos brados, pedindo a identificação de quem desejava usar a palavra procurando investigar qual unidade em que trabalhava, há quantos anos estava a serviço da empresa e o serviço pelo mesmo desempenhado. Houve coação de todas as formas, só sendo permitido falar aqueles já anteriormente designados. Assim não foi possível, nem é provável que os descontentes com a situação possam patentear o que consideram condenável."

Pelas informações de A Tarde fica difícil avaliar realmente a assembléia, pois sequer fornece seu resultado. Porém, como se trata do único documento que se conseguiu levantar sobre o assunto, é possível se pensar que a assembléia deve ter sido agitada, que a platéia teve um comportamento fiscalizador. Não pudemos, porém, ter oportunidade de verificar se foi dado amplo direito de defesa aos três diretores.

Os dissidentes apelam para a Delegacia Regional do Trabalho para a sua recondução aos cargos, sendo que a diretoria apresenta ao órgão as razões da eliminação dos diretores no início de abril. O documento de 13 páginas versa sobre os seguintes itens: estatutos, o recurso do desespero, conduta depravada dos diretores destituídos, espírito de discórdia nocivo à classe, confundir para levar vantagens, atentado contra a empresa, certidão adornativa apelando para que o Delegado faça justiça".

No dia 18 abril, A Tarde, à página 6, comunica a decisão do Delegado a favor dos dissidentes, determinando as suas reintegrações nos postos. O vespertino diz que já havia

previsto a derrubada dos atos ilegais e compara a assembléia com os "julgamentos cubanos".

Pouco depois, a diretoria faria um recurso para o ministro do Trabalho e uma campanha dirigida aos sindicatos baianos, que se iniciava com o pedido de apoio contra o ato do representante do ministro do Trabalho na Bahia.

No dia 30 de abril, à página 6, o jornal acusa Mario Lima de não querer cumprir a decisão da DRT como já havia feito em maio de 62 quando por ocasião da apuração das eleições do SINDIPETRO.

Embora não tendo conseguido acesso ao recurso dos diretores afastados, colocamos aqui suas razões, expostas ao ministro do Trabalho em função do recurso da diretoria:

No exato momento em que os suplicantes recorreram daquela injusta e ilícita decisão que os destitui dos seus cargos, afirmaram, perante o honrado e ilustre Delegado do Trabalho, que jamais se viu, na vida sindical brasileira, procedimento mais irregular, mais ilegítimo, mais incorreto e mais ilícito.

Neste ensejo, oportuna é a retificação de tais conceitos, do mesmo modo que merecem ser reiteradas razões, então produzidas, todas as recorridos. Mas um registro especial se impõe: o da que causa estranheza a revoltante leviandade daqueles que, criminosamente e num inglório alheia, investem contra honra propósito, а difundindo injúrias veiculando difamações, propagando calúnias. Aliás, para caso, propagando calunias. Allas, para o caso, a explicação talvez esteja na sabedoria do adágio oriental ao admitir que certos tipos de homem quando perdem a razão, usam os pés. É a conclusão a que se chega daquelas "ala" de folhas 33/42, preparadas para servirem de instrumentos da mais vil falsidade. Forjados na tenda da insinceridade com o objetivo de tirar proveitos escusos, induzindo em erro terceiros de boa fé, tais peças não honram os seus autores, antes o contrário.

Daí porque levaram os recorridos protestos veemente contra tão ilícitos expedientes, embora constituam as referidas atas no caso e com o óbvio documento particular sem nenhum valor probante. Documento forjado, rediga-se, pela própria parte interessada, trazendo em todo o seu conteúdo falsidades, não prova em seu benefício. Aliás esta é a interpretação que dilui do artigo 131 do Código Civil Pátrio. Realmente o documento particular não prova em favor de quem o apresenta, ficando o interessado obrigado a comprovar as declarações que no mesmo contem.

É a lição dos tribunais. São os ensinamentos dos doutores. João Monteiro em poucas palavras sintetizou, com muita argúcia o problema ao afirmar:

"O instrumento particular não prova a favor de quem o fez ou apresentou em juízo, pois ninguém pode forjar provas em seu benefício."

Desta forma, demonstra a imprestabilidade daquelas falsas provas trazidas pelo Recorrente, já agora nada mais resta contra os recorridos. Daí a improcedência inteira do recurso irregularmente manifestada às folhas 67/70. Em boa verdade sofreram os recorridos a mais torpe traição, como aliás proclama o digno e brilhante prolator do parecer de folhas 60/62.

Diante disso, ao examinar o assunto com a dignidade e com o discernimento que lhe são próprios, o Sr. Delegado Regional do Trabalho não hesitou em aprovar o parecer em foco, anulando a irregular decisão da Assembléia para determinar a reintegração dos ora Recorrentes. Onde então, a procedência do recurso contra aquela judiciosa decisão?

Mas não é só isso. Às folhas 45/47, tal como às folhas 67/70, relatam os seus subscritores, a seu modo, uma série de ocorrências fantásticas, que somente uma imaginação doentia seria capaz de conceber e, vendo (ilegível) no seu delírio mórbido, não esqueceram de investir contra a autoridade Vossa Excelência, senhor Ministro (documento anexo), ou contra imaginária interferência ministerial (sic), tal como o velho D. Quixote se arrojara contra indefesos e inofensivos moinhos de vento.

É o complexo de culpa.

É o desvario ou a insônia ou o desespero dos culpados.

É o eterno sobressalto dos que vivem a margem da lei

Senhor Ministro, reiterando as razões das folhas 4/9, pedem os ora recorridos que Vossa Excelência melhor apreciando o assunto negue provimento ao recurso, para mantida ficar a respeitável decisão recorrida a folha 63.

Justica, Senhor Ministro."

O Ministro Almino Afonso acabou revogando a decisão do Delegado Regional do Trabalho. Mais tarde, porém, em assembléias, voltam a aparecer os nomes dos ex-dirigentes sindicais.

#### 10.3 O "ORIENTADOR" DO SINDIPETRO

Perdi a liberdade dos caminhos ignorados e conheci a dos caminhos iluminados com sinais de trânsito e perfeita organização.

(Plínio José B. de Aguiar)"

No fim de janeiro de 1963, divulga-se na imprensa a chegada de um "orientador" para o Sindicato". O vespertino informa que:

> O fato está relacionado a certas diretrizes ultimamente traçadas por dirigentes daquele sindicato com aquiescência da direção da empresa imprimindo idéias contrárias ao interesse do país em cujo trabalho vem esse moço colaborar como perito.

O orientador de que fala A Tarde era Paulo Josely de Souza, assistente sindical, enviado especialmente pelo Diretor Geral do Departamento Nacional do Trabalho. O objetivo de sua orientação seriam as disposições da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho. O jornal, porém, especula as verdadeiras razões da vinda do referido emissário, já que a DRT local teria técnicos em condição de fornecer a referida orientação.

Sendo ou não verdadeiras as afirmações do jornal, o certo é que vários setores do campo das reformas de base tinham preocupações com algumas atitudes da diretoria do SINDIPETRO-Bahia, que haviam se tornado evidentes desde a greve de janeiro de 1962, particularmente o PCB - Partido Comunista Brasileiro. Posteriormente, Jair de Brito é transferido do Rio de Janeiro para a Bahia, onde passou a integrar a direção regional do PCB no Estado, sendo rapidamente nomeado delegado sindical do SINDIPETRO junto à recém-instalada 1º unidade da indústria petroquímica - a COPEB, atual FAFEN. A influência de Jair de Brito na direção do SINDIPETRO era reduzida, particularmente à medida que a indústria petroquímica e química só iria desenvolver-se no Estado na segunda metade dos anos 60 e na década de 70.

Em 16 de julho, Nemésio Salles, dirigente do PCB no Estado, é designado advogado do SINDIPETRO em reunião da diretoria da entidade em substituição a Walter da Silveira. A nomeação deve-se a vários fatores, entre estes, as escaramuças entre Mário Lima e o Dr. Walter da Silveira, levando a que Mário Lima, na diretoria, já fizesse ameaça no sentido de sua substituição. O sindicato, inclusive, na ocasião contava com mais um advogado. Comentam alguns dirigentes da época que o Dr. Walter da Silveira teria ficado ressentido com a não viabilização de uma sua possível candidatura a vereador apoiada

pelos petroleiros e teria passado a dar pouca importância à categoria.

Na reunião citada, Nemésio já entra com as tarefas de elaborar um anteprojeto de contrato coletivo de trabalho baseado no dos petroleiros do México e de realizar um curso de orientação sindical.

A entrada de Nemésio Salles no SINDIPETRO não pode ser vista como uma determinação partidária estrita. É o próprio Nemésio que afirma:

Essa coisa tem que ser entendida pelos dois lados. O partido tinha uma influência a nível de administração... (Jairo Farias) na época ele convidou para a assessoria dele na RLAM Milton Carvalho... Havia uma confluência de fatores.

E ainda:

Fui procurado por Mário Lima para fazer a defesa desse processo administrativo (o afastamento dos 3 diretores).

Ao entrar no Sindicato em julho de 1963, outras circunstâncias contribuíram para o seu papel de orientador e articulador político. Na época, em virtude da Comissão Paritária de Disciplina, do Manual da PETROBRÁS, e de influencia que o sindicato tinha na empresa, "o trabalho do sindicato era só de orientação... não havia ações". Começou, portanto, a ter uma atuação política embora fosse uma espécie de "homem dos 7 instrumentos".

Para isso, colaborou a política desenvolvida pelas organizações políticas na Refinaria (PCB, AP e PO) de atuar por dentro do Sindicato, na montagem do departamento social e de comunicação, na nomeação de funcionários. A opção ganha significado a partir do espaço aberto pelas resoluções assembléia que afastou os três diretores. Com a presença de Nemésio Salles, o PCB particularmente iria experimentar sensível crescimento na categoria, atraindo diretores como Emanoel Rego e Flordivaldo Dultra, além de inúmeros engenheiros e militantes de base. Em 28 de agosto, o Comitê Estadual do partido aprova a fusão das bases operárias e liberais. desenvolvendo a organização na categoria, que passou a se reunir de forma ampla com engenheiros e técnicos, amigos e simpatizantes, existentes tanto na extração como no refino em Salvador, na Avenida Sete, na casa do próprio Nemésio10.

O crescimento das organizações tendeu a um maior "enquadramento" político do SINDIPETRO Jornal, levando à diretoria a desenvolver uma visão mais abrangente das lutas do Sindicato. Estava no início um processo de construção de um sindicalismo com base em uma estratégia política de transformação da sociedade no sentido dos objetivos da classe operária, apontando para a superação das insuficiências da fases trabalhista, regionalista e nacionalista anteriores. Este processo, porém, dependeria das disputas internas e externas à categoria que viriam a ocorrer e foi abortado pelo golpe de 64.

## 10.4 A CRIAÇÃO DA ASPETRO

3

Eram os dois papas do sindicalismo da Bahia, o Sr. Mario Lima e Wilton Valença. Eu era olhado pelos dois assim como aquele estranho no ninho, né? Aquele cara que quer agradar os dois, e queria pagar o peso deles para no futuro ter peso como hoje nós temos.

(Jair de Brito)"

A instalação da COPEB na Bahia se deu em virtude da proximidade com as fontes de produção e o aumento do mercado regional, mas também como compromisso do governo com o movimento regionalista que reivindicava poder político junto à empresa para promover a industrialização do Estado, uma vez convencidas as elites locais que atendia aos seus interesses O jornal A Tarde expressa esta direção quando por ocasião dos debates para a ampliação do parque petroquímico da Bahia.

A política estatal do petróleo tem, sem nenhuma divida, concorrido para que haja uma maior expansão industrial em todo o território nacional, além de favorecer a implantação de outras atividades.

Para a Bahia, que desfruta de uma situação bastante privilegiada, por ser o único Estado produtor de petróleo comercializável em todo o país a orientação da política estatal - que já deveria abranger todos os setores relacionados com o petróleo - abriu perspectivas bastante animadoras, bastando lembrar a criação da Petroquímica, das fábricas de gasolina natural e de asfalto, dentre outras iniciativas. Se não se podem colocar ao crédito da PETROBRÁS as obras feitas com o dinheiro dos "royalties", a verdade é que a sua mais recente programação de subsidiárias vem ajudando o desenvolvimento local...

Ora, a instalação do conjunto petroquímico em Camaçari forçará a deslocação para aquela região de inúmeras outras indústrias, que nascerão por força daquela nova subsidiária da PETROBRÁS. Assim 6 que já se fala na construção, na Bahia, de uma fábrica de plástico, produto que depende da indústria petroquímica. E outras muitas indústrias virão na Desse modo, novos mercados de mesma esteira. trabalho surgirão no estado. Nesse objetivo, á preciso que os lucros da PETROBRÁS sejam, cada vez mais aplicados, na criação de novas subsidiárias semelhantes às referidas acima. Todas naturalmente, dentro da orientação política estatal do petróleo. A falta de outras indústrias básicas, que tardam a se deslocar para cá é a do petróleo que surge como germinativa e multiplicadora."

O fundador da ASPETRO, Jair Pinto de Brito, já era militante sindical no Rio de Janeiro, na REDUC - Refinaria de Duque de Caxias, antes de ser transferido para a COPEB na Bahia. Aqui, viria a ser membro do Comitê Sindical do PCB. Sua vinda para Salvador tem elementos que apontam para um possível "deslocamento" do partido, no sentido do enquadramento político do movimento, particularmente com o nascimento de um novo sindicato, o que pode ser observado nas suas próprias afirmações:

Minha transferência tem alguma coisa de política no meio, porque aqui na Bahia nós tínhamos dois sindicatos: o Sindicato da Extração e o Sindicato da Destilação e eu era um elemento que a turma achava que tinha muita liderança, sabia conversar, sabia levantar a turma e o nosso sindicato aqui na Bahia, naquela época, 1960 a 1962, época em que cheguei era sindicatos que não tinham um sentido político, tanto que as greves que foram feitas aqui na Bahia, eram greves puramente anti-nacionalistas. As greves de 62 ou 61 - não me lembro bem - que levantou toda a região do petróleo, tanto da destilação, quanto do refino, (refere-se a greve "por Geonísio" de Janeiro de 1962, que parou a área de extração e refinação) foi uma greve para derrubar o ministro Gabriel Passos, que era um ministro nacionalista e a turma não tinha visão nenhuma, só porque o ministro afastou o Sr. Geonísio Barroso que depois da revolução foi um dos diretores da PETROBRÁS. Então essa greve foi justamente para tentar afastar o ministro nacionalista, regional, de caráter puramente regional, sem visão política. Então, em vista disso, eu vim para a Bahia, para minhas atividades profissionais, no sentido também de atuar politicamente no sindicato. Tanto é que, ao chegar aqui entrei logo no Sindicato da Destilação e fui delegado sindical do Sindicato da Destilação do Petróleo."

Em 15 de abril, foi fundada a ASPETRO de forma semelhante ao que aconteceu no SINDIPETRO. Jair de Brito foi eleito presidente, vinha reunindo os trabalhadores no SINDIPETRO que contou com sua ajuda para a criação da nova organização sindical.

A COPEB, inicialmente, foi ligada ao SINDIPETRO, do qual Jair é nomeado delegado sindical para a empresa. O sindicato, havia entrado com pedido de extensão de base junto ao Ministério do Trabalho para a nova indústria sem alcançar sucesso, sendo, mais uma vez, separada uma base do mesmo ramo da produção — o do petróleo e seus derivados petroquímicos e químicos, cuja entidade sindical daria origem ao futuro SINDIQUÍMICA.

A Tarde divulga a assembléia de fundação e informa que os documentos da Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica do Estado da Bahia já deram entrada na DRT".

A assembléia do dia 15 abril realizou-se no refeitório do COPEB - Conjunto Petroquímico da Bahia, presidida por James José de Farias. Na mesa estavam, entre outros, dois representantes do SINDIPETRO: Emanoel Silva Rego (presidente em exercício) e o conselheiro Nilo Calazans.

3

Houve disputa para a 1ª diretoria, concorrendo a chapa encabeçada por Jair de Brito, resultado de uma ampla articulação que envolveu setores sem consistência político-ideológica, segundo o próprio Jair de Brito. A outra chapa era, segundo este, vinculada aos setores reacionários e a Carlos Lacerda, incluindo até o chefe do setor de compras. A chapa de Jair teve 90% dos votos.

### A primeira diretoria ficou assim composta:

#### Diretoria Executiva:

Presidente: Jair Pinto de Brito Vice-Presidente: Fernando Alves Ferreira Secretário-Geral: Gilvandro Pedro de Freitas Silva 1º Secretário: José Américo de Brito Filho

2º Secretário: Brivaldo Bonfim de Oliveira

1º Tesoureiro: Rubens Martins

2º Tesoureiro: Wilson Edmundo de Almeida

Conselho Fiscal: Epaminondas Dias de Oliveira Gervásio Mendes Alberto Souza

Suplentes do Conselho: Armando Paraguassú de Sá Filho Antonio Almeida de Jesus Virgílio Barreto

Suplentes da Diretoria: Claudemiro Grego da Cruz João Paim de Oliveira José Enéas Serafim da Silva Ivan Mendonça Lopes Claudemiro Teixeira de Jesus Edson Ferreira Santos Gileno Rodriques de Campos Sales "

No dia 21 de maio, o jornal anuncia sua sede à Rua Francisco Drumond nº 4, Camaçari." Na verdade, a ASPETRO funcionava na sede do SINDIPETRO na Piedade. A "sede" informada pelo jornal pertencia à delegacia sindical tendo sido construída em um terreno doado pela PETROBRÁS em Camaçari.

# 10.5 A CAMPANHA PELAS REFORMAS DE BASE E O SINDIPETRO

Era o eixo do Partidão e das organizações. (Nemésio Salles)"

Entre abril e junho de 1963, o CGT, a UNE, a FPN, as federações e intersindicais deflagaram uma Campanha pelas Reformas de Base. O CGT encaminha consulta aos comandos estaduais para os sindicatos avaliarem a realização de uma Greve Geral que seria aprovada pelo tempo e no momento em que fosse conveniente, visando conquistar a reforma agrária, disciplinar a remessa de lucros e a supressão, por um ano, do pagamento dos juros da dívida externa.

O movimento era conjugado com questões econômicas como o aumento de 70% para os servidores civis e militares, o salário-família para todos os trabalhadores, o pagamento do auxílio enfermidade, e de aposentadoria nunca inferior ao salário mínimo vigente na região".

São organizadas caravanas a Brasília e entregues abaixo-assinados ao Presidente e ao Congresso, e a greve nacional dos aeronautas e aeroviários quase desemboca na greve geral pelas reformas de base. No entanto, em junho, o movimento arrefece com a mudança geral do ministério de Goulart.

Contudo, não conseguimos achar documentada qualquer discussão no SINDIPETRO sobre este assunto. As duas reuniões da diretoria do período nada comentam sobre a questão. A única caravana que é discutida é a de cipistas para Cubatão e não para Brasília. O livro de assembléias do período de setembro de 62 a março de 1964 se encontra desaparecido e, nas entrevistas com os dirigentes sindicais, este período não aparece em seu imaginário. Porém, já em março, era realizada nos dias 2 e 3, em Santos, a Conferência Sindical Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo. Tem-se notícia da assembléia de 21 de março, realizada na Concha Acústica de Mataripe, sobre aumento salarial.

No período em que se desenvolvia a campanha pelas reformas de base iniciam as notícias da queda de Mangabeira e sobrevêm a inauguração da nova sede do SINDIPETRO, que se dá no dia anterior à importante greve dos aeroviários e aeronautas, que quase precipita a greve geral.

A partir de 62, os petroleiros passam a reunir seus sindicatos não somente de е Α Conferência de Santos teve o objetivo prioritário de discutir a situação política, econômicofinanceira e administrativa da PETROBRÁS. Foi realizada durante o período de vigência da contenção salarial do governo federal e do combate à inflação. Todavia, a política salarial do Plano Trienal não impressiona os trabalhadores, estes preferem advertir a empresa para gastos desnecessários, corrupção e emprequismo.

Poucos dias após a volta dos representantes, o sindicato convoca assembléia para tratar do aumento salarial e da mudança do horário para a jornada de trabalho. A pressão dos trabalhadores levaria a novo aumento a partir de 1° de abril, seis meses após a última significativa alteração em seus rendimentos. O governo já havia cedido reajustes a algumas categorias.

No período, a diretoria do SINDIPETRO reivindica da empresa a implantação da jornada de trabalho de 6 horas para o turno. No ano anterior, havia conseguido o final do trabalho aos sábados, trocando pela ampliação do horário durante os dias da semana.

Apesar da Campanha das Reformas de Base ser "o eixo do Partidão e das organizações", conforme Nemésio, esta só passou a frequentar o imaginário daqueles trabalhadores quando se conseguiu articular as reformas gerais com as específicas da categoria, tais como o monopólio integral do petróleo, a encampação das refinarias particulares, entre outras.

#### 10.6 A NOVA SEDE

(João Goulart) falou das reformas de base, conclamando os trabalhadores a juntos com ele lutar pela reforma das atuais estruturas econômicas e sociais que não atendem mais à realidade brasileira. (Revista de Mataripe)"

O centro da cidade de Salvador foi, em muitas ocasiões, área preferida pelas classes dominantes do Estado para mostrar toda a fúria de sua repressão contra os setores populares. Para as elites, não bastava apenas reprimir mas semear o terror contra a população, mostrando com gestos de violência explícita que deviam servir como experiência para os inconformados contra as injustiças de cada época.

Na Piedade, foram enforcados os líderes da apelidada "Revolta dos Alfaiates", primeiro movimento social de caráter urbano no país. Nas ruas "da Forca" e "do Cabeça", foram enforcados, ou tiveram espalhados os restos dos seus corpos,

líderes de movimentos populares nos séculos XVIII e XIX. E foi também sobre a sede do SINDIPETRO que foi praticado um dos maiores gestos de repressão durante o golpe de 64, pois foi cercado, assaltado e tomado numa operação de guerra da Polícia Militar, executada em conjunto com o Exército, contra centenas de petroleiros, petroquímicos, seus familiares, e funcionários da entidade, que ali se encontravam no final da manhã de 2 de abril de 1964.

A nova sede do SINDIPETRO situava-se na Rua Teixeira de Freitas, número 34, na Piedade, no Centro Histórico, a duzentos passos da Secretaria de Segurança Pública e a 500 passos do Ginásio da Bahia.

O prédio tinha dois andares e um mezanino, foi comprado por Cr\$ 12.500.000,00, sendo que foram gastos mais de Cr\$ 3.000.000,00 nas obras de reforma do prédio. Havia uma placa em cima da porta de entrada e três bandeiras eram hasteadas nos mastros existentes no parapeito do segundo andar: as do Brasil, da Bahia e do SINDIPETRO.

Na entrada do prédio, localizavam-se um gabinete para atendimento odontológico e outro para atendimento médico "dotados de moderna aparelhagem". No mezzanino funcionava o supermercado da COAPETRO. Nos seus dois andares, estavam instalados a biblioteca, a assistência social, a tesouraria, a assistência cultural, o serviço de divulgação, o departamento jurídico, as salas da diretoria e de reuniões.

O prédio tinha ao fundo uma rua que fazia a ligação da Rua Junqueira Ayres com a Rua Coqueiros da Piedade. O acesso porém só era feito pela Rua Teixeira de Freitas, pela frente do prédio, pois este tinha um pátio nos fundos, localizado a uma certa altura do nível da rua. Havia porém uma árvore de galhos fortes, que foi "personagem" na fuga de dezenas de petroleiros no episódio da ocupação da sede do SINDIPETRO pela Polícia Militar, em 1964. Na oportunidade, segundo vários depoentes, os trabalhadores chegaram até o pátio, desceram pela árvore até o chão, e fugiram pela rua, que passava por trás da sede da entidade, para alcançarem o Dique do Tororó, onde pegaram transporte para as suas residências.

Segundo informações da Revista de Mataripe n° 2, o SINDIPETRO possuia àquela altura mais de 3.500 filiados, englobando além da Refinaria, o TEMADRE, o GIFAN, o Conjunto Petroquímico, o Terminal de Ilhéus e a Planta de Gazolina Natural.

Os serviços médicos e odontológicos da SINDIPETRO funcionavam diariamente, com funcionários integrantes dos quadros da Refinaria, através de convênio realizado entre esta e a entidade. Os associados eram alí atendidos ou encaminhados através de guias, para profissionais credenciados pela empresa. Os dois advogados do Departamento Jurídico — Nenésio Salles e Raimundo Floriano — davam expediente também todos os dias

naquela época. Nas, 2as, 4as e 6as-feiras, das 14:30 às 17:00, sobre questões trabalhistas, sindicais, de previdência e de acidente de trabalho; e pelas manhãs, das 08:00 às 9:30, em assuntos criminais e civis, respectivamente.

No dia 31 de julho de 1963, a sede do SINDIPETRO foi inaugurada. Neste dia, segundo a Revista de Mataripe, "uma multidão estendia-se desde o Jardím da Piedade por toda a rua Teixeira de Freitas". A ela compareceram o presidente da República João Goulart, os governadores Lomanto Junior, Seixas Dórea, Pedro Gondim, Vírgilio Távora, Miguel Arraes, o Prefeito de Salvador Virgildásio Sena, diretores da PETROBRÁS e mais de uma dezena de parlamentares federais.

Jango percorreu as instalações, acompanhado de governadores e deputados. E, segundo a Revista, saudado por Mário Lima, pronunciou o seguinte discurso de uma das janelas do SINDIPETRO:

Aqui estou para dizer ao trabalhador baiano que juntos abriremos o caminho da emancipação nacional, seguindo a trilha aberta pelo imortal presidente Vargas. Vim para dar o meu apoio a esta obra gigantesca criada pelo gênio imortal do presidente Vargas, que continua vivo na lembrança e no coração do povo brasileiro. Vim para testemunhar o respeito e o apreço do povo brasileiro pelos que aqui constroem a grandeza nacional.

Por fim, falou das reformas de base, conclamou os trabalhadores a "juntos com ele lutar pela reforma das atuais estruturas econômicas e sociais que não atendem mais à realidade brasileira".

Na década de 70, outros dirigentes da entidade permutaram a sede da Piedade por um prédio na Rua da

Independência, nº 16, em Nazaré, onde o Sindicato funciona até hoje. Quanto à antiga sede, prenhe de acontecimentos históricos daqueles tempos, foi derrubada assim como todas as casas do quarteirão, através de um complexo processo onde não faltaram lances como incêndio — do Colégio Brasil — compra, indenizações, etc. Hoje, estando no quarteirão instalada uma agência do Bradesco — Piedade.

NOTAS AO CAPÍTULO 10

- Dados de Carlos Lessa. 15 anos de política econômica. Caderno do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, n. 4, Campinas, 1975; Márcia Paula Leite, op. cit., que se utilizou em parte de informações contidas nesse trabalho de Lessa.
- 2 Márcia Paula Leite, op.cit., p. 152.

r

- 3 Id., Ibid.
- 4 Jornal Última Hora, 08 abr. 1963, citado por Márcia Paula Leite, op. cit.
- 5 Livro de Atas de reuniões de diretoria do SINDIPETRO, p. 6 e 6A.
- 6 Em outras ocasiões em que o mesmo foi utilizado, tratou-se de uma articulação da diretoria para viabilizar seus propósitos.
- 7 A edição de A Tarde foi do dia 04 jan. 1963, p. 1.
- É possível que Jairo Farias tenha feito pressões junto à diretoria do sindicato em relação a 3 diretores. No IPM, consta que o mesmo teria dito a Emanuel Rego que o sindicato tinha "diretores a serviço de trustes... que eram uns "ibadianos" e que "os traidores passariam mal". Do IPM, chega a constar a ata da assembléia que destituiu os diretores.
- 9 Livro de Atas das reuniões da diretoria, p. 78.
- 10 A Tarde, matéria "O pupilo dos pelegos".
- O Fórum criou um conselho Sindical eleito por assembléia e funcionando mediante regimento interno, além de uma comissão responsável pela comunicação na entidade constituída de 4 diretores e 2 da base, também eleitos em assembléia.
- 12 A Tarde, 18 jan. 1963, p. 6, matéria: "Tumultuada a assembléia dos petroleiros". Assinaram o abaixo assinado 656 associados.

- 13 A Tarde, 05 abr. 1963, p. 9. Não temos o recurso dos diretores dissidentes.
- Extraído do seu Diário, contido no IPM. Plínio Aquiar, na sua 14 juventude, havia sido integralista. Entra na PETROBRÁS em 61 e, pouco depois, adere ao comunismo. São de sua autoria vários textos, como: "O estudo e perspectivas do Governo Lomanto Júnior". Idealizou a Revista ou Jornal de Mataripe sendo colocado à disposição do SINDIPETRO e ajudando o SINDIPETRO Jornal com a campanha do Jornal A Tarde contra linha editorial de publicação. São também de seu diário as palavras: "Sei que estou caminhando para o militante, tenho vontade de fundar uma célula, reunir alguns amigos que tenham um determinado nível intelectual - não para estudar a doutrina quanto à sua realidade e a sua qualidade crítica da história - mas quanto a um programa de ação. O Partido Comunista é fechadíssimo. Ainda não consegui um meio de pertencer ao partido. Assim sendo, quero estudar uma maneira de realizar o que tenho em mente. De contribuir de modo efetivo para a vitória da causa." (Diário de Plínio Aquiar, citado nas folhas 1559/60 do IPM dos petroleiros da VI Região Militar).
- 15 A Tarde, 31 jan. 1963, p. 6.
- Nemésio ainda era envolvido com o movimento estudantil, além de, na época, participar do escritório trabalhista com Walter Filizolla que dava assistência a aproximadamente 15 sindicatos e associações profissionais. Também era membro ativo do CPC Centro Popular de Cultura, ao lado de outros intelectuais e artistas, além de realizar tarefas internas no PCB, do qual era dirigente estadual.
- 17 Entrevista com Nemésio Salles, concedida ao autor, já citada.
- 18 A organização de operários e engenheiros juntos, em Mataripe, pacífica, refletiu as próprias condicões desenvolvimento histórico daqueles segmentos que até hoje contam com clubes diferentes na Refinaria de Mataripe. Nemésio conta que: "havia uma discussão de se organizar só os ou conjunta. Prevaleceu а organização engenheiros separadamente... havia... era uma coisa muito forte... era uma coisa de classe média... de pequena burguesia... era uma coisa muito acirrada."

Nesse período se organizaram muitos engenheiros no Partido que utilizava como instrumento a Frente Nacionalista que se reuniu no Hotel de Mataripe. Nemésio afirma que havia reuniões em seu apartamento – situado à rua Nilton Prado, 35, 2° subsolo, nos Aflitos, Centro Histórico, quando a rua se enchía de carros.

- 1º entrevista com Jair de Brito, em 17/07/82, já citada.
- 20 A matéria foi publicada em 20 abr. 1963, p. 5, sob o título: "A Bahia na PETROBRÁS".
- 21 la entrevista com Jair de Brito, em 17/07/82, já citada.
- 22 Edição de 18 abr. 1963, p. 6: "Em breve trabalhadores na Petroquímica terão seu sindicato".
- 23 A Tarde, 21 maio 1963, p. 6: "Nova entidade sindical". Informa a entrada do processo junto à DRT como uma notícia nova.
- Jorge L. B. Nóvoa. Nasce o Sindiquímica: a fundação da ASPETRO e sua inserção na conjuntura 63-64, op. cit.
- 25 Entrevista com Nemésio Salles, concedida ao autor e já citada.
- 26 Ver Márcia Paula Leite, op. cit., p. 164-173.
- 27 Revista de Mataripe, nº 2, ano I, jul./ago. 1963.

# CAPÍTULO 11

# MUDANÇAS NO GOVERNO E NA PETROBRÁS: OS 2 DIRETORES BATANOS

### 11.1 A SAÍDA DE MANGABEIRA

.

Em abril, voltam a ser divulgados notícias sobre a demissão de Mangabeira. A questão repercute no jornal A Tarde. A direção da PETROBRÁS era afetada, com o afastamento de Jango dos setores populares. Em junho, as vacilações na execução do Plano Trienal, o aumento da inflação e o estado de imobilismo do governo levariam Jango à mudança de todo o ministério que, porém, não teria a participação do campo político de esquerda e nacionalista.

Naquele período, as críticas de empreguismo na empresa passam a ser feitas por nacionalistas e pessoal da esquerda. Na Conferência dos petroleiros, discutiu-se o assunto, que já era abordado há mais tempo, embora com

abordado

intenções políticas, pela direita. Na edição que veicula a questão, o jornal A Tarde cita a existência de uma "greve de protesto" contra a nomeação de Newton Macedo Campos, político do próprio PSB, para cargo no ESSAL, a cujo ato os sindicatos dos petroleiros declaram que não iriam.

No dia 11 de junho, ocorre a posse do novo presidente da PETROBRÁS: o General Albino Silva, chefe da Casa Militar da Presidência. Junto com ele, tomam posse dois diretores para a administração central da empresa, indicados pelo SINDIPETRO - Bahia: Hugo Régis e Jairo Farias. Segundo Jair de Brito, foi "a indenização pela saída de Mangabeira", o que representava a influência de Mário Lima. Valença, que apoiou a indicação de Mangabeira, sofre o revés, tentando mais tarde a indicação de Ivan Barreto.

O engenheiro e superintendente executivo de produção da Refinaria, Ernesto Claudio Drehmer, que já substituía o superintendente nos casos de seu impedimento, assume no lugar de Jairo Farias, na Refinaria, adotando uma linha de gestão semelhante ao seu antecessor.

Eu era o candidato natural. Tive o apoio do SINDIPETRO e do governador Lomanto Júnior. Sempre tive um bom diálogo com essa turma (o sindicato) ninguém me hostilizou.

(Ernesto Claudio Drehmer)

Os trabalhadores da Refinaria fazem uma festa pela nomeação dos diretores para a administração central. No dia quinze de junho, há uma recepção no aeroporto da cidade na

volta de Jairo Farias e, no dia 17, um concorrido jantar de despedida no restaurante da Refinaria.

Mas as coisas não seriam tão simples. Se Valença não tinha gostado mas "esperaria a oportunidade de dar o troco", outros setores da sociedade não aceitaram as importantes nomeações feitas sob a influência do Sindicato. O assunto repercutiu na Câmara Municipal onde vereadores qualificaram os dois diretores como "comunistas autênticos" e perigosos para a segurança nacional. As "classes produtoras" também enviam mensagem ao Presidente da República:

#### "Presidente João Goulart - Brasília - DF

Manifestam líderes representativos das classes produtoras num pensamento uniforme Vossência. sua profunda estranheza solução dada provimento cargo diretores PETROBRÁS Aguiar e Spolidoro. diretores substituídos por Jairo Farias e Hugo Regis). Essa atitude representa natural defesa posição Bahia que continua pugnando provimento referidos cargos seja através nomes seus que além traduzirem cultura, capacidade trabalho, não deixem dúvidas nem suspeita convicções ideológicas contrárias formação cristā democrática brasileiro. propósitos Tão elevados se realidade investiduras, ressaltando ainda nomeação elemento contra quem imprensa local formulou há severo libelo até meses passados agora sem satisfatória, contestação descredenciando-o consequentemente exercício altas funções. Classes produtoras assim procedendo cumprem dever patriótico salientar inconveniência resultante, considerando administração Petrobrás constitui problema Segurança Nacional, além representar abandono participação sumariamente desprezada, inclusive desprestígio governo Estado, à margem solução.

Respeitáveis saudações. Assinado:
Renato Novis - Presidente da Associação Comercial da Bahia; Deraldo Motta - Presidente da Federação do Comércio da Bahia; Dr. Alberto Martins Catharino - Presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado da Bahia; Dr. Walke Araujo - Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado da Bahia; José Macedo Aguiar - Presidente do Centro do Comércio da Bahia; Luiz Cataharino Gordilho -

Presidente em exercício do Centro das Indústrias do Estado<sup>3</sup>da Bahia.'

No dia 15 de junho, dirigentes de quatro sindicatos, pouco atuantes no movimento sindical da época, somam-se ao coro dos empresários, em telegrama dirigido ao Presidente da República assinado por seus dirigentes:foram os sindicatos da construção civil, oficiais alfaiates, açougueiros e curtidores.

As nomeações foram mantidas e os indicados exerceram seus cargos, pelo menos por alguns meses.

# 11.2 A CRISE SETEMBRO-OUTUBRO E SUAS REPERCUSSÕES EM MATARIPE

Entre setembro e outubro, três momentos se apresentaram como de crise para o governo Goulart: a Revolta dos Sargentos de Brasília; uma nova crise envolvendo o Governador do Rio, Carlos Lacerda, e a greve dos "700.000," em São Paulo.

Agitavam-se os segmentos sociais e a resolução dos episódios levaria ao isolamento ainda maior do Governo Federal, particularmente no que dizia respeito ao oficialato.

÷

Medidas duras contra os revoltosos de Brasília foram evitadas, inclusive pela solidariedade das entidades populares. O estado de sítio pedido por Goulart ao Congresso por exigência dos ministros militares — em função dos ataques de Lacerda ao presidente e à ordem institucional — foi retirado às pressas para não ser derrotado pelas pressões da direita e da esquerda. Quanto à greve de São Paulo, esta permitiu a entrada em cena de maior contingente de trabalhadores até então fora das greves nacionais, os das empresas privadas. No entanto, engrossou a ampla frente de unificação contra o governo, composta de autoridades estaduais, imprensa e boa parte do empresariado de São Paulo, constituindo-se aquele movimento num ensaio da repressão a ser perpetrada pelo golpe militar que estava a caminho.

Entre os petroleiros, a mobilização deste período ocorreu em torno de Capuava. Tratava-se da mais importante refinaria particular do país, cujos trabalhadores entram em greve no início de setembro como parte da sua campanha salarial.

Os sindicatos do petróleo desenvolviam, neste período, uma campanha de encampação da Refinaria de Capuava, a qual tinha uma importante participação do SINDIPETRO - Bahia e que mereceu Encontro Nacional na Guanabara, com a participação do CGT. Ali foi criado o Comando Nacional pelo Monopólio Integral que tinha como uma de suas bandeiras a retomada da ofensiva pela encampação das refinarias particulares.

Neste período, vêm a público as primeiras críticas à administração do General Albino Silva:

Setores ligados à política petrolífera admitem que, dentro da Diretoria da Empresa, existem opiniões contrárias à encampação. A julgar pelo voto dos 3 diretores e do próprio presidente, Sr. Albino Silva, os mesmos setores indicam que o atual presidente da PETROBRÁS só tem tido interesse pelo aspecto Empresa, relegando plano administrativo da secundário os setores da produção e os entraves que, no campo político e econômico, têm prejudicado o desenvolvimento da PETROBRÁS. Admite-se que o General Albino, sob a alegação de que a empresa estava cheia de comunistas, estaria disposto a procurar apoio dos militares de suas relações a fim articular movimento de repressão. inclusive, que o Sr. Albino havia taxado de subversivo, o Movimento dos Trabalhadores pela Encampação. Mas contra as pretensões dos operários, que são a pretensão do próprio Povo Brasileiro, nenhum dispositivo militar de repressão pode barrar o vitorioso movimento de Encampação.

Os sindicatos do petróleo procuram evitar que o movimento grevista de Capuava se torne nacional, fazendo uma campanha política em torno de Capuava. Esta atitude merece elogios inclusive do jornal A Tarde que registraria:

Para isto contou com a colaboração dos dirigentes de unidade e bem assim como a alta e patriótica compreensão dos trabalhadores e respectivos sindicatos todos coesos no seguirem a orientação que lhes foi ditada pela Presidência da Empresa no cumprimento das determinações do Exmo. Sr. Presidente da República.

Uma reunião da diretoria do SINDIPETRO ocorria na manhã da revolta dos sargentos, em Brasília, porém, o único assunto da ordem do dia de caráter geral foi uma doação à CPOSB - Comissão Permanente de Organizações Sindicais da Bahia, além dos costumeiros pedidos de auxílios de entidades populares e

democráticas. No caso da doação, prendia-se ao desenvolvimento da campanha a favor da encampação da Refinaria de Capuava e contra a permanência do Delegado do Trabalho, Amadiz Barreto, ambos de interesse do SINDIPETRO.

O grande ato realizado pelos sindicatos de petróleo da Bahia pela comemoração dos 10 anos da PETROBRÁS ocorreu no dia posterior ao encaminhamento do pedido de Goulart de estado de sítio ao Congresso, mas não encontramos registro de que os oradores tenham se pronunciado sobre o assunto.

O movimento de abril de 1963, com suas repercussões militares, iniciou a divisão horizontal das Forças Armadas face ao ascenso dos trabalhadores e do povo à cena política, mas mostrou também o reduzido apoio com que o bloco das reformas de base contava no oficialato. Os movimentos dos trabalhadores ou de contingentes populares tendiam a emergir na conjuntura.

Em abril, na Convenção da UDN, surge proposta que defendia a intervenção das Forças Armadas e dos Estados Unidos no sentido de pôr termo ao "comunismo legal". No outro mês, a posição do PSD na Comissão da Câmara que debateu e rejeitou a emenda da reforma agrária do governo mostrava um recuo em relação a alianças com o governo e uma posição contrária à reforma constitucional indispensável para as reformas de base pela via institucional. Neste mês, chega a missão do FMI ao Brasil e Brizola denuncia os acordos de Dantas nos Estados Unidos como de lesa-pátria.

junho, a inflação dos cinco primeiros meses contradições perfazia 25%. As sociais existentes parlamentarismo se aqudizaram no sistema presidencialista. Não se havia avançado na resolução da crise político-econômica. Jango, então, muda todo o ministério e afasta-se do Plano Trienal, assumindo Carvalho Pinto como ministro da Fazenda. Todavia, a nova equipe de governo não contava COM participação de nacionalistas e Jango ainda não mostrava sinais de aproximação com os movimentos sindicais e populares.

Nos meses de setembro e outubro, acontecem dois episódios que iriam abalar a credibilidade do governo junto aos militares. Em 12 de setembro, eclode a rebelião dos sargentos em Brasília, em função da decisão do STF - Supremo Tribunal Federal — contrária à eleição do Sargento Aimoré Cavalheiro". Mereceu uma dura nota do Comandante do II Exército, Peri Bevilacqua, a quem Jango tenta punir, mas não acha apoio. Em outubro, Carlos Lacerda dá uma entrevista ao jornal Los Angeles Times onde acusa Jango de "inepto e favorável aos comunistas", insinuando que o mesmo deveria ser deposto até o fim dos ano, e que só estava ainda no poder por hesitações dos militares.

Os ministros militares consideram as declarações do governador um ataque às autoridades e exigem o estado de sítio. O CGT, num primeiro momento, aprova a nota dos militares mas depois recua com medo de uma armadilha. No dia seguinte à mensagem de Jango ao Congresso, pedindo a instalação do estado

de sítio, o CGT diyulga nota apoiando as medidas do governo contra os conspiradores, mas contra o estado de sítio. Jango retira a mensagem no dia 7 de outubro, ao verificar que a mesma enfrentava a resistência da UDN e das forças nacionalistas e populares. Após o episódio do estado de sítio, a FMP - Frente de Mobilização Popular, organizada por Brizola, rompe com o presidente.

Em 29 de outubro, inicia-se a greve conhecida como #dos 700.000" em São Paulo. Sua realização envolve 15 categorias, englobando 80 sindicatos e 4 federações de trabalhadores. Esse movimento visava aglutinar categorias em acordos coletivos, unificando as respectivas datas-base e a negociação entre a CNTI e a FIESP, gerando o Pacto de Ação Conjunta. Desde agosto, teria sido articulada, com base na experiência de outubro de 1961, — a criação do Pacto de Ação Comum, — para coordenar as lutas de várias categorias por aumentos salariais. Obtiveram, naquela oportunidade, aumento de 45%.

O discurso das autoridades na repressão ao movimento, a postura dos empresários e da imprensa paulista no episódio mostram como se tentou "politizar" o movimento, fazendo crer que se tratava de uma manobra dos comunistas e do governo federal para intervir em São Paulo e tornar o país comunista. Mesmo com o pesado esquema de repressão montado pelo governador Ademar de Barros, o movimento levou seis dias, obtendo uma

significativa vitória econômica, embora não alcançando sua principal reivindicação: a unificação das datas-base.

No dia 3 de outubro de 1963, seriam decorridos 10 anos da aprovação da Lei 2004 que criou a PETROBRÁS, depois de um longo processo de lutas que envolveu o país.

O ato, de iniciativa do SINDIPETRO, se constituiu num comício na Praça da Sé, seguido de passeata até o Campo Grande. Ficou apelidado de "queremos Capuava", pois os slogans dos manifestantes pediam a encampação daquela refinaria pelo governo. Teve a presença do governador Lomanto Júnior, do prefeito Virgildásio Sena, do Governador de Pernambuco Miguel Arraes, do Presidente da UNE, do secretário geral do CGT, do presidente e ex-presidente da PETROBRÁS, entre outros.

Nesse período, vários setores sociais entraram em ebulição: primeiro os militares, depois os trabalhadores e empresários, embora as manifestações se circunscrevessem ao quadro regional. Enquanto isto, os petroleiros baianos realizavam a sua campanha reivindicatória pois vinham conseguindo nos últimos anos, a cada seis meses, importantes aumentos salariais.

O jornal A Tarde divulga e ironiza as reivindicações dos petroleiros em matéria de primeira página no dia da grande manifestação de 3 de outubro: "Exigem mais ainda da PETROBRÁS os operários". As reivindicações, aprovadas em assembléia, eram

as seguintes: aumento salarial composto de uma parte fixa de 5 mil cruzeiros mais 40%, estabilidade aos cinco anos de serviço, e salário-família de Cr\$4.000,00 por dependente econômico.

A contraproposta da direção da empresa já havia sido recusada pelos trabalhadores: aumento de 30% e salário-família de Cr\$4.000,00, porém negando a estabilidade.

O ato dos 10 anos da PETROBRÁS se inseriu como parte da estratégia de mobilização e pressão pelas reivindicações, e embora o aumento conseguido fosse um pouco menos do que o pretendido, foi maior do que esperava a empresa.

#### 11.3 UM ESTRANHO DOCUMENTO

No final do ano, registram-se novas escaramuças entre a direita e a esquerda, tendo como pano de fundo a PETROBRÁS. No dia 29 de outubro A Tarde reproduz em 1º página matéria do Diário de Notícias do Rio de Janeiro sobre uma pretensa lista de "chefes comunistas" da PETROBRÁS. Esta lista certamente facilitaria o trabalho de repressão que depois se abateu sobre os petroleiros a nível nacional".

A matéria se baseia em documentos, cita inclusive fichas do CSN - Conselho de Segurança Nacional, porém não

comenta sua origem. A lista engloba nacionalistas, progressistas e democratas, além de pessoas de esquerda, conformando artificialmente um percentual de 45% de chefes "comunistas" nos órgãos da PETROBRÁS, num documento que demonstra a movimentação dos golpistas. Porém, os dados também mostram o crescimento do campo das reformas de base dentro da PETROBRÁS, o que a direita não pode aceitar.

Da Bahia são incluídos na lista: técnicos da COPEB, da GIFAN - Fábrica de Asfalto do Nordeste, o superintendente da Refinaria de Mataripe, Ernesto Drehmer, e o diretor da PETROBRÁS Alfredo de Andrade Filho — este último indicado por Lomanto Júnior, mas considerado pelos informantes como aderente ao "grupo vermelho".

A matéria transcrita do Diário de Notícias do Rio de Janeiro pelo jornal A Tarde registra ainda das manobras para tirar outros ocupantes de cargos de direção a fim de preenchêlos por "comunistas", e acusa o chefe do Escritório Central de Compras - ESCOM de organizar milícias em seu departamento, antecipando o conflito que se iria estabelecer no início do ano ao afirmar que o objetivo dos "comunistas" é derrubar o Presidente Albino Silva.

Em "ato falho", racionaliza as intenções dos seus autores para o país:

A PETROBRÁS, desde a luta pela sua criação, esteve ameaçada pelos imperialistas estrangeiros; o da

esquerda apossou-se dela mercê da falta de coragem cívica dos que eram responsáveis pelo seu destino...

Pela falta de um movimento sinceramente nacionalista, QUE SERIA APOIADO COM FIRMEZA POR TODOS OS PATRIOTAS, os comunistas vão ganhando cada vez maiores áreas de influência na PETROBRÁS, dominando-a já quase inteiramente."

Era uma clara mensagem política, com dados que somente poderiam ser obtidos por militares, e mostrava uma articulação civil-militar, constituindo-se num libelo de agitação com base na PETROBRÁS e com endereço certo: um golpe militar.

No final de novembro, uma plenária do CGT lança o manifesto e Programa de Luta para o Povo Brasileiro, denunciando as articulações golpistas.

A reunião se realizou nos dias 28 e 29 na Guanabara e também aprovou um Plano Nacional de Mobilização, afirmando:

Advertimos e declaramos que, unindo todas as nossas forças aos democratas, patriotas e nacionalistas, civis e militares, derrotaremos qualquer tentativa desses inimigos do povo, em levar nosso país a um regime de exceção. Agiremos unidos, com mais vigor que no 5 de julho e 14 de setembro de 1962, e tomaremos as mesmas posições de quando repelimos a iniciativa de implantação de um Estado de Sítio."

Em dezembro, Mário Lima faz um duro pronunciamento na Câmara criticando o jornal O Globo por defender funcionários da empresa que foram afastados de postos de direção por incapacidade, e, em alguns casos, até mesmo por desonestidade.

Nesta época reunem-se os sindicatos dos bancários, o da extração e o da refinação para discutir os termos de um pacto de Unidade e Ação na Bahia.

A ampliação das frentes de luta, porém, não permitia esquecer da luta interna. Em busca de recuperar o terreno perdido para o SINDIPETRO, o Sindicato da Extração tenta sem sucesso filiar os trabalhadores da COPEB pertencentes à ASPETRO, participa da instalação do SUPETRO - o Supermercado da PETROBRÁS, e promove a instituição de seguro de vida e de acidentes pessoais em grupo para os associados da entidade.

No final do ano, encontra-se Jango isolado da direita, desacreditado em sua autoridade pelo oficialato, sem controle sobre as ações do movimento sindical e sem ter conseguido encaminhar a resolução dos graves problemas econômicos do país.

Jango, então, dá os primeiros passos de reaproximação com os trabalhadores tomando medidas importantes para o avanço do setor mineral energético, nacionalizando o uso do subsolo, decretando o monopólio da importação de óleo cru e derivados, além de rever todas as concessões governamentais na indústria da mineração.

Neste período Carvalho Pinto sai do Ministério da Fazenda sendo substituído por Nei Galvão. E o general Castelo Branco assume a chefia do Estado Maior do Exército.

Falando sobre a mensagem do fim de ano de Jango, Thomas Skidmore comenta:

> Em seu discurso de Ano Novo atribuiu a crise econômica do Brasil a políticos obstinados que se recusavam a colaborar nas reformas sociais fundamentais, únicas capazes de salvar o processo constitucional."

Enquanto isto, Arnon Andrade escreve nas páginas do SINDIPETRO Jornal: "Boas festas e feliz ano novo, brasileiro pobre. Até que você faça a sua própria festa. Até que você possa realmente fazer novo, este ano que todo ano se repete"."

Na mesma edição, Evilásio Menezes escreve em editorial:

A reação se prepara para puxar o badalo do Natal. Depois de tanta celeuma, a burguesia voltou à conciliação quando verificou que já não existia condição de golpe da gorilada no país.

### NOTAS AO CAPÍTULO 11

- O Boletim Informativo, n. 4, do Sindicato da Extração em dezembro de 1963, informa que o engenheiro Ivan Barreto de Carvalho seguira para Nova York, designado pelo presidente Albino Silva, para chefiar o escritório da PETROBRÁS, o ESNOR.
- 2 Entrevista de Ernesto Cláudio Drehmer, já citada.
- 3 Jornal A Tarde, 11 jun. 1963, p. 3.
- 4 Jornal A Tarde, 15 jun. 1963, p. 3.
- Mereceu um artigo de Arnon Andrade no SINDIPETRO Jornal, n° 34.
- 6 SINDIPETRO Jornal, n° 29, 30 e 34.
- 7 SINDIPETRO Jornal, edição de dezembro de 1963.
- 8 Jornal A Tarde, 09 set. 1963, 1° página, manchete: "A PETROBRÁS e a greve de Santos".
- No período, existiam na Bahia, em estágio de construção diferente, o CGT, a CPOSB e o MUNOP. A CPOSB tinha uma participação maior das entidades sindicais, o CGT estava em construção, e o MUNOP Movimento de Unidade Operária era proposta de alguns setores do SINDIPETRO. O PCB considerava prematura a criação do CGT por correr risco de se estreitar. Desta maneira, os esforços do petróleo se dirigiam para a CPOSB. É Nemésio que afirma que "não havia um centralismo... os eixos não eram unificados." (entrevista já citada).
- 10 A proposta foi derrotada na comissão por 7 a 4.
- 11 A decisão tornava inelegíveis esses militares.
- 12 A Tarde, 29 out. 1964, 1° página, manchete: "Imperialismo da esquerda tomou conta da PETROBRÁS".
- 13 Grifo do autor deste trabalho.

- 14 SINDIPETRO Jornal, nº 34, 12 dez. 1964
- 15 Fonte: Anais da Câmara dos Deputados, 12 dez. 1963.
- 16 Thomas Skidmore, op. cit., p. 335.
- 17 SINDIPETRO Jornal, n° 35, 15 jan. 1964.

### CAPÍTULO 12

### OS ÚLTIMOS TEMPOS

Aguardando o momento certo para brigar por Capuava, para arregaçar as mangas, tomar do instrumento e partir para buscar a liberdade da pátria, mesmo que seja nos confins da terra brasileira. Nas selvas ou nas campinas. Nem que seja para acompanhar o destino do heróico povo cubano.

(SINDIPETRO Jornal)

# 12.1 A REAPROXIMAÇÃO DE JANGO COM OS TRABALHADORES

O ano de 1964 era o anterior à realização das eleições presidenciais, o que complicava mais ainda o quadro político. Havia aparentemente seis candidatos: Brizola, Arraes, Lacerda, Juscelino, Magalhães Pinto e Ademar de Barros.

Embora isolado em relação às classes dominantes, o Governo Jango hesitava em aproximar-se dos trabalhadores. As duas medidas tomadas em dezembro em defesa do subsolo e estendendo o monopólio da PETROBRÁS granjearam simpatias no campo das reformas de base. Todavia, em 23 de dezembro, nas

eleições para o DNPS - Departamento Nacional da Previdência Social, Jango, graças a um acordo com os representantes dos empregadores, derruba Dante Pelacani, líder da CNTI e do CGT, do cargo ocupado por este naquele órgão.

O CGT, então, envia nota ao movimento sindical sobre as posições que o governo vinha adotando nas eleições do DNPS e IAP, e convoca reunião de todos os presidentes de entidades sindicais para 4 de janeiro, com o motivo aparente do reajuste do salário mínimo. Jango contemporiza enviando o seu ministro do Trabalho para dialogar com os trabalhadores em reuniões com o movimento sindical, mas não resolve a questão.

Neste período, estão sendo realizadas eleições para a CNTI onde Jango procura derrotar a chapa de Clodsmith Riani. Na última hora, Jango abandonaria os pelegos e apoiaria a chapa nacionalista que venceu no dia 6 por 33 a 20 votos. O episódio repercute no SINDIPETRO Jornal que destaca, em matéria, as posições que a esquerda havia conquistado.

O apoio de Jango à nova diretoria da CNTI marca a reaproximação de Jango com os trabalhadores. O processo se concretiza com a decretação do novo salário mínimo em 19 de fevereiro, com 100% de reajuste, como queriam as entidades populares.

:

# 12.2 A QUEDA DOS DIRETORES DA EMPRESA INDICADOS PELO SINDIPETRO

Os trustes estrangeiros do petróleo precisam ir embora da nossa terra. E já vão tarde. (Francisco Mangabeira)

No início do ano, os trabalhadores na indústria de derivados do petróleo entram em greve. A participação do SINDIPETRO no apoio a estes trabalhadores leva a uma assembléia no dia 13 de janeiro, em Mataripe, em que se aprova a solidariedade ao movimento e se exige a encampação das distribuidoras. O CNP, acionado pelos petroleiros, admitiria distribuir diretamente ao público os derivados do petróleo aumentando a força da greve "para evitar colapso nos serviços públicos, transportes coletivos e hospitais".

Em meados de janeiro, uma surpresa. Segundo o jornal A Tarde, em reunião sigilosa do Conselho Administrativo da PETROBRÁS, foram denunciados um diretor (Jairo Farias) e vários altos funcionários da empresa como responsáveis pelo desvio de bilhões de cruzeiros.

A informação caiu como uma bomba nos meios sindicais e na opinião pública do Brasil e da Bahia. As constantes

denúncias da imprensa conservadora passaram a se utilizar do fato. Na matéria, o General Albino silva teria anunciado que já dera conhecimento dos fatos ao presidente da República, ao qual pedira a demissão do diretor e a constituição de uma Comissão de Inquérito para apurar os fatos.

O diretor máximo da empresa ainda alertava os trabalhadores contra:

...a manobra orientada pelos negocistas e seus cúmplices, que pretendem desviar o curso dos acontecimentos e ao mesmo tempo acobertar os culpados mediante greves e movimentos de solidariedade.

A situação inquietava os petroleiros baianos, particularmente os da refinação, pois foi seu órgão de classe que efetuou a indicação do ex-superintendente de Mataripe. O jornal, contudo, no dia 26 anuncia a nota de Wilton Valença externando "a posição dos operários da PETROBRÁS", na verdade, a posição do Sindicato da Extração.

Além da diferença no que concerne à apuração o processo, tinha dado oportunidade para uma revanche de Valença em relação ao episódio da nomeação dos 2 diretores conseguida pelo SINDIPETRO no ano anterior, que ainda não havia sido digerido pelo sindicalista:

Os trabalhadores da Região de Produção da Bahia - RPBa — que representam 70% do contingente do pessoal lotado nas unidade da PETROBRÁS sediadas neste Estado — empenhados que estão no aumento, a curto prazo, da produção nacional do petróleo, visando a consecução da meta de auto-suficiência —

objetivo fundamental da PETROBRÁS — vêm de público através do Sindicato da Extração, declarar:

- 1 Somos contra qualquer movimento grevista precipitado a propósito da crise gerada em nossa empresa, sem a devida apuração dos fatos;
- 2 Somos entretanto favoráveis à abertura de rigorosa Comissão de Inquérito que apure minuciosamente os fatos e aponte à nação os responsáveis pela crise atual, dando aos culpados a merecida punição;
- 3 Dentro destes princípios o SINDICATO DA EXTRAÇÃO declara-se em Estado de Alerta, disposto a qualquer custo, sob "qualquer preço" a salvaguardar a integridade da PETROBRÁS, patrimônio de todo o povo brasileiro.

Salvador, 26 de Janeiro de 1964. Wilton Valença Silva, Presidente

No dia 28, era exonerada toda a direção da empresa por Jango, apresentando renúncia coletiva os três diretores da Bahia. Nomeado para o cargo de presidente o Marechal Osvino Ferreira Alves, conhecido nacionalista, este mereceu apoio dos sargentos e manifestações em desagravo do bloco de reformas de base. O General Aldo Augusto da Mota foi nomeado presidente de uma comissão de alto nível para investigar as denúncias.

Na edição do jornal A Tarde, naquele dia aparece a defesa dos diretores:

A origem da presente crise reside em um contrato da ESSO para o fornecimento de 61eo para a PETROBRÁS, defendido pelo presidente e contrariado pelos Segundo os entrevistados, Albino Silva estava em entendimentos com a ESSO para o fornecimento de petróleo para a empresa estatal brasileira, durante 4 anos, no valor de 200 milhões esse contrato, dólares. Contra ter-se-iam manifestado outros diretores da PETROBRÁS e em consequência disso o presidente da empresa teria pedido ao Sr. João Goulart a demissão dos mesmos, ao mesmo tempo em que destituía os chefes dos órgãos que haviam dado parecer técnicos da PETROBRÁS vista, inclusive o contrário ao seu ponto de vista, inclusive o superintendente da Frota Nacional da PETROBRÁS -FRONAP - comandante Sá Carvalho.

Ainda no dia 28, um manifesto assinado por 2.000 petroleiros exige a exoneração de Albino Silva e solidariza-se com Jairo Farias e Hugo Régis. Ao mesmo tempo, 21 entidades enviam telegramas de protesto contra a manobra dos trustes internacionais para liquidar o monopólio estatal do petróleo. O manifesto não conta com a participação dos trabalhadores da extração, mas o telegrama contaria com a sua assinatura, assim como da maior parte das entidades sindicais do Estado.

No dia seguinte, o SINDIPETRO lança nota conjunta com a ASPETRO, marcando uma concentração e se declarando em Estado de Alerta e em Assembléia Permanente'.

A nota já concilia com a posição do Sindicato da Extração admitindo a apuração escrupulosa dos fatos. Nesta edição, o jornal A Tarde, — que havia apoiado a campanha contra a nomeação dos dois diretores — emite editorial a favor da exoneração do General Albino Silva. No dia seguinte, a UEB e o DCE UFBA, protestam nos mesmos termos. Arraes também solicitaria em telegrama ao novo presidente da empresa a manutenção dos dois diretores. O Sindicato dos Bancários também se solidariza com os petroleiros. A imprensa local cobriria amplamente o episódio.

Em janeiro, circulam duas edições do SINDIPETRO Jornal, sendo a do dia 30 especialmente sobre o episódio. É divulgado o manifesto dos petroleiros que não poupava o

presidente da República e o General Osvino Alves e pregava a greve geral:

- Companheiros, 1- Mais uma vez se abate sobre a nossa empresa a conjuração dos que querem submetê-la aos desígnios dos trustes internacionais, ou transformá-la em simples peça no jogo da politicagem anti-nacional.
- 2- O Presidente João Goulart, assumindo toda a responsabilidade pela sua atitude, acaba destituir, sumariamente, toda a Diretoria da PETROBRÁS, inclusive, os Diretores Jairo Farias e Régis, indicados pela confiança do petróleo e que tiveram seus trabalhadores mandatos apoiados pela unanimidade das Associações operárias de Norte a Sul.
- 3- Mas, de nada valeram as vozes patrióticas que se ergueram em todo o país. O presidente Goulart, mais uma vez, resolveu conciliar traindo a confiança daqueles que o apóiam e lançando ao caos a nossa Empresa, sem atentar para os prejuízos que está causando e poderá causar à Nação.
- 4- Se nossas vozes de alerta não forem ouvidas, chegou a hora de poder ouvir o clamor mais alto dos braços parados. CHEGOU A HORA DA GREVE GERAL.
- 5- Não há outro caminho a seguir, neste momento. A acomodação significa a traição aos interesses nacionais, em particular, ao Monopólio Estatal do Petróleo, que tanta luta custou aos brasileiros.
- 6- Vamos parar para preservar um patrimônio de todo o povo. Parar para consertar. Ninguém vai fazer da PETROBRÁS campo de jogadas particulares, nem transformá-la em instrumento dócil à ESSO.
- 7- A saída de Jairo e Hugo Régis era o que eles queriam, mas o gorila que nos deram em troca não compensa. Queremos uma PETROBRÁS autêntica, queremos o Monopólio Integral do Petróleo. E isto só conseguiremos com UNIDADE E FIRMEZA.
- 8- Unidade que já aprendemos a preservar, firmeza que vai falar mais alto que os conchavos de gabinete.
- Esta é a nossa posição, pois não aceitamos conciliação entre os interesses da PETROBRÁS.

VAMOS À GREVE GERAL.'

Na capa, o jornal divulga o comício da Praça da Sé onde "operários e povo se rebelaram energicamente contra a tentativa insolente de derrubar as posições operárias e conter o avanço das forças progressistas."

O comício foi promovido pela Federação dos Trabalhadores na Indústria em defesa da PETROBRÁS e dos dois dirigentes afastados. Entre os oradores estavam: Hélio Roque, do CREBa, Evilásio Menezes e Jarbas Santana pelo SINDIPETRO, Washington Souza da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Mobiliário, e os deputados estaduais da FPN na Assembléia Legislativa, Sebastião Nery e Aristeu Nogueira.

Jairo Farias concederia uma longa entrevista ao jornal contando a versão dos motivos de sua demissão. Afirmava que representantes da ESSO oferecerem 300 dólares ao chefe do escritório de campos de petróleo, Stefano Prochnick, que rejeitou a proposta. Que em função do parecer negativo do ECOPE e do pronunciamento contrário do superintendente do FRONAPE, o General Albino Silva respondeu à ESSO, havendo contraproposta que mudava alguma coisa nos termos do contrato. Este foi firmado como carta-compromisso em 22 de novembro pelo presidente da empresa, sem mais ouvir a diretoria.

O SINDIPETRO Jornal afirmava que "Jairo Farias denunciou as marmeladas do General Albino" e censurava energicamente os desmandos do relações públicas da empresa, Tenente Pimpão — filho do General Albino — que:

...transformou o órgão em instituto de beleza. Os operários exigiram a apuração rigorosa dos fatos pois não acreditam, de modo algum, nas intrigas do General Albino, contra os diretores Jairo Farias e Hugo Régis. Poi pedida também a reintegração do Sr. Andrade."

A Tribuna da Imprensa também afirmava que o episódio foi decorrente do reescalonamento da dívida brasileira nos Estados Unidos, que teria sido vinculada à compra de 20 milhões de barris de petróleo de uma empresa americana pela PETROBRÁS. Denunciou, ainda, que a negociata previa a criação de uma empresa para importação de petróleo sob a orientação do Tenente Luís Pimpão que se associou a um "pool" de afretamento de navios para eliminar a FRONAPE do transporte.

Evilásio Menezes, diretor do SINDIPETRO Jornal, em editorial afirmava:

Quiseram sufocar o nosso grito, tentaram arrasar as nossas posições conquistadas com a luta num simples golpe de cúpula, onde o principal objetivo era quebrar de uma vez com o movimento operário do país. Goulart topou o jogo canalha, traiu as esquerdas e resolveu desfraldar uma bandeira amarrotada a mesa que serviu para atrair às suas hostes o peleguismo mais cachorro da história. E se ele pensa que aceitamos o seu jogo, se pensa que vamos nos curvar à iminência do golpe, responderemos simplesmente que a luta é mais suave do que o jogo da prepotência.

Nesta edição do jornal, a última a que conseguimos ter acesso, o professor Antonio Trigueiros defende a formação de um novo governo, nacionalista e democrático".

A crise da demissão dos diretores que mobilizou os trabalhadores da refinação, a pouco mais de um mês antes da deflagração do golpe militar, se deu num contexto de disputa de posições no seio da sociedade e Estado entre as forças que se enfrentariam mais tarde.

As questões específicas, porém, teriam, como sempre, uma importância decisiva nos acontecimentos. A disputa eleitoral parlamentar e o passivo de problemas anteriores não permitiram a ação unificada do Sindicato da Extração com o SINDIPETRO. E é no momento em que são diretamente afetados pela ação conciliadora com a qual Jango resolve a questão, que o SINDIPETRO marchou para posições mais à esquerda passando a fazer críticas explícitas à ala nacionalista e ao presidente da República.

Quanto ao resultado da crise, a influência do SINDIPETRO na direção da empresa se reduziria a um engenheiro baiano, Francisco Paula Medeiros, que é apoiado pela entidade para preencher uma das vagas da diretoria. Quanto à outra vaga, ficaria para os sindicatos do petróleo do Rio que apoiaram Gurgel de Amaral. Desta maneira, apesar dos trabalhadores da refinação se declararem em Assembléia Permanente, arrefeceram os protestos e a nova direção da empresa tomou posse sem problemas. O General Albino Silva é nomeado adido militar da ONU.

:

À posse de Osvino Alves, estavam presentes alguns dos atores principais da crise final que adviria pouco depois: o ministro da Justiça, Abelardo Jurema e o chefe da Casa Civil, General Assis Brasil.

O mês de janeiro termina com a notícia do SINDIPETRO Jornal de que o Mataripe Social Clube e o Clube de Engenheiros de Mataripe estariam acertando programa para o carnaval. Estavam sendo preparado dois bailes infantis e um grande grito de carnaval.

## 12.3 AS ELEIÇÕES NO SINDICATO DA EXTRAÇÃO

Uma diretoria de um sindicato como o nosso não pode, se quiser realizar alguma coisa, fazer tudo sozinho."

Na segunda quinzena de março, seriam realizadas as eleições do Sindicato da Extração. Wilton Valença concorre para o seu terceiro mandato como presidente. Ocorre algo semelhante às eleições do SINDIPETRO, em 62, em relação ao fracionamento das oposições, saindo quatro chapas, com repercussão na imprensa local.

Uma chapa é encabeçada por Manoel Bonfim. A chapa 2

— Renovação 2004 — é encabeçada por Ivon Ferreira, que seria
um dos poucos trabalhadores da extração presos com o golpe de
64. A chapa 3 tem na presidência Wilton Valença, ficando Walter
Bezerra de Andrade como encabeçador da chapa Unidade, Justiça e
Trabalho.

O jornal A Tarde fica, inicialmente, do lado dos opositores, mudando para o lado de Valença depois de uma "pesquisa" onde comprovava que o mesmo "é líder inconteste da categoria". Pode ter influído para a posição inicial, a crítica aos acordos de Valença para a formação da chapa".

A chapa 2 propõe a reforma total dos estatutos "para criar condições de participação efetiva dos associados", através das assembléias, na direção do órgão. "Propõe ainda a descentralização dos serviços do sindicato, com subdelegacias e comissões de trabalho, e assembléias semanais". Chega a dizer, claramente, criticando o Sindicato, que este representaria:

Iniciativa privada de uns poucos que, no final, auferem lucros extraordinários... a grande verdade é que negociam os interesses dos trabalhadores da extração do petróleo.

Em têrmos de política sindical, defende o "aumento da produção", do assistencialismo, e a influência na administração da PETROBRÁS, além de encampação das refinarias particulares e extensão do monopólio do petróleo.

;

A chapa de Walter Bezerra de Andrade foi a primeira a ser lançada, colocando-se como de renovação sindical. Em sua plataforma, propunha a reforma dos estatutos e a descentralização das delegacias sindicais, mas também:

Colonia de férias, hospital, Departamento Educacional, assistência à infância, cooperativa mista, bandeiras reivindicatórias da categoria, prestação de contas trimestral e as reformas de base no que diziam respeito ao petróleo.

As eleições não ficaram apenas nos limites da empresa, naquele importante período da conjuntura. A chapa 2 de Ivon Ferreira recorre à DRT para que lhe seja fornecida uma certidão da prestação de contas, do prazo de mandato da diretoria e de outras informações acerca do Sindicato da Extração, a qual, se fosse concedida, inabilitaria a diretoria a concorrer.

Poucos dias após, novas denúncias de Ivon. Informa que está reunindo elementos para se dirigir ao Ministério do Trabalho para que o mesmo obrigue a diretoria do sindicato a cumprir a Portaria Ministerial nº 146, de 18 de outubro de 1947, que regula as eleições sindicais. Admite que o sindicato não poderá realizar as eleições dentro do prazo legal, ou seja, até 28 de fevereiro, trinta dias no mínimo, antes do término do mandato dos diretores, por "desorganização reinante na secretaria do órgão de classe ao qual pertence".

Posteriormente é a vez de Manoel Alves Bonfim, se referir ao receio que teriam os operários de se pronunciarem

contra a má administração do sindicato, uma vez que existiria uma "máquina de transferência" funcionando contra todos os que discordassem da diretoria do Sindicato. Faz ainda comparações com a Gestapo. O motivo teria sido a anotação pelo vice presidente da entidade, Alencar Ferreira Minho, do nome dos operários que compareceram a uma reunião, em Candeias, com a chapa por ele encabeçada, tirando conclusões de que o gesto seria "para transferir ou demitir da empresa, sem dúvida alguma".

Quanto aos apoiadores da chapa de Valença, estes argumentam:

Não nos ocupemos com candidatos que visam somente ocupar o cargo, para se fazerem... Observem com atenção a plataforma da "oposição" e verão que eles apenas se limitam a difamar a atual administração. Não é uma plataforma sadia, que mostre aos associados o que pretendem realizar no futuro e quando apresentam algo já era antes do projeto do companheiro Wilton Valença.

O Sr. Walter Bezerra fazia parte da administração do companheiro Wilton Valença, numa demonstração de traição abandonou o nosso Sindicato para se candidatar a presidente, demonstrando desta maneira que amanhã poderá trair a nossa classe.

O Sr. Ivon Ferreira, que tantos erros cometidos pela atual direção tem apontados vem sendo apoiado pelo partido comunista dando alta demonstração de que é inimigo do trabalhador brasileiro.

Portanto, companheiros, não sejam eleitores encabresta-dos. Parem. Pensem e verão que os candidatos da oposição jamais poderão trazer tantas vantagens aos associados como trouxera o companheiro Wilton Valença.

Antes das eleições façam um exame de consciência e vejam quanto foram valorizados os empregados da PETROBRÁS na administração Wilton Valença. Senão vejamos: férias bi-remuneradas; casa própria para os servidores (em pleno andamento); ônibus para os campos; supermercado (SUPETRO); equiparação salarial com Cubatão; valorização das faixas salariais; promoção com um ano e seis meses; férias com 30 dias; apoio aos delegados sindicais para defender o companheiro; Comissão Disciplinar Paritária

(acabando com as injustiças de muitos chefes); reajuste de 6 em 6 meses no salário...

Unidos seremos forte.

Com Wilton Valença seremos valorizados. Teremos o nosso Sindicato forte. As refinarias particulares serão encampadas. A PETROBRÁS terá sempre um soldado vigilante contra os seus inimigos

Manifesto dos Trabalhadores do campo de Buracica".

Essas palavras eram escritas vinte dias antes do golpe militar e creditadas aos trabalhadores de Buracica, um dos campos da Região de Produção da Bahia. Sua crítica à oposição tinha um fundo de verdade. As chapas de oposição não se afastam muito da política encaminhada por Valença. Ao defender o assistencialismo, o aumento da influência política dentro da direção da empresa e bandeiras nacionalistas, na verdade propõem uma maior participação dos trabalhadores na gestão dessa política.

Por outro lado, o manifesto da Buracica reforça a crítica das oposições à descentralização e contra o personalismo ao debitar todas as melhorias conquistadas pelos petroleiros nos últimos anos à ação de Valença, e não à luta dos petroleiros. Algumas, inclusive, inexistentes, como a equiparação salarial a Cubatão que, como vimos, se tratou de uma greve dos trabalhadores da refinação, com apenas a participação da base da extração de Candeias.

As eleições realizadas nos dias 19, 20 e 21 de março confirmariam a hegemonia do grupo que se articulava com Valença na época que teve quase 3 mil votos. Contudo, o resultado não

patenteou a pesquisa de A Tarde que apontava o mesmo como "liderança inconteste", a exemplo do que aconteceu com Mário Lima no SINDIPETRO, em 1962. Destaque-se, neste sentido, a votação obtida pela chapa 2 de Ivon Ferreira que obteve aproximadamente 1.200 votos.

A partir do dia 21 de fevereiro, há uma mudança nas posições do jornal A Tarde. Suas matérias não atacam o dirigente Wilton Valença, mesmo nos momentos mais tensos do golpe militar e do regime. Nesses momentos, o combate era centrado ora nos petroleiros em geral, ora nos superintendentes, ora em Mário Lima, ou no SINDIPETRO, e até no Sindicato da Extração.

No entender de algumas lideranças da época, tal mudança de orientação, pródiga em adjetivos, não se deveria mais a "pesquisas" mas a opinião de líderes conservadores influentes que viam em Wilton Valença uma alternativa mais conciliadora em relação a Mário Lima. De indícios que autorizassem esta opinião somente a amizade e o trânsito que Valença desfrutava junto a eminentes próceres das elites locais e nacionais, desde Luiz Viana até o General Lott. Este último teria intervido nos anos cinquenta para impedir a sua demissão da empresa, conforme o próprio sindicato reconhece. Entrevistados afirmam que Luiz Viana teria evitado sua prisão e a cassação de seu mandato de deputado após 64. Para isto, pode ter contribuído ainda a posição de Valença antes do golpe de

:

não ter apoiado a greve que o SINDIPETRO queria promover para readmissão dos dois diretores "comunistas".

Alguns dias depois, de terminado o pleito, o jornal já proclamava a reeleição do Presidente do Sindicato e propagandeava a primeira casa dos trabalhadores da extração:

Trata-se de uma realização do deputado Wilton Valença, cuja reeleição para o Sindicato da PETROBRÁS tem-se como assegurada, mercê da obra que vem efetuando à frente daquela entidade sindical, por três períodos consecutivos...

Wilton Valença, a quem se deve este empreendimento, 6 um homem dinâmico e ativo. Vindo da sondagem dos campos petrolíferos, galgou, por merecimento, a presidência do Sindicato, onde vem realizando um trabalho fecundo e merecedor de elogios. Fraternal e amigo, é a mola propulsora da harmonia sindical que existe entre os que labutam na extração do ouro negro... Buscando sempre, novas metas que permitam a realização do programa de trabalho produtivo, os resultados obtidos são o testemunho da sua atuação honesta e proveitosa.

Espera-se, por isso, que o deputado Wilton Valença permaneça à frente dos destinos do Sindicato da PETROBRÁS, ainda mais uma vez, por que de sua liderança está a depender o sucesso da classe petroleira e, talvez, os destinos da paz social da PETROBRÁS.

### 12.4 CONTAGEM REGRESSIVA

No fim de janeiro, Bilac Pinto, presidente da UDN, faz um apelo às armas em virtude de que "estariam sendo distribuídas armas aos sindicatos rurais e na orla marítima com

a co-autoria do presidente". O governo responde dizendo contar com um "sólido dispositivo militar" apoiado pelos sindicatos.

O programa mínimo de San Thiago Dantas para buscar apoio para o governo através das reformas de base, assim como o novo comportamento de Jango, abrem espaço para a criação da Frente de Apoio ou Frente Única Democrática

...pela iniciação das reformas de base, por força das quais se realizará a substituição de estruturas e instituições inadequados à tranqüila continuidade do nosso progresso e à instauração de uma convivência democrática plena e efetiva.

No documento, o governo propõe que o Congresso avalie a possibilidade de convocação de um plebiscito sobre as reformas de base, deixando antever que as mobilizações posteriormente efetivadas destinavam-se a pressionar a instituição. Sobre a PETROBRÁS afirma:

A PETROBRÁS, que constitui, hoje, o maior conjunto industrial da América Latina e integra nos seus quadros um dedicado exército de trabalhadores e de técnicos, tem diante de si, ainda vasto programa a cumprir para a concretização de seus objetivos, indissoluvelmente vinculados à emancipação econômica do país. Daí a atenção revelada do meu governo para com os problemas que afetam a grande empresa de petróleo, a fim de, mediante providências de ordem administrativa e assistência técnica do mais alto nível, remover os obstáculos que entravam a sua expansão e o melhoramento de sua rentabilidade.

A constituição de uma frente ampla, incluindo até o PSD, na sua opinião, se constituiria no veículo central de mobilização e ação política para garantir estas conquistas. Abre-se, porém, uma conjuntura de monumental disputa dos campos

à esquerda e à direita para influenciar a opinião pública em relação à condução dos destinos do país. Um lado, com o Governo Federal e o governo do Rio Grande do Sul, tendo boa relação ou neutralizando governadores do Norte e Nordeste e de pequenos Estados. Outro lado conta com os governos do Rio, São Paulo e Minas Gerais. Um lado, disputando programa de reformas de base. Outro, trabalhando com preconceitos e tradições arraigados na população. Um lado contando militares COM legalistas, progressistas, nacionalistas, ou de esquerda, vindo em sua minoria da hierarquia mais baixa das forças armadas. O outro lado, contando com a tradição intervencionista de manutenção do "STATUS QUO" das cúpulas militares.

O país entra em escalada de grandes manifestações na disputa entre o cargo democrático e popular e os setores conservadores.

Ao inaugurar um estilo mais radical nas suas aparições no período, Jango pretendia ocupar também o espaço à esquerda de Miguel Arraes e Brizola, preparando-se para um possível segundo momento da sua estratégia caso não conseguisse as reformas, o ano vindouro: o das eleições presidenciais.

Inicia-se, então, a realização de grandes comícios previstos para as principais capitais do país. O primeiro foi no Rio de Janeiro, na Praça da República em 13 de março, com a presença de 150.000 pessoas. Jango assina o decreto de nacionalização de todas as refinarias particulares e o decreto

do SUPRA que tornava sujeitas a desapropriação todas as propriedades de mais de 100 hectares localizadas até 10 km à margem de ferrovias, e as terras de mais de 30 hectares localizadas nas zonas que constituem a bacia de irrigação dos açudes públicos federais, prometendo ainda novos decretos, entre os quais, o controle dos aluguéis.

A PETROBRÁS também está presente nas palavras de ordem popular: ESTÁ NA HORA DO MONOPÓLIO INTEGRAL - TUDO DE PETRÓLEO PARA A PETROBRÁS. Foi o que se escreveu nos panfletos, faixas e cartazes do ato.

A mensagem que Jango enviou ao Congresso no dia 14 foi respondida com o pedido de impeachment do presidente. Não havia, contudo, condição regimental para obter os 2/3 dos votos para consumar os objetivos da direita afastando o presidente pela via institucional. No dia 15 uma medida provisória do presidente da República daria o monopólio das importações de petroléo à PETROBRÁS.

Em 19 de março ocorria a manifestação da direita em São Paulo, que, segundo os próprios envolvidos, teria reunido cerca de 500.000 pessoas. Foi organizada pela FIESP, Sociedade Rural Brasileira, setores de Igreja Católica e das mulheres, Governo do Estado, como uma "Marcha da Família com Deus pela Liberdade". E ocorre no mesmo dia em que, segundo os arquivos oficiais, Mário Lima pronuncia seu último discurso antes de ser cassado.

O dirigente sindical congratula-se com o presidente da República pela encampação das refinarias particulares, afirmando esperar que logo seriam baixados decretos tornando monopólios do Estado a indústria petroquímica e a atividade de distribuição do petróleo e derivados em todo o país".

Em 20 de março é divulgada a comunicação de Castelo Branco, chefe do Estado Maior do Exército, aos militares sobre o momento político.

"Compreendo", dizia ele, "a intranquilidade e as indagações de meus subordinados". Mais adiante, Castelo Branco ataca a idéia de uma Assembléia Constituinte como prelúdio de uma ditadura: "O povo brasileiro está pedindo ditadura militar ou civil e constituinte? - Perguntava ele. - "Parece que ainda. não". Não devia ser esquecido o papel histórico das Forças Armadas como defensoras da ordem constitucional e das leis, inclusive as que asseguram o processo eleitoral".

No dia 25, ocorre em Salvador, na sede da Federação dos Trabalhadores na Indústria, na Rua Guedes de Brito, a assembléia para transformação da ASPETRO em sindicato. Havia muita gente da COPEB e a mesa contaria com a presença de Emanoel Rego<sup>11</sup>.

No dia 26, ocorre a revolta dos marinheiros e fuzileiros navais do Rio contra a atitude do Ministro da

Marinha, Almirante Silvio Mota, que havia proibido comemoração do segundo aniversário da Associação Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil e determinado a prisão do seu presidente Cabo José Anselmo no dia anterior. Mais de 1000 revoltosos se estabelecem na sede do Sindicato dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro e a questão só foi resolvida com a intervenção do Exército, uma vez que o contingente enviado para resolver a situação adere aos militares. Após o episódio Goulart pressiona o ministro da Marinha para deixar o cargo, além de determinar a libertação dos prisioneiros. O novo ministro é escolhido através de uma lista tríplice elaborada pelo CGT.

O episódio enfurece ainda mais a alta oficialidade pois feria um dos seus princípios mais caros: a noção de autoridade. No mesmo dia, ocorre na Refinaria uma assembléia ordinária convocada através do edital publicado em jornal de grande circulação, para aprovar o relatório e prestação de contas da diretoria que estava encerrando o mandato. Seriam sucedidas por duas assembléias a se realizarem no dia 31, em Salvador e Candeias. Eram atos preparatórios da eleição que ocorreria em maio.

No dia 30, Jango comparece e discursa numa reunião de sargentos no Automóvel Clube, o que serviria como pretexto para o ínicio do golpe. No discurso, confirmava a sua ação no episódio do dia 26. Neste dia, os Generais se reúnem no Clube Militar e lançam nota condenando o CGT. Na manhã do dia 31, o

general Mourão Filho, marcha com suas tropas de Minas Gerais para o Rio de Janeiro aparentemente precipitando o Golpe, programado para 2 de abril quando seria realizada até uma manifestação conservadora.

O clima existente nas Forças Armadas, naquele período era de confiança no "dispositivo militar" do governo e influíu na falta de preparação da militância. Nos escalões do governo, falava-se da "insignificante rebelião de Minas" e apostava-se no "espírito legalista das nossas "Forças Armadas".

O governador Magalhães Pinto já expedira o manifesto aos mineiros convocando a população a agir para a "restauração da ordem constitucional comprometida". Na marcha para o Rio, esperava-se a resistência do General Âncora, situação que se reforça em função do General Amauri Kruel — amigo pessoal de Jango e chefe do 2º Exército — que na tarde deste dia ordena o deslocamento de tanques para o Rio.

O CGT convoca Greve Geral em resistência ao golpe militar, contudo, mais uma vez com repercussão prática significativa apenas na Guanabara em movimentos que iam sendo deflagrados à medida que eram conhecidas as informações da gravidade dos movimentos militares. Na Guanabara, pararam ferroviários, têxteis, portuários, bancários e metalúrgicos. Em São Paulo, param portuários e ferroviários da Baixada Santista. Param, ainda, os operários da Refinaria de Mataripe e algumas outras categorias, na Bahia e em outros estados. Com a prisão

em massa de dirigentes sindicais, populares, partidários, e de empresas estatais, a paralisação desarticula-se a partir de 2 de abril. Não porém, sem que ocorresse resistência durante alguns dias, na Leopoldina, em Mataripe e em outros locais.

Em dois anos, o governo interviria em 432 entidades sindicais. Foram 5.000 processos de investigação, envolvendo 40.000 pessoas. Cerca de 10.000 funcionários públicos foram demitidos ou forçados a pedir demissão. E 378 brasileiros tiveram seus direitos políticos suspensos entre 21.4 e 15.6.64.

### 12.5 NOS DIAS DO GOLPE

O Mário foi procurar saber dele (Lomanto) qual a posição dele e ele todo medroso não se definiu... (Osvaldo Marques)"

Somente no dia 1º de abril, quando vêm a público as movimentações das tropas, é que os preparativos da greve se aceleram. O SINDIPETRO não fugiu à reação tardia e às ilusões de lideranças. Estava marcada para o dia 31 de março, em Candeias e Salvador, a assembléia de prestação de contas da diretoria em mandato prestes a se encerrar. Apesar de não termos conseguido as atas, no caso de Salvador poucos devem ter comparecido, pois o livro de presença de associados, na sede, neste dia, registrou apenas 40 assinaturas. Este número,

porém, cresce para 323 em 1º de abril e para 453 a 2 de abril, quando é encerrado.

No dia 1º, militantes e simpatizantes do PCB reúnemse no Sanatório Santa Mônica para os preparativos de um Plano de Resistência, porém, as discussões sobre o mesmo duraram até o dia 3, quando os principais pontos estratégicos já haviam sido tomados.

Mário Lima e Emanuel Rego se encontraram com o governador Lomanto Júnior no Jornal da Bahia no dia 1°, para avaliarem a situação e combinaram nova reunião para o dia seguinte. Posteriormente, o presidente do SINDIPETRO compareceria, junto com Alencar Ferreira Minho do Sindicato da Extração, a uma reunião no Sindicato dos Estivadores onde é decretada a greve geral, assumida na prática apenas por sete sindicatos.

Na Refinaria, enquanto isto, o superintendente Ernesto Drehmer já havia recebido, desde as primeiras horas de trabalho, uma Comissão do Sindicato que levantou a hipótese da greve caso chegassem tropas para ocupar a Refinaria. Posteriormente, foi realizada ao meio-dia assembléia na Concha Acústica.

Osvaldo, que já havia chegado à Refinaria, é quem dirige a Assembléia. Sua posição foi cautelosa: "Logo de início fui contra e falei: nós devíamos decidir isso em assembléia...

Companheiros é o seguinte: nós estamos numa assembléia política, não sabemos o que poderá advir".

Diz Osvaldo que os trabalhadores não aceitaram a sua opinião:

Ah companheiro! Você está com medo! — Aquele tumulto, aquela coisa, eu fui obrigado a transmitir, bem não que tão obrigado, mas era uma assembléia, um momento político, de forma que eu dei a minha opinião, o pessoal não acatou não, conclusão: paralisaram e mais tarde veio as conseqüências, desemprego. Eu não me lembro muito bem, mas o pessoal da extração não parou. Parou foi o pessoal de escritório.

Chega Mário Lima e reúne-se com o Superintendente quando teria comunicado a greve geral dos sindicatos. Neste dia, são tomadas as medidas técnicas para a paralisação. À noite, enquanto se reuniam os grupos políticos em Mataripe, Jango viajava para Porto Alegre enquanto era declarado "vago" seu cargo pela Câmara dos Deputados.

Houve diferenças táticas na resistência ao golpe. Uns consideravam a greve como o centro da atuação, outros, como a PO e o PCB, chegaram a enviar militantes aos municípios do interior, pensando em um movimento amplo de resistência. Uma reunião do Comitê Municipal do PCB, no dia 1º, decide por esse encaminhamento. Os trabalhadores passam a controlar o movimento do TEMADRE e das vias de acesso à Refinaria a partir de rádios e veículos.<sup>21</sup>

No dia 1º, Abelardo Jurema apela, através de emissora oficial do governo, para que o povo saísse às ruas para lutar contra os golpistas. No fim da manhã, Jango viaja para Brasília enquanto no Rio as tropas do 1º Exército, ali sediadas, se confraternizam com os golpistas. Em Brasília, Jango verifica que a situação é difícil para a resistência e ruma, à noite, para o Rio Grande do Sul. Ainda nesta noite, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade - o mesmo que Jango indicou para primeiro-ministro dois anos antes e que renunciou pela ação dos sindicatos — declara "vaqa" a presidência, já empossando como exercício" o "presidente em deputado Ranieri Mazilli, presidente da Câmara e substituto natural do presidente, segundo o artigo 79 da Constituição.

O quadro de Porto Alegre era de resistência nas bases trabalhistas e brizolistas. No entanto, o comandante do 3º Exército tinha um posicionamento ambíguo, enquanto o governador Aldo Meneghetti havia fugido para o interior. No dia 2, o golpe já teria se estendido ao Exército do Sul e Jango refugia-se no interior de Estado nas suas fazendas partindo no dia 4 para o asilo no Uruguai. Brizola ainda demoraria certo tempo, antes de tomar o mesmo caminho.

Na manhā do dia 2 de abril, o presidente americano, Lindon Jonhson, envia cumprimentos cordiais ao "novo presidente" (sic) afirmando:

O povo norte-americano acompanhara com ansiedade as dificuldades políticas e econômicas pelas quais sua

grande Nação tem passado e admira a resoluta vontade da comunidade brasileira para solucionar essas dificuldades dentro de um arcabouço de democracia constitucional e sem guerra civil."

Ainda naquela manhã, dirigentes do SINDIPETRO encontram-se com dirigentes do Sindicato da Extração, na casa da viúva de Wilson Maranhão. A reunião havia sido articulada por Osvaldo em Salvador, em contato com Mário Lima. Apesar de estarem presentes outros diretores, Mário Lima reuniu-se à parte com Valença entregando a administração do SINDIPETRO a este através de documento.

Mário Lima sai, levando uma comunicação das duas entidades na qual os trabalhadores prometiam "ir às últimas conseqüências" caso Goulart não retornasse ao poder. Pensava em ir até Brasília, deslocando-se com José Ornellas até o aeroporto, onde pretendia tomar um avião da FAB, chegando a fazer contato com o comandante da base aérea, sem sucesso. Ao voltar, é informado da invasão da sede do SINDIPETRO no final da manhã, dirige-se então ao Palácio de Ondina para a conversa marcada com o governador, sendo atendido pela secretário Augusto Carneiro que lhe diria que Lomanto não poderia atendê-lo. Na oportunidade, recebe voz de prisão do Secretário da Segurança Luis Cabral, que lá se encontrava. No mesmo dia, Jair de Brito, presidente da ASPETRO, é preso em sua casa".

Circulam diversas versões sobre as declarações de Mário Lima no Palácio de Ondina. Segundo o próprio, teria apenas afirmado que "fatos graves poderiam acontecer na Refinaria" se ele não voltasse. As classes dominantes divulgaram a versão de sua ameaça de incendiar a refinaria. Mário Lima reconheceria, porém, mais tarde, que "agiu nervosamente".

Jair de Brito, ao descrever o estado de espírito dos trabalhadores naquele dia, afirma:

Aqui na Bahia, no golpe militar de 64 nós paramos, mas paralisamos mesmo. Agora, trouxe uma coisa, as lideranças presas, bastou o Lomanto vir para a televisão, que naquele tempo ele era governador, que horas antes ele estava conversando com o presidente, no palácio, dando apoio inclusive ao presidente, de 1á ele telefonou para o palácio do governo e de 1á pegaram o presidente do sindicato lá dentro do Palácio do Governo, prenderia por um telefonema do governador, que antes, um dia antes estava de nosso lado...

Considera este fato decisivo para a reversão da mobilização dos trabalhadores. Não comenta, porém, sobre as expectativas existentes no seio dos trabalhadores quanto à posição de Lomanto, e a de outras autoridades da cúpula governamental.

Com melancolia, avalia o trabalho sindical desenvolvido:

As nossas lutas eram: equiparação salarial, luta por triênio, luta por isso, luta por bens materiais, então na hora que teve um golpe de estado, um golpe de direita, chegou e foi todo mundo trabalhar. Não houve substituição de liderança, que também nós não preparamos. A nossa ingenuidade era tão grande que não se pensou nunca na gente ser preso. Não se preparou uma equipe, também a repressão era violenta.

;

A greve dos trabalhadores da refinação se estenderia até o dia 4, quando sai a nota conjunta dos sindicatos do petróleo da Bahia no jornal A Tarde. Contudo, o retorno do funcionamento foi no "murro", como reconhece Ernesto Drehmer, principalmente dos técnicos, que, durante o fim de semana, trabalharam em regime integral para colocar a refinaria em funcionamento na 2º feira.

No dia 5, o embaixador americano, Lincoln Gordon exaltaria o golpe em palestra na Escola Superior de Guerra:

Este acontecimento pode ser incluído, juntamente com o Plano Marshall, o Bloqueio de Berlim, a derrota da agressão comunista na Coréia e a resolução da crise dos mísseis em Cuba, como um dos principais pontos divisores da história mundial nos meados do século XX."

Um relato daqueles dias está na entrevista de Ernesto Drehmer:

Saí da refinaria quase meia noite (do dia 31/03), aí quando cheguei em casa liguei o rádio, peguei uma estação de Minas Gerais que transmitia o General Mourão se deslocando... Não chegou na refinaria nenhuma informação... Depois chegou uma delegação do sindicato que morava lá na Vila, aí o que se vai fazer, o que não se vai fazer... Chegamos à conclusão de esperar pela manhã, passar um rádio, saber informações...

De manhã, o rádio estava com problemas, veio a comissão do sindicato ao meu gabinete dizendo ter notícias que viriam tropas militares ocupar a refinaria e se houvesse isso, se ocupassem a refinaria, que eles iam entrar em greve, essa era a posição deles...

Ele entrou em contato com o superintendente administrativo que estava em Salvador, pedindo a ele para ir na VI Região Militar para se inteirar da situação e se há a possibilidade de vir tropas para Mataripe; em 60, foi lá a PM...

Às 10:30, o Mário Lima chegou na refinaria dizendo que têve uma reunião de diversos sindicatos e foi decidido fazermos greve e comunicaram a greve e que iriam parar a refinaria, pedi-lhe então que trouxesse um grupo maior para organizarmos a parada, o que ele fez... os ignorantes me acusam de ter feito uma reunião para programar a parada..."

Às 12:30 o rapaz de Salvador me liga dizendo que o quartel estava cheio de gente, uma afobação, e que só tinha sido recebido por um coronel onde transmitiu a preocupação nossa que não mandassem tropas para evitar a greve. Eles diziam que não iriam mandar tropas, já que tinha essa possibilidade, eles iam aguardar os acontecimentos. Pedi-lhe que voltasse lá e comunicasse que a refinaria já estava em fase de paralisações e que os sindicatos estão juntos entrando em greve. A informação de 8 horas da manhā deixou de ser válida...

A situação de manhã estava pouco definida, quando foi de tarde, o Jango já tinha ido para o Rio Grande do Sul" então, as tropas foram para lá no outro dia, foi quarta feira, se não me engano...

Chegaram lá me procuraram, a gente conversou, me fizeram um plano de ocupação da refinaria, estava tudo parado, mas eles foram desenvolvendo o plano deles... tinha trabalhadores nos alojamentos... De 4ª até 6ª feira, o pessoal do sindicato que eu conhecia estava lá, não aceitaram...

Começaram a chamar pessoas para vir a Salvador prestar esclarecimentos... primeiro, eram poucas. Na sexta - feira chegou um representante da diretoria da PETROBRÁS e eu fui chamado a ir pro quartel general... O CREBA, através de seu vice-presidente, estava lá... Me deram voz de prisão, o Coronel Humberto de Melo que era o chefe do Estado Maior. Depois, chegou o General Mendes Pereira. Ele mandou revogar a tal ordem de prisão e mandou eu convocar os empregados da PETROBRÁS para retornar aos trabalhos...

Sexta-feira à noite, quando começou a funcionar os ônibus do turno, apareceu gente demais para trabalhar, aí começou o trabalho para recolocar a refinaria em funcionamento. Esse trabalho terminou segunda-feira. Foi de sexta à noite até praticamente segunda-feira sem dormir."

Drehmer então recebeu um convite do General Futuro que queria conhecer Madre Deus. "A esta altura já tinha um bocado de gente convidada a ir a Salvador..."

Na mesma segunda-feira sairia a Portaria nº 29 da DRT, editada no domingo, pelo delegado Amadiz Barreto, desafeto de Mário Lima, intervindo no SINDIPETRO, destituindo todos os seus dirigentes e nomeando os interventores, por determinação do Secretário do Interior e da Segurança, através do ofício 361/64".

Drehmer foi preso um pouco depois de ajudar a retomar a operação na refinaria. Ficou detido junto com Osvaldo Marques e muitos outros no Quartel de Mont Serrat.

Emanuel Rego teria ido para Mataripe na tarde do dia 1º abril para preparar a resistência, também ouviu os noticiários na noite do dia 31 de março. Foi com Mário Lima para o encontro com Lomanto Júnior e, após o almoço, rumou para Mataripe, para relatar a sua visão dos acontecimentos na refinaria.

Com a confusão partindo de Minas Gerais, General Mourão, Luis Carlos Guedes, o Rio de Janeiro estava em confusão. Não sabia se aderia, Ademar hesitava... Em Mataripe fiquei o dia 1º dentro da minha unidade... Fui encontrar com Osvaldo, com Luis no dia 2 e Osvaldo já tinha colocado a nota no jornal..."

Lembro-me que o Coronel Futuro deu a mim e Luis (Luis Caetano de Souza Júnior) um salvo conduto para irmos à Rádio Sociedade botar um anúncio para chamar o pessoal pra trabalhar senão seriam todos demitidos...

Depois da Casa de Osvaldo voltei para Mataripe, me esconder na casa do rapaz. Como estava com salvo-conduto, saí de Mataripe numa ambulância liberada pelo chefe do serviço médico", que logo em seguida foi preso porque liberou a ambulância. Fui deixado em Periperi, com uma capa, na casa de uma tia da minha mulher. Fiquei no quarto, escondido.

Tinha como fugir mas preferi não. Em função de doença de família resolvi me entregar. Fui para casa de Eugênio Antonelli e ele "foi me apresentar ao General Futuro"... Levaram-me para o hotel. Ele não tinha nível para interrogar ninguém... Ele disse a minha mulher: - Seu marido me botou no bolso, tem uma lábia...! - Naquele dia mesmo fui levado ao quartel do 19º BC pelo tenente Fontoura e outro tenente. Eu com um medo danado porque ele dirigiu mal, fez uma barbeiragem na estrada..."

Emanuel Rego foi preso em 8 de abril.

Na noite de 2 de abril se verifica o pronunciamento, várias vezes anunciado, do governador Lomanto Junior, mas feito através de TV e apoiando os militares. Neste mesmo dia, ocorre a ocupação do TEMADRE, através de tropas do 2º Distrito Naval, inclusive com navios, e da Refinaria Landulpho Alves. Com uma vigilância e comunicação bem montada, os trabalhadores não foram pegos de surpresa como na invasão da sede do sindicato. A maior parte dos dirigentes e ativistas sindicais pôde se esconder ou escapar. Mesmo com a ocupação os trabalhadores ainda levaram dois dias em greve.

Anderson Costa conta alguma coisa daquele processo:

:

Praticamente ficou a refinaria sob certa tensão, já aguardando pelos boatos, pela chegada de tropas, que se confirmou na parte da manhã... ficando a administração sob controle em princípio de um coronel, não me lembro o nome. Um cidadão..., que a figura era prático, um tal de Coronel Futuro e outro que não me lembro muito, mas depois ví o nome dele em órgão da SUNAB, CONAB, que era o orgão de parte administrativa... Muitos inquéritos utilizaram o hotel da alta administração... muitos boatos, se achavam que era um monte de armamentos.

# 12.6 A INVASÃO DA SEDE DO SINDIPETRO

Era uma operação terrorista... operação Gestapo... no que entraram, foram logo destruindo gabinete dentário, mesa e dando porrada no pessoal.

(Nemésio Salles)"

A invasão da sede do SINDIPETRO se deu no dia 2 de abril, pela manhã, pegando os petroleiros de surpresa". Tratouse, provavelmente, da principal ação repressiva efetuada na cidade de Salvador durante o golpe militar. A violência da ação executada pela Polícia Militar sob o comando do Tenente Etienne Falcão, no centro da cidade, visava produzir efeitos intimidatórios sobre a população e desarticular os petroleiros, em particular. No caso destes últimos, era acompanhada das prisões de seus líderes, efetivadas a partir deste dia.

Mais ou menos 50 soldados realizaram a operação executada pela Polícia Militar, e que foram armados de cassetetes, revólveres, fuzis e rebenques. A operação se realizou em aproximadamente meia hora, esvaziando o sindicato". Tropas do Exército deram cobertura à ação, utilizando, inclusive, armas pesadas como canhão e bazuca".

O depoimento de Nemésio Salles mostra o clima existente em Salvador na época:

No dia 31 de março... nós estávamos ali na Rua Santa Clara do Desterro discutindo detalhes do Congresso (o Congresso Baiano dos Trabalhadores Rurais) quando chegou um companheiro do Rio me procurando... dizendo que a situação estava preta..."

Foi convocada uma reunião naquela noite para a sede da Federação dos Trabalhadores na Indústria, "inclusive com a AP". Compareceram "seguramente mais de 40 pessoas com expressão em seu setor". Nemésio não lembra bem o caráter da reunião, se convocada pela CPOSB, ou não. Lembra da presença de sindicalistas, estudantes e políticos, a exemplo de Murilo Cavalcanti, na época, um nacionalista.

A idéia central era de resistência ao golpe. O enviado do PCB do Rio veio a Bahia para isto. Informou que "já havia uma articulação militar e que seria preciso uma grande mobilização para conter isso". Informou ainda da saída de tropas de Minas Gerais. "Saímos de lá com a decisão de paralisar o que se pudesse paralisar... pra reagir ao golpe".

A existência de nova reunião no dia posterior, agora no Sindicato dos Estivadores, devia-se, possivelmente, à situação do movimento sindical à época, com a existência de diferentes articulações e, talvez, à pouca amplitude política da reunião citada por Nemésio Salles na Federação dos Trabalhadores da Indústria. "Não havia um centralismo".

No dia 1º, Nemésio procurou preparar-se para os acontecimentos, sendo informado pelo gerente de um banco do fechamento de qualquer crédito, e tendo uma reunião com o Comitê Municipal do partido para preparar a resistência. A reunião decide também enviar militantes ao interior.

Nós achávamos que por contar com Chico Pinto, que era uma liderança forte, e que se articulava com outros prefeitos... e se nos deslocássemos para o interior... Teve gente que tomou o poder no interior... fez Comitê Popular.

Na manhã do dia 2, Nemésio percorreu alguns sindicatos, dos ferroviários, do porto, não encontrando ninguém com quem pudesse conversar. Deu uma volta pela cidade, pois naquele momento ninguém sabia como as Forças Armadas iriam se posicionar. Pôde então ver ninhos de metralhadoras e movimentos militares que, apesar de não serem grandes, "mostravam que o exército estava no golpe."

Aproximadamente às 9:30 horas chega à sede do SINDIPETRO na Piedade. Havia muita gente na porta e, lá dentro,

o clima era de perplexidade. A categoria estava em greve e a diretoria havia ido conversar com Lomanto.

— Todo mundo com a mão na cabeça... — O que é que eu vou fazer... sou chefe de família...

Um clima propício à derrota era visível, com a adesão do Exército. Apesar de funcionar a "cadeia da legalidade" de Brizola, as informações eram ruins. Segundo Nemésio, "A coisa era muito pelo rádio... revolução pelo rádio."

Vendo a situação e com a cobrança da parte dos trabalhadores dos movimentos de resistência existentes, aque:

Eu subi numa cadeira e disse: pessoal vamos agir com calma: A direção do Sindicato foi ao governador... estava todo mundo cobrando... a direção do sindicato está encaminhando a questão em termos políticos.

Considera que Lomanto estava seguramente com Jango:

Ele redigiu uma nota de apoio a legalidade, sendo comunicado várias vezes pelo rádio: — Dentro de alguns instantes, teremos o pronunciamento do governador... — E esse pronunciamento não saía.

Considera Nemésio que a greve já estava decidida mas não havia informes de como estavam os diversos setores.

Quando estava nesta mini-assembléia... eu só ouvi o grito... - É vem a polícia!... É vem a polícia! — foi assim como um raio... eu só vi o tropel do pessoal que estava na porta entrando... querendo pular o muro. Eu disse: — Eu estou campado, não tenho saída... — Como havia uma escada para o andar intermediário até a cooperativa, fui para a sala do gerente, tendo o cuidado de tirar os óculos e esconder nos arquivos a identidade, para passar como gerente.

#### Afirma Nemésio que:

:

Era uma operação terrorista... operação Gestapo... No que entraram foram logo destruindo o gabinete dentário, mesa, e dando porrada no pessoal... Não prenderam ninguém pois não traziam listas do pessoal."

Continuando Nemésio a sua narrativa do episódio:

Como haviam fechado a porta de trás da cooperativa para proteger o pessoal que se encontrava ali dentro, mulheres comprando, petroleiros, funcionários da entidade, eles só tiveram acesso pela frente. Havia senhoras desmaiando! Os policiais formaram um corredor polonês e Etienne gritou: — "Seu bando de filho da puta... vamos sair daí e eu quero isso é pra já."

O pessoal la saindo e eles batendo, quando eu saí eu só vi aquele campo de guerra... soldado... aí eu desci a ladeira ao lado."

Depois de uma moradora lhe dar abrigo num edifício, foi para Feira de Santana. Ali, foi realizada uma reunião com Chico Pinto, o pessoal da AP, e outros políticos, onde foi decidido que Feira seria o centro da resistência. "A palavra de ordem seria libertar a capital... dar apoio a Lomanto (...) porque até aquele momento Lomanto era considerado foco de resistência ao golpe".

Foi chamado o comandante da polícia local que fugiu para Salvador e mandou um sargento sem posições, não faltando quem pedisse sua prisão. Convocou-se a Guarda Municipal, armaram-se barricadas e marcou-se um comício. O discurso de Waldir Pires pela rádio foi uma ducha de água frial Dizia que os golpistas estavam levando vantagem e praticamente se despedia. O PSD correu pra cima de mim e Chico Pinto. — E agora? O que é que a gente vai fazer?

Tirou-se a Guarda Municipal, a barricada, e desmarcou-se o comício para tentar salvar o mandato de Chico Pinto. Desmobilizou-se tudo.

Retornando a Salvador, para a casa de parentes,
Nemésio retomou a articulação com a militância:

Tinha muita gente que estava se entregando espontaneamente... Não estavam agüentando a pressão.

Seu apartamento foi todo arrebentado, possivelmente no dia 2 ou 3. Depois de uma semana em uma fazenda, quando apertaram as coisas, voltou para continuar esse trabalho, chegando inclusive a enviar uma carta aberta ao Conselho da OAB por ocasião da prisão de Walter Filizola e que foi distribuída por militantes do partido para inúmeros advogados.

Por causa disto teve que partir para São Paulo no início de maio. Não foi preso, sendo condenado à revelia nos anos 70. "Eu fui impedido de exercício profissional durante todo esse tempo." Só recuperou a carteira de advogado em 1980 ou 1981".

Reinaldo Costa ("Mangabeira") reforça a avaliação de Nemésio sobre o caráter da invasão:

A cooperativa foi saqueada pelas tropas da Polícia Militar... Roubaram tudo... depois de saquearem quebraram tudo... a cooperativa... e o sindicato também.

Acrescenta, porém, a existência de certa resistência à ocupação: "Tanto a gente dava cadeirada como recebia... foi autodefesa."

Conta que a grande maioria saiu mesmo pelo fundo. Havia um quintal com uma janela, uma árvore "onde a gente segurava no galho e pulava", saindo na Ladeira da Rua Junqueira Ayres e dali para a Rua Mesquita dos Barris. "Mangabeira" diz que de lá chegou ao dique do Tororó que atravessou de barco, pegando depois um ônibus e voltando para o cenário dos acontecimentos acompanhado por ele do outro lado da praça em frente ao sindicato".

O depoimento de Etienne é elucidativo, embora divirja das afirmações dos entrevistados. Etienne, na época, era o

comandante da Companhia de Representação e Segurança da Polícia Militar que realizou as operações de repressão à resistência ao golpe de 64, na capital e no interior. A companhia era composta de mais de 300 homens, sendo 10 oficiais.

Etienne, como é conhecido, lembra-se de ter realizado "16 operações" antes, e durante a "Revolução". Antes de 64, participou das operações na Residência Estudantil, contra a ocupação de terras em Candeias, entre outras. Lembra-se que "em quase todas as greves bancárias nós tomamos parte". Durante a repressão golpista, participou das operações de Iaçu, Alagoinhas, Catu, Pojuca, da apreensão das armas do Corpo de Bombeiros, e — a mais famosa delas — a da ocupação da sede do SINDIPETRO na Piedade".

No seu entender, não via diferença nenhuma entre atuar na repressão ou prevenção dos movimentos políticos e reivindicatórios ou na ação contra a criminalidade: "recebia as ordens tinha que cumprir... eu pelo menos não fazia diferença nenhuma".

Mais adiante, porém, quase como uma justificativa chega a afirmar: "Eu era pago pelo governo... eu não via crime político nenhum... eu tinha obrigação".

Em 64, a ação de Iaçu foi contra os ferroviários que, segundo Etienne, "iriam dinamitar a ponte de ligação nortesul", havendo prisões, inclusive a do Prefeito. Nos casos de

Pojuca e Catu, tratou-se da "segurança das instalações dos campos da RPBA".

A tomada da sede do SINDIPETRO — como define o próprio Etienne — teve todas as características de uma operação de guerra, sendo utilizadas forças combinadas do Exército e da Polícia Militar e preparados meios demonstrativos de dissuasão e combate.

Diz Etienne que ouviu em casa, pelo rádio, que os oficiais deveriam se recolher ao quartel, para onde se deslocou. Naquele dia, a determinação partiu do Comando Geral da PM, que, naquele tempo, "era subordinado ao Secretário de Segurança Pública". Sua orientação era "ocupar e prender quem reagisse".

É Etienne quem confirma um início de resistência dos petroleiros:

Houve reação por parte deles... por parte dos petroleiros... Mas com a força que nós tínhamos eles não podiam revidar e acabamos tomando conta da sede.

Perguntado sobre as acusações dos líderes populares sobre o seu comportamento e dos policiais na ocupação e depredação da sede, fornece outra versão:

Os petroleiros (foram) que danificaram a maior parte dos instrumentos... tinha um dentista que danificou a maior parte do consultório... (houve) um que pulou o muro e fraturou a perna e foi conduzido para o Pronto-Socorro. Além destes, as prisões teriam sido poucas, "não teve mais de 5 prisões".

Sua avaliação geral é que: "A revolução na Bahia foi tranquila... prisões muitas, mas não morreu ninguém, pelo menos que me lembro".

Conta que os presos eram enviados para o 19º BC — ou a 6º Região Militar. O relatório que se fazia na época era para o DMS - Departamento Militar de Salvador. Quanto à sede, passaram a ocupação para o Exército. Porém, naquele mesmo dia, receberam ordem para voltar a ocupar, por determinação do Coronel Cabral, Secretário de Segurança, levando alguns dias lá. "Acho que ficou um sargento comandando a tropa".

Mais tarde, Etienne sofreria, na própria pele, a repressão por sua participação no movimento reivindicatório dos oficiais e praças da PM em 1991, sendo preso por 8 dias após a passeata das mulheres dos oficiais e praças da corporação que lutavam por melhores salários. "Eles acharam que eu é que fiz". Já havia antes, em 1981, respondido processo, quando foi condenado a 4 anos de cadeia". Foi em virtude do conflito da Calçada, entre policiais militares e fuzileiros navais, que resultou em um morto e alguns feridos, inclusive gravemente.

Apesar de não fazer reparos a sua ação como militar pois, como disse: "cumpria determinações", percebe-se a sua decepção com a "Revolução".

Veja como são as coisas, eu trabalhei na repressão durante a Revolução... me parece que ganhei dois processos por isto.

Hoje, aposentado como coronel da PM, percebe a magra aposentadoria de R\$1.400,00. Considera que "os petroleiros não podem reclamar, estão bem".

# NOTAS AO CAPÍTULO 12

- 1 SINDIPETRO Jornal, nº 35, p. 3.
- O SINDIPETRO Jornal, nº 35, 15 jan. 1964, diria na página 8: "Com a vitória de Clodamith Riani para a presidência da Conferência Nacional dos Trabalhadores na Indústria, ficou assegurado, para os trabalhadores uma importante posição de cúpula do movimento sindical do país."
- 3 A Tarde, 21 jan. 1964, p. 2.
- 4 A Tarde, 27 jan. 1964, p. 1, manchete: "Negociata nas compras do petróleo".
- 5 A Tarde, 27. jan. 1964, p. 7. Grifo do autor.
- 6 A Tarde, 28 jan. 1964, p. 1.
- Jornal da Bahia, 29 jan. 1964, p. 3, citado por Jorge L. B. Nóvoa, op. cit.
- B Diário de Notícias, 01 fev. 1964; e A Tarde, 01 fev. 1964, manchete: "Governo admite eliminar as causas da crise na PETROBRÁS"; em 04 fev. 1964, "Saiu a Comissão que apurará escândalo da PETROBRÁS"; em 07 fev. 1964, "Já instalada Comissão para apurar crise na PETROBRÁS"; em 06 mar. 1964, "CPI sobre o petróleo sugere reestruturação da PETROBRÁS".
- 9 SINDIPETRO Jornal, n° 36, 30 jan. 1964, p. 8.
- 10 SINDIPETRO Jornal, idem.

- 11 Antonio Trigueiros critica Goulart duramente: "é um dos maiores latifundiários que tem no país e portanto não pode combater os seus companheiros latifundiários".
- 12 Boletim da chapa 2 às eleições para a diretoria do Sindicato da Extração, em 1964.

- 13 Ver matérias no Jornal A Tarde, em 06 fev. 1964, p. 9; em 19 fev., p. 9 e 27 fev., p. 6, sendo que a última marca a passagem para a nova posição.
- 14 A Tarde, 15 fev. 1964, p. 9, manchete: "Encabeçador da chapa do petróleo inconformado com manobra da diretoria".
- 15 A Tarde, 10 mar. 1964, p. 9. (Grifo do autor).
- 16 Franklin Oliveira Jr., Elementos para uma cronologia..., op. cit., p. 49.
- 17 Thomas Skidmore, op. cit., p. 357-8.
- 18 Informações de Astério Costa, presente ao ato.
- 19 Entrevista com Osvaldo Marques, concedida ao autor, e já citada.
- 20 Entrevista de Osvaldo Marques Oliveira ao autor, já cítada.
- A cidade de Feira de Santana seria julgada prioritária para ser o quartel general da resistência, porém são enviados militantes para vários municípios, a exemplo de Irará, Santo Amaro, etc. Militantes petroleiros também são atores da ida a Santo Amaro, promovendo uma reunião alí com operários e camponeses da região sendo, no entanto, a mesma "estourada" pelo delegado de polícia local.
- 22 Lyndon Jonhson, citado pelo New York Times, 03 abr. 1964. (apud.) Thomas Skidmore, op. cit., p. 394-5 (grifos nossos).
- 23 Informações de várias fontes foram necessárias para reconstituir os passos, particularmente, do IPM de Emanuel Rego, Ernesto Drehmer e do próprio Mário Lima. O episódio da ameaça de Mário Lima até hoje não está bem esclarecido.
- Nemésio informa que Lomanto estava com Jango "sem dúvida", chega a referir-se a um pronunciamento do mesmo pelo rádio que demorava a ser efetivado. Instado a opinar sobre a personalidade de Mário Lima, comenta que "ele tinha uma posição um tanto arrogante". Quando se refere ao início da atuação do dirigente sindical diz que "Mário Lima era, no começo, um cara individualista (...) por não ter vínculo com nenhuma organização (...) ele era um cara que você não sabia qual la ser a reação dele."

- 25 Jornal O Estado de São Paulo, 04 maio 1964, citado por Thomas Skidmore, op. cit., p. 397.
- 26 Esta foi a versão dada no IPM, na verdade, Mário Lima chegou pela tarde.
- 27 A viagem de Jango foi à noite.
- 28 Entrevista com Ernesto Cláudio Drehmer, 1á citada.
- 29 A portaria era a de n° 35 e atendia ao ofício do secretário, de n° 301/64.
- 30 A nota só é publicada pelo Jornal A Tarde na edição do dia 4 de abril de 1964. Não conseguimos apurar se há engano na informação, se realmente Osvaldo entregou a Nota nesta data ou se o jornal retardou a publicação.
- 31 Refere-se a Edson Telles.
- 32 Trata-se do Tenente Coronel Futuro, interventor em Mataripe no início do golpe militar e que ficou até a posse do também militar Oriosvaldo, como superintendente.
- 33 Entrevista com Emanuel Rego de Oliveira, concedida ao autor e já citada.
- 34 Entrevista de Nemésio Salles, concedida ao autor e já citada.
- Entre 10 e 11 horas da manhã, segundo Nemésio Salles, e entre 10:30 e 11:00, segundo Etienne Falcão.
- 36 Assinaram o registro de presença na sede SINDIPETRO, naquele dia, cerca de 463 trabalhadores. Neste número, porém, não estão incluídos os funcionários da entidade e os que compravam na cooperativa, especialmente no final da manhã.
- 37 Segundo as entrevistas com Nemésio Salles, e com o Coronel Carlos Etienne Falcão Rodrigues, na época 1º Tenente, ambas realizadas pelo autor.
- 38 Entrevista com Nemésio Salles, concedida ao autor, já citada.

- 39 O próprio Etienne Falcão reconhece que tenha havido, no mínimo, 5 prisões na operação.
- 40 Entrevista de Nemésio Salles, concedida ao autor.
- 41 Idem.
- 42 As declarações de "Mangabeira" foram feitas em conversa com o autor.
- Tanto o militar Etienne Falcão como o sindicalista Jair de Brito, além de outros, se referem ao golpe militar como a "Revolução", deixando perceber que os aspectos ideológicos que acompanharam a violenta e reacionária intervenção do instrumento militar com o qual as classes dominantes quebraram a institucionalidade vigente, contribuíram para que a versão do ato disputasse a consciência do povo sob a forma de uma "revolução".
- O Tenente-Coronel Etienne Falcão, a exemplo de várias lideranças petroleiras, estudou no ginásio da Bahia, porém não chegou a concluir o curso para ingressar numa Faculdade. Por influência de um tio, acabou ingressando na Polícia Militar em 1953. Diz ele: "Eu não sabia nem o que era a polícia. Depois que entrei aqui não estudei mais".
- 45 Atualmente extinto.
- Etienne Falcão cumpriu pena de prisão durante um ano e oito meses. O motivo aparente para o conflito foi o Comandante da Coorporação haver liberado uma viatura da PM para os fuzileiros navais realizarem uma operação que os integrantes da Polícia Militar acharam que seria de sua atribuição. Ao tentarem, Etienne e alguns comendados, tomar a viatura, ocorreria o conflito. "Eles acharam que foi crime o que eu cometi", diz Etienne.

# PARTE IV

## APAGAM-SE AS LUZES DE MATARIPE

Ah! Para que pudesse essa luz brilhar na noite da Bahia, muito foi necessário fazer, muito teve o povo de lutar, através dos anos, por vezes duramente, enfrentando a reação brutal, a cadeia, as pelejas de rua contra a polícia, sobretudo nos tempos do Estado Novo. Aquele clarão iluminando a noite vem das refinarias de Mataripe, é o petróleo da Bahia, riqueza do povo brasileiro.

(Jorge Amado)'

### CAPITULO 13

# VIOLÊNCIA E ANOS DIFÍCEIS

# 13.1 OS "PRIVILÉGIOS" DOS PETROLEIROS

Um dos instrumentos do discurso conservador e golpista empregado contra os trabalhadores das estatais, particularmente os petroleiros, na época, foi investir contra seus "privilégios", notadamente os salários. Em 1995 as empresas comunicação utilizaram meios semelhantes para contribuir na quebra do monopólio estatal do petróleo, quando da "revisão" constitucional alterando posições aparentemente consolidadas na sociedade sobre esta questão.

O enfrentamento deste problema pelos petroleiros, no entanto, esteve longe de ser o mais adequado. As suas lutas, durante a maior parte desse período, tinham prioridades corporativas. O projeto político-sindical de ascensão social que foram capazes de elaborar, somente nos últimos momentos, passou a incorporar os interesses dos demais setores da

passou a incorporar os interesses dos demais setores da população que nada tinham a ganhar com a substituição daquele modelo político-econômico excludente, pela instalação de um tipo de desenvolvimento capitalista associado e dependente, incorporando uma minoria da população brasileira ao nível de vida existente nos países centrais.

Na verdade, os petroleiros tiveram pouco tempo para desfrutar da elevação das suas condições de vida e trabalho. As conquistas sociais, salariais e de gestão democrática da categoria ocorreram a menos de 4 anos do golpe militar. Mário Lima lembra, inclusive, que em 1960 e 1961 ainda saíam funcionários de Mataripe para prestar concurso no Banco do Brasil, Secretaria da Fazenda, Banco Nordeste, Correios e Telégrafos, entre outros.

Considera "meio artificial dizer que nós ganhávamos bem porque você diz que ganha bem você compara com alguém, mas nós não tínhamos indústria na Bahia para comparar", em função da especialização das funções, pois inclusive a empresa tinha problemas em conseguir mão-de-obra.

Jair de Brito lembra a reação da sociedade nas passeatas:

Sem tomar partido, nem contra, nem a favor, muito pelo contrário, não hostilizava não. Nós recebíamos, quando fazíamos passeata, jogavam confetes. A gente tinha o apoio daquela maioria silenciosa que não queria fazer confusão, mas que apoiava. Quando a gente fazia passeata de 1º de maio, a gente saía do Campo Grande, toda essa Av. Sete de Setembro até a

Praça da Sé, era jogando confete na gente, batendo palmas.

Porém, reconhece o desgaste movido contra o movimento:

Na área dos trabalhadores, não existia esse não. Isso foi artificialmente criado pela imprensa para haver o golpe de 64. Foi criado pela imprensa, aí então depois, depois desse movimento de 64 a gente era olhado como... da PETROBRÁS.

## E, adiante, afirma que:

Em 64, quando os sindicatos foram invadidos, os supermercados quebrados, as cooperativas todas danificadas, a opinião pública tava toda contra nós, por causa desta campanha de salários. Quando nós távamos na prisão que nós recebíamos os salários, o capitão via aquele contracheque, e ele não acreditava que fosse aquilo, nós explicávamos — Não os salários não são altos, são esses mesmos. — Agora houve essa campanha dizendo que o salário de um carpinteiro era igual ao de um major mas era justamente para jogar a opinião pública contra nós, inclusive a opinião militar contra nós...

Em 1963 e 1964, houve algumas tentativas no sentido de alterar esse quadro corporativista que criava embaraços a um papel de vanguarda operária-popular. As iniciativas são debitadas à intervenção da esquerda por via da área de comunicação, os cursos de formação e nas assembléias, além da evolução da articulação pelas reformas de base no país. O SINDIPETRO adere à campanha a partir da integração feita daquele com as bandeiras estruturais do setor do petróleo. O SINDIPETRO Jornal ganha um caráter nacional e amplo, onde são veiculadas mensagens aos petroleiros de caráter cidadã.

No que se refere à ação sindical do período 62/64, Jair de Brito é autocrítico:

Eu acho que hoje as assembléias são menores, mas são mais autênticas, porque quem vai às assembléias, vai porque quer. Naquele tempo, quando tinha assembléia, não saía carro para levar ninguém dentro, não. Era lei de cão mesmo. O cara ficava lá dentro... Hoje, a assembléia é mais autêntica. Quem vai, vai para a assembléia porque quer mesmo. É nove horas da noite, dez horas, pega seu ônibus e vai para assembléia. Naquele tempo, não. Assembléia na Concha Acústica de Mataripe, ninguém saía da fábrica. A assembléia do pólo petroguímico - COPEB - ninguém saía, os ônibus só saíam depois da assembléia. Então era muito mais fácil agrupar do que hoje. Hoje é autêntico mesmo. Hoje é um trabalho de base mesmo. Vai quem está interessado em debater problemas.

#### Lembra ainda que:

Quando a gente dizia que era para ir para o Campo Grande podía ter certeza que a gente encontrava o que tinha de operário. Primeiro, até os ônibus da empresa a gente levava...

Conta o episódio do afastamento do superintendente do COPEB:

A única coisa, simplesmente, que eu fiz foi reunir companheiros a dedo, não olhar nem as bases e fui lá para a entrada do ônibus do pólo petroquímico. Avisei pros ônibus para serem desviados para o aeroporto para a gente encontrar Mangabeira no aeroporto. Quando o pessoal foi saltando, eu fiz um comício em cima do tamborete, explicando para a turma o que era aquilo ali.

Anderson Costa reforça suas palavras: "Não se questionava porque ia parar, porque não ia parar, parava. Depois a coisa mudou." Lembraria, ainda, que, uma vez no turno, "o sujeito entrou e falou com o operador 3, em questão de 10 minutos ele estava parando"

## 13.2 REPRESSÃO E VERSÃO

O IPM - Inquérito Policial Militar dos trabalhadores da refinação da Bahia se constituiu no maior processo do Norte e Nordeste naqueles tempos. O encarregado foi o Coronel Frederico Franco de Almeida que fez o relatório final em 18.11.64, constituindo um total de 1580 folhas que taxam a PETROBRÁS de "república socialista".

Militantes daqueles tempos editaram um extrato deste documento intitulado "Esquecer, nunca" datado de abril de 1993 quase 30 anos depois, composto por 10% do texto completo desse IPM.

Pelo processo de 64, podemos obter informações do destino de diversos empregados da Refinaria de Mataripe. Muitos foram demitidos, presos e apontados como "comunistas". Vários foram presos e torturados. Uns deixaram parte de suas vidas no exílio. E houve quem morresse, como o engenheiro Menachen Kauffmann, em Moçambique, ou quem até hoje se encontre oficialmente "desaparecido", como Jorge Leal Gonçalves Ferreira. E ainda outros, como o operário Milton Coelho, que terminou os seus dias cego devido às torturas, ou o vigilante Manoel Jerônimo de Carvalho ("Decado") que se suicidou tempos

depois, no interior, por não conseguir se recuperar psicologicamente das torturas e maus tratos.

O IPM aponta "os cabeças" do movimento dos trabalhadores da refinação. São eles: Mário Lima, Jairo Farias, Ernesto C. Drehmer, Plínio José Batista de Aguiar, Nemésio Leal Andrade Salles, Antônio Gomes Trigueiros, Rubem Dias do Nascimento, Edson da Silva Teles, Menachen Kauffmann, Nudd David de Castro, Milton Carvalho da Silva e Jarbas Miranda de Santana, sendo que os demais, embora co-autores, teriam tido uma atuação menos importante na prática dos "delitos" em apreço. Esse documento serviria de base para a condenação dos militantes, funcionários e dirigentes da empresa, e sindicalistas.

O Jornal A Tarde informa que os processados foram indiciados pelo promotor militar Antônio Brandão Andrade em "cumprimento ao disposto no parágrafo 2 do artigo 8º do Ato Institucional nº 2". Este estendeu competência à Justiça Militar para processar civis "implicados nos delitos contra a segurança do Estado ou das instituições militares".

Os indiciados foram: Abdias da Silva Sá, Ademar Torrêta, Alencar Ferreira Minho, Amilcar Carneiro da Cruz, Antônio Gomes Trigueiros, Arnon Alberto Mascarenhas de Andrade, Aristeu Nogueira, Ary Magalhães Andrade, Carlos Elena Brondi, Clinton Correia Lobo, Cornélio Nogueira Diógenes, Dagoberto Brandão de Oliveira, David Santiago dos Santos, Edson da Silva

Teles, Emanoel da Silva Rego, Ernesto Claudio Drehmer, Estanislau Gonçalves Villa, Eudoro Valter de Santana, Evilásio de Almeida, Fernando Talma Sarmento Sampaio, Flordivaldo Maciel Dultra, Jadiel Chagas, Jairo José de Farias, Jair Pinto de Brito, Jarbas Miranda de Santana, Jorge Leal Gonçalves Ferreira, José Américo de Brito Filho, Luiz Caetano de Souza Júnior, Manoel Jerônimo de Carvalho, Manoelito Borges da Costa, Marcos Gorender, Margarida Colares, Menachen Kauffmann, Milton da Costa Oliveira, Mário Soares Lima, Nemésio Leal Andrade Salles, Newton Macedo Campos, Nudd David de Castro, Osvaldo Marques de Oliveira, Plínio José Batista de Aguiar, Rafael Almir Marcial Trann, Raimundo Lopes, Ronaldo Duarte Guimarães, Rubem Dias Nascimento, Salvador José de Souza, Sinval Andrade, Sérgio Pinheiro Reis, Vivaldo Fernandes das Neves, Wilton Luís Palma Gusmão e Wilton Valença da Silva.

A relação completa dos julgados constitui-se de 27 ex-funcionários da empresa "incluídos nos artigos 2, 9, 10, 11, 12, 13, 15 e 22 da Lei 1802 de 05.01.53 - Lei de Segurança Nacional" -, embora o jornal só cite 25, são eles:

Ernesto Claudio Drehmer, Jairo Farias, Mario Soares Lima, Rubem Dias Nascimento (ex-chefe do serviço médico da Refinaria), Dagoberto Brandão de Oliveira (ex-chefe da divisão de transporte da Refinaria), Ronaldo Duarte Guimarães (ex-chefe da divisão de eletricidade), Emanuel da Silva Rego, Marcos Gorender, Nemésio Leal de Andrade Salles (que se encontrava foragido), Jarbas Miranda de Santana, Plínio José Batista de

Aguiar, Milton Carvalho Silva (ex-diretor da Revista de Mataripe), Nudd David de Castro, Antonio Gomes Trigueiros (o professor), Menachen Kauffman, Evilásio Menezes de Almeida, Flordivaldo Maciel Dultra, Jorge Leal Gonçalves Pereira, Manoel Jerônimo Carvalho, Sérgio Pinheiro Reis, Eldoro Valter de Santana, Abdias da Silva de Sá, Milton da Costa Oliveira, Vivaldo Fernandes das Neves, Raimundo Lopes.

O Jornal A Tarde, na mesma edição, comenta que os acusados

...obedecem às diretrizes revolucionárias preconizadas pelas linhas russa (PCB) e chinesa (PCdoB) e atuavam junto ao sindicato e às massas operárias levando de roldão a empresa para a baderna administrativa e a comunização.

O vespertino ainda ressalta que se tratava de processo com o maior número de denunciados em curso nas auditorias do Nordeste, que abrangiam a 6ª, a 7ª e a 10ª, de Salvador, Recife e Fortaleza.

O documento do IPM, pelo menos a parte recuperada, constitui-se, junto com as entrevistas dos atores da época, um útil instrumento de informações, a exemplo dos processos inquisitoriais movidos pela classes dominantes entre as revoltas populares do passado, que ostentam o título de quase únicas "testemunhas" dos oprimidos do país, cujas classes dominantes conseguiram eliminar quase todos os vestígios de sua presença e versão na história, com os petroleiros não se daria o mesmo: A distância que nos separa dos acontecimentos nos

permitiria colher e comparar depoimentos de vários dentre os que estiveram no palco naqueles momentos.

O SINDIPETRO Jornal, um dos mais importantes veículos de imprensa sindical já editado na Bahia, é assim referido no documento do inquérito:

...em matéria de agressividade, petulância,... nem mesmo jornais independentes de órgãos de classe, tivessem em todo o país, alcançado o índice de periculosidade à democracia como o SINDIPETRO Jornal.

É ainda a versão dos vitoriosos que informa que o delegado sindical do Sindicato de Extração, José Augusto Ornellas da Cruz, "tentou explodir a planta de gasolina", assim como outros atos de violência. Acusa a professora Maria José Veloso, coordenadora do ensino noturno da PETROBRÁS, de "adotar o método Paulo Freire".

Sobre a organização de base do PCB em Mataripe, esquecido do golpe perpetrado pelos militares contra a ordem institucional dominante, acusa:

Considerada uma das células mais importantes do país, face a já possuir em suas mãos a Refinaria Landulfo Alves e os campos de petróleo da Bahia, setor dos mais perigosos para a Segurança Nacional, a organização de base (OB) de Mataripe entrou em ação tentando contra a ordem de um governo já constituído.

O documento procura comprometer o indiciado e buscar uma lógica dos fatos do ponto de vista da repressão. Justifica, assim, a invasão da sede do SINDIPETRO e os atos cometidos pelos militares sobre os que ali se encontravam no fim da manhã do dia 2 de abril.

Dia 2 de abril, pela manhā, líderes sindicais se reúnem no sindicato do refino próximo à Secretária de Segurança Pública, onde executaram a impressão de manifestos obrigando a polícia a adotar medidas para impedir a perturbação da ordem, tempo em que foram apreendidos boletins e documentos outros que se encontravam na sede do sindicato.

A ida de Mário Lima até o governador está assim descrita:

Dirige-se ao Palácio do Governo, porém, Lomanto não o quis receber, embora tivesse marcado. Face a isso, Mário Soares Lima exigiu que o levassem ao governador, apresentando o documento com alegação de que fatos graves poderiam acontecer. Presente naquele momento o secretário de Segurança Pública, tenente-coronel Francisco Cabral de Andrade, este intercedeu, oportunidade em que foi pelas circunstâncias obrigado a prender Mário Soares Lima em flagrante pelo fato deste ter declarado que teria hora marcada para retornar à refinaria e que se isto não ocorresse no prazo pré-estabelecido não se responsabilizaria pelo que ocorresse na refinaria, pois ali estava o documento assinado pelos líderes do petróleo onde exigiam seu retorno a salvo, caso contrário, IRIAM ÀS ÚLTIMAS CONSEQÜÊNCIAS.

Sobre a greve na refinaria, o documento contém:

(Mário Lima) após o almoço chega a Mataripe, onde, falando aos seus liderados recomendou que se tirassem peças vitais para impedir o funcionamento da refinaria. Disse mais, a viva voz que iria avisar ao vigilante do portão nº l que se o Exército chegasse, lhes dissesse que não se responsabilizariam pelo que ocorresse na refinaria.

O IPM confirma as intenções militares na invasão da sede que teria produzido pânico, impedindo, assim, a estruturação da passeata com a prisão de Mário Lima e a consequente desistência de Wilton Valença. E que este, pelo menos até 2 de abril, considerou suas ações junto com Mário Lima.

Os dados sobre a repressão na PETROBRÁS são contraditórios e aproximados. Na época, a empresa possuía 35 mil funcionários sendo destes 467 demitidos por "conveniência da empresa". Os dados da empresa são ainda maiores. No relatório de 1964, à página 50, a PETROBRÁS fala em 563 demissões naquele ano, embora aqui possam estar incluídas demissões por outros motivos.

O número mais realista pode ser o do Informativo PETROBRÁS de 20.10.64, que, quando se refere "a propósito da aplicação de penalidades aos empregados incriminados por sua participação em atividades ideológico-subversivas ou implicados em outras irregularidades graves", fornece o número de 526 empregados demitidos: 1,5% do total dos empregados existente naquele ano, talvez o maior, na época, entre as empresas brasileiras.

No mesmo Boletim, a empresa afirma:

Nenhuma medida atentatória ao direito e à liberdade de quem guer que seja, foi ou está sendo praticada pela administração da empresa, que se preocupa apenas em saneá-la daquelas pessoas que vinham concorrendo para minar a sua própria sobrevivência como empresa...

E, depois de citar a normalidade das suas atividades, informa ainda: "é possível que, em decorrência dos inquéritos e sindicâncias ainda em curso, ocorram novas dispensas".

No IPM do Rio de Janeiro, encontra-se o registro de vários delatores. É o caso também de Raul Simões Ferreira Filho de 32 anos, assistente administrativo da Refinaria Duque de Caxias, que denunciou quase toda a diretoria do SINDIPETRO e outros dirigentes e funcionários da empresa como comunistas. Segundo ele:

- ...os diretores do sindicato assim que eleitos entravam em entendimentos com outros sindicatos e agremiações comunistas para tornarem-se fortes e ameaçarem de coagirem a administração e as autoridades constituídas, por obtenção de seus propósitos. A organização... funcionou com a complacência da diretoria e do próprio governo... os métodos e os processos adotados para atingir as finalidades de aliciamento e subversão foram várias, desde o suborno até ameaçar de morte a vários companheiros do depoente.
- O então presidente do Sindicato tomou parte na invasão de terras com outros elementos invasão de Capivari e Cidade dos Meninos. Alguns dos principais comunistas da minha unidade são: (passando a enumerar vários funcionários).
- O informante diz ainda que no passado encabeçou uma chapa "democrática" na sua atuação "contra o comunismo na empresa". As declarações estão contidas no termo de inquirição de testemunho de Raul Simões Ferreira Filho do citado IPM.
- O prefeito de Candeias, Egberto Ferreira, é denunciado por um dos entrevistados de ter entregue ao Coronel Futuro, o diretor do SINDIPETRO e suplente de vereador por aquela cidade, Crispim Hipólito, que se encontrava escondido na Vila Operária. Segundo um entrevistado, este teria assim procedido em função do sindicato haver apoiado, em 62, a

candidatura de Alfredo Serra para prefeito da cidade. Egberto Ferreira aparentemente não precisou ser pressionado pela repressão, tratando-se possivelmente de uma vingança pessoal.

O Caso grave é o de Anísio Araújo Lima, que participou junto com Osvaldo Marques do "grupo dos revoltados" que se constituiu no núcleo de fundadores da Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo e que, naquela época, era delegado sindical pelo Sindicato da Extração. Em 8 de junho de 1964, este faz publicar, à página 6 do jornal A Tarde, uma carta por motivo de sua liberação do quartel na 6º Região Militar, e da qual citamos os seguintes trechos:

Devo esclarecer ao público, que após prestar os esclarecimentos necessários e impostos polo meu dever de cidadão brasileiro, de operário que nunca pretendeu nem colaborar na distorção da democracia, ficou tudo claro e evidentemente provado que a minha conduta como Delegado Sindical dos Trabalhadores no Sindicato da Extração do Petróleo do Estado da Bahia, com função no município de São Francisco do Conde, sempre voltado ao interesse coletivo dos Trabalhadores da PETROBRÁS, afastado do partidarismo que confunde e desvirtua o sindicalismo.

Enquanto estive à disposição das Forças Armadas encontrei da parto dos militares, desde o mais graduado ao soldado, a mais educada acolhida que se possa imaginar.

Prestei às Forças Armadas, que restauraram a democracia em nosso país, os esclarecimentos necessários através de um diálogo franco e sincero, do qual recebi por alguns dias o efeito de uma disciplina voltada ao bem da pátria e do povo brasileiro. A cordialidade, a lanheza no tratamento, o espírito de humanidade, foram aspectos que se me apresentaram positivos no decorrer do tempo em que estive à disposição do Quartel General da VI Região Militar.

Não poderia deixar de vir a público agradecer este tratamento que me foi dispensado, quando verifico que dúvidas se levantam a respeito da revolução e do que em conseqüência dela é fruto num trabalho árduo e patriótico para da uma vez por todas eliminar os focos de subversão existentes em nosso país.

Os detentores de privilégios, os subversivos não daixam de criticar os atos rovolucionários. Has os trabalhadores sabem que a Revolução não foi feita para retirar os direitos adquiridos pelo operariado brasileiro. Essa revolução foi levantada para moralizar a Nação, através dessa tarefa árdua a que se impôs as Forças Armadas.

Estou livre com todos os meus direitos intactos, e, ainda mais, com a confiança de que o Brasil irá avante com o auxílio das Forças Armadas. A nós, trabalhadores, incumbe ajudar e muito dostruindo os focos de propaganda subversiva que pretendem distorcer os fatos e a verdade revolucionária.

Custa crer que estas linhas foram escritas por um dos fundadores da organização sindical dos petroleiros, por quem participou de muitas lutas pela sua ascensão social e dos trabalhadores; que quem enfrentou a campanha que taxava os petroleiros de "privilegiados", usasse um argumento que atinge a si próprio. E isto ocorre durante o período em que muitos dos seus companheiros estavam presos e sobre os quais, recentemente havia sido denunciada, em jornais burgueses, a ocorrência de torturas nas prisões, inclusive envolvendo o secretário do SINDIPETRO, Emanuel Rego.

Já o relatório do IPM local e as informações aqui conseguidas não guardam tanto detalhes embora forneçam nomes de depoentes e informantes do Exército. Os depoentes e informantes no IPM dos petroleiros da Bahia são: o engenheiro Cornélio Nogueira Diógenes (indiciado), o engenheiro Manoelito Borges da Costa (indiciado), a professora Maria José Veloso Pinto, Hamilton dos Reis Lopes, o engenheiro Vicente Alexandre Brasil, José Alberto Campos e o industriário Ademar dos Santos Souza.

Acrescentamos ainda: o engenheiro Moreira da Silva, o arquiteto Wilton Luiz Palma Gusmão (indiciado), o industriário Hércules Braz Roseira Santos, o professor Hamilton Santos, o industriário José Américo Brito Filho (indiciado), e o secretário de Segurança Pública, Tenente-coronel Francisco Cabral de Andrade. Trata-se, porém, de uma lista incompleta.

Foi possível apenas obter algumas declarações de Maria José Veloso Pinto e o depoimento de Cornélio Nogueira Diógenes.

A professora Maria José Veloso Pinto, depondo sob a "acusação" de utilização do método Paulo Freire para a alfabetização dos trabalhadores da refinaria assim como da realização de cursos de formação política e sindical do SINDIPETRO, declarou ter assistido a uma das palestras em Candeias e "a considerou altamente subversiva e antipatriótica, lhe causando revolta".

Já o engenheiro Cornélio Nogueira Diógenes informa que comparecia às reuniões da organização de base dos engenheiros do PCB. Seu depoimento incrimina Nudd Castro, quando reconhece que compareceu a reuniões em sua casa, e a Rubem Dias do Nascimento que afirma pertencer à comissão organizadora da Frente Nacionalista da PETROBRÁS. Confirma ainda a média de trinta participantes das reuniões.

No entanto, quando perguntado sobre os nomes destes, acaba não declinando os mesmos "por não saber de que modo seria recebido por seus colegas a citação de seus nomes", não mudando de posição, mesmo sendo-lhe dito que estaria prejudicando a si e ao inquérito.

Enquanto se desenrolava o processo, Francisco Mangabeira e Osvino Alves eram cassados, sendo designado como 9º presidente da PETROBRÁS, o Marechal Ademar de Queiroz. Na Refinaria, depois de alguns meses sobre a direção do Coronel Futuro, era nomeado, em setembro, outro militar, Oriosvaldo Pereira Lima, que ficaria ali até novembro de 1971.

No início de abril, o congresso "elejia" o General Castelo Branco como presidente, o autor do Memorando de 20 de março. Cinco dias após, a portaria 36 do Delegado Regional do Trabalho anuncia o interventor da ASPETRO, Rubem Borba Ramos. E, em 7 de maio, o ministro da Guerra decreta a prisão preventiva de todos os petroleiros que já se encontravam presos, o que representava um mecanismo para prorrogar as prisões "dentro do modelo institucional vigente".

Vinte e oito sindicatos do Estado sofrem intervenção. Geonísio Barroso, o ex-presidente da PETROBRÁS, que havia suscitado a maior greve da empresa na Bahia até os anos 80, foi convidado e aceitou pertencer à diretoria da PETROBRÁS.

Em 23 de julho, há o relaxamento da prisão preventiva dos petroleiros baianos, com a volta de vários operários aos quadros funcionais da empresa. Em 30 de setembro, porém, ocorrem as demissões dos punidos a título de "conveniência da empresa", sendo os mesmos informados de que a sua presença em qualquer dependência da empresa seria punida com a volta à prisão. As notícias sobre os petroleiros, outrora tão pródigas nos meios de comunicação, começam a sumir.

### 13.3 A "NOITE DE SÃO BARTOLOMEU"

Estou nas mãos dos senhores, vocês fazem o que vocês puderem... ou quiserem.

(Osvaldo Marques)"

O sofrimento dos petroleiros não se limitou à prisão, aos interrogatórios, ou ao espancamento quando da invasão e depredação da sede do seu Sindicato. Estendeu-se também às torturas físicas e psicológicas, estas últimas se arrastando por anos.

A lei da anistia, pela qual lutaram, só viria muitos anos depois, em 2 de novembro de 1979, e a reintegração, para muitos, só na década de 80. Porém, até hoje, continua a luta pela anistia plena do ponto de vista moral, administrativo e

financeiro. Os anistiados, por exemplo, só receberam 60% das importâncias a que tinham direito.

Alguns relatos de dirigentes da época mostram a violência perpetrada contra trabalhadores e militantes, a exemplo do de Emanuel Rego. Ele foi levado para o Hotel de Mataripe quando se entregou ao Coronel Futuro, e de 1á foi para o 19º BC.

Conta Emanuel Rego que, "no quartel, já havia muita gente presa. Encontrei Milton da Costa Oliveira, David Santiago, Rubem Dias do Nascimento (médico de Mataripe), Ernesto Drehmer, o professor Ciro Públio de Castro, o médico Nelson ... prefeito de Itaberaba, e Milton Esteves, advogado daquela cidade e que foi seu colega no Ginásio da Bahia.

Depois foram chegando outros que foram levados para lá", Emanuel relembra de: Sérgio Gaudenzi (da UEB), de Flordivaldo Maciel Dultra. Havia gente dos portos, dirigentes sindicais, o engenheiro Dagoberto, (de Mataripe), o professor Antonio Trigueiros (militante do PCB que teve artigos reproduzidos no SINDIPETRO Jornal e, em início de abril de 64, participou da reunião em Santo Amaro com dirigentes sindicais para organizar a resistência ao golpe militar); Afranio Souza Lima, seu amigo, professor de francês e suplente do deputado Mário Lima. Este ficou preso durante 75 dias, sendo solto sem sequer ser ouvido; e Seixas Dórea, o deputado nacionalista. Recorda que havia no quartel de 100 a 120 pessoas presas: "Os

de nível superior foram separados e levados para a prisão dos oficiais.

Segundo Emanuel Rego, os primeiros dias foram de total terrorismo:

Chegava na porta e dizia que vai acontecer isso e aquilo... Nos primeiros dias teve um reboliço. Chamo a noite de 12 de abril como a de "São Bartolomeu", pelas torturas que sofreu, comandadas pelo Capitão Abreu, embora o próprio comandante do quartel estivesse presente. Além dele, foram espancados Pamponet (até recentemente, professor Milton da Costa Universidade Federal da Bahia), Oliveira (diretor do SINDIPETRO) Moacir, balconista da livraria Universitária da Praça da Sé. Aliás. o nome de São Bartolomeu foi dado pelo próprio Capitão Abreu.

A porrada era em cima e o pessoal ficava em baixo ouvindo desesperado... depois a gente ia para a solitária para as famílias não verem...

Conta, ainda, que depois o espancamento saiu nos jornais Última Hora e Correio Da Manhã, onde foi citado o seu nome. Ele chegou a ler a notícia na prisão. Isto levou até lá o General Ernesto Geisel para quem prestou depoimento sobre os acontecimentos.

Eu depus, prestei depoimento a ele... na presença do Major Irineu que era comandante do batalhão àquela altura. Geisel me perguntou e eu respondi, contei o comportamento do capitão Abreu... aqui pra nós, o Major Irineu estava presente, eu sabia que havia briga entre o Major Irineu e o capitão Abreu.

Afirma ainda que, depois, o Capitão Abreu "saiu de lá". E que o próprio Major Irineu tomava parte nos espancamentos, não tendo, porém, batido nele: "Ele bateu nos outros. Nos outros ele bateu com a espadazinha." Afirma que no

quartel do Barbalho a situação era pior, e que "Mário Lima saiu de lá quase doido."

Sua segunda prisão ocorreu no dia do aniversário de sua mulher, indo no dia 14 de agosto de 1964 para o mesmo 199 BC - Batalhão de Caçadores e ficando 1á por 44 dias. Sua demissão ocorreu em 28/08/64. Os motivos alegados variam nos dois documentos que recebeu da empresa: "justa causa" e "conveniência da empresa". Seu advogado Afrânio Lima apôs uma ressalva, "que me dava direito a entrar em juízo", ficando reservado o direito de reclamar outras parcelas que entendesse de direito. "Eu ainda ganhei", ele afirma.

Em função das perseguições — e possivelmente também da dificuldade de conseguir emprego — fugiu para São Paulo, em 1967. Conta ainda que precisou fugir de repente quando foi divulgada na imprensa a sentença com sua condenação a 6 anos de prisão".

Já Ivon Ferreira era associado do Sindicato da Extração. Encabeçou uma das chapas de oposição à diretoria da entidade em 1964, conseguindo perto de 1.200 votos e ficando em 2º lugar. Ficou preso por 2 meses e passou 3 meses sem receber salário, sendo demitido em 9 de outubro de 1964, com base do artigo 7º do Ato Constitucional, baixado por Castelo Branco, conforme consta no Boletim Interno da empresa e no Diário Oficial.

recolhido ao Forte de Mont Serrat até junho com "100 a 200 pessoas".

...eu não fui preso assim no início, aí fui fazer reclamação na Delegacia da Segurança Pública (Secretaria de Segurança Pública na Piedade, perto do SINDIPETRO), e o coronel do Exército então eu fui alegar a ele que o sindicato que era ali na Piedade hoje não tem mais nada é uma casa antiga, um escritório."

Os militares tentaram fazer com que colaborasse, citando nomes, identificando pessoas, porém Osvaldo declarou não conhecer os apontados.

Preso por aproximadamente 2 meses, quando voltou para a empresa, já não seria para a área industrial.

Ficou lotado no escritório do Superintendente em Salvador na Avenida Estados Unidos, no Comércio, no 6º andar, na sala da secretaria — "Quando não aguentou mais a empresa" — fez acordo para sua saída em outubro recebendo Cr\$: 1,000,00 em duas vezes.

Ao sair, Osvaldo encontrou as "portas fechadas" para o trabalho. Conseguiu, por intermédio de amizades, trabalhar numa empresa de construção civil e numa imobiliária, indo depois para uma cidade do interior baiano onde passou quase dois anos na condição de operário na construção de uma fábrica de farinha e de fécula de mandioca, com um amigo.

Posteriormente, atendendo a convite de outro amigo, que havia trabalhado na refinaria, foi trabalhar no sul do país, em São Paulo e depois no Rio de Janeiro, onde mora até

hoje. A sua condição de pioneiro também se manifestou neste Estado onde conseguiu a Carta Sindical dos petroquímicos em 1983.

Todo o tempo continuou brigando pela volta à PETROBRÁS: "quando saiu a Lei da Anistia, entrei com a ação solicitando meu retorno". Na primeira vez, o ministério negou... e, na segunda vez, foi julgado positivo". Osvaldo foi readmitido em 01.09.85, voltando a participar dos movimentos e ajudando a reeleição de Mário Lima como presidente do SINDIPETRO e deputado federal, embora haja visto também este perder a diretoria para a chapa da CUT - Central Única dos Trabalhadores, e a reeleição parlamentar. Aposentou-se em 06.07.90.

Mário Soares Lima foi preso no dia 2 de abril de 1964, ficando na VI Região Militar, até 12 de agosto, quando foi transferido para a ilha de Fernando de Noronha na qual ficou preso até 04.12.64, sendo liberado após o julgamento do pedido de Habeas Corpus pelo STF - Supremo Tribunal Federal.

Em 26 de setembro de 1969, foi de novo condenado a 3 anos de prisão, à revelia, pelo CPJ — Comissão Permanente de Justiça, para a Marinha, sendo preso em 31.08.70. Todavia, foi expedido Alvará de Soltura em 26.10.71, pela decisão do STM - Supremo Tribunal Militar de reformar a sentença.

;

Quando voltou da prisão em Fernando de Noronha, Mário Lima ainda tentou alguma coisa na Bahia, porém era difícil encontrar trabalho: "Eu teria que dizer de onde eu tinha experiência, então eles iam perguntar à PETROBRÁS. E a PETROBRÁS desaconselhava, pelo fato de eu ter sido punido politicamente".

Em 1965, foi para o Sul, trabalhou em São Paulo e no Paraná como vendedor, e numa fábrica de café solúvel, sendo demitido pelo chefe do setor por ter descoberto a sua condição de cassado. Em 1970, ao ser refeito o IPM na Bahia, este o condenaria e, para poder recorrer da sentença, teve que se apresentar à auditoria militar, ficando mais um ano e dois meses na cadeia. Em outubro de 1980, o STM o absolvia por unanimidade, ficando na Bahia, contudo, ainda sem conseguir trabalhar na sua especialidade. Antes de ser anistiado e conseguir voltar para empresa, trabalhou ainda como vendedor, dirigiu uma pequena construtora e gerenciou um laboratório fotográfico de amigos seus.<sup>14</sup>

O depoimento de Jair de Brito contando sua prisão revela o despreparo da resistência popular:

No dia 3 todas as lideranças foram presas aqui na Bahia, um a um... — Por ingenuidade, fiquei em casa e ainda levei para minha casa, para sair com ele para levar por outro lugar, o Jarbas Santana, expresidente da UEB. Havia muita gente perto de casa que me avisava: — "Ó, estão prendendo todo mundo aí. — Eu dizia: o que eles têm contra nós? — Eu sem ter muita experiência no ramo. Meu vizinho que era da PETROBRÁS, que era um reacionário da PETROBRÁS, ele, um cara rico, que lidava com as cooperativas que a

PETROBRÁS tinha, então ele telefonou para a Polícia Militár...

Confinado no Quartel de Amaralina na solitária, fala das torturas psicológicas:

O quartel de Amaralina, não tinha condições de receber presos políticos. Só tem um xadrez, quatro camas e 3 solitárias lá atrás. Então houve revezamento. Agora, na madrugada, que eu estava na solitária, — eu sempre tive um vozeirão grande —, entrou o capitão, o capitão Evandro, naquela época de metralhadora, baioneta e fuzil: — Seu nome é Jair Pinto de Brito! — Eu disse: "eu sei". Ele disse: — tira o relógio dele, aliança, que ele vai ser fuzilado agora...

Vários companheiros pensaram que ele havia sido fuzilado pois havia tiros. O sistema de pressão era violento. Era mesmo para liquidar, emocionalmente, com a pessoa que não tivesse formação nenhuma.

Segundo Jair, procuravam armas. "Naquela época um dos líderes da revolução fez um discurso no congresso violentíssimo, (Bilac Pinto), dizendo que tinham distribuído armas para os trabalhadores e sindicatos."

Depois de aproximadamente 70 dias, foi solto na véspera de São João, passando a se apresentar diariamente no Quartel General. Jair, teve menos dificuldade em arranjar trabalho, pois era técnico. Contudo, no primeiro emprego, conseguido na CIMBA, por recomendação de um amigo, teve que aceitar a metade do salário que recebia na PETROBRÁS.

O sofrimento dos petroleiros seria longo. No final de 1970, o Conselho Permanente de Justiça para o Exército julga e condena com penas de 6 meses a um ano de prisão 22 dos indiciados. A defesa esteve a cargo dos advogados Romilda Noblat, Jaime Guimarães, Afranio Lyra, Pedreira Lapa, Inácio Gomes e Antonio das Rosas que pediram a nulidade do processo e negaram a existência de crime. Foram absolvidos apenas Vivaldo Fernandes Neves, Jorge Leal Gonçalves Pereira ("desaparecido") e Eudoro Walter Santana. A matéria é publicada no jornal A Tarde, em 12.12.70, sendo retificada na edição de 13/14 por não se referir às de 3 absolvições.

Matéria na mesma data (13.12.70) da Folha de São Paulo informa que se trataria do "maior julgamento já havido até hoje na Bahia".

## 13.4 ANOS DIFÍCEIS

Ao pôr em prática o PAEG — Plano de Ação Econômica do Governo, para o período 1964 a 1966, sob o planejamento de Roberto Campos, o regime militar tinha como objetivo combater os índices de inflação, acelerados nos últimos anos. Por conta disso, cortou gastos públicos, aumentou os impostos, conteve o crédito e arrochou os salários. Tudo isto a médio prazo.

Em relação aos petroleiros, foi adotada uma política aparentemente dúbia. Estes tiveram um reajuste imediato de 50%

:

nos seus salários, porém, logo após, voltaria a prática dos reajustes anuais que a categoria havia superado desde 1959.

Os petroleiros, assim como outros trabalhadores, passaram a experimentar perdas salariais significativas como não haviam tido há vários anos, além de voltar a submeter-se à administração despótica, militarizada, na Refinaria. Era o fim da experiência de gestão democrática, que vigoraria por dois anos na empresa. E os sindicatos, inicialmente "saneados" por interventores e depois dirigidos por petroleiros que conseguiram passar no filtro do regime, ficaram inativos.

Diz Ernesto Drehmer que: "Depois de 64, houve uma redução grande de quadro de pessoal"16.

Anderson Costa fala destes dias difíceis com amargura, mostrando como foi a Refinaria na era pós-golpe e descreve o "o partenalismo" de Oriosvaldo para se impor aos trabalhadores:

Nunca pensei que a área militar na qual eu servi com muito orgulho, e meus filhos também, fossem desviados, fossem enganados por mau político pra fazer uma escuridão que nós levamos todo esse tempo, só fez entregar o Brasil e mais nada, hoje se vive muito pior que antes de 64...

Nos primeiros anos, eu vi a empresa triste, bons colegas, pessoas de respeito que trabalhavam com amor, alijados, sem poder dar um certo conforto à sua família. Não foi pior porque a PETROBRÁS era uma empresa de respeito, cumpriu com todas suas obrigações e o coleguismo lá funcionava, mas em outras áreas o Brasil decaiu muito, se não fosse esses anos magros não estaríamos na situação, nós perdemos muito e ainda nos enganaram...

Tinha uma pequena deturpação após a revolução, que os métodos militares foram direcionados a olhar petroleiros — só dos militares — como subversivos, anti-patriotas. Como se defender e gostar do Brasil fosse privilégio só dos militares. Muita gente não conhecia o que era o serviço e o trabalho da empresa...

... a PETROBRÁS foi um elo sempre ligado às Forças Armadas. Os coronéis, os generais, as pessoas de alta gratificação das Forças Armadas, normalmente vinham para a PETROBRÁS, isso porque podiam trabalhar acoplados com quem conhece o serviço, traziam aquela mentalidade de quartel, burocratizavam muito e impunham respeito porque eram pessoas normalmente ligadas ao alto escalão que administravam, fizeram daqui cabide de emprego. Muita gente entrou na PETROBRÁS com esse ar de defensor da Pátria, de anticomunista, em todas as áreas, em todas as estatais...

Eu tenho a impressão que esse grande ingresso de militares foi em 1964 a 1968, mais ou menos na época do coronelato...

Na parte técnica, eles não podiam apitar, era fora do ramo, eles não conheciam se existia na refinaria o superintendente que era o coronel, um general de cavalaria, o Oriosvaldo. Agora esse homem tinha aquela fachada, pose de durão, mas tinha o coração mole, muitos colegas nossos que hoje ainda estão na empresa, que conseguiram ficar graças a benevolência desse grande general, o homem era maré mansa, posudo, não pedia, mandava, mas na hora que apertava, agia pelo coração, passou sobre muitas punições, muitos casos eu conheço sobre isso. Tirava até dinheiro do bolso pra dar aos caras".

O regime militar investiu na eliminação pura e simplesmente de toda a organização sindical da categoria. Não bastava punir, prender e afastar, tratava-se também de apagar e sujar a memória que os petroleiros poderiam ter desses tempos.

As prisões dos dirigentes e as intervenções foram marcadas pela destruição material de arquivos e documentos da época ou "justiçamento político" das antigas lideranças. Passaram a ser comuns notícias na imprensa a respeito de

"improbidade administrativa", "malversação", "má administração" e "corrupção" na PETROBRÁS e nas entidades dos petroleiros.

Em junho, é retomado o tema da "negociata" do exsuperintendente da Refinaria. Em outubro, fala-se sobre as
dívidas exorbitantes do Sindicato da Extração, chegando-se a
afirmar que o terreno da Pituba seria penhorado". Em novembro,
o interventor deste sindicato diz que a entidade "foi vítima de
uma malsinada e devastadora administração" já havendo encaminhado processo ao Ministro do Trabalho".

Em agosto, o jornal A Tarde, chega a proclamar que "renasce o espírito PETROBRÁS", especulando sobre o novo papel das entidades. Diz que os sindicatos foram "retirados das mãos dos legítimos representantes dos trabalhadores e caíram sob o domínio comunista". E, depois de justificar a intervenção nestas entidades, afirma que a mesma não significou a sua destruição, mas o "primeiro passo" para que os mesmos "voltem a representar o papel que legitimamente lhes cabe na sociedade."

Especulando sobre o "novo" papel que poderiam assumir os sindicatos, o jornal afirma:

:

O ideal — do ponto de vista da PETROBRÁS, como empresa do povo — é que os sindicatos não sejam destinados órgãos as pretensões que devo-' a representar econômicas trabalhadores suas Pensamos deveria caber sindicatos, também um destacado papel na execução de tarefa comum de soerquimento da empresa. Poderiam ajudar no esclarecimento dos trabalhadores sobre os objetivos e significação nacional da PETROBRÁS; poderiam contribuir decisivamente para o aumento dos Indices de produtividade e poderiam também, assumir

considerável parcela de responsa-bilidade na realização da política de assistência ao trabalhador contando para isso com o estímulo e o apoio material da empresa.

Pouca criatividade em relação ā estrutura sindical corpora-tivista que continuava em vigor.

Em 5 de janeiro de 1965, o jornal A Tarde, em sua página 6, reflete o espirito dos trabalhadores na matéria "Desiludidos". Registra a existência de inúmeros associados do Sindicato da Extração que tem solicitado afastamento do quadro social, "descontentes com o marasmo que tomou conta da organização".

Não passou despercebida essa situação para a direção da empresa e o regime. A PETROBRÁS realiza "cursos de orientação sindical". É reforçado o assistencialismo das entidades sindicais dos petroleiros da Bahia, agora com o caráter recreativo, que duraria vários anos. É suspensa a intervenção no SINDIPETRO, e chega a ser realizada um arremedo de "campanha salarial".

A "campanha salarial" apareceu no jornal A Tarde, por ocasião da proximidade da data-base, em 1965. Fazia quase um ano que os petroleiros baianos não tinham aumento. No entanto, o jornal fazia questão de declarar:

A coisa está sendo encaminhada de maneira diferente da posta em prática até março do ano passado. Tudo será feito dentro da lei que rege a espécie e as interventorias dos sindicatos, por certo, saberão conduzir-se de forma a que não seja criado um clima que não seja propício às boas relações que devem existir entre capital e trabalho.

Os "dirigentes sindicais dos trabalhadores do petróleo" chegam a realizar o 1º Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais dos Trabalhadores de Petróleo em 04.06.65, na sede do SINDIPETRO - RS decidindo levar às assembléias as seguintes "formas de luta": suscitar dissídio coletivo ou aguardar aumento espontâneo da empresa.

Durante muito tempo após o golpe, o SINDIPETRO esteve banido dos noticiários. O pouco que tomamos conhecimento no período é sobre o reforço do assistencialismo e a demissão de funcionários da entidade.

Em março de 1965, o SINDIPETRO volta a ser notícia. É que os operários estariam preparando uma chapa para concorrer às próximas eleições. Estas, que deveriam ter se realizado em maio do ano anterior, ficaram para novembro. Entretanto, nem na 1ª, nem na 2ª convocação, alcançaram o quorum necessário, obrigando o Procurador da Justiça a declarar eleita a chapa, mesmo nestas condições.

Em 27 de abril, em discurso proferido na Câmara, o deputado federal pela Bahia, Antonio Carlos Magalhães, fez um balanço positivo das modificações ocorridas na PETROBRÁS em um ano, e, sendo contestado pelo Deputado Henrique Lima, Antonio

;

Carlos deu a este uma resposta pouco cortês com o estilo que iria marcar a sua vida política.

Porém, antes da eleição, a "Junta Governativa" inaugurou uma barbearia afirmando o seu presidente Valnísio Menezes que esta fazia parte de um plano de expansão dos serviços assistenciais da entidade. Declarou ainda que: "deixa as bases lançadas para que a futura diretoria conclua os gabinetes médico e dentário, assim como a instalação do auditório do sindicato". Além de Valdízio, constituíam a "Junta Governativa" Aristides Rocha de Oliveira Filho (tesoureiro) e João Costa Garrido (secretário).

O presidente dizia que o pleito seria democrático, mas deixava claro que "não se verificará nenhuma agitação". O tesoureiro interventor Aristides Rocha de Oliveira afasta-se do cargo para concorrer às eleições e merece elogio público de Valnísio Menezes que aproveita para fazer a sua campanha: "Foi ele um eficiente, correto e grande colaborador da Junta Governativa, dirigindo com firmeza as nossas finanças". O jornal ainda noticiaria outras melhorias assistenciais no SINDIPETRO na véspera das eleições"

Enquanto isto, era noticiado que "grande número de operários com 8, 9 e mais anos de serviço, estavam sendo dispensados pela Superintendência da Região de Produção da Bahia". A medida da empresa teria sido no sentido de "obstar a

estabilidade" dos funcionários que naquela época a adquiriram com 10 anos de serviço.

As eleições do SINDIPETRO tiveram que se realizar em 2 turnos, concorrendo duas chapas, vencendo que a verde, contrária à do tesoureiro-interventor, apesar do apoio do interventor e das "previsões" do jornal A Tarde" de que a chapa azul "venceria o pleito que será realizado".

No 1º escrutínio realizado em 8, 9 e 10 de novembro, a chapa verde ganhou por 1.134 a 1.087, não logrando quorum exigível de votantes. O 2º escrutínio foi realizado em dezembro, e registrou-se nova vitória da chapa verde por 1.032 a 1.020, com apenas 12 votos de diferença. O procurador da Justiça do Trabalho, mesmo sem o quorum de maioria eleitoral, proclamou a vitória da chapa, uma vez que houve maioria simples. O jornal A Tarde reclama do quorum de dois terços exigindo o cumprimento da portaria 40, artigo 4, pedindo novo pleito, inutilmente<sup>24</sup>.

### NOTAS AO CAPÍTULO 13

- Jorge Amado. As luzes de Mataripe. In:

  . Bahia do Todos os Santos, 19. ed. Rio de Janeiro: Martins, 1970. p. 225. Também citado por Eunápio Costa. No Rio dos Papagaios..., op. cit. O trecho não consta da 1º edição do livro, elaborada em 1944/1945, passando a ser incluído entre as décadas de 1960/1970, quando da atualização da edição inicial.
- 2º entrevista de Jair de Brito, já citada.
- 3 Idem.
- 4 Entrevista de Anderson Costa, concedida ao autor, já citada.
- 5 A Tardo, 4 dez. 1965, p. 3, matéria: "Denunciados ex-diretor e 27 ex-funcionários da PETROBRÁS".
- 6 IPM, p. 1502. Havia centenas de pessoas na sede, na a oportunida-de, não se justificando falar em "pertubação da ordem" dentro da entidade. A que ordem, realmente, estariam se referindo?
- 7 Grifos do autor. O trecho do documento cita de três maneiras diferentes as declarações de Mário Lima.
- 8 Grifos do autor.
- 9 Informações retiradas do texto de Nadya Castro. (org.) Relações de trabalho e práticas sindicais. Salvador, 1989 (apostila).
- 10 Entrevista de Osvaldo Marques, concedida ao autor, já citada.
- 11 Entrevista de Emanuel Rego, concedida ao autor, já citada.
- 12 Carta escrita por Ivon Ferreira em 30/03/78.
- 13 Entrevista de Osvaldo Marques, concedida ao autor, já citada.

- 14 2º entrevista de Mário Lima, já citada.
- 15 2º entrevista de Jair de Brito, já citada
- 16 Entrevista de Ernesto Cláudio Drehmer, já citada.
- 17 Entrevista de Anderson Costa, concedida ao autor, já citada.
- Jornal A Tarde, 31 out. 1964, p. 5: "Ascendem à 250 milhões as dívidas do sindicato".
- 19 A Tarde, 18 nov. 1964, p. 9. O relatório é encaminhado ao Ministro do Trabalho, pelo interventor, em 12/10/64 e os itens da dívida são sabidos na falta de pagamento de prêmios do seguro.
- 20 A Tarde, 02 dez. 1964, p. 9. Em 20/03/65 é a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas e Químicas (internacional) que dá um curso de "Sindicalismo Democrático" na sede do Sindicato da extração.
- 21 A Tarde, 04 out. 1965, p. 8.
- 22 A Tarde, 09 out. 1965, p. 6.
- 23 A Tarde, 04 nov. 1965, p. 6.
- 24 A Tarde, 20 dez. 1965, p. 6.

# CONCLUSÃO

A evolução das formas de energia no país, ao longo deste século, registra, no início dos anos 50, o petróleo e seus derivados como a principal fonte de energia, superando a energia hidrelétrica, o carvão, a lenha e outros vegetais. Esse movimento reflete a expansão industrial que tem melhores condições infra-estruturais depois de 30 e no qual se verificam surtos de desenvolvimento no pós-guerra e na segunda metade dos anos 50.

À epopéia de energia e sangue que marcou a industrialização do petróleo no Recôncavo baiano, seguiu-se uma nova luta desses trabalhadores para erguerem a sua organização sindical que viria a ser o principal instrumento de ascensão social dos trabalhadores na década de 60, em uma conjuntura de mudanças.

As dificuldades de abastecimento interno, em função da guerra, desenvolvem a iniciativa privada que é maximizada com a opção pela maciça intervenção estatal, particularmente aproveitando a brecha que se abre como resultado do conflito mundial. O pós-guerra verifica a disputa aberta entre dois modelos de desenvolvimento: o da associação com o capital estrangeiro e o nacional-desenvolvimentista. Não foram apenas os petroleiros e suas lideranças, durante o período abordado

os petroleiros e suas lideranças, durante o período abordado pela nossa pesquisa que estiveram hegemonicamente influenciados pela condição de sócios minoritários do segundo projeto. Sua adesão já estava inscrita desde o início na disputa deste projeto que, enquanto durou, pôde consolidar, com a luta regular, a empresa em que trabalhavam.

Esse processo, porém, estava longe de ser uniforme. Isso se verifica por exemplo na alternância de "liberais" e nacional-desenvolvimentistas na condução política dos destinos do país. Estes últimos se expressam, a nível nacional, no 2º governo de Getúlio e no de Goulart, na Bahia, com o governo Antonio Balbino, que contou com a participação dos segmentos defensores da modernização da economia baiana.

Ao nacional-desenvolvimentismo, correspondia uma espécie de regional-desenvolvimentismo, no pós-guerra na Bahia. Aqui não se encontram alternativas liberais mas conservadoras, que se colocaram, inicialmente, contra a própria indústria do petróleo.

No período de 1956 a 1958, os anos JK se articulam ao governo de Balbimo para a aceleração do planejamento e montagem industrial do Estado, com a exploração extensiva do petróleo, através do "Royalties" e verbas da estatal para o Estado.

Discriminados, explorados, sofrendo com as quase intransponíveis condições de trabalho, com seu sangue refinado pela usina, esses trabalhadores construíram um tipo de organização que, no início, continha elementos da fase de organizações pré-sindicais do país e, posteriormente, se consubstancia enquanto um instrumento político de ascensão social.

A falta de experiência dificultou o enfrentamento dos novos obstáculos que se colocaram em seu caminho, utilizados para abortar a organização nascente.

Nesta trajetória, pode-se perceber a influência das diversas conjunturas, assim como a influência recíproca entre a categoria e a estrutura industrial do Estado em transformação. Esta constrói uma cultura fabril e inicia uma luta que teria seus frutos no período de 1960 a 1964.

O fim dos anos 50 põe em cheque a estratégia de desenvolvimento que vinha sendo encaminhada com avanços e recuos, desde os anos 30. Estava no limite a política de crescer a conquistar novos mercados e, ao mesmo tempo, a substituição das importações. O agravamento das tensões da "guerra-fria" comportava pouca autonomia em matéria de política externa. A expansão das empresas nacionais já vinha colocando a necessidade de uma maior internacionalização e absorção de tecnologias. A polêmica sobre modelos de desenvolvimento chega, então, ao auge, e seu desenlace se daria em 1964.

:

Nosso trabalho analisa um fragmento desses tempos, mais precisamente, a organização sindical dos trabalhadores de uma indústria que se constituiu no ponto de partida para a superação do caráter agrário do Estado sintonizando o mesmo com as mudanças em curso no país, para as quais a Bahia, por fatores histórico-sociais, havia se atrasado.

Realizamos uma incursão sobre o perfil e a gestão de mão-de-obra chamada a iniciar esta gigantesca tarefa de industrialização. A Refinaria de Mataripe foi erguida utilizando, ao máximo, a mão-de-obra de base urbana e rural de vários estados do país, num estilo semelhante à formação de indústrias de base na década de 40, em função dos parcos recursos da opção de industrialização adotada.

No caso de Mataripe, com projeto elaborado em fase posterior à Segunda Guerra Mundial, foi reduzido o suporte financeiro que lhe deu origem, o qual se agrava em virtude do aumento de preço das peças encomendadas aos norte-americanos, durante as disputas políticas que marcam a sua construção.

A campanha do "petróleo é nosso", que permitiu a sua criação e ampliação, como também o deslocamento da Refinaria de Belém para Cubatão, não tiveram a força necessária para intervir no subdimensionamento de Mataripe como uma "refinaria experimental". A luta que acompanhou seu projeto, construção e funcionamento, dá uma dimensão política à sua história. Aos trabalhadores do petróleo não coube apenas o papel de

viabilizá-la tecniçamente; parte do excedente extraído nos campos foi financiar a usina de Mataripe, até que os lucros com a operação desta pudessem levar à auto-sustentação.

O projeto encomendado à M. W. Kellogg e os equipamentos auxiliares foram os mais simples possíveis, não causando excessiva dependência de mão-de-obra especializada. Isso possibilitou um intenso processo de recrutamento de trabalhadores pelo CNP por toda parte do Brasil, — particularmente no Recôncavo — trabalhando nas condições mais duras possíveis, sob o comando de técnicos estrangeiros e nacionais.

Analisamos, também, a formação de consciência e organização, a luta de uma categoria que ocuparia papel central até 1964 na formação do operariado baiano, notadamente nos anos 60-64. No caso dos trabalhadores da refinação, por se constituírem como empregados em uma indústria moderna de fluxo contínuo, e que na década de 60, com a grande ampliação, recorre à mão-de-obra especializada, e fornecem um novo padrão para as reivindicações dos trabalhadores do Estado.

É possível prever, nas condições da Bahia da década de 50 e até meados de 1960, o significado para os trabalhadores, a indústria local e a sociedade, da carteira assinada, de uma maior estabilidade no emprego, de cantina, vila residencial, atendimento médico e, particularmente, a

:

equiparação com Cubatão que, em 1960/61 significou aumentos de 50% até 200%.

Os depoimentos de diversos militantes e a verificação da origem de outros permitem observar a influência da equiparação da empresa a uma caserna, na hierarquia do trabalho, na organização dos alojamentos, na política de segurança industrial, etc. Trata-se de uma contribuição semelhante aos primórdios da industrialização, que, na Bahia, se dá nos anos 50.

O modo como dominaram a linguagem e desbravaram a nova técnica, a cultura de organização e resistência que construíram, são a contribuição específica dos petroleiros baianos ao movimento sindical. Suas estratégias para superar as dificuldades, se conseguiram ultrapassar as marcas do sindicalismo vigente, enquadrado pelo Estado, não permitiram chegar a construir um projeto global próprio dos trabalhadores.

Mesmo com esses condicionantes, se estabeleceram movimentos, de baixo para cima, interagindo com os de cima para baixo, permitindo a alteração dos métodos de gestão de trabalho e da prática sindical.

A relação que estes trabalhadores estabeleceram com as propostas políticas burguesas, que buscavam uma inserção independente do país no cenário internacional, se deu por múltiplas aproximações e contradições, particularmente até 1963, embora a autonomia relativa destes atores se mostre até guando se fecham as cortinas.

Não é possível meramente caracterizar a organização dos trabalhadores da refinação como portadora de um tipo de sindicalismo de motivações políticas, determinações de cúpula e pouco afeito à participação das bases. O ponto de contato do SINDIPETRO com esta ação sindical se dá, na maior parte do tempo, muito mais pela relação dos petroleiros com a cúpula de movimento sindical e partidário, pelas características de suas principais lideranças entre 1962 e 1964, assim como pela articulação com as chefias e dirigentes da empresa, mobilizando também a partir "do alto".

De outro modo, não se poderia pensar nas assembléias maciças que eram realizadas em um determinado período, quase que todas as semanas, na Concha Acústica de Mataripe, num dos mais ricos acervos de comunicação da história dos sindicatos baianos, e nas peculiaridades que representou a adesão daqueles trabalhadores às lutas políticas gerais da aliança nacional, democrática e popular que se formava no país.

Ressalte-se, ainda, a mudança no sistema de gestão do trabalho na Refinaria, desenvolvendo instrumentos de uma prática democrática e participativa a nível de direção, ao contrário da ação imperante em Mataripe desde os primeiros tempos. São exemplos as comissões paritárias de disciplina e enquadramento, as modificações das regras e critérios

funcionais da empresa, a indicação de chefes e dirigentes, entre outros. Isto foi resultado de uma ampla articulação social possibilitada pelo espaço existente nas conjunturas, e na legitimidade das suas entidades e lideranças, calçada na melhoria concreta das condições de vida, trabalho e salário dos petroleiros, conseguidas e pertencentes ao patrimônio histórico da categoria no Estado até hoje.

Esperamos que os maiores interessados em compreender esta experiência a discutam e continuem a produzi-la e a transformá-la. Se o presente trabalho ajudar neste sentido, já terá valido a pena.

:

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS FONTES

- PUBLICAÇÕES (livros, revistas, jornais, etc).
- ABENDOIM, Wolfgang. A história social do movimento trabalhista europeu. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ACCAP Associação de Cooperação Comunitária das Áreas Problemas de Salvador. Memória do Movimento Operário Baiano, 1960 e 1964. mimeo.
- ALMEIDA, Antonio Carvalho. Peripécias de um engenheiro estagiário; fatos pitorescos de um pioneirismo em perfuração de poços de petróleo. Salvador: Arco Iris, 1979.
- ALVES, Landulfo. O problema brasileiro do petróleo. Rio de Janeiro, 1952.
- AMADO, Jorge. Luzes de Mataripe. In \_\_\_\_\_. Bahia de Todos os Santos. 19. ed. São Paulo: Martins, 1970.
- ANTUNES, Ricardo. Classe operária, sindicalismo e partido no Brasil: da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Cortez, 1983.
- ASSIS, José Carlos. Réquiem para o nacionalismo econômico. Jornal da Bahia, Salvador, 9 jul. 1978.
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA BAHIA. Boletins (1939 a 1948).
- AZEVEDO, Thales de. Problemas sociais de exploração do Petróleo na Bahia. A Tarde, 22 jan. 1959 (Suplemento).
- A TARDE. Salvador, 1939 a 1953; 1954 a 1959 (janeiro a junho e setembro a dezembro); 1960 (abril a junho); 1961 a 1965 (Coleção BCE); para outros números (Coleção do IGHB Instituto Geográfico e Histórico da Bahia).

- BAHIA. Assembléia Legislativa. Mensagens de Governador. (Períodos consultados: 1948-1954; 1956-1958).
- CPE (Comissão de Planejamento Econômico). 105 anos de economia baiana; estatísticas básicas 1872/1976; aspectos econômicos 1945/1976. Salvador, 1979. v.2, t.II.
- \_\_\_\_\_\_, Boletins, n. 1-9, set. 1975/maio 1958 (Coleção da Faculdade de Economia da UFBa).
- BARROSO, GeonIsio Carvalho. Aspectos econômicos de produção de petróleo no Brasil. Palestra proferida no Instituto Brasileiro de Petróleo-IBR, 1959 (Arquivo da Biblioteca de Economia, UFBa.).
- BENEVIDES, Maria Victoria. O PTB e o trabalhismo; partido e sindicato em São Paulo, 1945-1964. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BOITO JR., Armando. O sindicalismo de Estado no Brasil; uma análise crítica da estrutura sindical. São Paulo: UNICAMP/ HUCITEC, 1991.
- \_\_\_\_\_. O sindicalismo nos anos oitenta. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- BRANDT, Vinícius Caldeira (org.) Paulínia: petróleo e política. São Paulo: CEBRAP/Sindicato de Campinas e Paulínia, 1990.
- BRASIL. Congresso Nacional. SAP (Sessão de História e Debates). Diário do Congresso (1954 a 1964) Brasília, D.F.
- D.F. (Temas: refinarias, petróleo em geral, PETROBRÁS e petróleo).

- BRASIL. Congresso' Nacional. C.D.I. Mensagens presidenciais: 1933-1937; 1947-1964. Brasília, D.F., 1978.
- Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Petróleo; diagóstico preliminar do Plano Decenal. Brasília, 1966.
- BRITO, Ruy. Sobre a dificuldade de ligar causa e efeito sobre o PAEB. Boletim do DIAP, n.5, Jun. 1993.
- CAMARGO, Aspásio (coord.) A memória da PETROBRÁS; acervo de depoimentos. Rio de Janeiro: FGV/CPOOC/SERCOM, 1988.
- CANEDO, Letícia Bicalho. A classe operária vai ao sindicato. São Paulo: Contexto, 1991.
- CARVALHO, E. Leitão. Petróleo: salvação ou desgraça do Brasil? Rio de Janeiro: CEDPEN, 1950.
- CASTRO, Nadya (org.) Petroleiros: ideologia e prática sindical; um estudo sobre os trabalhadores na indústria do refino na Bahia. Salvador: FFCH/UFBa. 1989. mimeo. Trabalho de pesquisa dos alunos Júlio Cesar de S. Andrade, Paulo Sérgio da Costa Neves e Genice Batista de Araújo.
- CASTRO, Nadya. Relações de trabalho e práticas sindicais. Salvador, FFCH/UFBa., 1989 (apostila: síntese do trabalho Petroleiros: ideologia e práticas sindicais...) mimeo.
- CHILCOTTE, Ronald H. PCB: conflito e integração 1922-1972. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- COHNO, Gabriel. Petróleo e nacionalismo. São Paulo: DIFEL, 1968.
- CNP Conselho Nacional do Petróleo. Relatórios de Atividades. Rio de Janeiro. (Período consultado: 1949-1954).

- CONJUNTURA ECONÔMIÇA Rio de Janeiro: FGV/Instituto Brasileiro de Economia, ano VIII, n. 214, jan./mar. 1954.
- COSTA, Sérgio. No rio dos papagaios; história casos e causas mataripenses. Salvador: Arembepe, 1990.
- CUNHA, Joaci de Souza. Amargo açúcar: esboço de dissertação para o Mestrado de História. Salvador: FRCH/UFBa., 1992. xerocop.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Comando Geral dos Trabalha-dores do Brasil: 1961-1964. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Salvador, 5-19 jul. 1949 (e edições avulsas).
- DUARTE, Leila Menezes. A criação da CSN. Revista do Centro de Memória Sindical, Volta Redonda (RJ), Sindicato dos Metalúrgicos, 1989.
- DUARTE, Ozeas. Os mercadores de ilusões: Análise crítica do "sindicalismo de resultados". São Paulo: Brasil Debates, 1988.
- DUTRA, Eliana de Freitas. Caminhos Operários nas Minas Gerais. São Paulo: HUCITEL/UFMG, 1983.
- FALCÃO, João da Costa. O Partido Comunista que eu conheci; 20 anos de clandestinidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- FONSECA, Pedro César Dutra. Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FONTES, José Raimundo. Manifestações operárias na Bahia; o movimento grevista 1988-1990. Salvador, 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 1982.

- FOOT, Francisco, LEONARDI, Victor. História da indústria e do trabalho no Brasíl; da origem aos anos 20. São Paulo: Global, 1982.
- FREDERICO, Celso. Consciência operária no Brasil. 2. ed. São Paulo: Ática, 1979 (Coleção Ensaio, 39).
- FREITAS, Maria Tereza M.G. Populismo e carestia 1951-1954. Salvador. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. xerocop.
- GORENDER, Jacob. Combate nas trevas; a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. A formação dos intelectuais. Portugal: Nova Fronteira, 1976.
- HIRANO, Ledi. Cartas, testamentos e classes sociais. São Paulo: Alfa-Ômega. 1974.
- HOBSBAWN, Eric. Mundo do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- . Os trabalhos; estudo sobre a história do operário.
  Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.
- . Revolucionários. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HOBSBAWN, Eric, RANGER, Terence. A invenção dos tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- IANNI, Otávio. Estado e planejamento econômico no Brasil -1937-1970. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- . Formação do Estado populista na América Latina, 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.
- :. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

- IBGE. Anuário estatístico do Brasil; 1945-1976. Rio Janeiro, 1976.
- IV MANIFESTO. Para contestar o papel dos dirigentes técnicos In: GORZ, André. Crítica da Divisão do trabalho. São Paulo: Martins Pontes, 1989.
- IPM Inquérito Policial Militar da VI Região Militar, Salvador. Extrato, novembro 1964. In: ESQUECER, nunca. Rio de Janeiro (CONAPE), abril 1993 (Escrivão: Tenente Coronel Frederico Franco).
- IPM Inquérito Policial Militar PETROBRÁS. Extrato. Rio de Janeiro, 1964 (SINDIPETRO-RJ, arquivos) (Escrivão: Capitão Geraldo Sampaio Vaz de Mello).
- JORNAL DA BAHIA. Salvador, período comprendido entre 1950-1957 (edições avulsas).
- LANGE, Frederico Waldemar. Economia do petróleo. Palestra proferida no Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), em julho de 1959 (Biblioteca da Escola de Economia/UFBa.).
- LEITE, Márcia de Paulo. Sindicatos e trabalhadores na crise do populismo. Campinas, 1983. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade de Campinas (UNICAMP), 1983.
- LENIN, Vladimir Ilitch. Sobre o papel e as tarefas dos sindicatos nas condiões da nova política econômica. In \_\_\_\_\_.

  Obras escolhidas. São Paulo: Polis, 1979.
- \_\_\_\_\_\_. Debates ingleses sobre uma política liberal. In:
  \_\_\_\_\_\_. Obras escolhidas. São Paulo: Polis, 1979.
- LESSA, Carlos. 15 anos de política econômica. Caderno do IFCH, campinas, UNICAMP, n. 4, 1975.
- LUKACS, Georg. A consciência de classe. In: \_\_\_\_\_, História e consciência de classe; estudos de dialética marxista. Rio de Janeiro: Elfos, 1989.

- MAGALHĀES, Juracy. Petróleo; fonte de libertação ou escravização dos povos? Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.
- MAGDOFF, Harry. A era do imperialismo. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- MARANHÃO, Ricardo. Sindicatos e democratização 1945-1950. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MARINHO JR, Ilmar Penna. Petróleo, política e poder um novo choque do petróleo? Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- MARTINS, Luciano. A crise nacional-desenvolvimentismo. Folha de São Paulo, 29 dez. 1991.
- MARX, Karl. A burguesia e a contra-revolução. São Paulo: Ática, 1982 (Caderno Ensaio).
- \_\_\_\_\_. Crítica da filosofia do direito de Hegel. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.
- MASCARENHAS, Anderson O. A política estatal do petróleo e o acordo de Roboré. In:\_\_\_\_\_. Roboré, um torpedo contra a PETROBRÁS. São Paulo: Fulgor, 1959.
- MATTA, Alfredo Enrico Rodrigues. Instituições e ferramentas de ascensão da burguesia na Bahia. In\_\_\_\_\_. O advento da ordem burguesa em Salvador. Salvador: FFCH/UFBA, 1992. Trabalho apresentado ao Mestrado em História.
- MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. O petróleo é nosso; a luta contra o "entreguismo", pelo monópolio estatal. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MORAES Filho, Evaristo. O problema do sindicato único no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

- MORAES, João Quartim de. A esquerda militar no Brasil. São Paulo: Siciliano, 1991 (v.1), 1994 (v.2).
- MOREL, Regina Lúcia de Moraes. A ferro e fogo: construção e crise da "família siderúrgica"; o caso de Volta Redonda 1941-1988. São Paulo, 1989. Tese (Doutoramento em Sociologia) Departamento de Sociologia da FFLCH/USP, 1989. xerocop.
- \_\_\_\_\_.Os soldados do trabalho; formação e disciplina de trabalhadores da CSN. Revista do Centro de Memória Sindical, Rio de Janeiro, Sindicato dos Metalúrgicos, 1989.
- NÓVOA, Jorge Luís Bezerra. Nasce O SINDIQUÍMICA; a fundação da ASPETRO e sua inserção na conjuntura - 1963-1964. Caderno do CEAS, Salvador, n. 124, nov./dez. 1989 - Parte I.
- \_\_\_\_\_. Nasce o SINDIQUÍMICA... Caderno do CEAS, n. 125, Jan./fev. 1990. Parte II.
- \_\_\_\_\_. (Org.) O movimento operário sindical dos petroleiros baianos: cronologia. Salvador: FFCH, julho 1989.
- . Sindicato, partido e estado na formação de classe dos trabalhadores no Brasil. Sitientibus; Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, Ano VI, n. 9, Jan./jun. 1992.
- ODELL, Peter R. Geografia econômica do petróleo. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- OHWEILLER, Otto Alcides. O capitalismo contemporâneo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Estudos CEBRAP, n. 2, outubro 1972.
- \_\_\_\_\_. O elo perdido; classe e identidade de classe. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- OLIVEIRA JR. Franklin (org.). Elementos para uma cronologia dos trabalhadores do refino no Estado da Bahia 1948-1964.

- Salvador: RFCH/UFBa. 1993. xerocop. Trabalho apresentado ao Mestrado de História.
- OLIVEIRA, Juarez. CLT. 9. ed. atual e aum. São Paulo: Saraiva, 1987.
- O MOMENTO. Salvador, edições de 23 abril 1946 a 31 de dezembro 1947; e de 1949 a 1959 (Coleção CE-Biblioteca Central do Estado).
- PRIVA, Gaycom, AMARAL, Irnack, FROES, Abren. Contribuições para a geologia do petróleo no Recôncavo. Salvador, 1936.
- PAULINO, Luiz. Ascensão e queda do fordismo. Revista Princípos, São Paulo, Anita Garibaldi, nov./dez. 1991; jan. 1992.
- PETROBRÁS Petróleo Brasileiro S.A. 50 anos de petróleo no Brasil. Rio de Janeiro: SERCOM, 1989.
- \_\_\_\_\_\_. Petróleo: legislação básica. Rio de Janeiro (Coleção Ouro Negro, 1).
- \_\_\_\_\_. Plano de Atividades para 1967. Rio de Janeiro,
- \_\_\_\_\_. Relatório das atividades. Rio de Janeiro. (período consultado: 1954-1960)
- \_\_\_\_\_. Tabela de salários. Rio de Janeiro, outubro 1963 (arquivos).
- PIMENTEL, Petronilha. Afinal quem descobriu o petróleo do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, 1992.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Estratégias da ilusão. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- RANALHO, José Ricardo. Estado-padrão e luta operária; o caso FNM. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

- RANCIÈRE, Jacques. A noite dos petroleiros; arquivos do sonho operário. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- REFINARIA LANDULPHO ALVES RLAM. Informe-RLAM. Salvador, (diversas edições entre 1964 e 1995).
- REFINARIA NACIONAL DO PETRÓLEO S/A. Relatórios de Atividades, (Posteriormente denominada Refinaria Landulpho Alves). Período consultado: 1951-1952.
- REVISTA DE MATARIPE. Salvador: RLAM, ano I, n. 2, jul./ago. 1963.
- REVISTA do Centro de Memória Sindical. Volta Redonda (RJ): Sindicato dos Metalurgicos, 1984.
- RIAZANOV, Daniel. Marx-Engels e a história do movimento operário. São Paulo: Global, 1984.
- ROCHA, Ronald. Teses tardias: capitalismo e revolução social no Brasil moderno. São Paulo: Interferência, 1989.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. A CUT, seus militantes e sua ideología. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- . As tendências políticas na formação das centrais sindicais no Brasil. In: BOTTO Jr., Armindo (org.) O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- .Partidos e sindicatos; escritos de sociologia política. São Paulo: Ática, 1990.
- . (Org) Retrato da Cut. São Paulo: CUT, 1991.
- SANTOS, Teotônio. Conceito de classes sociais. Petrópolis: Vozes, 1991.
- SCHOR, José. Aspectos econômicos da refinação do petróleo no Brasil. Palestra proferida no IBP, 1958 (Biblioteca da Escola de Economia UFBa.).

- SEREBRENICK, Salomão. O jovem deve saber tudo sobre o petróleo. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1971 (Coleção Brasil Hoje, 7).
- SILVA, Álvaro. A vendedora de ilusões; montagem e desmontagem de um regime de trabalho. Salvador, 1991. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 1991.
- SILVA , Zélia Lopes. A domesticação dos trabalhadores dos anos 30. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- SINDIPETRO Jornal. Salvador, n. 1, 20, 29, 30, 34, 35 e 36 (período: 1960 a 1963).
- SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo 1930-1964. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.
- SOUZA, Claúdia Virginia Cabral. Volta Redonda: o espaço urbano e a denominação. Revista do Centro de Memória Sindical, Volta Redonda (RJ), Sindicato dos Metalúrgicos, 1989.
- SOUZA, Jenice Jane Vieira. Arigó; o pássaro que veio de longe. Revista do Centro de Memória Sindical, Volta Redonda (RJ), Sindicato dos Metalúrgicos, 1989.
- THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Paul. A voz do passado; história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TROTSKY, Leon. Entrevista. In: A questão do partido. São Paulo: Kairoz, 1978.
- VASQUEZ, Petilda S. Intervalo democrático e sindicalismo na Bahia: 1942-1947. Salvador, 1986. Disertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 1986.
- VOZ OPERÁRIA. Salvador, 1951 a 1952 (14 números).

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

#### OUTRAS FONTES

#### • ENTREVISTAS

ANDERSON LUÍS COSTA (funcionário do RLAM); entrevista concedida ao autor, em Candeias, 23/09/93.

CARLOS ETIENNE FALCÃO RODRIGUES (Coronel aposentado da Polícia Militar/Ba); entrevista concedida ao autor, em Salvador, 01/08/95.

DJALMA MATOS (ex-diretor do SINDIPETRO/Ba); entrevista realizada por Júlio César S. de Andrade e Paulo Sérgio da Costa Neves, em Salvador, 1987.

EMANUEL DA SILVA REGO (ex-diretor do SINDIPETRO/Ba); entrevista concedida ao autor, no Rio de Janeiro, 13/09/93.

ERNESTO CLAÚDIO DREHMER (ex-superintendente da RLAM); entrevista realizada por Júlio César S. de Andrade e Paulo Sérgio da Costa Neves, em Salvador, 01/08/89.

ESTANISLAU VILLA (ex-militante do SINDIPETRO/Ba); entrevista realizada por Júlio César S. de Andrade, em Salvador, em 13/01/90.

EUNÁPIO COSTA (associado do SINDIPETRO/Ba); 1ª entrevista, realizada por Júlio Cesar S. de Andrade, em Salvador, 1989; 2ª entrevista realizada pelo autor, em Salvador, 1993.

FLORDIVALDO DULTRA (ex-diretor do SINDIPETRO/Ba); entrevista realizada por Júlio Cesar S. de Andrade, em Salvador, 28/10/89.

HAECKEL LINS DE SOUZA (associado do SINDIPETRO/Ba); entrevista concedida ao autor em Salvador, 04/09/93.

IVON FERREIRA (candidato a presidente do Sindicato da Extração/Ba, em 1964, por uma das chapas de oposição); entrevista concedida ao autor, em Salvador, 3 e 17/10/93.

JAIR DE BRITO (ex-presidente da ASPETRO/Ba); lº entrevista, realizada por Rita e Lígia da equipe do CRH/UFBa, em Salvador, 17/07/82; 2º entrevista concedida ao CRH/UFBa., em Salvador, 25/05/87. (citado por J. L. B. Nóvoa, nasce o Sindiquímica...).

JAIRO FARIAS (ex-superintendente da RLAM); entrevista realizada por Júlio Cesar S. de Andrade, Paulo Sérgio da Costa Neves e Genice Batista de Araújo, em Salvador, 2/11/89.

JOÃO DOS PASSOS (ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos); entrevista realizada pela equipe do CRH/UFBa, nos anos 80.

LUCIANO CAMPOS (ex-diretor do SINDIPETRO/Ba); entrevista realizada por Júlio César S. de Andrade, em Salvador, 28/10/89.

MÁRIO SOARES LIMA (ex-presidente do SINDIPETRO/Ba); 1º entrevista, realizada em Salvador pela equipe do CRH/UFBa, em 17/07/82; 2º entrevista, realizada em Salvador, por Júlio Cesar S. de Andrade e Paulo Sérgio da Costa Neves, em 27/10/89.

NEMÉSIO LEAL ANDRADE SALLES (ex-advogado do SINDIPETRO/Ba. e membro da direção regional do PCB); entrevista concedida ao autor, em Salvador, 25/07/95.

OSVALDO CELESTINO DOS SANTOS (funcionário da RLAM); entrevista concedida ao autor, em Candeias 23/09/93.

OSVALDO MARQUES DE OLIVEIRA (fundador e ex-presidente do SINDIPETRO/Ba, ex-diretor da Associação dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo e do Sindicato da Extração); entrevista concedida ao autor no Rio de janeiro, 9 e 10/09/93.

WALMIR PEREIRA (associado do SINDIPETRO/Ba); entrevista concedida ao autor em Candeias, 23.09.93.

· Arquivos de Instituições Sindicais.

CONAPE - Confederação Nacional dos Anistiados e Pensionistas da PETRÓBRAS: documento sobre o Movimento de Anistia.

SINDICATO DA EXTRAÇÃO (atual STIEP): Carta Sindical, Livro de Atas de Assembléias 19-27/10/54 a 04.06.60.

SINDIPETRO Bahia: Carta Sindical, Estatutos, Livro de Posse das Diretorias 1960-1990; Livro de Atas das Mesas Apuradoras e Coletoras - 03/05/60 a 08/06/87; Tabela de Classificação de Funções e Fixação dos Níveis de Remuneração e Salário - dezembro 1957; Livro de Registro de Presença nas Assembléias - 08/06/59 a 30/09/62; Livros de Registro de Presença em reuniões - 26/02/59 a 24/02/62; 29/11/60 a 26/08/62; 25/09/61 a 10/01/62; 07/01/62 a 12/11/62; 25/03/64 a 31/03/64; Livro de Atas das Eleições - 1960 a 1990; Livro de Atas das Reuniões da Diretoria- 08/06/59 a 30/09/62; Livro de Registro de Presença - 11/01/63 a 02/04/64; arquivo de fatos e diversos documentos.

SINDIPETRO-RJ; Carta Sindical; IPM-PETRÓBRAS; documentos da Associação Profissional.

- Acervos De Bibliotecas e Instituições.
- BCE Biblioteca Central do Estado.
- Biblioteca da Associação Comercial da Bahia.
- Biblioteca da Câmara dos Deputados.
- Biblioteca da Faculdade de Economia da UFBa.

- Biblioteca da RLAM PETROBRÁS.
- Biblioteca da Secretaria de Segurança Pública.
- Biblioteca do Arquivo Público do Estado.
- Biblioteca do CRH UFBa.
- Biblioteca do Essal PETRÓBRAS na Bahia.
- Biblioteca do IGHB Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.
- Biblioteca do Mestrado da FFCH UFBa.
- DRT Ba Divisão de Assuntos Sindicais.
  - · Documentos e Arquivos Pessoais

CARLOS FREITAS - Fichas de edições de jornais e livros.

EMANUEL REGO - documentos.

EUNÁPIO COSTA - notas, fotos, documentos e livros.

HAECKEL LINS DE SOUZA - documentos e fotos.

IVON FERREIRA - notas, documentos, cartas, fotos, boletins, tabelas de salário.

JOSÉ MARCELINO - FATOS E INFORMAÇÕES HISTÓRICAS.

OSVALDO MARQUES DE OLIVEIRA - notas, fatos e documentos.